

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO  
NÍVEL DOUTORADO**

**IONIO ALVES DA SILVA**

**ARGUMENTAÇÃO NO JORNALISMO OPINATIVO:  
Um estudo da Coluna do Castello no período de 1963 a 1969**

**SÃO LEOPOLDO**

**2014**

**IONIO ALVES DA SILVA**

**ARGUMENTAÇÃO NO JORNALISMO OPINATIVO:  
Um estudo da Coluna do Castello no período de 1963 a 1969**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo César Henn

**SÃO LEOPOLDO**

**2014**

S586a Silva, Ionio Alves da

Argumentação no jornalismo opinativo: um estudo da Coluna do Castello no período de 1963 a 1969 / por Ionio Alves da Silva. -- São Leopoldo, 2014.

192 f.: il. ; 30 cm.

Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, São Leopoldo, RS, 2014.  
Orientação: Prof. Dr. Ronaldo César Henn, Escola da Indústria Criativa.

1.Jornalismo. 2.Jornalismo – Aspectos políticos. 3.Governo e imprensa – Brasil – História – Séc. XX. 4.Análise do discurso. 5.Defesa pessoal verbal. 6.Ditadura – Brasil. 7.Castello Branco, Carlos, 1920-1993. 8.Jornal do Brasil – História. I.Henn, Ronaldo César. II.Título.

CDU 070

070.11

070:94(81).088

070:81'42

Catálogo na publicação:  
Bibliotecária Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

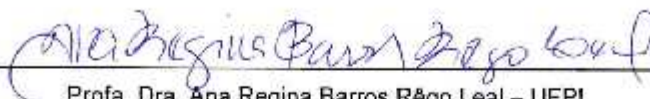
IONIO ALVES DA SILVA

"ARGUMENTAÇÃO NO JORNALISMO OPINATIVO: um estudo da Coluna do  
Castello no período de 1963 a 1969"

Tese apresentada como requisito parcial  
para obtenção do título de Doutor, pelo  
Programa de Pós-Graduação em  
Ciências da Comunicação da  
Universidade do Vale do Rio dos Sinos -  
UNISINOS.

Aprovado em 26 de junho de 2014.

BANCA EXAMINADORA



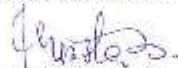
Prof. Dra. Ana Regina Barros Rêgo Leal – UFPI



Prof. Dr. Antonio Carlos Hohlfeldt – PUCRS



Prof. Dra. Márcia Benetti Machado – UFRGS



Prof. Dra. Christa Berger – UNISINOS



Prof. Dr. Ronaldo Cesar Henn – UNISINOS

À minha mãe Santa (*in memoriam*).

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por me permitir chegar a este momento que considero o mais importante da minha vida, e aos meus pais, Luizinho e “Dona Santa”, que souberam conservar em mim o desejo de estudar quando isso era quase impossível;

À minha esposa, Hildalice, e aos meus filhos, Camila e João Victor, pelo amor, carinho e compreensão das ausências forçadas pelos estudos e por me fazerem querer sempre melhorar;

Aos meus irmãos: Eunice, Neurice, Iomar, Eurice, Iremar e Francisco (*in memoriam*), pelo convívio harmonioso e pelo incentivo sempre que preciso. Agradeço à minha cunhada Dinalva, que esteve sempre disposta a colaborar.

Ao professor Ronaldo Henn, pelos ensinamentos e pela maneira sábia com que conduziu a orientação deste trabalho;

À professora Christa Berger e ao professor Gustavo Said, incansáveis na luta pelo sucesso do DINTER, pela maneira ética, postura proba com que coordenaram as ações do Programa. Meu muito obrigado à professora Christa e à professora Marcia Benetti, pela valiosa colaboração durante a qualificação do meu projeto de tese;

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes;

Aos professores José Luiz Braga, Efendy Maldonato, Fausto Neto e Beatriz Marocco, pelas valiosas discussões em sala de aula e pelo convívio sadio no curso do meu doutoramento;

Ao professor Paulo Fernando, pelos passos iniciais na construção do projeto do Doutorado Interinstitucional;

Aos meus colegas de curso: Marta, Achylles, Réia, Lívia, Monalisa, Arnaldo, Nilsângela, André e Ana Beatriz, pessoas importantes na minha caminhada, pelos momentos de alegria que me proporcionaram;

Aos professores do Departamento de Comunicação Social da UFPI, pelo apoio, incentivo e compreensão nos momentos mais necessários;

Aos meus amigos Luis Carlos Sales e Acácio Veras, pessoas importantes na minha caminhada acadêmica. Aos colegas jornalistas, Daiane Rufino, Zózimo Tavares e Natacha Maranhão, ao publicitário Sanatíel Costa, meus agradecimentos pela colaboração;

À administração da Universidade Federal do Piauí, pelo irrestrito apoio ao DINTER com a Universidade do Vale do Rio dos Sinos, na pessoa do professor José Arimatéia Dantas Lopes e do professor Saulo Cunha de Serpa Brandão;

Agradeço a todos os servidores da UFPI e da UNISINOS, pela gentileza e pelo auxílio no atendimento de nossas demandas, e aos meus alunos, aos quais devo a motivação para enfrentar os desafios que a docência nos impõe.

*“Deus está no particular”.*

Aby Warburg



## RESUMO

SILVA, Ionio. **Argumentação no jornalismo opinativo:** um estudo da Coluna do Castello no período de 1963 a 1969. 2014. 192f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2014.

A presente tese consiste na análise das estratégias discursivas do jornalista piauiense Carlos Castello Branco em seus comentários acerca de eventos políticos engendrados nos bastidores do poder central do país, veiculados pela Coluna do Castello, no *Jornal do Brasil*, entre 1963 e 1969. Trata-se de uma pesquisa documental, visando a estudo de caso, na qual buscamos entender a opinião de Castello sobre o golpe de 1964 e as seguidas ações adotadas pelos militares no sentido de consolidar a tomada do poder e perpetuar o regime. O estudo inscreve a argumentação no campo jornalístico, procurando identificar a *anatomia discursiva* dos comentários de Castello: seus argumentos, seus valores, seu lugar de fala e sua postura em relação aos militares no poder. Utiliza como método, a análise argumentativa da opinião, no intuito de interpretar o conteúdo dos comentários, privilegiando os *juízos de valor* que os moldam e as *circunstâncias* em que são produzidos. A pesquisa busca respaldo na retórica de Aristóteles (2005, 2013) e na nova retórica de Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca (2005), em que a argumentação é entendida em uma situação de comunicação, uma ação pelo discurso, cujo objetivo é provocar a adesão do público a teses que lhe são propostas, e conta como suporte, dos estudos de Philippe Breton (1999, 2001), Michel Meyer (2007), Olivier Reboul (2004), Roland Barthes (2001) e Gabriel Tarde (1992). Na análise, constata-se que Castello estabelece relação amistosa com suas fontes no campo do poder político civil, e do poder militar, o que garante o lugar que lhe é atribuído no jornalismo político brasileiro.

**Palavras-chave:** Argumentação. Jornalismo. Opinião. Coluna do Castello. Ditadura Militar.

## ABSTRACT

SILVA, Ionio. **Arguments in opinion journalism**: a study of the Column Castello in the period from 1963 to 1969. 2014. 192f. (Doctorate in Communication Sciences) - Graduate Program in Communication Sciences – University of Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo 2014.

This thesis is an analysis of the discursive strategies of a journalist from Piauí Carlos Castello Branco in his comments about political events engendered backstage at the central power of the country, served by Column Castello, in Journal of the Brazil, between 1963 and 1969. It's a documentary research, aimed at a case study, in which we seek to understand the Castello's assessment about 1964 coup and following actions taken by the military to consolidate coup and perpetuate regime. The study aims to try to enlist the arguments in the journalistic field, trying to identify the anatomy of discursive reviews of Castello: his arguments, his values, his place of speech and his attitude toward military in power. Uses as a method, the analysis of argumentative opinion, in order to interpret the content of Castello's comments, privileging the judgments that shape it and the circumstances in which it is produced. The research seeks to support the rhetoric of Aristoteles (1992, 2013), and the new rhetoric of Chaïm Perelman and Lucie Olbrechts-Tyteca (2005), in which the argument is understood in a communication situation, an action by the speech, whose goal is to provoke public support theses offered to him, and has the support of studies of Philippe Breton (1999, 2001), Michel Meyer (2007), Olivier Reboul (2004), Roland Barthes (2001) and Gabriel Tarde (1992). In the analysis, it appears that Castello establishes friendly relationship with their sources in the field of civil and political power of the military, which guarantees the place given to him in brazilian political journalism.

**Keywords:** Argumentation. Journalism. Opinion. Column Castello. Dictatorship.

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Coluna do Castello ocupando o lado direito da página 4 do JB.....	28
Figura 2 – Coluna do Castello ocupando o lado esquerdo da página 4 do JB.....	29
Figura 3 – Coluna do Castello com comentário e notas na sua apresentação. ....	30
Figura 4 – Coluna do Castello na página 2 do JB com a imagem do jornalista. ....	31

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Com01-1012/63 – UDN espera golpe até o fim do mês .....	123
Quadro 2 – Com02-0102/64 – Goulart: golpe vai custar muito sangue.....	128
Quadro 3 – Com03-1303/64 – Prontidão na UDN: defesa do regime .....	132
Quadro 4 – Com04-3103/64 – Minas desencadeia luta contra Jango .....	137
Quadro 5 – Com05-1104/64 – Congresso aceita o mandato da revolução .....	142
Quadro 6 – Com06-2810/65 – Ato une militares e Castelo muda governo .....	146
Quadro 7 – Com07-1102/66 – Castelo adverte contra ditadura .....	151
Quadro 8 – Com08-1802/67 – No poder, o outro lado da “revolução” .....	155
Quadro 9 – Com09-1412/68 – Primeiras impressões sobre o ato de ontem.....	159
Quadro 10 – Com10-0102/69 – Políticos oferecem garantias à “revolução”.....	165
Quadro 11 – Com11-1612/69 – Fim do processo revolucionário .....	169

## LISTA DE ABREVIATURAS

ABL	Academia Brasileira de Letras
a. C.	Antes de Cristo
AI	Ato Institucional
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CCB	Carlos Castello Branco
CE	Ceará
CEF	Caixa Econômica Federal
CTB	Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
d. C.	Depois de Cristo
DKW	<i>Dampf-Kraft-Wagen</i> (carro de força a vapor)
DOI/CODI	Destacamento de Op. de Informações do Centro de Op. de Defesa Interna
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
EUA	Estados Unidos da América
GB	Guanabara
HGV	Hospital Getúlio Vargas
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
JB	Jornal do Brasil
JG	João Goulart
MDB	Movimento Democrático Nacional
ONU	Organização das Nações Unidas
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PMDB	Partido do Movimento Democrático Nacional
PR	Partido da República
PRN	Partido da Renovação Nacional
PSD	Partido Social Democrático
PSOL	Partido Socialista Libertador
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SBPJor	Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo
SBT	Sistema Brasileiro de Televisão

SNI	Serviço Nacional de Inteligência
UDN	União Democrática Nacional
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UnB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>15</b>
<b>1.1 Descrição do Objeto de Pesquisa</b> .....	<b>15</b>
<b>1.2 Explicitação do Material Empírico</b> .....	<b>19</b>
<b>1.3 Método de Observação Sistemática</b> .....	<b>20</b>
<b>1.4 Estrutura da Tese</b> .....	<b>21</b>
<b>2 CASTELLO, IMPRENSA E DITADURA</b> .....	<b>24</b>
<b>2.1 O “Castelinho” do <i>Jornal do Brasil</i></b> .....	<b>24</b>
<b>2.2 A Renúncia de Jânio na Esteira do Golpe</b> .....	<b>36</b>
<b>2.3 A Derrubada do Governo João Goulart</b> .....	<b>40</b>
<b>2.4 O Golpe Enquanto Acontecimento</b> .....	<b>47</b>
<b>2.5 A imprensa e os militares no poder</b> .....	<b>52</b>
<b>3 RETÓRICA, ARGUMENTAÇÃO E JORNALISMO</b> .....	<b>64</b>
<b>3.1 A <i>Velha</i> e a <i>Nova</i> Retórica</b> .....	<b>64</b>
<b>3.2 Operadores argumentativos</b> .....	<b>71</b>
<b>3.3 Argumentação no Jornalismo</b> .....	<b>80</b>
<b>4 OPINIÃO, VALORES E CIRCUNSTÂNCIAS</b> .....	<b>86</b>
<b>4.1 A Natureza da Opinião</b> .....	<b>86</b>
<b>4.2 Análise Argumentativa da Opinião</b> .....	<b>90</b>
4.2.1 Tese Proposta.....	102
4.2.2 Molde Persuasivo .....	104
4.2.3 Lugar de Fala .....	109
4.2.4 Plano Discursivo.....	113
4.2.5 Figuras de Apoio .....	116
<b>4.3 <i>Corpus</i> da Pesquisa</b> .....	<b>118</b>
<b>5 ANÁLISE DA COLUNA DO CASTELLO</b> .....	<b>123</b>
<b>5.1 “Golpe” de Goulart</b> .....	<b>123</b>
<b>5.2 “Golpe” da Oposição</b> .....	<b>128</b>
<b>5.3 O Estopim do Golpe</b> .....	<b>132</b>
<b>5.4 O Golpe de Fato</b> .....	<b>137</b>
<b>5.5 Golpe Aceito</b> .....	<b>142</b>
<b>5.6 AI-2: o Segundo Golpe</b> .....	<b>146</b>
<b>5.7 Alerta Contra a Ditadura</b> .....	<b>151</b>
<b>5.8 A “linha Dura” no Poder</b> .....	<b>155</b>

<b>5.9 AI-5: o Terceiro Golpe .....</b>	<b>159</b>
<b>5.10 O Brasil Acuado.....</b>	<b>165</b>
<b>5.11 O Pior Estava Por Vir .....</b>	<b>169</b>
<b>6 CONCLUSÃO.....</b>	<b>175</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>182</b>



## 1 INTRODUÇÃO

Esta tese pretende identificar as estratégias discursivas do jornalista Carlos Castello Branco frente a eventos<sup>1</sup> políticos engendrados nos bastidores do poder central do país, veiculados pela Coluna do Castello, no *Jornal do Brasil*, entre 1963 e 1969. Trata-se de uma pesquisa, visando a estudo de caso, na qual buscamos investigar a ação comunicativa<sup>2</sup> de Castello em relação aos acontecimentos que envolvem o golpe militar de 1964, imbricada à sua trajetória de vida. Propõe-se a analisar a opinião de Castello sobre o regime vigente no país naquele período e como ele o representava nas abordagens que fazia dos eventos da época.

### 1.1 Descrição do Objeto de Pesquisa

Compreender melhor o exercício político e o fazer jornalístico de um período importante da história recente do Brasil, por meio da Coluna do Castello, é o motivo de nos debruçarmos sobre a presente proposta de trabalho. Em 1974, ainda na adolescência, começamos a nos interessar pelo jornalismo. Participamos de grupos de produção de jornais alternativos, em bairros da periferia de Teresina, capital do Piauí, sem acesso fácil aos reais fatos que afetavam a sociedade brasileira. Vivemos o sentimento da indignação, forjado somente no ouvir dizer, no não presente, pela boca do povo. Vinha do saber dos poucos militantes com quem mantínhamos contato. Dessa convivência nasceu o desejo de estudar jornalismo, o que se tornou possível, dez anos mais tarde, quando a Universidade Federal do Piauí (UFPI) implantou o curso de Comunicação Social. Era a oportunidade de ingressarmos em uma universidade e seguirmos a profissão. Dois anos foi tempo suficiente para que, em 1986, chegássemos ao mercado de trabalho, carente, à época, de profissionais qualificados, o que significava, no nosso entendimento, que seria fácil ocupar espaço e fazer carreira.

No exercício do jornalismo, três situações que testemunhamos, ainda na condição de provisionado, marcaram nossa rápida, porém, intensa, passagem pelas redações dos veículos de comunicação do Piauí, o que nos instigam a pensar as práticas jornalísticas até hoje: o primeiro, em 1987, foi um ato público promovido por estudantes da UFPI contra aumento no valor da taxa de matrícula (que deveria ser gratuita) e que gerou revolta na comunidade

---

<sup>1</sup> No percurso de toda a tese, o termo “evento” será usado como um conceito hierarquicamente abaixo a acontecimento e ambos serão considerados como algo em processo, conforme será explicado mais à frente.

<sup>2</sup> A expressão “ação comunicativa” pretende significar o “agir comunicativo”, na perspectiva de Habermas (1989, p. 40), em uma situação de fala, na qual um falante ao comunicar-se com alguém sobre algo deve dar expressão àquilo que ele tem em mente.

discente. A polícia foi acionada pelo então reitor Natan Portela. Escalado pela chefia de reportagem do jornal Diário do Povo para cobrir a manifestação, conseguimos nos infiltrar entre os policiais que foram chamados ao Salão Nobre da Universidade para uma reunião com o reitor. Do lado de fora, os estudantes, revoltados, ameaçavam invadir a reitoria caso não fossem recebidos pela administração superior. O reitor ordenara que a polícia descesse o “cacete” (expressão usada por Natan Portela) na estudantada. Fomos testemunha da ocorrência e produzimos uma reportagem, de página inteira, com belas fotos (no sentido da qualidade jornalística) do repórter fotográfico Wagner Santos, que ficara do lado de fora registrando a movimentação estudantil.

O segundo, também em 1987, ainda como repórter do *Diário do Povo*, foi uma greve deflagrada pela classe médica, que paralisou o atendimento à população carente no Pronto Socorro do Hospital Getúlio Vargas (HGV), um centro de emergência que atende a todo o Estado do Piauí e a parte do Maranhão e Pará. O comando de greve fechou o Pronto Socorro e tentou impedir que outros profissionais pudessem atender à demanda de pacientes. Novamente, com a colaboração de Wagner Santos, conseguimos produzir uma reportagem, com direito à manchete de capa, denunciando a classe médica pela atitude de descaso para com a sociedade, não obstante seu direito de reivindicar e de promover movimento paredista.

O terceiro, em 1988, foi um flagrante a um funcionário da Caixa Econômica Federal (CEF), candidato a vereador, que atendia à clientela ao mesmo tempo em que distribuía “santinho” pedindo voto. Nessa época éramos repórter da TV Pioneira (hoje TV Cidade Verde), afiliada do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) no Piauí. Tudo registrado pelas lentes do repórter cinematográfico Bob Júnior, procuramos o superintendente da CEF para sabermos o seu posicionamento sobre a atitude do funcionário. Antes de gravar fomos solicitados a “esquecer” aquele episódio em troca de uma “compensação”. A realidade é que a matéria foi ao ar com o superintendente tentando justificar o ato falho do servidor.

Três situações distintas: um ato de repúdio contra uma medida administrativa do gestor máximo de uma instituição pública de ensino superior, promovido por jovens estudantes insatisfeitos; um movimento grevista deflagrado por uma categoria profissional que compõe a classe média brasileira e um provável crime eleitoral praticado por um funcionário de uma instituição financeira pública federal, que pedia votos no ambiente de trabalho, um flagrante de campanha política extemporânea. São circunstâncias que nos levaram a refletir sobre o papel do jornalista e o temário comportamental envolvido na lide com as fontes de informação.

Não é por menos o nosso interesse em pesquisar o jornalismo, a partir de uma crítica das práticas, no âmbito do discurso, o que nos colocou diante da Coluna do Castello, produzida pelo jornalista Carlos Castello Branco e publicada diariamente pelo *Jornal do Brasil*, entre 1963 e 1993, e sua trajetória de vida, respeitada, admirada, de modo quase unânime entre os colegas de profissão, os políticos do poder civil (e mesmo entre os militares), uma referência no jornalismo brasileiro a partir de 1960. É provável que se tenha falado muito mais de Castello do que de qualquer outro jornalista brasileiro e é difícil compreender o papel de Castello para o jornalismo, para a política e para a vida nacional, com o pouco que se tem de estudos sobre os mais de 30 anos da Coluna do Castello e os 54 anos de atividade de um dos mais festejados comentaristas políticos do país. Castello publica sua última coluna no dia 20 de maio, tendo falecido poucos dias depois, em 1º de junho de 1993. Seu corpo é velado na Academia Brasileira de Letras e sepultado no Mausoléu da ABL, no cemitério São João Batista.

Este estudo é inicialmente voltado para alguns eventos de antes de 31 de março de 1964, que culminaram, no dia 1º de abril, em um golpe estado. Denominado de “revolução” pelos militares, associando à ideia de futuro, de esperança e de tempos melhores, algo prometido à sociedade, o golpe tirou do poder o presidente João Belchior Marques Goulart, eleito democraticamente vice-presidente pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), na mesma eleição que conduziu Jânio da Silva Quadros à presidência da República pela União Democrática Nacional (UDN).

Jânio Quadros renunciara ao mandato em agosto de 1961, poucos meses depois de sua posse. Pela Constituição de 1946, vigente à época, João Goulart deveria substituí-lo, automaticamente. Por conta de restrições ao nome do vice na presidência da República, somente após muitas negociações lideradas, principalmente, por Tancredo Neves e apoiadores de Goulart, houve um acordo político pelo qual se instituiria o regime parlamentarista, com João Goulart na condição de chefe de Estado e Tancredo Neves como primeiro ministro.

Em 1963 um plebiscito determinou a volta do regime presidencialista no Brasil. João Goulart assume a presidência da República com amplos poderes e, durante seu governo, foram desvelados problemas estruturais da política brasileira, acumulados nas décadas que precederam o golpe, o que ensejou disputas de natureza internacional que desestabilizaram o seu governo. O golpe de 1964 submeteu o Brasil a um regime autoritário alinhado politicamente a interesses dos Estados Unidos.

O rico ambiente político, no que diz respeito a significações da vigência do regime militar, tido como um dos períodos mais conturbados da história recente do Brasil suscita inúmeras

leituras, ao mesmo tempo em que se constitui um excelente objeto de estudo para pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento: a Sociologia, a História, a Antropologia, a Comunicação e outras mais que queiram se ocupar em estudar o Brasil a partir da segunda metade do século passado. No campo da Comunicação, em particular, o comportamento da imprensa brasileira torna-se relevante, quando se resgata o enunciado de que os meios de comunicação e as práticas jornalísticas não são externos aos ambientes sociais que buscam retratar. Estão inseridos, de forma contundente, na vida econômica, social, cultural e política, em qualquer país do mundo, ao ponto de influenciarem as atitudes, o comportamento e as decisões de indivíduos e instituições.

Um estudo sobre a postura adotada pela mídia durante o regime, em particular, pelo jornalista Carlos Castello Branco, por meio da Coluna do Castello, justifica-se pela notoriedade por ele conquistada e pela riqueza do material empírico, que são os seus comentários. Em um período singular no país, como foi aquele em que vigorou o regime militar, o papel do jornalista adquire significativa relevância. Sua relação com as fontes de informação, suas opiniões, o embate dos veículos de comunicação com o poder militar, com agremiações partidárias e outras organizações civis tornam ainda mais ricas as perspectivas de estudo. Nesse sentido, algumas indagações são aqui postas como problema de pesquisa: que estratégias discursivas o jornalista Carlos Castello Branco adota a ponto de conquistar um lugar singular e de instituir um modelo de opinião no jornalismo brasileiro? Como Castello se posiciona em relação ao golpe e aos militares no poder? Que indícios de alinhamento e/ou de resistência à ditadura são evidenciados pela Coluna do Castello? Que mudanças e permanências podem ser observadas no discurso do jornalista ao analisar eventos políticos entre 1963 e 1969?

Essas questões vão estar inscritas em um momento conturbado da história do Brasil, sendo importante enfatizar que, mesmo em regimes democráticos, propícios à liberdade de expressão e de imprensa, o processo de produção da notícia já se apresenta como um fazer complexo, que compreende da elaboração da pauta, seleção das fontes, relação do jornalista com essas fontes, à feitura do texto – parte das vezes – construído segundo a ótica dos personagens envolvidos. Se no jornalismo informativo, que pretende retratar objetivamente a realidade, o texto carrega nuances de subjetividade, identificadas no dito e nos implícitos do autor ou da fonte de que ele é porta-voz, no texto opinativo, mais ainda, a subjetividade ocupa lugar na narrativa do jornalista, cuja função é coletar, selecionar e organizar as informações.

É a partir do contexto de liberdade vigiada e de limitações impostas pelo regime aos veículos de comunicação e aos jornalistas que vislumbramos a fertilidade do tema. É nosso objetivo analisar as estratégias discursivas de Carlos Castello Branco ao opinar sobre o golpe de 1964 e sobre a ditadura militar por ele imposta. Especificamente, buscamos inscrever a

argumentação no campo jornalístico, procurando identificar o modelo da opinião do jornalista: seus recursos discursivos, seus valores e seu posicionamento em relação ao período do estudo. Temos, por hipóteses, que Castello estabelece uma relação amistosa com suas fontes no campo do poder político civil e do poder militar – da extrema esquerda à extrema direita – o que garante o lugar singular que lhe é atribuído no jornalismo político, tendo sua produção de mais de 30 anos no *Jornal do Brasil*, com quase oito mil colunas publicadas, lhe conferido uma marca que permite o esboço de uma *anatomia discursiva* própria da sua opinião, ou seja, sua opinião se estrutura em partes que podem ser dissecadas e identificadas enquanto recursos persuasivos e que contém uma lógica específica de racionar por meio de técnicas de agir em relação ao “outro”, de influenciar pela palavra e pela razão, diante do preferível, do aceitável e/ou do razoável, buscando conquistar a adesão do leitor às opiniões que lhe são propostas.

## 1.2 Explicitação do Material Empírico

O material empírico a ser observado a partir de uma proposta de análise argumentativa da opinião, constitui-se dos comentários do jornalista Carlos Castello Branco publicados no topo da Coluna do Castello, geralmente, ocupando metade do espaço da coluna de um quarto de página, em diagramação vertical, na página quatro do primeiro caderno do *Jornal do Brasil*<sup>3</sup>. Ressaltamos que, por questões de ordem metodológica, somente serão analisados os comentários que abordem eventos políticos no âmbito do poder central do país. Quanto às notas<sup>4</sup> que complementam a Coluna, pelo fato de se referirem a informações de outra ordem, por não propor partilhar de um ponto de vista ou de uma opinião, não atendendo, portanto, a uma perspectiva argumentativa, ficarão de fora do esforço de pesquisa.

O período de estudo corresponde a março de 1963 a dezembro de 1969, um ano antes da derrubada do governo João Goulart pelos militares e um ano depois de decretado o Ato Institucional n. 5, tido como o segundo golpe (consideramos que tenha sido o terceiro), e que

---

<sup>3</sup> O *Jornal do Brasil*, fundado em 09 de abril de 1891, por Rodolfo Dantas, com intenção de defender a monarquia, foi inovador pela estrutura empresarial, parque gráfico, pela distribuição em carroças e a participação de correspondentes estrangeiros. Manteve sua orientação conservadora até que Rui Barbosa assumiu a função de redator-chefe em 1893. Em 2008 fez uma parceria de digitalização com o buscador *Google* que resultou no livre acesso em texto completo das edições das décadas de 30 a 90. Em julho de 2010, foi anunciado o fim da edição impressa do jornal que, a partir de 1º de setembro do mesmo ano, passou a existir somente em versão online, com alguns conteúdos restritos a assinantes.

<sup>4</sup> Na classificação de gêneros jornalísticos de Marques de Melo (2003, p. 65) a “nota” se refere a uma notícia breve, “[...] ao relato de acontecimentos que estão em processo de configuração”. É o que faz Castello em sua coluna ao produzir informações sobre fatos ainda não apurados o suficiente para se tornar notícia ou adquirir *status* de acontecimento a ser comentado. Por conta disso, as notas da “Coluna do Castello” não serão consideradas como parte do *corpus* da pesquisa.

calou a imprensa, instituiu o terror, a censura e suprimiu os direitos e garantias da sociedade brasileira.

A seleção do *corpus* da pesquisa obedece ao critério de relevância histórica dos comentários, ao analisar questões relacionadas ao golpe de 1964 e seus desdobramentos, e que atendem à perspectiva teórico-metodológica da análise argumentativa, ou seja, que expressam juízos de valor, que fazem referência às circunstâncias dos fatos, contêm uma opinião a ser compartilhada, uma organização discursiva quanto aos argumentos e ao público a que se destina, que evidencie um lugar social de onde o enunciador expressa sua opinião, as estratégias que adota e outros meios persuasivos relativos ao tema do comentário.

O período marca a resistência ao governo de João Goulart, preterido pelos militares, desde sua ascensão ao posto de ministro do Trabalho, ainda no governo de Getúlio Vargas. Com a renúncia de Jânio Quadros, em 1961, se inicia o movimento da legalidade em defesa da posse de Goulart, que se obrigou a aceitar a mudança do regime de governo, para o parlamentarismo, como condição para assumir o poder. Quando o país retorna ao presidencialismo, restituindo as prerrogativas do presidente, a insistência de Goulart em fazer as reformas de base provoca um clima de insatisfação entre os conservadores e os militares. São estas circunstâncias que pretendemos resgatar por meio do presente estudo, voltado à Coluna do Castello: o clima de tensão permanente, a conspiração contra o governo, o golpe de 1964, as ações ditatoriais impostas pelos militares, a decretação do Ato Institucional n. 5 até o primeiro ano do governo do general Emílio Garrastazu Médici, o governo que mais torturou e assassinou durante a ditadura.

### **1.3 Método de Observação Sistemática**

O método de observação e análise do material empírico é construído a partir de uma leitura transversal da Coluna do Castello em todo o período do recorte, da qual selecionamos um conjunto de onze textos, conforme os critérios estabelecidos para a seleção do *corpus*. O estudo utiliza-se da análise argumentativa como uma vertente teórico-metodológica que considera a argumentação em uma situação de comunicação, uma ação pelo discurso que visa convencer o “outro” de determinado ponto de vista, e que implica a existência de um emissor, de uma mensagem constituída pela opinião a ser compartilhada e de um público, formando o tradicional triângulo emissor – mensagem – receptor, estudado em todas as suas formas pelas ciências da comunicação.

Adotamos um método de análise que procura interpretar o conteúdo do discurso, privilegiando os *juízos de valor* que o moldam e as *circunstâncias* em que é produzido. Entendemos por valores e desejos as proposições que sustentam a opinião levada ao assentimento da audiência e por circunstâncias o ambiente histórico em que se dá o discurso. Trata-se de um modelo baseado em *valores* e *circunstâncias* análogo à simbiose orador/discurso/auditório, definida como argumentação e que implica estabelecer-se uma justa relação entre o *ethos* do orador, a disposição do público em assentir à tese que lhe é apresentada e o próprio discurso, que constitui o objeto das considerações do orador.

A análise argumentativa da opinião dar-se-á a partir de uma grade composta de cinco categorias: a *tese proposta* (de que Castello quer convencer), o *molde persuasivo* (como Castello organiza sua opinião em relação aos públicos que deseja convencer e aos argumentos que utiliza), o *lugar de fala* (posição social que assume e de onde ele expressa seu ponto de vista), o *plano discursivo* (movimentos de texto e outros recursos persuasivos relativos ao tema do comentário) e as *figuras de apoio* à argumentação a que Castello recorre no sentido de melhor poder opinar sobre a ditadura. É um procedimento analítico que se prende em comparar a opinião proposta por Castello em cada comentário analisado, para que possamos compreender o conjunto de suas opiniões no período estudado; observar os argumentos a que ele recorre, destacando os valores que utiliza ao dirigir-se ao leitor; os lugares de fala que ele assume, no intuito de identificar o seu posicionamento frente aos eventos que analisa: se ele orienta, aconselha, defende ou critica o golpe e o regime militar; os movimentos de texto que o jornalista produz, para que possamos identificar as mutações e as permanências na sua produção discursiva: em que momentos ele opina com mais liberdade e quando é obrigado a recorrer a formas implícitas na sua argumentação.

#### **1.4 Estrutura da Tese**

Este estudo constitui-se de duas etapas: uma histórica, em que buscamos apresentar a trajetória do jornalista Carlos Castello Branco a partir da sua inserção na atividade jornalística como comentarista político, imbricada a eventos concernentes ao golpe militar de 1964 e seus desdobramentos, e outra, conceitual, cuja intenção é inscrever a argumentação no campo jornalístico, a partir dos estudos da retórica, utilizando seus conceitos na tentativa de entender como se dá a opinião de Carlos Castello Branco, por meio da Coluna do Castello. Não tratamos de discutir questões de gêneros, mas, abordar a opinião quanto a sua estrutura discursiva, construída no intuito de persuadir o leitor a aderir a determinado ponto de vista. A

tese se desenvolve na ordem em que as questões são trazidas à discussão: problematiza o objeto, situando-o no tempo e no espaço, aponta para o aporte teórico que embasa a pesquisa e explicita o método a ser adotado para a análise do material empírico, expostas no capítulo introdutório.

O segundo capítulo apresenta a trajetória de vida de Carlos Castello Branco, relacionando-a a aspectos históricos que envolvem o golpe militar de 1964, o acontecimento que é a porta de entrada das discussões a serem travadas no decorrer do trabalho, e onde se insere o conjunto de eventos que marcaram o poder ditatorial dos primeiros anos do pós-golpe: fazemos uma imersão rápida pelas circunstâncias em que se deu a renúncia de Jânio Quadros, a quem se atribui a culpa da tomada do poder pelos militares; pela rejeição e resistência ao então vice-presidente João Goulart, que desde o governo Vargas era visto com reservas pelos militares e pelos políticos conservadores; situamos o golpe militar enquanto acontecimento jornalístico e buscamos abordar o comportamento da imprensa nos momentos decisivos da derrubada de Goulart do poder, com ênfase nas ações militares de sustentação e consolidação do golpe para a ditadura.

O terceiro capítulo refaz o percurso da retórica, do seu surgimento nas assembleias públicas e nos tribunais gregos, passando por sua suspeita decadência, até sua renovação lógica, com o Tratado da Argumentação de Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, em 1958. Busca estabelecer uma relação entre as teorias argumentativas e as teorias persuasivas da comunicação, e tenta inscrever a argumentação no campo jornalístico, para entender a opinião do jornalista Carlos Castello Branco, quando analisa eventos relacionados à ditadura militar brasileira. Faz parte também de uma tentativa de elaboração de uma gênese da opinião, a partir dos estudos sociológicos de Gabriel Tarde.

O quarto capítulo destina-se a explicitar o método de análise da opinião de Carlos Castello Branco, com o objetivo de entender suas estratégias discursivas, veiculadas pela Coluna do Castello, quando manifesta valores acerca de eventos do período entre 1963 e 1969. A análise observa como ele organiza sua opinião, a quem a opinião se destina, que argumentos ele utiliza para convencer, de onde expressa o seu ponto de vista, que movimentos de texto podem ser identificados no seu comentário e as figuras retóricas que adota, ou seja, o que Castello expressa, como expressa, de onde, para quem e com que intenções.

O quinto capítulo concentra-se na aplicação do método de análise argumentativa da opinião a um conjunto de onze comentários da Coluna do Castello. Na análise, cada categoria da grade que compõe o método é identificada separadamente e tensionada, sempre que



necessário, por conceitos retirados do suporte teórico aplicado ao estudo e em diálogo com outros comentários. Para melhor compreensão acerca dos assuntos abordados pelo jornalista, são produzidas notas de rodapé com informações complementares ao conteúdo dos comentários.

A seleção do material empírico deu-se a partir de uma leitura transversal da Coluna do Castello no período do recorte, observando-se os comentários voltados para as ações do poder central do país e que caracterizassem uma tomada de posição do jornalista acerca daquele momento distinto da vida brasileira: entre março de 1963, um ano antes da derrubada do governo João Goulart, a dezembro de 1969, um ano após o Ato Institucional n. 5, tido como o segundo golpe, e que calou a imprensa, instituiu o terror, a censura e suprimiu os direitos e garantias da sociedade brasileira.

Por fim, na conclusão, fazemos uma reflexão sobre a postura de Castello diante dos eventos políticos comentados por ele e analisados por nós: o seu posicionamento em relação ao golpe de 1964 e à ditadura militar por ele imposta, a perspectiva das hipóteses de que sua prática discursiva aponta para um diálogo amistoso com o poder militar, se os comentários de Castello apresentam indícios de alinhamento e/ou de resistência ao regime, e nossas considerações em defesa de uma *anatomia discursiva* da opinião jornalística, possível de ser identificada e dissecada, a partir da aplicação sistemática de um método de análise argumentativa da opinião, que é o centro nevrálgico da presente tese.

## 2 CASTELLO, IMPRENSA E DITADURA

Este capítulo dedica-se a percorrer a trajetória de vida do jornalista Carlos Castello Branco, imbricada às circunstâncias em que ocorreu o golpe de 1964 e aos primeiros anos da ditadura militar no Brasil. Mesmo que algumas dezenas de trabalhos já tenham sido produzidas sobre tais fatos históricos, o período pós-golpe é ainda um fértil terreno para pesquisa em diversas áreas do conhecimento. No campo da Comunicação, o comportamento da imprensa brasileira durante o regime revela-se um tema de investigação nada trivial. Nesse sentido, além da trajetória de Castello, o capítulo apresenta uma visão de como se deu a renúncia do presidente Jânio Quadros; o movimento em defesa da posse do seu vice, João Goulart; a conspiração contra o seu governo e a tomada do poder pelos militares; o golpe enquanto acontecimento; e como a imprensa brasileira se comportou nesse período.

### 2.1 O “Castelinho” do *Jornal do Brasil*

O caderno especial “Ideias”, publicado pelo *Jornal do Brasil*, em sua edição de 24 de junho de 2000, traz o artigo “Jornalismo de autor”, em que Alberto Dines explica como surgiu a Coluna do Castello: em 1962, o JB comprou a Tribuna da Imprensa, de Carlos Lacerda, e a entregou aos cuidados de Mário Faustino e Hermano Alves, para que os dois inaugurassem uma nova fase no jornal. O jornalista piauiense Carlos Castello Branco fora convidado a escrever uma sessão diária de análise política. Como o resultado não foi o esperado, Castello transferiu-se para o JB, que já tinha as tradicionais sessões “Coisas da Política”, escrita por Heráclio Salles, embora sem a sua assinatura, e o “Informe JB”, de Pedro Müller, a única atração do primeiro caderno com autoria explícita.

O espaço destinado às análises do novo contratado recebeu o nome de Coluna do Castello, inspirado no jornalista americano, Max Lerner, cujos artigos eram distribuídos a dezenas de jornais sob a rubrica The Max Lerner Column. O sucesso aconteceu logo na estreia, em janeiro de 1963. Castello encontrou o formato apropriado: informação de bastidores aliada à análise personalizada, distanciamento crítico, malícia, tudo num estilo enxuto e aliciante. “O leitor saía da primeira página e, em seguida, mergulhava no emaranhado da política explicado por um escritor de talento” (DINES, 2000). O jornalista Carlos Chagas, na apresentação do livro “Carlos Castello Branco: o jornalista do Brasil”, organizado por Pedro Castro (2006), resultado de uma série de entrevistas que fizera com o

piauiense, define a Coluna do Castello em três palavras: mordacidade, tolerância e inflexibilidade.

O “Castelinho”, como ficou conhecido, chegou ao *Jornal do Brasil* já experiente e conceituado, vinte e seis anos após ter deixado Teresina, cidade onde nasceu em 25 de junho de 1920 e onde demonstrou cedo o gosto pelas letras. Seus primeiros passos no campo literário foram ao lado do amigo Abdias Neves, com quem fundou o jornal *A Mocidade*, que serviu para divulgar seus escritos iniciais. Castello vem de família tradicional, que tem como patriarca Francisco da Cunha Castello Branco, nascido em Portugal, onde exerceu o cargo de tesoureiro real, vindo para o Brasil, em 1693, com a patente de capitão de Infantaria do Exército português. Serviu em Pernambuco e, três anos depois, fora destacado para a cidade de São Luís, no Maranhão, levando a mulher, Maria Eugenia de Mesquita, e as três filhas: Anna Castello Branco de Mesquita, Clara da Cunha e Silva Castello Branco e Maria do Monte Serrate Castello Branco. Francisco da Cunha sofreu um naufrágio durante a viagem, na costa maranhense, perdendo a esposa e todos seus pertences. Consta que ele morou o resto da vida na cidade de São Luís, com o soldo de capitão de infantaria do Exército de Portugal (FERREIRA, 2008, p. 01).

A tradição espanhola de colocar o nome do pai logo em seguida ao nome de batismo do filho, seguida pelos portugueses e pelos brasileiros, foi mantida pelos países hispânicos. Com o tempo, essa tradição perdeu um pouco da sua força entre as famílias brasileiras, fato que provocou certa confusão na ordem dos sobrenomes e, por conseguinte, nos nomes das famílias em todo o país. Ferreira (2008) cita o caso do sobrenome Castello Branco ter prevalecido no Brasil por conta das três filhas de Francisco da Cunha Castello Branco e do grande número de casamentos dentro da mesma família.

Ao se entrelaçarem com os Castello Branco, que supostamente haviam recebido uma Sesmaria na então freguesia de Santo Antônio do Surubim de Campo Maior, algumas das primeiras famílias estabelecidas no Piauí: os Carvalho (no Livramento, Barras e Esperantina), os Rego (da Parnaíba, do Peixe e do Estanhado), os Rodrigues e Lages (em Barras), os Pires Ferreira (na Parnaíba), os Lopes (no Buriti dos Lopes), os Fortes (no Livramento) e os Almendra, Gayoso e Freitas, formaram então a base referencial do tecido social da estrutura familiar do baixo Parnaíba (FERREIRA, 2008, p. XV).

Todos esses entrelaçamentos remetem às três filhas de Francisco da Cunha, tendo como exemplo o caso de Clara da Cunha e Silva Castello Branco, que casou com Manuel Carvalho de Almeida, nomeado para o cargo de comissário geral de Cavalaria, em 1713. Os dois fundaram a fazenda Boa Esperança, nas nascentes do rio Maratã, na região entre

Teresina e o litoral piauiense, formando o Vale do Longá, antiga localidade Livramento, hoje cidade de José de Freitas, local onde, em 1777, seus descendentes construíram a atual igreja Matriz de José de Freitas. Manuel Carvalho de Almeida chegou a ser nomeado juiz ordinário e comandante militar de Campo Maior. Ele e Clara Castello Branco tiveram nove filhos, todos criadores e fazendeiros no Vale do Longá, e todos eles com o sobrenome Castello Branco.

O jornalista Carlos Castello Branco pertence à oitava geração, contando a partir do patriarca da família, Francisco da Cunha Castello Branco. É o quinto filho de Christino Couto Castello Branco e de Dulcila Santana Castello Branco. Casou-se com Hélvia Lordello, com quem teve três filhos: Rodrigo Lordello Castello Branco<sup>1</sup>, Luciana Castello Branco e Pedro Lordello Castello Branco, também jornalista, a exemplo do pai e do tio Lucídio Castelo<sup>2</sup> Branco, irmão de Castello, também personagem importante do jornalismo político brasileiro.

O primeiro presidente da ditadura, o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, é também da oitava geração a partir do patriarca da família Castello. É o segundo filho de Cândido Borges Castello Branco e de Antonieta Alencar. Nasceu em Messejana (CE), tendo estudado em Fortaleza, Teresina e Recife, antes de ingressar na Escola Militar de Rio Pardo, no Rio Grande do Sul. Seguiu com distinção a carreira militar, conseguindo as promoções do Exército até chegar ao posto de marechal (FERREIRA, 2008, p. XVI). Castello se declara parente do marechal Castelo Branco: “Ele era muito parecido com minhas tias velhas do Piauí. Tinha aquele mesmo tipo de coisa, aquele tipo de cara, era da geração do meu pai, o terceiro avô [...]. Realmente há um parentesco, mas não tão próximo” (CASTRO, 2006, p. 140).

A ligação com a cidade natal e com a família não impediu que Carlos Castello Branco buscasse outros horizontes. Do apreço à literatura, em Teresina, optou pela área jurídica ao mudar-se, em 1937, para Minas Gerais, onde estudou Direito. O momento era de efervescência política, com as acirradas disputas eleitorais e os movimentos de defesa da reforma agrária, comandados pela oposição ao Estado Novo do presidente Getúlio Vargas. Fora do Brasil, a Segunda Guerra Mundial tomava corpo, ocasionada pela crise de 1929, que afetou a economia norte-americana e causou retração econômica de vários países ainda assolados pela Primeira Guerra: o desemprego e a inflação retratavam a dura realidade de várias nações que já se encontravam frágeis economicamente.

---

<sup>1</sup> O filho Rodrigo morreu em um acidente de carro em 1976, durante a ditadura, com suspeitas de crime encomendado pelo poder militar, embora Castello, em entrevista a Carlos Chagas (2006), negue que a morte do filho tenha sido em represália à sua atuação no jornalismo.

<sup>2</sup> A variação na forma de escrever o sobrenome (Castelo/Castello/Castélo) é bastante comum na família. Em um documento escolar de Carlos Castello Branco datado de 23 de novembro de 1931 o sobrenome aparece escrito com apenas um “l” e acento no “e” (Castélo), em alguns documentos, sem o acento, e em outros, com dois, forma adotada pelo jornalista (RUFINO, 2011, p. 40).

Vargas tinha chegado ao poder pela Revolução de 1930, movimento armado liderado pelos Estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, que não aceitaram a derrota nas eleições em que Júlio Prestes saiu vitorioso e planejaram o golpe de Estado, sob o pretexto de que João Pessoa fora assassinado por um simpatizante do presidente Washington Luís. O golpe aconteceu em outubro de 1930 e tirou o presidente do poder, impedindo também que o candidato vencedor das eleições, Júlio Prestes, viesse a assumir a presidência.

Em 1939, Castello inicia como repórter de polícia no jornal *Estado de Minas*, transferindo-se para a capital federal em 1945, para trabalhar em *O Jornal*, onde permaneceu até 1950. Foi, contudo, no Rio de Janeiro, que ele conquistou notoriedade: entre 1950 e 1961 ocupa a função de chefe de reportagem política do *Diário Carioca*. Tendo assinado, durante alguns anos, a coluna Diário de um Repórter, tornou-se editor-chefe da *Tribuna da Imprensa*, antes de ingressar na revista *O Cruzeiro*, como cronista político e, posteriormente, editor político. Em 1961, mudou-se para Brasília, onde assumiu o cargo de secretário de Imprensa do governo Jânio Quadros. Com a renúncia de Jânio, começou a escrever para a *Tribuna da Imprensa*, permanecendo até dezembro de 1962. Em janeiro de 1963, já na condição de chefe da sucursal do *Jornal do Brasil*, em Brasília, passou a ocupar as páginas de opinião do JB.

As edições do *Jornal do Brasil* dos dias 3 e 4 de janeiro trazem a Coluna do Castello do lado direito da página 4 do primeiro caderno. Na edição do dia 5 de janeiro, a Coluna é deslocada para o lado esquerdo da mesma página, onde permanece até 22 de março de 1975, quando é levada para a página 2 do JB. Com o tempo, o projeto gráfico do jornal evolui, permitindo que a imagem de Carlos Castello Branco passasse a compor a identidade visual da Coluna a partir do dia 8 de setembro de 1987, forma que mantém até 20 de maio de 1993, quando é publicada pela última vez com a assinatura de Castello.

Para o então editor do JB, Alberto Dines, parte da existência da Coluna do Castello deu-se em um período conturbado e violento. Foram anos de chumbo que “Castello atravessou-os incólume, sem ferir, sem ferir-se. Porque Castello foi um homem sem ódios. Este é o modelo que precisa ser reavivado” (DINES, 2000). Durante todo esse tempo, a Coluna do Castello passou por vários formatos gráficos, até o seu último desenho, ocupando o lado esquerdo da página 2 do JB, o espaço mais nobre do jornalismo político do Brasil a partir daquele dia 3 de janeiro de 1963.

Figura 1— Coluna do Castelo ocupando o lado direito da página 4 do JB.

**Governo domina Previdência**

O Governo elegu, ontem, cinco de seus representantes para a Presidência Social, tendo como representantes a União Democrática Brasileira, o DPOV; Edgar Rocha, a Carta para o Brasil; o DPOV; o DPOV; o DPOV; o DPOV...

**Liberação do tráfico na Rio-Bahia**

O Diretor do Departamento Nacional de Habitação de Bahia, Engenheiro Roberto Lacerda, informou que o DNBH, no Rio de Janeiro, está estudando a possibilidade de liberação do tráfico de imóveis em áreas urbanas, visando a melhoria das condições de habitação da população...

**Negociações com URSS comecam hoje**

As negociações do acordo comercial entre o Brasil e a União Soviética começam hoje em Moscou. O acordo prevê a importação de trigo, petróleo e outros produtos, além da exportação de café, açúcar e outros produtos brasileiros...

**PILOTOS TIVEREM AEROPORTOS EQUIPADOS PARA BONS POUSOS**

**INUNDAÇÕES EM SÃO PAULO**



As equipes de trabalho de manutenção dos aeroportos brasileiros, sob a direção da Direção de Serviço de Manutenção de Aeroportos, estão trabalhando para a adequação dos aeroportos brasileiros para a recepção de aeronaves estrangeiras...

Os diretores dos sete aeroportos que serão atendidos pelo projeto de manutenção de aeroportos brasileiros estão reunidos no escritório do DSA...

Flutuações de nível das águas em São Paulo geram inundações em áreas baixas da cidade, afetando milhares de pessoas e prejuízos materiais...

**Redução de salário para os marítimos e punição dos que se acham em greve**

O Grupo de Trabalho Chefiado pelo Almirante Silviano, Presidente do Conselho de Administração do Rio de Janeiro, decidiu reduzir o salário dos marítimos e punir os que se acham em greve...

**JB recebe e retribui felicitações**

O Jornal do Brasil recebeu e retribuiu as felicitações recebidas pelo jornalista Carlos Castello Branco em sua homenagem...

**Economistas de todo o mundo discutem no Rio problema da inflação**

Uma reunião de especialistas em economia de todo o mundo está sendo realizada no Rio de Janeiro para discutir o problema da inflação e suas causas e possíveis soluções...

**Efetivo de oficiais no Exército**

Os oficiais do Exército Brasileiro estão sendo realocados em várias unidades militares para atender às necessidades de defesa do país...

**Descentralizamo para servir melhor**

O plano de descentralização do serviço público brasileiro tem como objetivo melhorar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos, reduzindo a burocracia e agilizando os processos...

**Primeira internacional de idiomas**

A Primeira Internacional de Idiomas foi fundada com o objetivo de promover o ensino de idiomas estrangeiros e facilitar a comunicação entre povos de diferentes nacionalidades...

**FIRST INTERNATIONAL COLLEGE OF LANGUAGES**  
Métodos práticos e diretos de ensino de idiomas: Inglês, Francês, Espanhol e Russo. Instrução em português e em francês em transição para o idioma original.

**Coluna do Castelo Opção na Guerra, Pastas Cíveis e reforma difícil**

Resolução — Kruel na Guerra, fator de equilíbrio — No âmbito da defesa, a opção pela guerra é vista como um fator de equilíbrio estratégico...

O Conselho de Ministros que o Presidente constituiu após a posse em Brasília, no dia 31 de janeiro, tem como missão preparar o governo para o exercício de suas funções...

O Sr. Adolfo Balthus, imediatamente, o homem que se apresentava como o candidato a Presidente da República para o primeiro turno...

O nome do Sr. São Paulo Dantas, que parecia indicado para o cargo de Presidente da República, não foi mencionado...

O Sr. João Goulart não se pode considerar um homem que se apresentava como o candidato a Presidente da República...

O Sr. João Goulart não se pode considerar um homem que se apresentava como o candidato a Presidente da República...

O Sr. João Goulart não se pode considerar um homem que se apresentava como o candidato a Presidente da República...

O Sr. João Goulart não se pode considerar um homem que se apresentava como o candidato a Presidente da República...

O Sr. João Goulart não se pode considerar um homem que se apresentava como o candidato a Presidente da República...

O Sr. João Goulart não se pode considerar um homem que se apresentava como o candidato a Presidente da República...

O Sr. João Goulart não se pode considerar um homem que se apresentava como o candidato a Presidente da República...

O Sr. João Goulart não se pode considerar um homem que se apresentava como o candidato a Presidente da República...

O Sr. João Goulart não se pode considerar um homem que se apresentava como o candidato a Presidente da República...

O Sr. João Goulart não se pode considerar um homem que se apresentava como o candidato a Presidente da República...

O Sr. João Goulart não se pode considerar um homem que se apresentava como o candidato a Presidente da República...

O Sr. João Goulart não se pode considerar um homem que se apresentava como o candidato a Presidente da República...

O Sr. João Goulart não se pode considerar um homem que se apresentava como o candidato a Presidente da República...

O Sr. João Goulart não se pode considerar um homem que se apresentava como o candidato a Presidente da República...

O Sr. João Goulart não se pode considerar um homem que se apresentava como o candidato a Presidente da República...

O Sr. João Goulart não se pode considerar um homem que se apresentava como o candidato a Presidente da República...









O jornalista e escritor Paulo José Cunha, que conviveu com Castello, revela algumas características físicas e da personalidade do colega de profissão, em um artigo<sup>3</sup> publicado no jornal *Repórter*, por ocasião da semana Carlos Castello Branco, em 1995. Paulo José descreve Castello como “[...] um cidadão baixinho, atarracado, andar acelerado e uma voz terrível, engrolada, que mais parecia entrar que sair da boca, sinal, talvez, da vocação de voraz devorador de informações.” (CUNHA, 1995, p. 21). À época, pertenciam à redação do JB, profissionais do quilate de Tarcísio Holanda, Abdias Silva, Carlos Max Torres, Teresa Cardoso, João Emílio Falcão, Walfrânio Carvalho, Luiz Inácio de Castro, todos, segundo Paulo José, muito aquém daquele “cidadão atarracado”.

O convívio com intelectuais ligados à literatura, os conhecimentos adquiridos com a formação em Direito e o ambiente de efervescência que encontrou, ao chegar a Minas Gerais, contribuíram para aprimorar a visão de mundo de Castello, levando-o a produzir muito mais análises sobre o Brasil do que qualquer outro profissional de imprensa. Além da Coluna, Carlos Castello Branco possui uma produção considerável sobre temas políticos: “Introdução à revolução de 1964, a agonia do poder civil” (1975), “Os militares no poder, volume I” (1977), “Os militares no poder, volume II” (1978), “Os militares no poder, volume III” (1979), que são relatos dos bastidores do poder central do país; “Posse na academia” (1983), “Posse na Academia Piauiense de Letras” (1984), “Castello na casa de Lucídio Freitas” (1984), reunindo discursos de Castello; “Crônicas políticas: 1964-1968” (1989); “Retratos e fatos da história recente” (1994), “A renúncia de Jânio, um depoimento” (1996), também abordando fatos políticos; “Continhos brasileiros e outros contos” (2002) e “Os militares no poder – de 1964 ao AI5” (2007), organizado a partir dos comentários produzidos pela Coluna do Castello.

Sobre o jornalista, o amigo e conterrâneo Francelino Pereira, ex-governador e senador de Minas Gerais, publicou “Castelinho: o inventor do jornalismo político no Brasil” (2002) e Pedro Jorge Castro organizou o conteúdo de uma entrevista concedida por Castello a Carlos Chagas, que resultou na publicação do “C. C. B: o jornalista do Brasil” (2006). Na área acadêmica, a jornalista Daiane Rufino (2011) defendeu dissertação de Mestrado intitulada “Carlos Castello Branco: o comentarista paradigmático da imprensa brasileira”, em que traça a trajetória do jornalista e faz uma análise dos tipos de comentários praticados por Castello em sua coluna no *Jornal do Brasil*. Ana Regina Rego (2007) publicou o artigo “Carlos Castello

---

<sup>3</sup> Os artigos, alguns inéditos, eram publicações de outros veículos de comunicação (jornais e revistas), a maioria no próprio *Jornal do Brasil*. A intenção de trazer à tona o jornal *Repórter* é mais no sentido de demonstrar o apreço que os piauienses, sobretudo, os jornalistas piauienses têm pelo conterrâneo. Os artigos e depoimentos são todos elogiosos à pessoa e ao profissional Carlos Castello Branco.

Branco e a opinião no jornalismo brasileiro”, onde faz uma abordagem sobre jornalismo opinativo a partir de análise da Coluna do Castello. Em 2012, produzimos um artigo que relata o testemunho dos dois irmãos em dois momentos significativos da vida política brasileira: a renúncia do presidente Jânio Quadros e a polêmica em torno da resistência ao nome do vice-presidente João Goulart publica no artigo “A renúncia de Jânio e o movimento pela posse de Goulart: um encontro de Castello e Lucídio”.

A tarefa de traçar a trajetória de vida<sup>4</sup> de Carlos Castello Branco<sup>5</sup> impõe uma relação com os acontecimentos marcantes da história recente do Brasil como forma de evidenciar o papel que ele ocupou na imprensa brasileira durante 54 anos dedicados à tarefa de observar, relatar e analisar fatos políticos, dedicando mais da metade desse tempo à análise dos bastidores do poder central do país. Tito Cardoso Cunha (2005) entende que, quando um acontecimento na trajetória de vida traz uma “marca”, esta é algo que permanece, não se apaga, torna-se referência de algum significante inscrito na memória. Cunha acrescenta que a interpretação de trajetória de vida representa uma singularidade, no sentido de traçar um destino como termo e de se apresentar como exemplo do que é *evenemencial*, “[...] marcado por acontecimentos únicos, simultaneamente de uma absoluta singularidade e de uma também grande universalidade: o nascimento e a morte” (CUNHA, 2005, p. 105-106).

A trajetória de Castello se enquadra bem na definição dada por Cunha. A sua prática jornalística e o grau de importância que ocupa no contexto histórico da política nacional credencia Castello a merecer o estatuto de personalidade memorável. Esta é, portanto, a razão de relacionarmos a sua trajetória (não a história de vida) aos significativos fatos históricos de que trata esta pesquisa: a renúncia de Jânio Quadros, o movimento em defesa da posse do vice João Goulart, a decretação do Ato Institucional n. 5, a censura aos meios de comunicação, as

---

<sup>4</sup> A trajetória de vida se contrapõe à biografia, entendida por Pierre Bourdieu (2003) como algo que se inseriu de “contrabando” no universo do saber, principalmente, entre os etnólogos. Diferente da trajetória, a história de vida encontra-se no nível do senso comum, que pressupõe a vida de alguém como uma história “[...] e que a vida é inseparavelmente o conjunto de acontecimentos de uma existência individual, concebida como uma história e a narrativa dessa história.” (BOURDIEU, 2003, p. 74). A história de vida, essa vida organizada como história, propõe uma ordem cronológica, de um começo, de uma origem, de razão de ser e de um fim, que é também um objetivo, uma realização. Tornar-se o ideólogo da sua própria existência, selecionando, em função de uma intenção global, certos acontecimentos significativos e estabelecendo conexão entre eles para justificar sua existência, implica na sua instituição como causa, que tem no biógrafo uma cumplicidade que leva o biografado a aceitar uma criação artificial de sentido. A história de vida é uma apresentação oficial de si: com carteira de identidade, atestado civil, ou seja, uma narrativa que se fundamenta na lógica da confiança apoiada pelo sujeito – que é o entrevistador e contador da história – e o objeto da biografia, que é o entrevistado (BOURDIEU, 2003). As normas da biografia oficial tendem a se impor para além das situações oficiais por meio de pressupostos não conscientes da biografia, como sugere Bourdieu (2003, p. 81), reforçando que “[...] compreender uma vida como uma série única [...] é tão absurdo quanto tentar explicar o trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede”.

<sup>5</sup> Parte da trajetória de Castello é apresentada no artigo “A renúncia de Jânio e o movimento pela posse de Goulart: um encontro de Castello e Lucídio”, publicado pela revista ALCEU, v. 13, n. 25, p. 37 a 49, 2012.

prisões, as torturas, os assassinatos, a resistência de setores políticos e sociais, o início do processo de redemocratização do país, com a eleição de Tancredo Neves, em 1985. Reforçar estes aspectos do trabalho é considerar a relevância desses acontecimentos que se desdobram em outros de igual envergadura e que, de certa maneira, revelam campos problemáticos<sup>6</sup>, que estão na esteira do golpe de 1964, levado a termo pela resistência ao governo João Goulart, mesmo legitimado no poder, apoiado por parte da sociedade brasileira e de setores políticos que aderiram à causa da legalidade de sua posse.

É voz única a de que Castello foi o mais influente dos jornalistas políticos do Brasil enquanto exerceu a profissão, tendo, inclusive, inaugurado o posto de secretário de Imprensa da República, cargo que ocupou após conviver com Jânio Quadros, ainda na campanha presidencial. Não se orgulhava da posição de destaque no Planalto, embora circulasse com desenvoltura por todos os setores do poder, da extrema direita à extrema esquerda, entre os civis e os militares<sup>7</sup>.

O piauiense Francelino Pereira (2001, p. 120), ex-governador de Minas Gerais e contemporâneo de Castello na Escola de Direito de Minas, conta que o “Castelinho” do *Jornal do Brasil*, por dentro, era ele mesmo. Trabalhava com os fatos, as versões, os vieses. Também sabia escrever nas entrelinhas, o modo do implícito, recorrente nos regimes totalitários, utilizando-se de códigos que somente poucos do mundo político conseguiam entender ou tentavam adivinhar.

O jornal *O Tempo*, de Belo Horizonte, cidade onde Castello iniciou na profissão, faz um breve relato da trajetória de Carlos Castello Branco. A manchete: “Castelinho: da *Remington* à *Internet*” reporta-se ao acervo jornalístico e literário produzido por Castello, disponibilizado na Rede<sup>8</sup>. Na reportagem, a jornalista e colunista de *O Estado de S. Paulo*, Dora Kramer (2007), uma das sucessoras da Coluna do Castello, no *Jornal do Brasil* (o

---

<sup>6</sup> Louis Quéré (2005, p. 72) considera que, se os acontecimentos, em sua grande maioria se inscrevem em “campos problemáticos” já postos, “[...] que perduram enquanto os problemas e as respectivas causas se mantêm, também novos campos problemáticos se constituem com a emergência de acontecimentos”. O autor cita como exemplo o atentado de 11 de setembro que, somente após ocorrer, traz à tona a discussão sobre o problema da segurança em Nova York e o terrorismo. Em analogia, a renúncia de Jânio Quadros renova a preocupação dos poderes militares com João Goulart, tendo ele sido rejeitado pelos mesmos, ainda no governo de Getúlio Vargas, fazendo surgir todo um movimento pela legalidade da sua posse a despeito da resistência do corpo das Forças Armadas.

<sup>7</sup> No sítio em homenagem a Castello há 38 mensagens elogiosas ao jornalista: de Luiz Inácio Lula da Silva a Antônio Carlos Magalhães; de Aloizio Mercadante a Marco Maciel; de Fernando Henrique Cardoso a Paulo Maluf; de Josué Montello a Roberto Marinho; de Otto Lara Resende a José Sarney; e tantas outras personalidades das letras e da política brasileira.

<sup>8</sup> O acervo de Carlos Castello Branco: seus comentários na coluna do *Jornal do Brasil* (existem algumas lacunas), sua produção literária, cartas a alguns amigos, opiniões de outros, entrevistas, discursos, dados sobre sua vida pessoal estão disponibilizados no sítio: [www.carlostellobranco.com.br](http://www.carlostellobranco.com.br).

primeiro a assumir a coluna com a morte de Castello foi o jornalista Marcelo Pontes), considera que Castello era imbatível na análise política. Kramer não chegou a conviver com ele diretamente, mas afirma lembrar bem da figura do “mestre”. O espaço vertical de duas colunas, antes ocupado por Castello, durante mais de 30 anos, passou a ter outra denominação: Coisas da Política. A jornalista declara ao jornal *O Tempo*, onde o material jornalístico por ela produzido para *O Estado de S. Paulo* também é publicado, que prefere não fazer comparações. Kramer define Castello como um colunista de grife, que tinha boas fontes e se relacionava muito bem com elas. “Acho difícil enxergar o Castelinho trabalhando nas condições de hoje” (KRAMER, 2007, p. A5).

Ao terminar a leitura do comentário de Castello no *Jornal do Brasil*, as pessoas se arriscavam a dizer que o jornalista havia conversado com esta ou aquela fonte, embora sem citar nomes. Para o ex-governador de Minas, “Castelinho” era amigo de incontáveis políticos e de funcionários públicos influentes. As pessoas sabiam até quando a coluna tinha sido escrita a partir da leitura de outros jornais ou quando o jornalista não tinha ouvido nenhuma outra fonte em específico (PEREIRA, 2007). Castello Branco ficou conhecido como grande cultivador de fontes, de boas relações com personalidades, que o mantinham sempre bem informado. Como observador e comentarista mostrou-se insuperável. “Não que fosse um anjo de isenção. Tinha preferências e idiossincrasias. Adorava os cardeais da velha UDN e possuía razões de sobra para cultivar aqueles liberais, com exceções” (CHAGAS, 2006, p. 11).

O acervo da produção de Castello disponibilizada na Rede é um reflexo da sua estatura e das relações que estabelecia com o poder. O sitio contém textos elogiosos dos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso e José Sarney, dos então senadores Aloizio Mercadante e Antônio Carlos Magalhães, dos jornalistas Alberto Dines e Evandro Carlos de Andrade e do escritor Otto Lara Resende, publicados por jornais de circulação nacional ou escritos diretamente para o jornalista. Também o poeta Carlos Drummond de Andrade encaminhou correspondência a Castello, quando do assassinato do filho Rodrigo Lordello Castello Branco, que marcou de maneira contundente a vida de Castello e da família.

Carlos Castello Branco foi um jornalista político que fazia política. Em 1976, com 56 anos de idade, aceitou o desafio de presidir o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal. Os articuladores da chapa que Castello encabeçara, revela Hélio Doyle (*apud* RUFINO, 2011, p. 81), eram considerados de esquerda, adversários do regime. Eleito, na condição de presidente do Sindicato, conta Rufino (2011, p. 82), Castello foi um político conciliador, procurando integrar a categoria. Na posse, fez um discurso elogiando seu antecessor, Arnaldo Ramos, que fora eleito e reeleito diversas vezes com apoio dos militares.

Bom articulador, Castello soube impor suas ideias, sem bater de frente com o governo. Ao assumir a presidência do Sindicato, precisou assinar um documento de compromisso com as leis do país e de “acatamento às ordens emanadas das autoridades constituídas”, uma exigência do Ministério do Trabalho. Chegou a declarar que, “apesar de ser obrigado a cumprir todas as leis do país, discordava de algumas delas e também ‘dos métodos de ação’ do governo, deixando claro que seu objetivo e do grupo que o elegera era o de ‘renovar a política sindical’”.

No jornalismo, Castello tornou-se um profissional de referência, pela maneira de escrever, de analisar os acontecimentos, por trabalhar em um veículo de comunicação de referência que foi o *Jornal do Brasil*. Teve sua vida profissional marcada pelo dissabor de duas ditaduras, pela expectativa de duas redemocratizações, pelo suicídio do presidente Getúlio Vargas, a renúncia de Jânio Quadros, a deposição de João Goulart e o *impeachment* de Fernando Collor, além de ter acompanhado a promulgação das Constituições de 1946, 1967 e 1988 e de testemunhar os feitos e defeitos de 13 presidentes da República (TAVARES, 2010). Foi o jornalista da sua época que chegou mais perto do poder que um profissional de imprensa pode chegar, quando assumiu o cargo de secretário de Imprensa da Presidência da República no governo Jânio Quadros, o primeiro a ocupar a função no país. Em uma das muitas entrevistas concedidas à amiga jornalista Adriana Zarvos (1986)<sup>9</sup>, Castello confessa que não tinha grande influência junto a Jânio Quadros, afirmação que contraria o que ele revelara ter sido sua real função no governo: cuidar da relação com a imprensa internacional, o que significava construir a imagem do presidente e do governo brasileiro no mundo.

## 2.2 A Renúncia de Jânio na Esteira do Golpe

Esta pesquisa não tem a pretensão de fazer um resgate histórico minucioso dos fatos políticos do período em que os militares estiveram no poder. Outros autores: jornalistas, historiadores, biógrafos, sociólogos têm cuidado dessa tarefa, em momentos distintos, seja

---

<sup>9</sup> Na mesma entrevista Castello afirma que não era o responsável pela política de comunicação, que tudo era absorvido pelo secretário particular do presidente. José Aparecido de Oliveira era quem dava as versões e trabalhava politicamente os repórteres, restando a Castello a missão de distribuir as notícias. Castello também organizava as entrevistas coletivas e preparava o material do presidente para os jornais estrangeiros. Confessa à amiga Adriana Zarvos que trabalhava muito no Palácio. Ficava até depois das dez horas da noite com José Aparecido e, às vezes, saía para missões políticas. As conversas entre Jânio Quadros e o vice-presidente João Goulart eram por meio de José Aparecido e ele (Castello) acompanhava o presidente à Granja do Torto. Bebiam uísque até altas horas, conversando. Em algumas ocasiões, aparecia o governador Leonel Brizola. Castello achava interessante aquela intimidade do poder, muito útil do ponto de vista de entender os meandros da política, já que ele nunca tinha estado do lado de dentro (ZARVOS, 1986).

pela natureza do estudo, pelo envolvimento profissional, pelo testemunho, ou mesmo pela simples inquietação. Os 54 anos de jornalismo de Carlos Castello Branco são parte dessa história recente do Brasil, por ele ter vivenciado alguns momentos significativos da política nacional. A renúncia do presidente Jânio Quadros é um deles.

Castello presenciou a angústia do amigo e chefe que admirava: o episódio se dá no final de tarde do dia 25 de agosto de 1961, na Base Aérea de Cumbica, São Paulo, horas depois de Jânio renunciar ao mais elevado cargo público do país, o de presidente da República. Ele se fazia acompanhar de amigos e assessores mais próximos: o secretário particular José Aparecido de Oliveira, o chefe da Casa Civil, Francisco Quintanilha Ribeiro, Oscar Pedrosa Horta, ministro da Justiça, Francisco de Castro Neves, ministro do Trabalho, seu ajudante de ordem Chaves Amarante, e Carlos Castello Branco. A conversa girava em torno das circunstâncias da renúncia. Jânio, certo de que voltaria pelos braços do povo; os demais, atônitos, tentavam compreender a “loucura” do presidente. Castello atendia as ligações telefônicas. Uma, em particular, merece registro: a de Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, angustiado, quase implorando para falar com Jânio.

Queria garantir apoio e convidá-lo a aguardar o desenrolar da crise em Porto Alegre, onde poderia resistir às pressões das “forças ocultas” que o apearam do poder. Em Brasília, políticos e intelectuais reunidos, excitados com a renúncia e desejosos de uma iniciativa no sentido de assegurar a posse do vice João Goulart, que estava em visita de negócios à China e, com isso, impedir o golpe que se anunciava. Na Base Aérea, o ministro Castro Neves ainda insistia em tomar decisões como se nada tivesse acontecido. Jânio, porém, reforça que não faria nada naquele momento para voltar ao Palácio do Planalto, mas, em três meses, se tanto, estaria nas ruas, espontaneamente, o clamor popular pela restauração do seu governo.

As palavras do presidente causam um prolongado silêncio na Base Aérea. É quando Chaves Amarante revela que, sem autorização do chefe e contra as ordens de Quintanilha, conseguira embarcar em Brasília, levando consigo a faixa presidencial por baixo da farda. Contrariado, o presidente ordena que seja entregue ao comandante do II Exército, que estava incumbido de garantir a integridade física dos presentes. Em seguida, Jânio se dirige a um DKW, carro popular, dos primeiros fabricados no Brasil, e parte em cortejo, acompanhado por sua comitiva e alguns jornalistas. Após percorrer algumas ruas da cidade de São Paulo, o DKW desvia-se da rota e sai “de fininho” pela estrada de Santos, conduzindo o presidente que renunciou e deixou na “[...] esteira uma crise política que está na origem da Revolução de 1964.” (PEREIRA, 2001, p. 47).

Como dito, este trabalho trata da ditadura do ponto de vista jornalístico, carecido de ser situado no tempo e, embora o governo de Jânio Quadros não esteja inserido no período que corresponde ao estudo, sua renúncia é tomada como ponto de partida, pelo fato de ter desencadeado uma crise institucional no país. Mais que isso: a renúncia de Jânio, das quatro registradas no Brasil (Dom Pedro I, em 1831; Feijó, em 1837; Deodoro, em 1891, na primeira presidência da República e a dele em 1961), foi a mais perturbadora e, embora tenha caído no vazio, é tida como o acontecimento que acionou os dispositivos contra o vice João Goulart, que fora ministro do Trabalho do governo de Getúlio Vargas, rejeitado desde então pelos militares, e que fez surgir o movimento da esquerda brasileira, liderado pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, em defesa da posse do vice no cargo de presidente, contra a resistência das Forças Armadas.

Em seu livro “A renúncia de Jânio: um depoimento”, Carlos Castello Branco (1996) conta detalhes de um dos capítulos mais intrigantes da história política brasileira, protagonizado pelo amigo de quem fora secretário de Imprensa e que, aos 44 anos de idade, era empossado no mais elevado cargo público do país. Menos de sete meses depois renuncia ao mandato que lhe foi conferido pelo voto popular de 5,6 milhões de brasileiros.

Jânio Quadros chegara ao poder de forma meteórica. Em menos de quinze anos fez uma carreira inteira: de vereador a presidente, proeza sem precedentes na história. Depois de se eleger vereador da capital paulista, em 1947, chegou ao legislativo estadual três anos mais tarde, sendo o deputado mais votado. Elegeu-se prefeito três anos depois e, em três de outubro de 1954, venceu as eleições para o governo do Estado de São Paulo.

O jornalista Hélio Silva (1975) se refere a Jânio como um homem singular, que precisa ter sua trajetória contada de maneira também singular. Pelo fenômeno eleitoral que foi, precisa ser visto e estudado por meio de critérios diferenciados. Ele não chegou ao poder por meio de uma revolução armada, como Getúlio Vargas. Jânio não provinha de família rica, não era empresário de comunicação ou comandava grupos econômicos, tampouco foi apoiado pelas potências mundiais à época. Também não se tornou um fenômeno de voto pelos seus olhos, menos ainda pelo trato com as pessoas (SILVA, 1975, p. 29).

Mais rápido que ter chegado ao cargo de presidente da República foi o tempo que se manteve nele. Se mesmo hoje, historiadores, jornalistas, biógrafos se debatem sobre o fenômeno Jânio Quadros, sua rápida ascensão, sua intrigante carreira política, com mais razão buscam respostas para a forma como renunciou ao poder. Na cerimônia em que Jânio recebeu o cargo das mãos de Juscelino Kubitschek, pregou a democracia e a liberdade em um pronunciamento típico de quem pretendia levar o mandato até o final.



Silva (1975, p. 66) descreve parte do discurso de posse em que Jânio diz que “[...] transitórios somos nós, os seus governantes. Transitórias e efêmeras, as nossas pobres divergências. Mas eternos hão de ser, na comunhão da pátria, o povo e a liberdade [...]”, mas prometera ficar no cargo até o fim para transmiti-lo, da mesma maneira que seu antecessor Juscelino Kubitschek o fizera no dia 31 de janeiro de 1961. Não foi como planejado. Chagas (2006) conta que, na corrida presidencial, quem acompanhava Jânio Quadros percebia os detalhes, mas poucos se dedicavam a fazer relações entre eles e a concluir que o homem era “doido”, afeito a tiradas demagógicas e a intervenções contraditórias (CASTRO, 2006, p. 87). Quando chegou ao poder, Jânio se decepcionou com os grupos sociais, as categorias de trabalhadores, os partidos políticos que passaram a cobrar as promessas confusas que ele fizera durante a campanha. “A renúncia mesmo, reconhecida como ato de loucura, ele nunca explicou, nem poderia asseverá-la real.” As ‘forças ocultas’ que o levaram à interrupção do próprio mandato, Jânio nunca as materializou (CASTRO, 2006, p. 89).

Em alguns trechos de sua carta-renúncia o presidente deixa escapar o sentimento de revolta, a intenção do retorno e deixa indícios dos motivos de deixar o cargo. Relata que foi vencido por fortes reações, que desejou um Brasil para os brasileiros, afrontando a corrupção, a mentira e a covardia que subordinam os interesses gerais aos apetites e às ambições de grupos ou de indivíduos. Jânio diz que forças terríveis levantam-se contra ele, com intriga e difamação, até com a desculpa de colaboração.

Fui vencido pela reação e assim deixo o governo. Nestes sete meses cumpri o meu dever. Tenho-o cumprido dia e noite, trabalhando infatigavelmente, sem prevenções, nem rancores. Mas baldaram-se os meus esforços para conduzir esta nação, que pelo caminho de sua verdadeira libertação política e econômica, a única que possibilitaria o progresso efetivo e a justiça social, a que tem direito o seu generoso povo. Desejei um Brasil para os brasileiros, afrontando, nesse sonho, a corrupção, a mentira e a covardia que subordinam os interesses gerais aos apetites e às ambições de grupos ou de indivíduos, inclusive do exterior. Sinto-me, porém, esmagado. Forças terríveis levantam-se contra mim e me intrigam ou infamam, até com a desculpa de colaboração. Se permanecesse, não manteria a confiança e a tranquilidade, ora quebradas, indispensáveis ao exercício da minha autoridade. Creio mesmo que não manteria a própria paz pública. Encerro, assim, com o pensamento voltado para a nossa gente, para os estudantes, para os operários, para a grande família do Brasil, esta página da minha vida e da vida nacional. A mim não falta a coragem da renúncia. Saio com um agradecimento e um apelo. O agradecimento é aos companheiros que comigo lutaram e me sustentaram dentro e fora do governo e, de forma especial, às Forças Armadas, cuja conduta exemplar, em todos os instantes, proclamo nesta oportunidade. O apelo é no sentido da ordem, do congraçamento, do respeito e da estima de cada um dos meus patrícios, para todos e de todos para cada um. Somente assim seremos dignos deste país e

do mundo. Somente assim seremos dignos de nossa herança e da nossa predestinação cristã. Retorno agora ao meu trabalho de advogado e professor. Trabalharemos todos. Há muitas formas de servir nossa pátria (QUADROS, 1961).

Às três horas da tarde daquele dia 25 de agosto o presidente do Congresso recebia das mãos do ministro da Justiça, Oscar Pedrosa Horta, a carta de renúncia do presidente. Castello ficara incumbido de apresentá-la aos jornalistas do Palácio do Planalto. Em seguida embarcaram para São Paulo: Castello e os auxiliares mais importantes do presidente. Momentos mais tarde, já na Base Aérea de Cumbica, “Castelinho” testemunha o presidente Jânio Quadros ordenando o major Chaves Amarante a entregar a faixa presidencial ao comandante do II Exército, antes de iniciar o cortejo pelas ruas de São Paulo, uma entrega simbólica, antecipada, do poder que os militares tomariam menos de três anos depois.

### **2.3 A Derrubada do Governo João Goulart**

O irmão de Castello, Lucídio Castelo (com um “ele” apenas) Branco, também jornalista e piauiense, encontrava-seno “largo” em frente à Prefeitura de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, conversando com amigos, enquanto informações sobre a renúncia de Jânio Quadros eram veiculadas pelas emissoras do centro do país. Em busca de mais detalhes, Lucídio dirigiu-se ao Palácio Piratini, onde a notícia já causava grande reboiço, com vários repórteres e políticos procurando saber as causas e os detalhes da surpreendente renúncia.

O jornalista conta que, ao entrar no Palácio Piratini, fora conduzido pelo secretário de Imprensa Hamilton Chaves ao gabinete do governador Leonel Brizola, que estava em companhia de outros secretários de Estado, falando, ao telefone, com Carlos Castello Branco. Brizola procurava um contato com Jânio Quadros na Base Aérea de Cumbica para se inteirar dos fatos pelo próprio presidente renunciante. Segundo Castelo Branco (2002, p. 41), Leonel Brizola teria dito ao jornalista Castello que precisava saber que “forças ocultas” teriam levado o presidente à renúncia. E sugeriu que Jânio Quadros pegasse um avião e fosse para o Rio Grande do Sul, onde as forças políticas locais e o governo lhe dariam sustentação para voltar ao Planalto. Castello se comprometeu a transmitir o recado de Brizola e pedir ao presidente que retornasse a ligação para o governador gaúcho. Não houve retorno.

Leonel Brizola convenceu-se de que o presidente teria sido forçado a deixar o cargo. Foi então que adotou medidas de emergência: colocou a Brigada Militar de prontidão e passou a verificar o que realmente se passava em Brasília. Para o jornalista Castelo Branco (2002, p. 42), que conheceu Jânio Quadros em Porto Alegre, quando este ainda estava em

campanha, de todas as versões que ouvira a que mais o convencia era a de que se tratava de um gesto de loucura. O presidente contava que alguns militares graduados e o povo iriam se manifestar para reconduzi-lo ao poder sem as amarras do Congresso Nacional. Tinha como certo que o poder militar se oporia à posse do vice-presidente João Goulart, o que de fato ocorreu. Contudo, o que Jânio Quadros não previu foi a esperteza com que as lideranças políticas aproveitaram a chance e, de imediato, aceitaram a renúncia do presidente como fato consumado.

A renúncia criara instabilidade política no país e desconfiança na alta esfera dos poderes militares, que não gostariam de ver o vice-presidente João Goulart assumir o poder. Os militares viam em Goulart uma ameaça, já que fora ministro do Trabalho do governo de Getúlio Vargas, demitido por imposição de um grupo de coronéis que, quando da renúncia de Jânio, em 1961, já ocupava posto de general e, na opinião dos quais, Goulart tinha fortes vínculos com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB), embora a resistência a seu nome não fosse voz geral entre os militares.

O presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, já no cargo de presidente da República, se apressou em confirmar os nomes dos três ministros militares que fariam parte do governo, até que houvesse nova eleição. No Rio Grande do Sul, conforme relata Castelo Branco (2002, p. 43), o Exército impõe censura às rádios Farroupilha e Gaúcha, deixando de fora a rádio Guaíba, por entender que não oferecia perigo ao sistema. Defensor da posse de João Goulart, mas impossibilitado de se comunicar com o povo por meio de um veículo de grande alcance, o governador Leonel Brizola ordena, por ofício, que a Brigada Militar ocupe os transmissores da rádio Guaíba, de propriedade do jornalista Breno Caldas.

Diante da iminência de um golpe militar, os microfones da rádio Guaíba, naquele momento, à sua disposição, inclusive com funcionários requisitados pelo Estado para operarem a emissora, Brizola transforma o movimento que antes era em defesa do retorno de Jânio à presidência da República em uma campanha pela legalidade da posse de João Goulart. “Era uma boa causa entregue a um corajoso líder”. Foi por ser uma causa justa e ter à frente “[...] uma liderança corajosa, que o movimento da legalidade cresceu e encontrou adeptos e partidários de norte a sul do país” (BRANCO, 2002, p. 44).

É de Anselmo Amaral (1986) uma das observações mais curiosas desse episódio. Ele relata a atitude de determinação do governador Leonel Brizola, já na madrugada do dia 26 de agosto, ao ocupar os microfones da rádio Guaíba e se dirigir aos gaúchos e ao Brasil. Na mensagem, Leonel Brizola lembra ao povo brasileiro que o país passava por momentos de tensão, momentos dramáticos, por conta da situação política em que se encontrava. “Num país

das tradições do Brasil, é realmente de estarrecer que tenhamos de viver dias e momentos como estes, quando se obscurecem e se desconhecem os princípios constitucionais” (AMARAL, 1986, p. 48).

Foi também de Leonel Brizola a iniciativa de pedir a João Goulart que retornasse imediatamente ao Brasil e, pelos microfones da rádio Guaíba, na sala de Imprensa do palácio do Governo, passara a comandar o movimento pela posse do vice-presidente. No segundo dia de campanha, Brizola começa a receber apoio e adesão de setores políticos e militares simpáticos à causa da legalidade. Castelo Branco (2002, p. 46) descreve que a Praça da Matriz, em Porto Alegre, estava ocupada pelo povo, especialmente políticos e estudantes, na expectativa de um pronunciamento. Ali ouviam os alto-falantes, que transmitiam os boletins da Rede da Legalidade, nome dado ao movimento pela posse de João Goulart, numa cadeia de emissoras de todo o estado que se conectaram com a Rádio Guaíba. A Rede da Legalidade manteve a população gaúcha mobilizada durante dias, e estendeu-se também para quase todos os estados do país.

O governador Leonel Brizola, tendo assumido o comando da resistência e em defesa do vice, ficara incomodado por não conseguir convencer João Goulart a retornar ao Brasil. Com habilidade e convicto de que reunira as condições de, tanto acomodar o cunhado, quanto de lutar por sua posse no cargo de presidente, partiu para um audacioso plano, com a participação e conivência de um grupo de jornalistas que se encontrava em Porto Alegre, entre eles, alguns estrangeiros que chegaram para a cobertura do impasse que envolvia setores do poder político civil e militar, em torno do cargo de presidente.

Definida a vinda de João Goulart pelo Uruguai, intermediada pelo deputado Tancredo Neves, Brizola enviou um grupo de jornalistas simpáticos ao movimento a Montevidéu, com duas missões: entrevistar o vice-presidente e convencê-lo a retornar ao Brasil no mesmo avião que levaria os jornalistas. Na embaixada do Brasil em Montevidéu, Castelo Branco, que fazia parte do grupo de jornalistas, foi chamado pelo deputado estadual Pedro Tasis Gonzáles, chefe da comitiva, à presença do vice-presidente e foi surpreendido com as primeiras palavras de João Goulart convidando-o para assumir a função de secretário de Imprensa da Presidência da República no exílio. “Sua primeira incumbência é comunicar aos seus colegas que estão na sala de espera que o vice-presidente, por não desejar acirrar mais ainda os ânimos no meu país, não fará nenhuma declaração aqui em Montevidéu” (BRANCO, 2002, p. 48).

Leonel Brizola, que não abria mão da resistência e do movimento pela posse de Goulart, diante das negociações que estavam sendo costuradas em Brasília, buscando uma saída para a crise, temia que Goulart abrisse mão do poder de presidente para dar lugar a um

regime parlamentarista<sup>10</sup>. Ao telefone, com Brizola, em Porto Alegre, e com Tancredo Neves, em Brasília, Goulart permaneceu em Montevideú, até a chegada de Tancredo, com os primeiros detalhes do acordo. Goulart concordou em retornar ao Brasil com o compromisso de não fazer nenhuma declaração à imprensa até sua chegada a Brasília, para onde se dirigiu, após três dias em Porto Alegre, aguardando o fechamento das negociações, enquanto uma multidão apreensiva esperava por um pronunciamento seu e Leonel Brizola permanecia com o aparato da legalidade de prontidão (BRANCO, 2002, p. 49 e 53).

Os momentos finais do curtíssimo governo Jânio Quadros tiveram “Castelinho” do Jornal do Brasil como testemunha; os passos iniciais de João Goulart rumo à presidência foram acompanhados pelo irmão Lucídio Castelo Branco, também “Castelinho”, para os colegas da imprensa gaúcha. Em Brasília, o já presidente Goulart convidou o jornalista Raul Ryff, que era seu secretário particular, para assumir a secretaria de Imprensa da Presidência da República, cargo que Lucídio ocupou por dois dias e duas noites, momentos intensos e angustiantes, narrados no livro “Da memória de um repórter”.

Na presidência, João Goulart é obrigado a travar uma luta árdua para vencer a resistência ao seu nome, considerado pelos militares como alinhado ao comunismo. O momento político na América Latina era marcado pelo sentimento que soprava dos mares do Caribe, embalados pelo apelo ativista de Che Guevara e Fidel Castro, que espalhavam o sonho de revolução proletária.

Em seu livro “O golpe começou em Washington”, o jornalista Edmar Morel (1965), conta que o vice-presidente estava rompido com Jânio, por conta de uma carta que enviara ao presidente, que a devolveu, sem sequer abrir. Imediatamente à renúncia de Jânio, os ministros da Marinha (almirante Sílvio Heck), da Aeronáutica (brigadeiro Grunn Moss) e do Exército (marechal reformado Odílio Denys) encaminharam ao Congresso Nacional, em 30 de agosto, um memorial em que mostram a inconveniência de João Goulart assumir a presidência da República, mesmo no cumprimento legal da Constituição, que garantia a ele esse direito (MOREL, 1965, p. 12). De setembro de 1961 a abril de 1964, não se fez outra coisa no Brasil que não fosse conspirar contra o governo Goulart, tendo à frente dessa conspiração os mesmo militares que enviaram o memorial ao Congresso, apoiados pelos generais Cordeiro de Farias,

---

<sup>10</sup> Goulart assume o cargo em um regime parlamentarista, que é mantido até 6 de janeiro de 1963, quando foi realizado o plebiscito sobre a volta do presidencialismo, instituído como condição para a posse do vice-presidente João Goulart. Mais de 80% dos votos da população brasileira são favoráveis ao retorno do presidencialismo. Em 23 de janeiro, o Ato Adicional nº 4 foi revogado pela Emenda Constitucional nº 6 restabelecendo o presidencialismo no país, instituído pela Constituição de 1946, modificada pela “revolução redentora”, nome dado pelos militares para o golpe de 1964.

Olímpio Mourão, Luís Carlos Guedes e Néelson de Melo. Na presidência, Goulart adota certas medidas que contrariavam o segmento militar que continuava a não aceitá-lo no comando da nação, abrindo alguns focos de resistência ao seu governo. A primeira reação viria por conta do envio, ao Congresso Nacional, de uma mensagem retirando do texto da Constituição de 1946<sup>11</sup>, o Parágrafo 16, do Artigo 141, que diz: “É garantido o direito de propriedade, salvo caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social mediante prévia e justa indenização em dinheiro” (ESTADOS..., 1946).

Uma segunda frente de reação ao governo João Goulart, segundo Morel (1965), seria aberta por uma “armação” do embaixador americano no Brasil, Lincoln Gordon, ao declarar, nos Estados Unidos, que o governo brasileiro era dominado por comunistas. Isso obrigou o presidente a justificar-se perante a nação e a comunidade internacional, no momento em que o país estava às voltas com uma dívida externa de 3,4 bilhões de dólares. Para completar, surgiu a ideia de encampar a *Bond and Share*, a *American Forican Power* e a CTB, por iniciativa do ministério de Goulart, no valor de 188 milhões de dólares, quando o valor da transação não poderia passar de 57 milhões. O escândalo veio a público e a frente da resistência foi instalada dentro dos escritórios centrais da *Bond and Share*, e da *American Forican Power*, poderosas multinacionais especialistas em derrubar governos em países da América Latina que se aventuravam em contrariar seus interesses (MOREL, 1965, p. 14).

A decisão de criar uma comissão parlamentar para apurar irregularidades dos laboratórios estrangeiros que controlavam 90% da indústria farmacêutica no Brasil foi outra medida adotada no governo Goulart. As investigações constataram que havia remessa clandestina para fora do país de *royalties* no valor de dez milhões de dólares. A tentativa de nacionalizar a indústria farmacêutica, fortemente combatida pelo poder do capital estrangeiro, que fez fracassar a intenção do governo, abria uma terceira frente contra João Goulart. Uma quarta frente não tardou a ocorrer. Quando a Justiça brasileira tornou sem validade uma concessão ao grupo *Hanna*, que queria tomar conta do minério de ferro do país, o consórcio, comandado por John Foster, passou a financiar o IBAD, órgão que corrompera vários pleitos eleitorais para eleger parlamentares que deveriam atuar em defesa de interesses norte-americanos no Brasil.

---

<sup>11</sup> A Constituição de 1946 fora redigida por senadores e deputados donos de extensas áreas territoriais no país, portanto, a retirada daquele parágrafo só poderia provocar reação contrária de alguns parlamentares. Na mensagem enviada ao Congresso Nacional, o presidente pedia a modificação, a fim de que a indenização fosse paga em títulos da dívida pública. Era uma medida que pretendia dar início ao processo de reforma agrária no país.

Com dois anos ocupando o Palácio do Planalto, o presidente João Goulart ainda não tinha governado, sofrendo coações externas e reações internas ao seu governo. O comício do dia 13 de março de 1964 foi mais uma ação que fez emergir as mais profundas reações contra um presidente que pretendia melhorar o país com reformas de base, na política, na área fiscal e no campo. A situação do país, entretanto, só se agravava. O povo revelara sua capacidade de luta e se fazia mais consciente diante dos problemas do país. Para Moniz Bandeira (1979, p. 68-69), “[...] as massas camponesas passaram para níveis mais adiantados de organização e de luta. Sucederam-se ocupações de terra em vários pontos do território nacional”. O golpe não tardou, diante de tantas medidas na contramão do que pensava o poder militar e os segmentos de direita do país.

Na tarde de 1º de abril de 1964 já se comemorava a vitória dos militares na zona Sul do Rio de Janeiro. A classe média põe fogo na sede da União Nacional dos Estudantes (UNE) para exorcizar seus fantasmas. O presidente João Goulart deixa a Guanabara, que se tornara reduto do inimigo e segue para Brasília. A capital também não oferecia segurança ao presidente, forçando Jango a partir para Porto Alegre (O DIA..., 2005). No Congresso, o presidente da tumultuada sessão de 1º de abril, o senador Auro de Moura Andrade declara vaga a presidência da República.

Atenção! O senhor presidente da República deixou a sede do governo. Deixou a nação acéfala, numa hora gravíssima da vida brasileira em que é mister que o chefe de estado permaneça à frente do seu governo. Abandonou o governo. E esta comunicação faço ao Congresso Nacional. Esta acefalia configura a necessidade do Congresso Nacional como poder civil, imediatamente, tomar a atitude que lhe cabe nos termos da Constituição brasileira, para o fim de restaurar nesta pátria conturbada a autoridade do governo e a existência de governo. Não podemos permitir que o Brasil fique sem governo, abandonado. Há sob a nossa responsabilidade, a população do Brasil, o povo, a ordem. Assim sendo, declaro vaga a presidência da República (O DIA..., 2005).

Para o Rio Grande do Sul, porém, a derrota ainda não estava consumada. Leonel Brizola usava pelo rádio sua melhor arma. O povo nas ruas prometia reeditar a resistência de 1961. No documentário, Leonel Brizola confidencia que, já em plena crise, Goulart fora a Porto Alegre para uma reunião na residência do comandante do 3º Exército. Na reunião, o ex-governador do Rio Grande do Sul propôs ao presidente que se retirasse para a região de São Borja e que nomeasse o general Ladário Teles ministro do Exército e ele (Brizola) ministro da Justiça e deixasse que os dois tratassem da resistência. Goulart optou por não resistir. Para o

presidente, seria um tributo de sangue demasiadamente grande que o povo brasileiro teria que pagar para restaurar o seu governo.

Na opinião do jornalista Marcos Sá Correia, a história de que os Estados Unidos haviam mandado navios para o Brasil era antiga. Operação *Brother Sam*, na verdade, era algo grandioso, que incluía quatro petroleiros abastecidos para garantir o suprimento de combustível, se o movimento tivesse que durar, se a resistência se prolongasse por mais tempo. O jornalista relata que foram 136 mil barris de gasolina comum, querosene para aviação, navios de guerra enviados à costa brasileira, navio especializado em transporte de helicóptero, 24 aviões de combate enviados pelos Estados Unidos em apoio ao golpe. Houve também um embarque de munição, que não foi trazido para o Brasil, mas que saiu dos Estados Unidos. Os navios, de vários pontos do Atlântico, convergiam para a costa do país pouco antes da madrugada do dia 2 de abril. “Toda a operação é desmobilizada quando chega o aviso de que os militares já tinham tomado o poder.” (O DIA..., 2005).

Morel (1965) apresenta um argumento que considera “insuspeito” como prova de que o golpe militar que tirou João Goulart do poder começou em Washington. O primeiro é o depoimento do ex-ministro das Relações Exteriores, ex-chefe da delegação do Brasil na ONU, San Tiago Dantas, profundo conhecedor das intrigas internacionais, por ter sido agente dos negócios de *Rockefeller* no Brasil. O depoimento, em forma de telegrama, fora estampado na primeira página do jornal Correio da Manhã, e em outros jornais, de 19 de julho de 1964, com a seguinte manchete: “*Mann* revela que agiu contra JG”. Diz o telegrama que os Estados Unidos distribuíam ajuda entre os governadores de certos Estados brasileiros, em vez de ajudar o governo de João Goulart. Também não destinou nenhum recurso para a balança de pagamentos ou para o orçamento federal, porque isso poderia beneficiar diretamente o presidente.

Elio Gaspari (2002, p. 51) conta que, na verdade, havia dois golpes em marcha: “O de Jango viria amparado no ‘dispositivo militar’ e nas bases sindicais, que cairiam sobre o Congresso, obrigando-o a aprovar um pacote de reformas e a mudança das regras do jogo na sucessão presidencial”. Miguel Arrais, governador de Pernambuco, e Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, estavam no centro das tensões. Arraes chegou a confessar que o golpe viria de uma maneira ou de outra. “De lá ou de cá, ainda não sei”. Dois dias antes do golpe, dia 29 de março de 1964, Carlos Castello Branco escreve em sua coluna, no *Jornal do Brasil*, o comentário intitulado: “Em colapso o sistema militar anti-Goulart”, em que relata que, senão ocorresse um milagre, segundo as “correntes oposicionistas”, o presidente João Goulart, “ainda que não o queira, cobrirá objetivos que lhe são atribuídos de implantar no país



um novo tipo de República” e que não seria a República dos sonhos do PSD, da UDN, do PR e até mesmo do PTB. Na opinião de Gaspari (2002, p. 52), se o golpe de João Goulart pretendia mantê-lo no poder, do outro lado, as pretensões golpistas destinavam-se a colocá-lo para fora. “A árvore do regime estava caindo, tratava-se de empurrá-la para a direita ou para a esquerda”. Para Leonel Brizola, a quem João Goulart devia o levante das forças civis que garantiram a sua posse no cargo de presidente, o golpe viria de “cá”. Há muito tempo Brizola vinha repetindo: “[...] se não dermos o golpe, eles o darão contra nós” (GASPARI, 2002, p. 51).

## **2.4 O Golpe Enquanto Acontecimento**

Parece legítimo sustentar que os processos midiáticos ocupam uma centralidade na sociedade dos meios, cada vez mais envolta em operações de mediação, em que esse campo interfere em outros campos e nas práticas sociais. Um breve olhar que seja sobre a mídia enquanto dispositivo de exercício discursivo; sobre a mediação entre a sociedade e o abstrato atrelado a essa prática, como sendo um conjunto de estratégias definidas pelo campo dos meios; ou sobre a sociedade em vias de mediação, que significa algo em ação por meio da mídia, permite constatar-se a formulação que reconhece nesse processo a sua centralidade.

Os processos de mediação são novas formas de vida advindas das tecnologias, que afetam os diferentes campos sociais e seus processos de interação, reconhecendo a existência da cultura e de operações midiáticas. São mais que concepções instrumentais atribuídas a questões da mídia e resulta da evolução de processos que se instauram nas sociedades industriais, tema bastante presente nas reflexões recentes de estudiosos e que tem chamado a atenção para os modos de estruturação e funcionamento dos meios nas dinâmicas sociais e simbólicas.

Ao considerarmos um ambiente social onde as pessoas interagem na família, no trabalho, na escola, no lazer, se esse cotidiano é afetado por um conflito que irrompe seu curso, este impõe uma nova ordem a esse ambiente. Na sociedade dos meios, os operadores da mídia vão situar o conflito no tempo e no espaço, sistematizá-lo, conforme suas rotinas de produção, sua estrutura interna hegemônica, e torná-lo público. O jornalismo recorre às fontes de informação, envolve atores, testemunhas para legitimá-lo, ainda que fragmentado e segundo seu modo de interpretar o cotidiano.

Fausto Neto (2007) analisa as transformações da enunciação jornalística a partir da evolução da “sociedade dos meios” para a “sociedade mediada”, fazendo referência às novas formas tecnológicas de vida. O avanço tecnológico e a intensificação das convergências

têm produzido a “gênese”, organização e efeitos nos processos de interação social. Os dispositivos tecnológicos são um reforço para a formulação de uma noção de centralidade dos meios, que se impõem como fortes produtores de uma mediação da sociedade, afetando os campos sociais de toda ordem e inaugurando uma nova ordem sobre as práticas e rotinas desenvolvidas no interior do campo da mídia, notadamente, quanto à enunciação jornalística que reorganiza os “modos de dizer” e o grau de afetação que esse dizer provoca.

É este poder de afetação que o golpe militar de 1964 possui na sua essência, quando interfere no estado natural das coisas, o que é uma característica atribuída ao acontecimento e, este, interpretado e propagado pelos operadores dos suportes da sociedade mediada. Deleuze (2009) define o acontecimento como uma “singularidade”, numa perspectiva sistêmica, que representa o conjunto de condições que disparam um processo e que implica uma instância preexistente às coisas e articula-se como “puro devir”. Do ponto de vista semiótico, o acontecimento traz em si a “força propulsora” da própria semiose e que, “[...] apreendido na condição de signo, o irromper da sua existência desdobra-se em infinitas possibilidades de desvendamento do objeto em que encarna e, ao se instaurar, o acontecimento já se delinea pela trama do sentido e passa a constituir a história” (HENN, 2009, p. 4).

Para Benetti (2009), é interessante observar que o “acontecimento jornalístico geralmente se define a partir de uma concepção positiva ou funcional da história: o excepcional em relação ao comum, o desvio em relação à norma”. E adquire a particularidade de lidar com acontecimentos, de ter os fatos como matéria-prima e de articular a percepção de fenômenos e a construção discursiva dos acontecimentos. A prática discursiva concentra-se na tentativa de produzir um apelo singular, de tornar o mais notável possível os fenômenos sociais relatados, pois “os índices de notabilidade capazes de chamar a atenção dos sujeitos que escrevem a história – que a percebem e a transformam em narrativa – são, no jornalismo, guiados por critérios que exigem ruptura, repentina ascensão, acidente ou desvio” (BENETTI, 2009, p.3).

Nora (1974, p. 245-246) entende que o acontecimento só se torna um acontecimento quando é conhecido. Nas sociedades contemporâneas é através dos meios de comunicação “e só através deles, que o acontecimento nos toca e não pode evitar-nos”. Os meios, pela confrontação das testemunhas, a dissipação do segredo mantido pelos desmentidos oficiais, são “excepcionalmente” ricos no sentido de manipular a realidade.

É na modalidade de acontecimento desestabilizador que pretendemos situar o golpe militar de 1964. Ele faz um tudo que compõe seu espectro, ou seja, do Brasil de 1961, quando

o presidente Jânio Quadros renuncia, ao Brasil do golpe militar de 1964: o temor dos militares de que João Goulart tomasse posse, as articulações políticas para a mudança de regime para o parlamentarista e, com isso, Goulart tornar-se presidente, a oposição ferrenha dos partidos conservadores à política social de Goulart, a crise financeira, a intenção das reformas de base, a insatisfação de setores sindicais, o “fantasma do comunismo”, um inventário de todos os elementos da condição de ser do evento. “O evento é realmente esse múltiplo que ao mesmo tempo apresenta todo o seu sítio, e, pelo significante puro de si mesmo, imanente a seu próprio múltiplo, acaba por apresentar a própria apresentação, ou seja, o um do múltiplo infinito que ele é” (BADIOUS, 1996, p. 149).

Carece aqui fazer uma distinção entre acontecimento e evento, tomando por referência o conceito de acontecimento como algo desestabilizador, e o evento como um “múltiplo”, mas ao mesmo tempo, um uno, como algo mais circunstancial. Temos, então, que o acontecimento é justificado pelo processo histórico a que ele se inscreve, enquanto que o evento se justifica por circunstâncias momentâneas, dado que o evento está sempre num ponto da situação geral, mas refere-se a questões mais pontuais. O golpe militar de 1964 é um acontecimento que se deu em virtude de uma série de eventos anteriores, resultando em outros novos eventos que ele próprio disparou e que, somados, projetam outro acontecimento: a ditadura. A derrubada de João Goulart é, portanto, o acontecimento, e as ações ditatoriais subsequentes são os eventos, ou os pontos da situação que se instaura, portanto, um conceito hierarquicamente inferior ao acontecimento. Se o evento é um ponto de uma situação mais geral, o que explica como ele ocorre são as circunstâncias. “O evento está preso, em sua própria definição, ao lugar, ao ponto, que concentra a historicidade da situação.” (BADIOUS, 1996, p. 147).

O golpe militar de 1964 foi um acontecimento não expectável, que apanhou boa parte da população brasileira de surpresa. Configura-se como uma ocorrência empírica particular que, por ser imprevisível e não se reproduzir revela-se diferente, por exemplo, da decretação do Ato Institucional n. 5 que, embora provável, sua ocorrência não poderia ser prevista. O golpe e o AI 5 são acontecimentos interligados e interdependentes. No primeiro caso, houve uma descontinuidade que alterou o cenário político brasileiro e o horizonte das expectativas de futuro e, no primeiro caso, apresenta “uma continuidade que fez reverberar o primeiro, este que teve caráter inaugural e rompeu com o esperado e o provável, ainda que não de todo inesperado ou improvável” (BERGER, 2009, p 4292).

O registro da notabilidade dos fatos, para Rodrigues (1993, p. 29), não encerra a gama dos acontecimentos notáveis. Para o autor, é o próprio discurso construído em torno do acontecimento que emerge como acontecimento notável, a partir do quê se torna dispositivo

de visibilidade universal para assegurar a identificação e a notoriedade do mundo. É sempre uma ordem ditada em função das dimensões associadas do querer-dizer, do saber-dizer e do poder-dizer [...]. “É a realização técnica das instâncias discursivas; é um discurso feito *ação* e uma *ação* feita discurso” (RODRIGUES, 1993, p. 30).

Entendido como fato do mundo, inscrito em um tempo e um espaço, o acontecimento possui uma feição de modalidade de experiência. Pode ser esperado e, quando se produz, satisfaz ou desfaz as esperanças, valida ou contraria as previsões, preenche ou desilude as expectativas das pessoas. Entretanto, esse alguém pode não conseguir saber, no momento, o que se passava e ver-se obrigado a recorrer a uma fonte exterior para reconhecer o acontecimento que testemunhou, ou mesmo aguardar o seu desfecho, que pode ser percebido de diferentes pontos de vista, e continua a ocorrer e a singularizar-se enquanto produzir efeitos sobre quem ele afeta.

A ideia de afetação pelo acontecimento torna plausível considerar que exista uma condição inicial de “normalidade” cotidiana a ser quebrada. A “singularidade” que emerge a partir de algumas condições preexistentes, da característica de excepcionalidade, de desvio de regra, do incomum, que articulam um devir, se configuram como uma ruptura dessas condições de normalidade, gerando conflito que afeta determinada sociedade, por uma infração cometida contra as normas estabelecidas no espaço social. É dessa perspectiva que se parte para considerar-se o acontecimento como uma “quebra de contrato de normalidade” e que gera campos problemáticos<sup>12</sup>. Tome-se, por exemplo, a existência de um lago em repouso, onde é lançada uma pedra: o ato de lançar-se a pedra gera, no ambiente do lago, um conflito, uma reverberação em forma de pequenas, ou grandes, ondas, conforme seja a intensidade com que a pedra é lançada. A normalidade estabelecida era a do lago em repouso, o contrato do lago em repouso, mesmo considerando-se que lá existam vidas, poluição, e outras pedras lançadas anteriormente. A cada pedra lançada no presente ou no futuro computará uma afetação ao contrato do lago, uma quebra da normalidade das vidas do lago,

---

<sup>12</sup> O conceito de “campo problemático”, no entendimento de Quéré (2005, p. 60), perdura enquanto os problemas e suas causas se mantêm na emergência de novos campos problemáticos no irromper de outros acontecimentos. Um exemplo é a renúncia do presidente Jânio Quadros (Capítulo 2 – item 2.2) que renovou a preocupação dos militares com João Goulart no poder, tendo ele sido rejeitado pelos mesmos, ainda no segundo governo Vargas, de quem fora ministro do Trabalho. E fez emergir o movimento da esquerda brasileira pela legalidade da sua posse por conta da resistência do corpo das Forças Armadas. É na esteira da renúncia de Jânio que se evidenciam campos problemáticos e uma série de desdobramentos políticos passam a emergir das hostes do poder civil e militar do país.

da poluição e de outras pedras lá existentes. Cada pedra lançada gerará um conflito, que irromperá uma normalidade, aqui, construída metaforicamente<sup>13</sup>.

Temer (2007) refere-se ao jornalismo, enfatizando que há um conjunto de atributos exigidos para que um acontecimento se torne notícia, para que adquira existência pública: a preeminência dos indivíduos envolvidos nos acontecimentos, o impacto do fato sobre a nação e o interesse nacional, a quantidade de pessoas que o acontecimento envolve, e a sua possível evolução em um fato mais grave. Quanto ao conceito de fato jornalístico a autora diz ser tudo o que rompa com a ordem estabelecida. O normal é que o rio permaneça no seu leito, que os carros possam circular, que a energia esteja disponível para gerar luz e iluminar as residências das pessoas e as cidades onde elas moram. “Quando isto não acontece, temos um fato que rompe a normalidade, portanto, um fato novo” (TEMER, 2007, p. 59).

Charaudeau (2006) trata dos critérios de hierarquização dos acontecimentos, considerando que a seleção operada pelas mídias impõe um recorte do espaço público ao configurar-se o acontecimento. Para o autor, o importante é saber quais são os critérios, que ele classifica como internos ou externos. Os externos estão divididos em três tipos e refletem o modo de aparição do acontecimento, que surge com um caráter de “inesperado”, pois não podia ser previsto pelos sistemas de experiência da vida social. O “acontecimento-acidente” serve para caracterizar as catástrofes, os acidentes naturais. Outro tipo de acontecimento é o “programado”, que obedece a um calendário. E o acontecimento é “suscitado”, de preparação e provocação de instituições, particularmente, o poder político, que faz pressão junto às mídias com objetivos estratégicos. Coloca-se aqui um problema de manipulação na origem do acontecimento, o que põe as mídias em uma posição desconfortável. Em relação aos critérios internos, Charaudeau (2006) diz estarem em sintonia com as escolhas operadas pelas mídias e sujeitos à maneira pela qual as mídias e seus operadores constroem representações sobre o que “emocionar” e despertar interesse do público. Os operadores, que são os jornalistas, sofrem pressões e tentativas de manipulação por parte do poder político, sendo que o poder político sabe que os jornalistas sabem disso. “Instaura-se assim uma relação mais sutil do que se poderia imaginar entre essas duas instâncias, relação marcada pela desconfiança do poder

---

<sup>13</sup> A ideia do lago em repouso surgiu durante a disciplina Produção do Acontecimento, ministrada pelo professor Ronaldo Henn, no segundo semestre de 2010. Durante um debate sobre o conceito de acontecimento, o então doutorando Achylles Costa, do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da UNISINOS, formulou a metáfora que, naquele momento da discussão, satisfazia à noção que se empreendia acerca do que seja acontecimento. O emprego da metáfora tem a intenção de tentar, pelo exemplo, e pela discussão teórica empreendida, conceituar acontecimento como uma “quebra de contrato de normalidade” em um determinado espaço social, algo que carece, entretanto, de maior lastro teórico.

político para com as mídias, e pelo distanciamento das mídias para com o poder político” (CHARAUDEAU, 2006, p. 138).

## 2.5 A imprensa e os Militares no Poder

O cenário político brasileiro de 1945 a 1989 foi marcado por considerável influência da polarização ideológica entre os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), além dos diversos interesses econômicos internos, demarcando o terreno dos setores da sociedade, inclusive, a imprensa, que se colocaram contra ou a favor do golpe de 1964. O apoio ou a resistência aos militares dependia da conveniência e do humor dos proprietários dos veículos de comunicação que circulavam naquele período.

A face da imprensa brasileira sofreu mudanças com o governo de Juscelino Kubitschek: se antes era o Estado, os classificadores e as lojas comerciais, a partir de então ganharam espaço as grandes empresas, multinacionais inclusive. Os jornais passaram a obter 80% de sua receita da venda de anúncios, fazendo surgir com mais força as agências de publicidade, quando os veículos de comunicação se comportam como empresa, navegando conforme as circunstâncias e o apego às questões políticas.

Com a renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961, a maioria dos jornais, não só abriu espaço para os discursos favoráveis à posse do então vice-presidente, como formulou argumentos em favor da manutenção dos preceitos constitucionais. É à medida que se intensifica a mobilização ideológica, segundo Abreu (2004), quando o governo João Goulart se aproxima dos grupos de esquerda, perdendo o apoio dos grupos de centro e com a crise política já aprofundada, que a imprensa modifica o seu discurso, decidindo ou acompanhando as orientações dos grupos que defendiam a derrubada do presidente.

Os jornais de maior circulação no eixo Rio/São Paulo, que tinham prestígio e influência junto aos setores de decisão, de modo geral, tinham apoiado a posse de Goulart, à exceção dos jornais *O Estado de São Paulo*, *O Globo* e a *Tribuna da Imprensa*, que se posicionaram contra. “O jornal paulista defendeu a convocação das Forças Armadas como garantia para que a vontade popular se manifestasse” (ABREU, 2004, p. 17). A *Tribuna da Imprensa*, dirigida por Carlos Lacerda, também foi contra a posse de Goulart e a favor de uma intervenção militar. A postura do jornal carioca *Diário de Notícias*, que tinham grande penetração nos meios militares, em defesa da posse de Goulart para impedir uma suposta volta de Jânio Quadros, foi um exemplo da posição da maioria dos jornais nesse episódio.

O apoio inicial a João Goulart e a mudança de humor após o presidente proclamar as reformas de base, em um curto espaço de tempo, entre agosto de 1961 e final de 1963, foi agravada a partir do comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964. O comício das reformas foi uma “senha para a união de todos os conspiradores e civis e militares, que iniciaram os preparativos para a derrubada de Goulart” (ABREU, 2004, p. 22). É a revolta dos marinheiros<sup>14</sup>, liderada pelo cabo Anselmo, em 26 de março, entretanto, o evento mais emblemático para a ação dos conspiradores. Exceto os jornais *Última Hora* e o *Diário Carioca*, “os jornais que até então defendiam a manutenção do regime constitucional começaram, agora claramente, a pedir a intervenção das Forças Armadas para o restabelecimento da hierarquia militar” (ABREU, 2004, p. 23).

O conteúdo político opinativo dos principais jornais brasileiros em três momentos importantes da época: o comício da Central do Brasil, tido como o estopim do golpe; a derrubada do governo João Goulart, pelos militares; e a decretação do Ato institucional n. 2, contra o próprio Congresso, cassando mandatos de parlamentares, ilustram bem o comportamento da imprensa e de alguns jornalistas, em particular, em relação aos militares no poder. Alguns aspectos relevantes do comportamento dos veículos de Comunicação, quando da decretação do Ato Institucional n. 5, em dezembro de 1968, também servirão de embasamento para entendermos como a imprensa se comportou em relação aos militares no poder nesse período.

### *Jornal do Brasil*

O *Jornal do Brasil* é o veículo de tomada de posição mais evidente em meio a toda a controvérsia. Começa por dedicar toda sua primeira página, na edição do dia 14 de março, ao comício da Central, repercutindo o discurso de João Goulart, que anunciou os pontos principais da

---

<sup>14</sup> A revolta dos marinheiros foi um motim formado em uma assembleia de mais de dois mil marinheiros de baixa patente realizada no prédio do Sindicato dos Metalúrgicos, no Rio de Janeiro. Os marinheiros reivindicavam melhores condições para os militares e apoio às reformas políticas de base propostas pelo presidente João Goulart. A assembleia foi chefiada por José Anselmo dos Santos, mais conhecido como Cabo Anselmo. O então ministro da marinha, Sílvio Mota, ordenou a prisão dos líderes do movimento, enviando um destacamento dos fuzileiros navais, comandados pelo contra-almirante Cândido Aragão. Os fuzileiros, porém, juntaram-se ao movimento. Pouco depois da recusa do comandante Aragão em debelar o movimento, Jango expediu ordens proibindo qualquer invasão da assembleia dos marinheiros e exonerou o ministro Mota. No dia seguinte, 26 de março, o ministro do trabalho Amauri Silva negociou um acordo, e os marinheiros concordaram em deixar o prédio pacificamente. Logo em seguida, os líderes do movimento foram presos por militares, sob a acusação de motim. Horas depois, porém, o presidente anistiou os amotinados, criando um forte constrangimento entre os militares diante da imprensa e da sociedade, o que agravou a crise militar. Logo depois, em 30 de março, véspera do golpe, Goulart compareceu a uma reunião de sargentos, no Automóvel Clube, discursando em prol das reformas pretendidas pelo governo e invocando o apoio das forças armadas.

sua pretendida reforma: o decreto da Supra - o primeiro passo para a reforma agrária -, a encampação das refinarias particulares de petróleo e o tabelamento do preço dos aluguéis, além da intenção de reformar a Constituição, para promover os avanços sociais no país. No discurso, o presidente garantiu ter o apoio e a proteção das “bravas” e “gloriosas” Forças Armadas.

A primeira página é toda ela dedicada ao comício. O espaço de opinião<sup>15</sup> do *Jornal do Brasil* publica o editorial “Os inelegíveis”, uma referência aos dois protagonistas da concentração na Central do Brasil: João Goulart e Leonel Brizola. Diz no texto que o comício foi uma humilhação para a Constituição brasileira, com Goulart e Brizola tentando atirar o povo contra a carta magna do país e contra o processo sucessório normal, do qual o presidente não poderia participar, caso as leis não fossem modificadas, e trata o então deputado Brizola como aliado de Fidel Castro, unido a Goulart com o propósito de destruir a Constituição.

O jornalista Carlos Abranches faz uma análise mais centrada sobre o comício, afirmando que a reforma nas estruturas agrícolas eram necessárias, mas alertando para o fato de os decretos desapropriatórios não passarem do papel, por não haver recursos. Elabora um comentário que busca por ordem na discussão, por não considerar haver um sentido claro de apoio ou de resistência às propostas de João Goulart. Manifesta-se contra as reformas, afirmando que a Constituição “garante o direito de propriedade como em todo o mundo civilizado” (ABRANCHES, 1964, p. 6).

A coluna “Coisas da Política”, escrita por Heráclio Sales, mas sem sua assinatura expressa, é um mosaico de informações, de certa forma longo, apontando para uma postura positiva em relação ao presidente, do ponto de vista do reconhecimento público, por conseguir reunir uma multidão para o comício de 13 de março em um ano pré-eleitoral. Os mais pessimistas estimaram em 150 mil pessoas, mas há relatos de que havia pelo menos 250 mil pessoas no comício da Central.

Em 1º de abril, o *Jornal do Brasil* trata o golpe sem qualquer alarde. O conteúdo informativo procura mostrar o ambiente existente no centro do poder e nas ruas do Rio de Janeiro. O seu editorial, porém, é humilhante para o presidente João Goulart, considerado um “Fora da lei”. O texto deixa transparecer quão temeroso o presidente era visto pela imprensa brasileira e quão reacionária a pessoa que o escreveu. Diz o editorial que, a partir daquele 1º de abril, instalava-se no país a verdadeira legalidade: “aquela que através das armas do movimento mineiro e paulista de libertação, procura imediatamente restabelecer a legalidade

---

<sup>15</sup> O espaço opinativo *Jornal do Brasil* ocupava a página 6 do primeiro caderno, onde constava o editorial (ao centro), um artigo assinado, geralmente no campo da literatura (lado esquerdo), uma coluna denominada “Coisas da Política” e um artigo assinado pelo jornalista Carlos A. Dunshee de Abranches.



que o caudilho não quis preservar, violando-a no que de mais fundamental ela tem: a disciplina e a hierarquia militares” (FORA..., 1964, p. 6).

Na edição de 11 de abril de 1964, o JB destaca o processo de escolha do novo presidente da República, com vitória certa do marechal Humberto Castelo Branco, que ocorreria naquele dia, em eleição indireta na sessão conjunta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Quanto ao Ato Institucional n. 2, que cassou 39 parlamentares e os direitos políticos de outros civis, entre eles, Jânio Quadros, João Goulart e o cabo Anselmo, o jornal inverte o enfoque, para dizer que o Congresso estava convocando parlamentares suplentes para assumir o mandato, sem detalhar as causas.

Em seu editorial “O Presidente”, o JB diz que o Ato abria novas perspectivas na relação entre o Executivo e o Congresso, deixando implícito seu posicionamento em relação à cassação, mas reconhecendo que a medida não poderia ser apenas uma operação de limpeza ideológica.

Abranches faz referência ao Ato, dizendo que ele preservava a Constituição e que a cassação de mandatos e suspensão de direitos políticos são sanções previstas em quase todas as constituições. E que o Ato Institucional, cumpridos os compromissos que o comando militar assumiu com a nação, poderia ser considerado como um autêntico “purgativo”, de efeito limitado e prazo certo, “imposto para purificar o seu organismo afetado” (ABRANCHES, 1964, p. 6).

### *O Estado de S. Paulo*

No jornal *O Estado de S. Paulo*, em sua edição do dia 6 de março, o jornalista Pedro Dantas escreve um artigo sobre o comício da Central do Brasil, intitulado “Subversão garantida”, em que considera ser o comício um coral bem ensaiado dos comunistas contra a democracia brasileira. Diz tratar-se de “organismos espúrios”, através dos quais se exerce a política insidiosa do partido comunista, os donos da festa, no comício do dia 13. Para o jornalista, mesmo sendo o dono da festa, o presidente João Goulart se aproveita dos serviços de tais organismos, para conseguir suas pretensões no plano político. E que a recíproca é verdadeira, no sentido de que é perfeito o entendimento entre esses aliados, mas que nada poderia enrugam a superfície que estava sendo planada. Pedro Dantas se posiciona contra Goulart, ao relatar que a intenção do governo é por fim ao direito de propriedade, “desorganizar a produção e toda a economia do País, caminhar para a progressiva socialização e estatização, derogando o princípio da livre iniciativa e para uma organização sindicalista a substituir a democracia representativa” (DANTAS, 1964, 3).

O conteúdo político informativo do *O Estado de S. Paulo*, nos dias 13 e 14 de março, não destina qualquer espaço para o comício da Central. Na página de opinião<sup>16</sup>, na edição de 13 de março, entretanto, o jornal publica o editorial “O presidente fora da lei”, em que critica João Goulart por realizar uma concentração popular em um local proibido, segundo o Estadão, como forma de desafiar o governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda. Nessa edição, o artigo de Pedro Dantas, “Cegueira ou tolice”, também ressalta o fato de o comício ser realizado em local proibido, carregando na tinta contra o presidente, ao afirmar que João Goulart estaria somente tentando confundir e agitar a opinião pública e não resolver problemas. Ressalta que a tese do presidente é de que os problemas que o país enfrenta não podem ser resolvidos sob o regime institucional vigente. “Nessa falsidade baseia-se para preconizar a substituição do regime pelo da sua preferência, que é o totalitarismo sindical-socialista” (DANTAS, 1964, p. 3).

Na edição de 14 de março, a opinião do jornal é de que o Brasil estava vivendo um quase regime totalitário, não existia mais democracia. No comício, segundo a opinião do Estadão, a revolução foi pregada com insistência, agressividade e um calor que ultrapassaram tudo o que se havia verificado em atos semelhantes até então. Pedro Dantas, em seu artigo, “Infiltrados”, fala de “comunistas” no governo de Goulart e sobre pessoas do governo infiltradas no Partido Comunista. A tentativa se dava no sentido de, dentro do partido, “disputar-lhe parte da sua influência nas áreas em que atua sensivelmente” (DANTAS, 1964, p. 3).

Na edição de 31 de março, *O Estado de S. Paulo* estampa na primeira página uma matéria sobre a mensagem de Páscoa dirigida ao mundo pelo papa Paulo VI, em que ele pede aos não religiosos e aos que combatem a religião, que reflitam sobre o fato de que se condenam a si mesmos sob o peso de alguns dogmas irracionais. O editorial sobre os “desmandos” de Goulart fala da calma de espírito de todos, com a constatação de que o presidente não tinha a força que supunha ter. Relata que, das ações com que vinha surpreendendo o país, e que supostamente tinham apoio das Forças Armadas, o presidente passou a demonstrar que a força de que se julgava detentor era ilusória.

O conteúdo opinativo da edição do dia 2 de abril de 1964 de *O Estado de S. Paulo* é declarado apoio ao golpe militar, que teve o general Amaury Krueel, do II Exército, na linha de frente. O editorial fala de um triunfo alcançado, apontando para uma democracia brasileira. Em manchete de primeira página, na edição de 3 de abril, o jornal ressalta que os

---

<sup>16</sup> O conteúdo político opinativo do jornal *O Estado de S. Paulo* é veiculado na página 3 do primeiro caderno, contendo o editorial (lado esquerdo superior), outros artigos não assinados sobre temas diversos: economia, relações internacionais, comércio, agricultura, outro artigo (lado inferior direito da página) assinado pelo jornalista Pedro Dantas, e um resumo de notícias das sucursais de Brasília e do Rio de Janeiro.

“Democratas dominam toda a nação”, e relata a angústia do já ex-presidente João Goulart, que buscava alguma maneira de resistir ao golpe: “após oito horas e meia em Porto Alegre, durante as quais viu esgotarem-se, uma a uma, as possibilidades de resistir ao movimento democrático contra ele desencadeado, decidiu deixar a capital gaúcha, sendo o seu destino ignorado” (DEMOCRATAS..., 1964, p.1).

O jornal *O Estado de S. Paulo* também apoiou o Ato Institucional n. 2 e a eleição do marechal Humberto Castelo Branco, estampando, na primeira página, que o marechal seria eleito presidente, um dia antes da votação pelo Congresso Nacional. De fato, no dia seguinte, o jornal traz a manchete para o presente: “O gen. Castelo é o presidente”<sup>17</sup>. Na página de opinião da edição de 11 de abril, tanto o editorial quanto o artigo de Pedro Dantas acolhem o AI 2 como uma obrigação do governo em decretar, para ter todos os elementos de que necessitava. O jornal opina tentando fazer uma distinção entre uma revolução e um golpe de estado. Diz que o fato de a revolução vitoriosa se converter em fonte de direito, passa a ser o legítimo representante da vontade popular. Pedro Dantas descreve a situação como algo que se reclamava. Para ele, a providência era essencial, e já tardava.

No editorial da edição de 12 de abril, o *Estadão* festeja a eleição do marechal Castelo Branco como uma “conquista nacional”, como a última etapa do “processo revolucionário”: “não se poderia, pois, desejar um coroamento mais feliz para o movimento que, contra a iminente bolchevização do País, o processo se desse em doze dias apenas” (CONQUISTA..., 1964, p. 3).

Na edição de 14 de dezembro de 1968, o *Estadão*, já embalado pelos movimentos que tomam conta do país, é discreto sobre o Ato Institucional n. 5, como os demais órgãos de imprensa. Fala das apreensões das edições do dia 13, do *Estadão* e da *Folha da Tarde* e da chegada dos censores às redações dos jornais. O diretor Júlio de Mesquita Neto, em reunião com o governador Abreu Sodré e o general Silvío Correia de Andrade, no Palácio dos Bandeirantes, foi orientado sobre que notícias poderiam ser atentatórias à segurança nacional, mas diz que cabe ao governo censurar e que o jornal não iria praticar a autocensura<sup>18</sup>.

---

<sup>17</sup> O marechal Castelo Branco foi eleito para completar o período até 31 de janeiro de 1966, tomando posse no dia 15 de abril. Dos 361 parlamentares, com partido, presentes à votação no Congresso, 72 abstiveram-se, 70 deputados e dois senadores (Tancredo Neves e Oliveira Brito, do PSD). Um senador, sem partido, Josafá Marinho, também se absteve.

<sup>18</sup> O editorial “Instituições em frangalhos”, de 14 de dezembro, falando da derrota do governo na Câmara dos Deputados, fora censurado pelos militares. O jornal só iria para as bancas se o texto fosse substituído por outro que não comprometesse os interesses do regime, o que de fato aconteceu. No lugar do editorial foi publicado um texto falando dos social-fascistas soviéticos, que se utilizavam da força, referindo-se à ostentação de poder dos russos, no mar Mediterrâneo (INSTITUIÇÕES..., 1968, p. 3).

### *Folha de São Paulo*

A *Folha de S. Paulo*, na edição de 13 de março de 1964, uma sexta-feira, estampa a manchete: “Exército de prontidão no país: comício na GB”. O texto faz um retrato da situação em que se encontrava o presidente João Goulart com o dispositivo de segurança montado pelo Exército para a realização do comício na Guanabara. Enquanto a organização do dispositivo “era aprovado pelo ministro da Guerra, as Forças Armadas aquarteladas na Capital Federal recebiam instruções para entrar em regime de prontidão” (EXÉRCITO..., 1964, p. 1).

O editorial<sup>19</sup> “Comício provocação”, já demonstrava de que lado a *Folha* estava, antes mesmo do golpe de 1964. De maneira irônica e sarcástica, relata que Goulart estava surdo ao bom senso. Refere-se ao presidente como o sr. João (assim mesmo: caixa baixa no “Sr.”). E simplesmente “João”, para falar do presidente da República. É certo que havia esta prática na imprensa da época: tratar as pessoas de Sr., mas no caso do presidente, chega a desrespeito ou, no mínimo irônico prestigiar a iniciativa vista com justificada apreensão por toda a opinião pública nacional que não se deixa embair pela pregação de uma dúzia de extremistas interessados em subverter o regime.

Na edição de 1º de abril de 1964, a página 3 é totalmente dedicada à situação política provocada pelo golpe. Os espaços assinados não são publicados nessa edição. A *Folha* tenta manter-se distante dos eventos, ainda que também tenha apoiado o golpe e, a exemplo dos demais veículos de comunicação, ficado com os militares na tomada do poder<sup>20</sup>.

### *Jornal O Globo*

O jornal *O Globo*<sup>21</sup>, em sua edição de 14 de março de 1964, dedica quase toda a primeira página ao comício da Central do Brasil, em que 13 pessoas se manifestaram sobre as

<sup>19</sup> O espaço reservado pela *Folha de S. Paulo* para o conteúdo opinativo é a página 3, onde estão o editorial (no espaço central), artigos não assinados (lado esquerdo da página) e as colunas Panorama Político (Hermano Alves), Radar Político (sem assinatura) e o artigo assinado pelo jornalista D’Alembert Jaccoud. Ao lado esquerdo da página, na vertical, eram publicadas notas com reclamação de populares: “Cartas à Redação” e “O povo reclama”.

<sup>20</sup> O jornal *Folha de S. Paulo*, no editorial da edição de 30 de março de 2014, assume seu apoio ao golpe militar e à ditadura. Diz que o apoio ocorreu somente até a primeira metade de sua vigência, tornando-se um dos veículos mais críticos na metade seguinte. E que, aos olhos de hoje, o apoio ao golpe foi um erro, sendo que o jornal deveria ter se voltado com veemência contra os dois lados, mantendo-se um defensor intransigente da democracia e das liberdades individuais.

<sup>21</sup> Na edição de 14 de dezembro de 1968, *O Globo* dedica metade da primeira página ao Ato Institucional n. 5, com a manchete “Editado o Ato 5”. Os cinco pontos mais relevantes do Ato são usados como subtítulo: Congresso em recesso, confisco de bens, suspenso “Habeas”, restabelecidas as cassações e liquidada a vitaliciedade. E publica, na íntegra, o texto do AI 5 e do Ato Complementar nº 38, que decreta o fechamento

reformas de base propostas pelo presidente João Goulart. A manchete é destinada a informar sobre o início do processo de encampação das refinarias e assinatura do decreto desapropriador da Supra, material que ocupou amplo espaço na página 6 do jornal.

Sobre o Ato Institucional n. 2, em sua edição de 11 de abril daquele ano, *O Globo* prefere enquadrar o assunto a partir da tentativa dos petebistas de fazer restrições à leitura do ato de cassação. Pouco espaço foi dado ao tema na primeira página do jornal, naquele dia. Em editorial de primeira página, *O Globo* hipoteca seu apoio ao marechal Humberto Castelo Branco, anunciando que sua eleição representava “os anseios da nação”, destaca o Ato Institucional nº 2 e corrobora as declarações do ministro da Guerra, com a manchete de primeira página “Ato Institucional garante armas para a democracia”.

No dia 31 de março, o jornal *O Globo* foi invadido por fuzileiros navais, comandados pelo almirante Cândido de Andrade, do “dispositivo militar” de Jango, como se dizia à época. No dia 2 de abril, voltou às bancas. Na primeira página, o editorial “Ressurge a democracia”, em que a direção do jornal explica os motivos de não ter circulado no dia 1º de abril.

### *Correio da Manhã*

Quanto ao *Correio da Manhã*, um dos jornais de maior prestígio do país e importante formador de opinião, identificado com a classe média e com o pensamento liberal, favorável à manutenção do regime democrático, começou a mudar de opinião logo após o comício do dia 13 de março, publicando editoriais em que exigia o afastamento do presidente, como sinal para o golpe. No dia 31 de março de 1964, dia seguinte à festa dos sargentos no Automóvel Clube, no Rio de Janeiro, a que Goulart compareceu, no mesmo dia em que o general Mourão partiu de Minas Gerais rumo ao Rio, o jornal *Correio da Manhã* publica o editorial “Basta”, obtendo grande repercussão em todo o país. O editorial foi uma obra coletiva, construído por mãos de jornalistas de formação de esquerda, como Otto Maria Carpeaux, Edmundo Moniz e Carlos Heitor Cony.

No dia seguinte, quando os militares já estavam prontos para tomar o poder, o *Correio da Manhã* estampa seu nocaute no presidente João Goulart, ao publicar o editorial “Fora”, em que diz que a nação não mais suportava a permanência do Sr. João Goulart à frente do governo. Em 2 de abril de 1964, o jornal *Correio* festeja, com o editorial “Vitória”, enfatizando seu

---

do Congresso Nacional a partir de 13 de dezembro daquele ano. A primeira página também registra a presença do ministro da Justiça, Gama e Silva, em cadeia nacional de TV, explicando os motivos do Ato. De um modo geral, a imprensa é passiva na narrativa sobre o AI 5.

posicionamento em relação à deposição de Goulart, que anteriormente tinha defendido como o presidente constitucional da República do Brasil, a quem era de direito o cargo maior da nação.

O certo é que a chegada de 1964 encontra uma imprensa engajada na campanha para derrubar o Presidente João Goulart. Para justificar o apoio ao golpe, setores da imprensa espalhavam o medo do comunismo. João Goulart era descrito praticamente como um bolchevique e péssimo administrador. O quadro político brasileiro era desenhado a partir da ideia de que era imperiosa a necessidade de restabelecer uma ordem por meio da intervenção militar.

O jornal *O Globo* ganhou maior importância durante a ditadura, pois naquele tempo havia outros grandes veículos na imprensa carioca que, em sua maioria, também apoiaram o Golpe. São famosos os editoriais do *Correio da Manhã*, o "Basta!" e o "Fora!". E um dos aspectos mais interessantes neste episódio é o perfil dos jornalistas supostamente envolvidos. Gaspari conta que na redação do jornal *Correio da Manhã*, jornal de índole liberal, um dos defensores da posse de Goulart em 1961, o jornalista Edmundo Moniz baixara para a oficina o texto de um editorial que seria publicado no alto da primeira página da edição do dia seguinte, com o título "Basta", trazendo no último parágrafo o argumento de que o Brasil já teria sofrido demais com o governo João Goulart. O texto era uma resposta do jornal ao discurso inflamado do presidente. Em nota, Gaspari explica como funcionava a redação do *Correio* e que os quatro jornalistas mais importantes eram Edmundo Moniz, Osvaldo Peralva, Newton Rodrigues e Otto Maria Carpeaux:

A redação do "Basta!" é frequentemente atribuída a Moniz, que coordenava o trabalho de seus colegas, a quem cabia a decisão final sobre os textos. Moniz e Peralva negaram, em conversas separadas, em agosto de 1988, que o tivessem redigido, embora admitissem que o tivessem discutido. Carpeaux morreu em 1978. Nem Moniz nem Peralva insinuaram que ele fosse o redator. Em julho de 1999, o jornalista Carlos Heitor Cony contou-me que a base do editorial, na sua primeira versão, foi manuscrita por Carpeaux. Submetida a Moniz, começou um processo de redação conjunta, da qual participaram ele, Cony, Carpeaux e Moniz. Cony informa que o tom do texto pode ser atribuído a ele e a Carpeaux. "Na boa técnica da produção dos editoriais, esse foi resultado de um trabalho coletivo. Entraram ideias de diversas pessoas. Um bom editorial, em termos de autoria, é coletivo como uma catedral gótica" (GASPARI, 2002, p. 65).

Em artigo publicado na *Folha de S. Paulo*, em 30 de novembro de 2002, Carlos Heitor Cony tenta explicar o episódio. Inicialmente, afirma que até hoje não se sabe quem escreveu os editoriais 'Basta' e 'Fora', textos atribuídos a Edmundo Moniz, que era o redator-chefe do *Correio da Manhã*. O jornalista conta que Elio Gaspari realmente perguntou a ele sobre o assunto e Cony disse o que sabia. Explicou que o jornal combatia o governo de João Goulart, que entrava em decomposição, criando um cenário que poderia descambar numa guerra civil. Em 1964, os

editoriais eram discutidos exaustivamente pela equipe liderada por Moniz e da qual faziam parte Otto Maria Carpeaux, Osvaldo Peralva e Newton Rodrigues:

Eu estava recém-operado, no meu apartamento em Copacabana, e Edmundo Moniz, que ia me visitar todos os dias, telefonou-me para comunicar que Carpeaux desejava pisar forte, com um editorial virulento contra Jango. O próprio Carpeaux sugerira que Moniz me consultasse, uma vez que nós dois éramos afinados, tanto em política como em literatura. Minha participação limitou-se a cortar um parágrafo e acrescentar uma pequena frase. Hora e meia mais tarde, Moniz telefonou-me outra vez, lendo o texto final que absorvia a colaboração dos editorialistas, e, embora o conteúdo fosse o piloto elaborado por Carpeaux, a linguagem traía o estilo espartano do próprio Moniz. Como disse ao Elio Gaspari, um bom editorial é obra coletiva como uma catedral gótica. Não expressa o pensamento de um indivíduo, mas o clima de uma época (AMADO, 2007, p. 2).

O jornalista José Silveira, secretário de redação do *JB* na época, também afirmou que o *Jornal do Brasil* foi o primeiro a utilizar o adjetivo “terrorista” para nomear os militantes da luta armada, mas não confirmou que foi uma recomendação do governo: “Eu não sei se houve alguma instrução superior para chamar os caras de terroristas, mas o *Jornal do Brasil* foi o primeiro a chamar os caras da luta armada de terroristas” (AMADO, 2007, p. 7).

Carlos Castello Branco, em artigo publicado na coletânea “Idos de Março”, manifesta seu posicionamento sobre o golpe no relato que faz dos primórdios da conspiração até a tomada do poder pelos militares. Inicia contando da atuação do então deputado federal Leonel Brizola, no Congresso Nacional, para votar as reformas de base do governo João Goulart. Quando Brizola ameaça procurar outros caminhos para a crise, caso não aprovasse as reformas, conta Castello, “iniciava-se entre nós a pregação ostensiva da revolução” (CASTELLO, 1964, p. 279).

Em 25 de março de 1963, em Fortaleza, o general Humberto Castello Branco encontra-se com o deputado Bilac Pinto, que viria a se tornar chefe da oposição no Congresso, ao eleger-se presidente da UDN. Segundo Castello, o general Humberto Castello Branco começa a articular o ponto de sustentação dos militares no Congresso para resistir a uma “ação subversiva” que partisse do círculo do governo. Renascia, mais forte ainda, a rejeição a Goulart que, no entender de Castello (1964), desde que assumiu o governo, “os serviços de segurança militares puseram-se discretamente à margem do poder dominante” (CASTELLO, 1964, p. 286).

Castello relata que a organização de um plano para conter o presidente João Goulart iniciou-se no dia em que foi anunciada a concentração em frente à Central do Brasil, planejada para conquistar apoio popular para as reformas. Na Câmara dos Deputados, o deputado e coronel Costa Cavalcanti apresenta a senha por meio de um discurso endereçado aos oficiais das Forças Armadas, avisando aos conspiradores de que o desfecho estava próximo. Segundo Castello (1964,

p. 290), “já não se tratava de resistir, mas de intervir no processo, para liquidar uma situação tida como intolerável”. No dia do comício, toda a oposição civil a Goulart “estava articulada e se conduzia no Congresso em restrita coordenação com ordens emanadas do quartel-general da conspiração”.

O jornalista Jânio de Freitas (2005) confirma que a imprensa não só apoiou o golpe como continuou servindo integralmente ao regime militar. Quanto a isso, não há a menor dúvida, basta pegar os jornais antigos. Há mil episódios. Quando começam no Rio, e no Brasil, os movimentos armados, as primeiras ações armadas, quem passa a chamar os participantes desses movimentos de "terroristas", como ficou consagrado na imprensa brasileira, não foram os militares. Isso foi dado na redação do *Jornal do Brasil* por um jornalista que hoje se diz democrata (FREITAS, 2005).

Para Jânio de Freitas, antes de 1964, cada jornal tinha uma linha política muito bem definida. Em muitos casos, partidariamente definida. Então você tinha, por exemplo, o *Correio da Manhã* com uma posição mais liberal, mais identificada com a linha do PSD. O *Diário de Notícias*, isso até a ascensão do *Jornal do Brasil*, o segundo mais importante, era um jornal muito ligado aos militares, udenista. O *Globo* era um jornal muito à direita, contra tudo que representasse ou tivesse algum resquício de getulismo, de esquerda, de liberalismo.

O que acontece é que todos assumem a posição oficialista, que era a do poder militar. Quando a gente sai do regime militar, fica uma situação muito curiosa, uma espécie de aturdimento, ninguém sabendo o que fazer da própria vida, como mostrar, que cara mostrar, como se mostrar, então vem essa coisa do somos independentes e tal, mas no fundo, a experiência de independência que tinha havido antes do golpe foi a do *Jornal do Brasil* durante um breve período. Já de 1963 para 1964 o *Jornal do Brasil* está engajado numa posição nada popular. Sai do regime militar, não há partido com os quais a imprensa se identifique.

Acho que isso facilitou um pouco essa impressão geral, ou essa pregação da objetividade, a imparcialidade, da independência, e tal, que foi muito relativa porque, por exemplo, *O Globo* continuou sendo um jornal com tendência para todas as posições de direita, o *Jornal do Brasil* se manteve um jornal de centro-direita, o *Estado de S. Paulo*, um jornal com uma vocação conservadora, identificada com posições de direita, a *Folha*, que era um jornal de pouca expressão, ficou um jornal indefinido por muito tempo, até porque já era assim antes, estava com novos donos, e não era um grande jornal, isso aí foi uma coisa que facilitou muito o percurso da *Folha*. Vai pra lá o Cláudio Abramo, com um convívio muito bom com o Frias. O Cláudio tinha uma visão boa a respeito de jornal, era uma pessoa bastante ativa, bastante independente, com a cabeça bastante livre, e acho que ajudou muito a evitar que a *Folha* se comprometesse de alguma maneira, caísse nas tentações, que em São Paulo certamente eram muitas, um estado rico, com políticos ligados a essa riqueza, um jornal se refazendo



principalmente como empresa, pois como jornal mesmo só começou a se refazer mais tarde. Mas ficou essa farsa no fundo, se a gente tirar um ou outro caso, acho que ela prevaleceu (FREITAS, 2005).

É certo que a imprensa brasileira, em sua maioria apoiou o golpe de 1964 e ofereceu sustentação ao início do governo do general Humberto Castelo Branco. Contudo, argumenta ABREU (2004), algum tempo depois, isso varia de veículo, a posição da imprensa começa a mudar, diante das primeiras medidas adotadas pelos militares, como a censura aos meios de comunicação, a perseguição a lideranças políticas, intelectuais e líderes sindicais. O AI 5 pode ser considerado como o ato ditatorial que muda o humor da imprensa. Alguns jornais que apoiaram a derrubada de João Goulart “começaram a se distanciar do governo militar e a denunciar as arbitrariedades cometidas pelo novo regime” (ABREU, 2004, p. 25).

Uma análise do conteúdo opinativo dos principais jornais brasileiros, nos três momentos decisivos e importantes, entre a tentativa de reformas para o país, propostas pelo presidente João Goulart, e a tomada do poder pelos militares, deixa a impressão de que o país estava realmente sendo invadido por uma onda comunista e de terrorismo, dada a tamanha resistência da imprensa ao projeto político de Goulart. O recuo se dá após os sucessivos atos ditatoriais adotados pelos militares, o que evidenciava que as intenções apontavam para além de um propalado restabelecimento da ordem no país. Estava posta a ditadura militar<sup>22</sup> que, com todas as suas controvérsias, fazia parte do cotidiano da vida brasileira, por mais de duas décadas.

---

<sup>22</sup> Ainda que fora do recorte desta pesquisa, é importante ressaltar a imprensa alternativa contra a ditadura. Entre os principais jornais alternativos, estão *Movimento*, *Opinião* e *O Pasquim*, uma das mais importantes publicações de resistência à ditadura militar no Brasil. A história de *O Pasquim* começa em junho de 1969. Em apenas um ano de vida, saiu de uma tiragem de 20 mil exemplares para mais de 200 mil, constituindo-se como porta-voz da indignação da sociedade brasileira após a decretação do Ato Institucional n. 5. Seu enfoque editorial iniciou com temas sobre drogas, sexo e questões feministas para, com o tempo, tornar-se politizado, com o aumento da repressão. O jornal *Opinião* surgiu em outubro de 1972, chegando a uma tiragem de 38 mil exemplares semanais, até fechar por conta da censura. *Movimento* foi criado em 1975 e tinha figuras como Fernando Henrique Cardoso, Duarte Pereira, Perseu Abramo, Chico Buarque, Chico Pinto, Nelson Werneck Sodré, Chico de Oliveira, Moniz Bandeira, Fernando Peixoto e Elifas Andreato, entre seus colaboradores. A imprensa alternativa adquiriu a estatura de legítima representante dos brasileiros revoltados com os desmandos da ditadura, tanto que foi vítima de atentados criminosos por parte dos militares. No entendimento de Susel Rosa (2005), o papel de relevância na reestruturação política do país, que esses jornais tiveram perdeu a razão de ser quando os partidos políticos se reorganizaram, e os próprios jornais passaram a ter vínculos partidários mais estreitos. Tais vínculos acabaram por separar e dividir os jornalistas e os intelectuais. “Quando os alternativos passaram a representar um partido ou sindicato, perderam o sentido de alternativos que tiveram durante os governos militares, tornaram-se sectários, e o encanto e a diversidade de que eram porta-voz se ofuscou em nome de um discurso partidário ou sindical” (ROSA, 2005, p. 4).

### 3 RETÓRICA, ARGUMENTAÇÃO E JORNALISMO

Este capítulo faz um percurso da retórica, do seu surgimento nas assembleias públicas e nos tribunais gregos, passando por sua suspeita decadência, até sua renovação lógica, em 1958. Busca estabelecer uma relação entre as teorias argumentativas e as teorias persuasivas da comunicação, e tenta inscrever a argumentação no campo jornalístico, para entender a opinião do jornalista Carlos Castello Branco, quando analisa eventos relacionados à ditadura militar brasileira. Faz parte também de uma tentativa de elaboração de uma gênese da opinião, a partir dos estudos sociológicos de Gabriel Tarde.

#### 3.1 A *Velha* e a *Nova* Retórica

Situamo-nos na fronteira entre a retórica cujos conceitos são tomados de empréstimo dos antigos filósofos gregos, uma *velha* retórica que era somente a arte de falar bem, de convencer pela capacidade oratória de seus adeptos, e uma *nova* retórica que adota outra lógica: a de que um raciocínio pode convencer sem ser cálculo e pode ser rigoroso sem ser científico. É uma retórica que rompe com a concepção da razão e do raciocínio de Descartes, ao mesmo tempo em que reata com a dicotomia aristotélica, assumindo que algumas discussões são de domínio da ciência e outras são atribuições da retórica.

Barthes (2001) nos mostra que a retórica foi, ao longo do tempo, a “técnica” da persuasão, enquanto conjunto de regras e receitas cuja aplicação permitia convencer o ouvinte sobre o discurso proferido, mesmo não sendo verdadeiro; foi um “ensinamento”, quando passada de pessoa a pessoa, de um mentor a seus discípulos ou a seus clientes, até inserir-se nas instituições de ensino como disciplina escolar; depois, uma “ciência”, um campo de saber delimitado, sendo sua marca mais relevante a das figuras de retórica, de onde surge um conjunto de tratados em que a matéria é a linguagem argumentativa e a linguagem figurada; adquire um sentido “moral”, ou um sistema de regras que se destina a permitir e limitar os desvios da linguagem passional, tendo em vista a invasão da retórica pela ambiguidade da palavra; torna-se uma “prática social”, ao dotar as classes dominantes de técnicas da retórica, do poder da palavra; e também uma “prática lúdica”, capaz de institucionalizar um sistema de jogos retóricos: na escola, na vida social, na política, na literatura. E em todo o seu percurso, a prática retórica permitiu um conjunto de ações do homem direcionado para o bem ou para o mal.

Ainda que seja difícil precisar no tempo as ações humanas com fins de convencer, Reboul (2004) considera que a retórica nasceu no litígio, por volta de 465 a. C., na Sicília, logo após a expulsão de Gélon e Híeron, que expropriaram e deportaram os habitantes da ilha, para acomodar os seus mercenários. Um levante democrático provocou reviravolta na situação, originando inúmeros processos de direito de propriedade, obscurecido pela ação dos tiranos, e mobilizando grandes júris populares, onde a eloquência e a demagogia eram as armas utilizadas. Numa época em que não havia advogados, os intelectuais tornaram-se os defensores dos litigantes. O falar bem operando, ao mesmo tempo, ao lado da democracia e da demagogia, do jurídico e do político, fez surgir, mais tarde, o que ficou conhecido como discurso “deliberativo”, sendo rapidamente incorporado aos conteúdos de ensino. O uso da palavra, e não da força, para convencer um auditório, faz nascer a retórica, ligando a arte de falar bem à atividade política, desde seu surgimento.

Por volta de 450-440 a. C., os filósofos Córax de Siracusa e seu aluno Tísias de Siracusa têm a iniciativa de formular as cinco grandes partes da oratória, que durante séculos compõem o plano do discurso: o exórdio, a narração (ou ação), a argumentação (ou prova), a digressão e o epílogo, constituindo-se no discurso “judicial”, que consiste em acusar ou em defender. Córax publica uma “arte retórica”, com os preceitos práticos de como as pessoas deveriam recorrer à Justiça, sendo o primeiro a definir a oratória como a criadora da persuasão. Tísias, além de participar dos estudos do professor, ganha fama como o primeiro a cobrar pelos ensinamentos sobre a arte de falar em público. Como Atenas tinha estreitas ligações com a Sicília, e até mesmo processos, a retórica foi imediatamente adotada, já entendida como a arte de persuadir pelo discurso.

Entre os que adotaram a vertente retórica, Górgias de Leontinos (485 - 375 a. C.)<sup>1</sup> foi o mais célebre, tanto pelos elogios de seus admiradores, quanto pelos ataques de Platão, tendo, inclusive, sido responsável pela introdução desse sistema de ensino na Ática. Natural da Sicília, Górgias chega a Atenas no ano 427 a. C., como embaixador da sua terra natal, e torna-se famoso pelo gosto estético da sua oratória e pela quantidade de oradores e educadores por ele formados. Górgias sabia do poder do discurso emocionado e da magia da palavra bem dita e bem cuidada. Era tanto retórico quanto performático, ao exibir sua habilidade retórica e exuberante postura argumentativa. Seu principal atributo consiste em ter submetido a prova ao código retórico, dando-lhe credibilidade como discurso culto, objeto estético, entendido por Barthes (2001), como

---

<sup>1</sup> Há relatos de que Górgias teria vivido mais de 100 anos, entre 487 e 380 a. C.. A opção pelas datas que estão no texto deve-se ao fato de termos encontrado uma quantidade maior de referências sobre sua existência no período de 485 a 375 antes da era cristã.

“linguagem soberana”, o ancestral da literatura. Os elogios fúnebres, antes escritos em verso, passam a ser feitos em prosa, de onde o discurso “demonstrativo” emerge como o terceiro gênero da retórica. É o advento da prosa decorativa: palavras com a mesma consonância, simetria das frases, reforço das antíteses por assonância, metáforas e aliterações.

O feito de sistematizar os grandes gêneros do discurso oratório, entretanto, cabe a Aristóteles, filósofo grego, aluno de Platão e professor de Alexandre, o Grande, que viveu entre os anos 384 e 322 a. C. Os gêneros por ele definidos, o judiciário, o deliberativo e o epidítico, carregam consigo as três categorias de ouvintes dos discursos: a pessoa que fala, o assunto de que se fala e a pessoa a quem se fala, sendo que o fim de todo discurso está na última categoria, que é o ouvinte. O gênero judiciário defende ou acusa. A deliberação consiste em aconselhar ou desaconselhar, diante de uma questão de interesse particular ou perante um grande número, quando tratar-se de questão de interesse público, enquanto que a demonstração comporta o elogio e a censura, sendo que cada um desses gêneros tem por objeto algo que lhe é próprio: uma ação judiciária situa-se no passado, visto que acusar ou defender incide sempre sobre fatos pretéritos; delibera-se sobre o futuro para aconselhar ou desaconselhar; e uma demonstração se faz no presente, para louvar ou censurar, apoiando-se no estado presente das coisas. Assim sendo, a retórica não é somente a simples persuasão, mas também a escolha dos meios adequados para persuadir, cabendo recorrer aos três tipos de prova de maneira apropriada: o orador se obriga a produzir confiança no público, o auditório precisa se emocionar com o que é proferido e o raciocínio deve ter aparência de verdade, para que o público aceite os argumentos apresentados. Isso faz com a retórica de Aristóteles seja uma retórica da prova, do raciocínio, uma lógica adaptada ao senso comum, à opinião corrente.

Nesse sentido, a *velha* retórica sempre permeou um terreno incerto, portanto, duvidoso, conflitante, o que fez com que Platão<sup>2</sup> a reprovasse, considerando-a um falso saber em relação à filosofia, que se recusa a sujeitar-se às aparências de verdade. É daí que surge a compreensão de que sofisma é um raciocínio falacioso e enganador. O sofista é considerado a antítese do filósofo, e a retórica, o contrário do pensamento justo. Não é por menos que a retórica é assimilada à propaganda, a recurso de sedução, de manipulação dos espíritos pelo discurso, compreensão que é determinante para os conflitos enfrentados

<sup>2</sup> Platão trabalha com duas retóricas: a retórica de fato, constituída pela logografia e que consiste em escrever qualquer discurso, e a retórica de direito, a verdadeira retórica, filosófica ou dialética, cujo objeto é a verdade. “A oposição entre a boa e a má retórica, entre a retórica platônica e a retórica sofística, faz parte de um paradigma mais amplo: de um lado, a bajulação, as manipulações servís, as imitações; do outro, a rejeição de toda complacência, a rudeza” (BARTHES, 2001, p. 12). Considerado o maior escritor da prosa grega, um mestre da estrutura, caracterização e estilo, Platão causou o grande conflito travado na Antiguidade: o de competência entre os filósofos e os retóricos, ao defender uma retórica necessariamente filosófica e de afirmação da verdade.

pela retórica, desde sua origem. Aristóteles é quem atribui a ela um papel mais agudo e lhe garante certa legitimidade, quando decreta que a retórica é o “inverso necessário” da ciência, a quem é conferida uma certeza das suas conclusões, ao contrário da retórica que, ao lidar com questões da vida cotidiana, da vida intelectual, não oferece nenhuma certeza. “É verdade que podemos manipular [...], mas também podemos aderir de boa-fé e com convicção a proposições não necessariamente compartilhadas por outros” (MEYER, 2007, p. 20).

À exceção de Platão, a retórica é toda ela aristotélica, conforme Barthes (2001), quando afirma que todos os elementos didáticos que alimentam os manuais clássicos estão em Aristóteles. É dele a autoria de dois tratados sobre os fatos de discurso: o primeiro aborda a comunicação cotidiana, o discurso em público - a técnica retórica, construída para regulamentar a progressão do discurso, de ideia a ideia. O segundo – a técnica poética –, privilegia a arte da evocação do imaginário e regulamenta a progressão da obra, de imagem a imagem. Para Barthes (2001, p. 14), “[...] é a oposição desses dois sistemas, um retórico, outro poético, que, de fato, define a retórica aristotélica”. Essa oposição é neutralizada quando retórica e poética se fundem<sup>3</sup>, o que se dá com Ovídio (43 a. C. – 18 d. C.) e Horácio (65 – 8 a. C), e pouco depois, com Plutarco (46 – 120 d. C.) e Tácito (55 – 120 d. C.), período em que a retórica se torna uma técnica poética de “criação” e as “artes poéticas” são consideradas as “artes retóricas”, transformando os grandes retóricos nos grandes poetas.

A retórica trabalha com algo que nenhuma outra arte possui. Somente a retórica se apresenta com poder de observar e descobrir o que é adequado diante de qualquer questão apresentada. Por esta razão, as regras da retórica não se aplicam a nenhum gênero em particular e definitivo. Aristóteles (2013) recorre a três tipos de meios de persuasão: o primeiro depende do caráter pessoal do orador; o segundo diz respeito a levar o auditório a certa disposição de espírito; e o terceiro refere-se ao próprio discurso, tratando de demonstrar ou parecer demonstrar. É graças ao caráter do orador, à sua maneira convincente de proferir o discurso, que o público é levado a reconhecer que ele é digno de crédito. Para Aristóteles, confia-se em pessoas de bem mais prontamente do que em outras pessoas. “O que é válido geralmente, não importa qual seja a questão, e absolutamente

---

<sup>3</sup> A fusão é importante, segundo Barthes (2001), pelo fato de estar na origem da ideia de literatura: a retórica aristotélica enfatiza o raciocínio. O departamento das figuras não é mais que uma de suas partes. Também acontece o contrário: a retórica se identifica com os problemas, não de prova, mas de composição e de estilo: a literatura se define pelo bem escrever. Da retórica aristotélica, percebe-se a teoria com o próprio Aristóteles, a prática com Cícero, a pedagogia com Quintiliano e a transformação com Dionísio de Halicarnasso, Plutarco e o Anônimo do trabalho “Sobre o sublime”.

válido quando a certeza exata é impossível e há divergência de opiniões” (ARISTÓTELES, 2013, p. 45).

Importa observar nessas definições o fato de a retórica ser uma técnica, o meio de produzir uma das coisas que podem indiferentemente ser ou não ser, e cuja origem está no agente criador, não no objeto criado. Obtém-se a persuasão por meio do próprio discurso, quando este demonstra verdade ou parece ser verdade, por força do argumento apropriado em cada caso. É isso que faz da retórica o quadro ideal das teorias da argumentação, constituindo-se em uma reflexão sobre os meios de se dirigir a determinado público, desde a invenção de um argumento até a sua aceitação ou recusa deste, pelo auditório. A retórica tem o poder de alargar o domínio da reflexão, da deliberação política, judicial e demonstrativa, que constituem os três gêneros originais, ao discurso da exortação religiosa, no cristianismo; ao gênero epistolar, na Idade Média; à publicidade e ao campo midiático, na contemporaneidade, incrivelmente repleto de antiga retórica.

No percurso da *velha* para a *nova* retórica, dos primeiros manuais ao seu renascer, em 1958, são identificados quatro grandes períodos: o fundador, a maturidade, o declínio e a renovação. O período fundador (480 – 338 a. C.) compreende a retórica dos logógrafos, geralmente prosadores desconhecidos, que preparavam as exposições para os queixosos e os acusados. É contemporâneo do ensino dos sofistas, período do esforço da democracia grega, situado entre meados do século V e meados do século IV anterior ao cristianismo.

A maturidade da retórica é o apogeu aristotélico, quando o filósofo rompe com a herança dos tecnólogos do período anterior. É quando a retórica marca, no plano teórico, o desenvolvimento deste domínio até os nossos dias, tendo sido elaborada entre 329 e 323 a. C. Também inspira a cultura da argumentação que se desenvolve no quadro da República e que assiste na sistematização, codificação e vulgarização das normas do discurso persuasivo por grandes oradores.

O período de declínio da retórica estende-se desde finais do Império Romano até meados do século XX, tempos em que a retórica torna-se uma teoria das figuras de estilo e a parte argumentativa reduz-se progressivamente, por efeito do êxito crescente da demonstração e de certa filosofia da evidência, em ciências exatas e experimentais, seja a evidência pessoal do protestantismo, seja a evidência racional do cartesianismo, ou seja, ainda, a evidência sensível do empirismo.

O período de renovação é marcado pelo surgimento da *nova* retórica, a partir dos trabalhos do filósofo e jurista belga Chaïm Perelman, com a sua assistente Lucie Olbrechts-Tyteca e dos

estudos do inglês Stephen Toulmin<sup>4</sup>, ambos em 1958. A publicação de um tratado que consagra a argumentação vinculada a uma velha tradição, a da retórica e da dialética gregas, é uma ruptura com a concepção da razão e do raciocínio, oriunda de Descartes, e que, por mais de três séculos, marcou a filosofia ocidental, que considerava a razão como a marca da evidência e refutava tudo quanto fosse apenas verossímil. Perelman e Tyteca (2005) discordam da ideia de evidência enquanto característica da razão, por entender que a evidência é concebida, ao mesmo tempo, como força à qual toda mente normal teria que ceder e como sinal de verdade daquilo que se impõe por ser evidente. “A evidência ligaria o psicológico ao lógico e permitiria passar de um desses planos para o outro. Toda prova seria redução à evidência e o que é evidente não teria necessidade alguma de prova” (PERELMAN; TYTECA, 2005, p. 4).

A retórica é, desde Aristóteles, um modo de convencer distinto do discurso científico. O seu interesse é por enunciados, situações de comunicação da vida social, religiosa ou política, tanto no espaço público quanto na conversação privada. Segundo Breton e Gauthier (2001), se buscarmos no passado das reflexões com estatuto teórico que tomaram como objeto preciso os mecanismos pelos quais se trocam e circulam entre os homens, a fim de serem partilhadas ideias, opiniões e representações, “[...] não tardamos a encontrar, claramente formalizadas, as teorias que alimentam a retórica desde sua origem. Numa primeira fase, argumentação e retórica são, pois, sinônimas” (BRETON; GAUTHIER, 2001, p. 18).

A retórica nasce no litígio e é no mesmo campo, o jurídico, que ela renasce, mantendo o seu caráter original: o embate pela palavra como forma de conduzir a audiência a uma tomada de decisão e a uma mudança de atitude. A retórica nasceu, propagou-se, adquiriu prestígio, decaiu e reergueu-se, mais de vinte e três séculos depois, fazendo emergir uma *nova* retórica, que retoma, em sua plenitude, os princípios concebidos na Antiguidade, em defesa de uma racionalidade que não seja a demonstração, com a mesma vitalidade que lhe é peculiar desde seus primórdios. A retórica não se constitui de um objeto de estudo único<sup>5</sup>, ela é hoje

---

<sup>4</sup> Há outras semelhanças entre as obras de Perelman e Toulmin, além do ano de publicação e se inscreverem no campo do direito. Mesmo que notáveis as semelhanças, o que cabe destacar são suas divergências fundamentais. Enquanto Perelman desenvolve sua teoria contra o racionalismo, valorizando o verossímil e os valores contra os fatos, em “Os usos do argumento”, Toulmin se coloca em oposição ao logicismo e na tentativa de reforma da lógica, no intuito de torná-la mais aplicável a situações do cotidiano e da discussão racional, considerando o argumento como uma forma de raciocínio mais geral e complexa do que o silogismo.

<sup>5</sup> Mosca (2005) faz uma atualização dos estudos centrados na retórica que, segundo ela, têm aprofundado a Teoria da Argumentação, postulada por Chaïm Perelman e Tyteca: na Universidade Livre de Bruxelas, com desenvolvimentos atuais de Michel Meyer, A. Lempereur e outros; os trabalhos do Grupo  $\mu$ , da Universidade de Liège na Bélgica, que se aplicaram também a outras linguagens não verbais; as pesquisas da Universidade Lyon II, com Christian Plantin, Kerbrat-Orecchioni e outros, no que toca à argumentação e interação; a Escola de Genebra, com o estudo dos elementos afetivos nas trocas comunicativas; o Grupo holandês, representado por Grootendorst e Van Eemeren; a retórica integrada de O. Ducrot e seus colaboradores, como Jean-Claude Anscombe; os trabalhos de Olivier Reboul, Ruth Amossy; de Manuel Carrilho, Rui Grácio, Eduardo

um campo do saber que se propaga em várias direções e diferentes disciplinas: Linguística, Semiologia, Filosofia e Direito, para citar alguns. É um saber que naturalmente se transporta da arte da persuasão para a ciência da hermenêutica da interpretação e que inspira múltiplos saberes, colocando-se a seu serviço.

Os estudos de Breton se adequam à linha de pensamento iniciada por Aristóteles e Perelman, quando inscreve a argumentação no campo comunicacional. O autor se vale de uma tipologia de argumentos que inclui o argumento de autoridade, o argumento analógico (associação, analogia, metáfora), o apoio nos pressupostos comuns (valores, crenças, lugares) e os argumentos de enquadramento (definição, qualificação e amplificação).

Outras vertentes teóricas de base retórica foram se desenvolvendo em grande escala no campo jurídico e na linguística. Há trabalhos que buscam estabelecer interface entre argumentação e comunicação, a exemplo dos estudos de Barbara Warnick e Edward Inch (BRETON; GAUTHIER, 2001), que lidam com o argumento em situações de desacordo, aplicando suas técnicas quando há divergência entre duas posições possíveis. Os estudos de Vernon Jensen são direcionados para o uso da argumentação nos debates, integrando, na análise, alguns fatores originais como a credibilidade e a refutação. Richard Rieke e Malcolm Sillars trabalham os argumentos em circunstâncias de tomada de decisão, em distintas áreas: direito, educação, política, religião e negócios. E Michael Sproule estuda a argumentação em diferentes práticas de comunicação pública e social, na política, na propaganda e no jornalismo, sem, entretanto, abordar a opinião.

O trabalho que mais se aproxima da nossa proposta é a tese de doutoramento de Daniel Dantas (2012), que apresenta um estudo linguístico do blog “Fatos e Dados”. Dantas utiliza uma grade analítica de origem bretoniana, aplicando-a na interpretação das postagens do blog, no intuito de compreender a influência dos elementos discursivos acionados pela argumentação, no agendamento dos temas em debate.

Vislumbramos os haveres de esta pesquisa ser uma porta de entrada da retórica no campo do jornalismo opinativo, que se serve bem de recursos persuasivos do ponto de vista da retórica aristotélica, renovada por Perelman, no sentido de poder entender melhor e analisar o texto opinativo. Nos estudos da linguagem, a retórica atende ao chamado da subjetividade desenvolvida entre enunciador e público, conjugando as capacidades intelectivas e afetivas, considerando-as indissociáveis, o que possibilita a intervenção de fatores subjetivos na construção dos sujeitos e de seus discursos.

---

Guimarães e outros. Na vertente saxônica, Kenneth Burke, *A Rhetoric of Motives*, da década de 1950 e republicada em 1969, pela Universidade da Califórnia, Berkeley (MOSCA, 2005, p. 3).



### 3.2 Operadores argumentativos

A ideia central de persuasão enquanto arte da linguagem para influenciar os julgamentos e a conduta dos outros existe muito antes dos meios de comunicação de massa, pois remonta ao tempo em que a fala humana era o único veículo passível de ser empregado para levar as pessoas a mudar suas crenças e ações. Os pesquisadores contemporâneos estudam com frequência os princípios da persuasão, que concentra seus esforços no emprego premeditado de mensagens com fins de influenciar as ações do indivíduo, tanto dentro quanto fora do contexto da comunicação de massa, visando, deliberadamente, aliciar formas específicas de comportamento por parte de suas audiências. Não é o que pretendemos abordar com este estudo, visto que a argumentação a que nos dedicamos sustenta-se na formulação de raciocínios da razão com vistas a persuadir, sem coerção, e que admite serem os argumentos apresentados a determinado público passíveis do contraditório.

As figuras de retórica, antes entendidas essencialmente como arte de persuasão, constituem, em toda sua generalidade, uma teoria que se utiliza de raciocínios para convencer em situação de liberdade do público. A retórica, que engloba a dialética dos Antigos, concebida como teoria da argumentação, é o elemento indispensável de toda a filosofia crítica. Torna-se a outra face da lógica formal, um instrumento imprescindível ao pensamento, que não se reduz a um cálculo, e a que, toda deliberação, toda controvérsia e toda a apresentação de ideias novas com apelo à razão, deve recorrer.

Nesse sentido, tratamos aqui de uma “nova retórica”, um conceito atualizado da retórica aristotélica, em que a argumentação tem por objetivo conquistar ou aumentar a adesão do público a certos valores a ele apresentados (PERELMAN, 1993, 2004; PERELMAN; TYTECA, 2005; BRETON, 1999; REBOUL, 2004). Entendemos retórica como sinônimo de argumentação, já que ambas se utilizam de valores para agir sobre o “outro”, por meio do *logos*, termo que designa, ao mesmo tempo, a palavra e a razão. O valor é a imagem do preferível, que impõe uma hierarquia do preferível, no interior da qual avaliamos nossas opiniões e comportamentos, assim como os dos outros. De uma maneira geral, os valores fazem parte de um “ser em comum que constitui as bases da cultura e que determina as maneiras segundo as quais os membros de um dado grupo vivem em um mesmo mundo” (RESWEBER, *apud* BRETON, 1992, p. 87). A argumentação e a retórica atendem à exigência dos domínios que tratam de estabelecer aquilo que é preferível, que é aceitável e razoável, quando os raciocínios não são deduções formalmente corretas nem induções do particular para o geral, mas toda a argumentação que visou contato de “espíritos”.

O centro nevrálgico da teoria argumentativa de Perelman e Tyteca (2005) concentra-se em compreender como se dão os raciocínios não formalizados na elaboração do pensamento do indivíduo, o enunciador (orador), aquele que apresenta argumentos ao auditório (público) a partir de objetos de acordo, que são os fatos, as verdades, as presunções, os valores, as hierarquias de valores e os lugares de valor. Temos que, para a argumentação se desenvolver de fato, é preciso haver identificação entre orador e público, o que implica alguma qualidade do orador para que sua audiência lhe dê atenção, sem o que é improvável que a adesão ocorra. É próprio do orador, no ato da argumentação, pensar de uma forma mais ou menos consciente, nos valores daqueles que procura persuadir. É dessa perspectiva que surge a compreensão de auditório como o conjunto de indivíduos que se pretende influenciar, sendo que o conhecimento desses indivíduos torna-se a condição prévia para toda a argumentação eficaz.

Sendo que o objetivo de uma argumentação não é deduzir consequências de certas premissas, mas provocar ou aumentar a adesão, ela carece estabelecer o contato de “espíritos” entre quem fala e quem ouve: é preciso que um discurso seja escutado, que um jornal seja lido, para que toda e qualquer ação argumentativa não seja nula. Quando fornece informações a um jornalista, a intenção da fonte é que os leitores atentem para o que é dito e aceitem os argumentos postos em prática como suscetíveis de reconhecimento ou com potencial de convencimento. O jornalista, ao discorrer acerca das informações prestadas por essa mesma fonte anseia que sua narrativa seja compreendida e tida como verdade. No caso de uma narrativa pessoal, do nível da opinião ou do domínio das ideias, o enunciador pretenderá que seja crível e anseia a adesão do seu público aos argumentos que utiliza na lógica do seu raciocínio.

Aristóteles (1992, 2013) apresenta dois modos básicos de raciocinar: a demonstração analítica e a argumentação dialética. O primeiro está relacionado à demonstração fundada em proposições evidentes, que conduz o pensamento a uma conclusão verdadeira, onde está alicerçada a lógica formal; o segundo se expressa por meio de argumentos, enunciados prováveis, dos quais se poderiam extrair conclusões apenas verossímeis, resultando em uma maneira distinta de raciocinar. O silogismo analítico é a evidência, contra o que não se pode argumentar e o dialético se nutre do abstrato, que levam a conclusões somente prováveis, mas nem por isso sem força de conquistar adesão.

Para Aristóteles (1992, 2005), o objeto da lógica é o estudo dos meios de prova. A lógica formal se propõe ao estudo da prova formal, da qual a validade deveria depender apenas a forma das premissas e da conclusão. Perelman (2004) entende que toda lógica

apresenta uma concepção de prova, que depende de uma teoria para estabelecer as relações entre os elementos dessa lógica e nossas faculdades de conhecimento. O ideal de rigor provocou a redução progressiva da lógica a uma lógica formal e “o desejo de realizar as condições de uma comunicação unívoca faz conceber um sistema de lógica formalizada como uma linguagem artificial” (PERELMAN, 2004, p. 95).

É de Aristóteles a descoberta de todas as leis ideais do argumento, o que deu origem à ciência do raciocinar: a lógica. O encantamento da argumentação, da persuasão, da retórica, vem do tempo em que a eloquência era a arte literária de maior prestígio em Atenas. Portanto, o que deve prevalecer é o modo como o discurso é dito, para ser capaz de envolver. Para Aristóteles (2005), o dizer é uma arte. Arte de que artista nenhum dá conta. Conta, às vezes, mas não traduz tudo, não pode dizer mais do que ela expressa em si mesma.

Aristóteles (2005) também define as provas como qualidades da retórica, dividindo-as em independentes, as que não se aliam à arte, e as dependentes, aquelas fornecidas pelo próprio método, pelo discurso adotado para a persuasão: umas residem no caráter moral do enunciador; outras, nas disposições que se criaram no ouvinte; e algumas, no próprio discurso, pelo que ele demonstra ou parece demonstrar. A persuasão é conseguida quando o enunciador deixa no ouvinte a impressão de ser digno de confiança: é o aspecto moral que vale. Há persuasão quando o discurso leva o público a sentir paixão, porque os juízos proferidos variam conforme se experimenta uma aflição ou alegria, uma amizade ou ódio.

Tornou-se comum os gêneros da retórica e as etapas do discurso estarem presentes nos textos coercivos, como os da publicidade em todo o mundo. Isso pode ser verificado nas funções atribuídas à propaganda: chamar à atenção (o exórdio), despertar interesse (a narração), motivar desejo (as provas), e levar a uma ação (a peroração), que no caso da propaganda, é uma ação de compra. Esse discurso é transferido para a audiência, também, através de sons, códigos e símbolos que expressam cor e estética. Os estudos de DeFleur e Ball-Rokeach (1993) tratam de teorias que trabalham técnicas persuasivas para a *modificação real do comportamento*, uma meta a ser alcançada por meio da coerção: estratégias que trabalham com os fatores cognitivos do indivíduo, que tem seu comportamento moldado por suas necessidades, seus impulsos, suas crenças, seus interesses, seus medos. São teorias que defendem a possibilidade de se alterar o funcionamento psicológico de maneira tal que as pessoas venham a reagir ostensivamente à informação que é objeto da persuasão. Os autores defendem que a chave para a persuasão eficaz reside em nova aprendizagem, baseada em informação proporcionada por quem deseja persuadir e que “isso presumivelmente modificará a estrutura psicológica interior do indivíduo (necessidades, receios, atitudes, etc.), originando

o desejado comportamento ostensivo” (DeFLEUR; BALL-ROKEACH, 1993 p. 296). Trata-se de técnicas e procedimentos que a argumentação pela razão que adotamos aqui rechaça e as considera de outra ordem.

A argumentação se relaciona igualmente com a lógica, e Aristóteles, o pai da lógica formal, estudava, ao lado das provas analíticas, as provas por ele qualificadas de dialéticas. Para Perelman (2004, p. 102), não se pode tratar problemas de lógica, de linguagem e de comunicação numa perspectiva que se limite aos ensinamentos preciosos, mas parciais, que se podem tirar do estudo exclusivo da lógica formal. Raciocinar e provar não significa somente calcular, e a lógica não pode contentar-se com o estudo da prova formal. Esta só assume seu verdadeiro significado nos âmbitos mais gerais de uma teoria da argumentação. Os juízos de realidade expressam proposições verdadeiras ou falsas, e só têm sentido cognitivo se processos científicos permitirem verificá-los ou falseá-los, pelo menos, confirmá-los ou informá-los; “os juízos de valor expressam atitudes próprias de um indivíduo ou de um grupo [...], mas não são verdadeiros nem falsos e não podem tornar-se elementos constitutivos de um conhecimento objetivo” (PERELMAN, 2004, p. 168).

Nesse sentido, o que caracteriza uma argumentação quase lógica é o seu caráter não formal e o esforço intelectual necessário para sua redução formal. Perelman e Tyteca (2005) definem a argumentação quase lógica como aquela que se apresenta de forma mais ou menos explícita. Ora o orador se apropria de raciocínios formais aos quais se refere, prevalecendo-se do prestígio do pensamento lógico, ora os argumentos serão apenas parte de uma trama subjacente. “Não há correlação necessária entre o grau de explicitação dos esquemas formais aos quais o orador se refere e a importância das deduções exigidas para lhes submeter à argumentação” (PERELMAN; TYTECA, 2005, p. 220).

Os raciocínios dialéticos ou não formais partem do que é aceito, sendo o seu fim o de fazer admitir outras teses que são ou podem ser controversas. É nisso que repousa o propósito de persuadir ou de convencer. Não consistem em interferências válidas e constringentes, mas apresentam argumentos mais ou menos fortes, mais ou menos convincentes, mas que não são de todo formais. Um argumento persuasivo é o que persuade aquele a quem se dirige: contrariamente ao raciocínio analítico, o raciocínio dialético não é impessoal, pois é apreciado pela sua ação sobre um espírito. “Daqui resulta que é preciso distinguir nitidamente os raciocínios analíticos dos raciocínios dialéticos, incluindo uns sobre a verdade e outros sobre a opinião” (PERELMAN, 1993, p. 22).

Para Aristóteles (1992, 2013, p. 33), entre as provas fornecidas pelo discurso distinguem-se três espécies: as que residem no caráter moral do orador; as que geram

disposições no ouvinte; e o próprio discurso, pelo que demonstra ou parece demonstrar. A persuasão é obtida por efeito do caráter moral, quando o discurso procede de modo a deixar a impressão de que o orador é digno de confiança. Aqueles que inspiram confiança serão tanto mais rápidos quanto eficazes em seus propósitos persuasivos sobre assuntos gerais, mas nas questões em que não há como se obter certeza, onde há a possibilidade da dúvida, essa confiança é ainda particular e importante.

É preciso também que este resultado seja obtido pelo discurso sem que intervenha qualquer preconceito favorável ao caráter do orador. É equivocada a afirmação de certos autores de artes oratórias, de que a probidade do orador em nada contribuiria para a persuasão pelo discurso. O caráter do orador é uma prova determinante por excelência. O discurso consegue persuadir quando leva o público a sentir uma paixão, porque os valores proferidos variam, conforme se experimenta aflição ou alegria, amizade ou ódio. [...] Enfim, é pelo discurso que persuadimos, sempre que demonstramos a verdade ou o que parece ser verdade, de acordo com o que, sobre cada assunto, é suscetível de persuadir.

Segundo Aristóteles (1992, 2013, p. 34), uma vez que as provas são obtidas pelos três meios possíveis, é certo que delas pode lançar mão aquele que seja capaz de deduzir por meio do silogismo (a argumentação lógica perfeita), de encarar teoricamente os costumes e as virtudes, e, em terceiro lugar, de conhecer as paixões, a natureza e a qualidade de cada uma delas, sua origem e desenvolvimento no indivíduo.

Reboul (2004, p. 89) defende que, “entre a demonstração científica e a arbitrária das crenças, há uma lógica do verossímil, a que dão o nome de argumentação, vinculando-a à antiga retórica”. O autor elenca algumas características da argumentação: ela se dirige a um auditório particular - sempre se argumenta para alguém, uma pessoa ou um grupo de pessoas, e até mesmo para a multidão, termo que, por definição, é particular, porque depende da competência, das crenças e das emoções. Expressa uma língua natural - os termos usados devem ter o sentido, pelo menos próximo, para todas as pessoas envolvidas no processo comunicativo. Suas premissas são verossímeis – o verossímil não decorre da ignorância, da incompetência ou preconceitos do público, mas do próprio objeto. Quando se trata, por exemplo, de questões mais gerais, como democracia, política, economia, não se lida com o falso ou com o verdadeiro, mas com o que parece ser verdade, o mais ou menos verossímil. Daí a proposição de que a opinião jornalística não pode trabalhar com a ideia de verdade, desde que a impressão sobre as coisas é da lógica de quem interpreta. Sua progressão depende do orador, já que suas premissas são do nível do verossímil, a ordem dos argumentos (a argumentação) é relativamente livre, pois depende do auditório, no sentido de que o orador

dispõe de argumentos conforme as reações, presumidas, de seus ouvintes. Suas conclusões são contestáveis – ela não é uma conclusão sobre as coisas do mundo, mas um acordo entre os interlocutores, portanto, suscetível de refutação (REBOUL, 2004).

Não queremos tratar aqui da tarefa exaustiva de elencar as famílias de argumentos, de valores expressos no sentido de provocar a adesão, mas apresentar uma lógica de raciocínio capaz de dotar a ação comunicativa dos princípios de que as premissas de acordo impõem, de evidenciar que a argumentação se dá por um processo de ligação e de dissociação de ideias, com o primeiro tratando de enquadrar uma realidade e o segundo, responsável pelo reenquadramento do real, compondo, assim, um “duplo gatilho” argumentativo, em que os argumentos de autoridade são notadamente os mais adequados, no caso em estudo, para conquistar a adesão do público.

Perelman (2005, p. 97) considera que, a partir do momento em que existem elementos do real associados uns aos outros, numa ligação reconhecida, é possível fundar nela uma argumentação que permite passar daquilo que é admitido, ao que se quer fazer admitir. Não é por menos que uma parte considerável dos argumentos, fundados na estrutura do real, apela para ligações de sucessão, na relação de causa e efeito, ou para as ligações de coexistência, a relação entre a pessoa e os seus atos. São duas maneiras diferentes de estruturar o real: as ligações de sucessão são fenômenos semelhantes que se relacionam, enquanto que as relações de coexistência apoiam-se em termos distintos, a exemplo da essência e suas manifestações. A partir da afirmação de um vínculo causal entre fenômenos, a argumentação pode dirigir-se à procura das causas, para a determinação dos efeitos e para a apreciação de um fato pelas suas consequências. “Quando se trata de atos intencionais, a determinação da causa é acompanhada da do motivo que incitou o ato. A argumentação desenvolvida serve para justificar, para explicar, por vezes, para orientar, as investigações” (PERELMAN, 1993, p. 97-98).

Enquanto as ligações de sucessão unem elementos da mesma espécie, como os acontecimentos ou os fenômenos que formam um vínculo de causalidade, as ligações de coexistência estabelecem um vínculo entre realidades de nível desigual, em que uma é apresentada como expressão ou manifestação da outra, como a relação entre uma pessoa e as suas ações, os seus juízos ou as suas obras. “Se a pessoa é construída a partir das suas manifestações, estas são interpretadas em função da ideia que se faz da pessoa: a pessoa e os seus atos encontram-se em constante interação, sendo difícil dizer qual é o elemento que precede o outro” (PERELMAN, 1993, P. 105).

A intenção de convencer pelo discurso será tanto mais exitosa quanto for a adequação da opinião ao público específico que se pretende convencer. O *enquadramento do real* é a

primeira fase do “duplo gatilho” argumentativo de construção do fundo no qual a opinião encontra o seu lugar. É o real de referência que deve ser buscado para que o público venha a aceitar aquilo sobre o que queremos convencê-lo. Esse enquadramento (PERELMAN, 1993, 2004; REBOUL, 2004; BRETON, 1999) é que dita a ordem do mundo que devemos partilhar e pode ser obtido de três maneiras: definindo a ordem, dando-lhe sentido ou delegando o saber sobre ela. Conforme seja o caso, o enquadramento do real estará apoiado na prática *a priori* de valores ou de crenças.

O real pode ser enquadrado utilizando-se de argumentos “conservadores”, formas argumentativas ancoradas em elementos que preexistem na paisagem cultural do público a quem a argumentação se destina, estabelecendo uma ressonância entre o que é conhecido e o que é proposto, com pouco coeficiente de novidade. “Ele consiste em reativar circuitos antigos ao invés de fazer nascerem novos circuitos, mesmo que a argumentação neste caso consista no estabelecimento de um novo vínculo entre a tese e o já aceito (BRETON, 1999, p. 76)”. Outra maneira de enquadrar o real é por meio de argumentos “inovadores”, que propõem uma nova definição deste real, que enseje em adequar a opinião a um lugar que lhe seja natural e evidente.

A segunda fase do “gatilho” ocorre nas situações em que o recurso aos valores, aos pontos de vista, à autoridade aceita, implica uma retomada de um modo conhecido, comum, que serve imediatamente de ponto de referência. O reenquadramento do real implica em uma novidade, um deslocamento, outro olhar. A construção de um “universo de referência”, comum ao auditório e ao orador, pode tomar caminhos diversos. Se houver construção, significa que não há acordo sobre os universos prévios, como no caso de apelo aos pontos de vista e valores, ou no caso de reconhecimento do peso de uma autoridade.

O reenquadramento não ataca o problema de frente, mas o contorna e o aborda de outra maneira. Esta categoria de argumentos implica uma novidade para o auditório. Eles o colocam em um mundo no qual, espontaneamente, o auditório não pensara e onde seus pontos de referência habituais não funcionam, mesmo que os “elementos” que compõem este novo mundo lhe sejam conhecidos separadamente. Estes argumentos geram uma nova ordem, mas ao mesmo tempo, sua novidade é apenas relativa. Os argumentos de reenquadramento serão classificados em três categorias: a definição, a apresentação e a associação-dissociação, que apresentaremos mais à frente.

Os argumentos de autoridade estão entre os que se caracterizam pela presença de prestígio. O ponto de vista de um jornalista que tenha conquistado reconhecimento junto ao público leitor, ouvinte, telespectador, internauta, será mais tanto aceito conforme seja sua

integridade junto a esse público. É notável a relevância do argumento de autoridade na argumentação, mas é prudente não perder de vista que todo argumento se insere entre outros acordos. Deve-se recorrer a ele quando o acordo sobre o que se expressa é sujeito a ser questionado, sendo que o próprio argumento de autoridade é passível de contestação. Entenda-se que o argumento de autoridade está no reconhecimento pelo público de uma área específica, o que implica ser unicamente nessa área específica que se pode valer deles.

A forma do argumento de autoridade é constante: o real descrito é o real aceitável porque a pessoa que o descreve tem a autoridade para fazê-lo. Esta autoridade deve ser evidentemente aceita pelo auditório para que ele, por sua vez, aceite como verossímil o que lhe é proposto. Dois casos são possíveis: ou o orador apoia o enquadramento do real sobre sua própria autoridade, ou ele convoca uma autoridade exterior. Uma terceira variante, que é um caso particular bastante frequente, consiste em se apoiar em aspectos pouco conhecidos de autoridade do próprio auditório para fazê-lo aceitar uma opinião (PERELMAN, 1993, 2004; PERELMAN; TYTECA, 2005; BRETON, 1999).

A autoridade é constituída em uma subdivisão que a coloca baseada em um saber ou em uma função exercida que leva a uma competência ampla e uma espécie de direito de intervir na construção do real. É o caso da autoridade adquirida por acaso, como a autoridade que o fato de ter sido testemunha de uma cena nos confere ao descrevê-la, mas sem esquecer que a autoridade nunca pode ser confundida com poder. Tratando de autoridade, estamos no campo da argumentação, mas com o poder, saímos deste campo para encontrar um mundo em que são exercidas a força e a violência. É possível convencer o outro por meio de instrumentos de coerção, de violência, correndo-se o risco de o convencimento ser fingido. No campo da argumentação, a autoridade é somente uma proposição que é feita por alguém, dando o direito e a liberdade desse outro aderir ou não a essa proposição. O limite entre estes dois modelos de convicção é preciso somente na teoria, pois a realidade é sempre mais complexa.

Breton (1999) prega que a autoridade funciona como delegação de saber, opondo-se claramente à submissão ao poder. Isso significa a conjugação de autoridade com confiança ao delegar-se esse saber. Pelas características que possuem os meios de comunicação, em sua função de testemunho e da informação, funcionam como a instituição que mais usa esta delegação de saber. Um ponto de vista crítico poderá, ao mesmo tempo, achar que eles baseiam cada vez mais sua autoridade em um monopólio de fato do testemunho e em um poder real sobre a sociedade.



A delegação de saber coloca o problema da confiança, uma velha questão da retórica. Breton (1999) entende que se um orador “inspira confiança”, o enquadramento do real que ele propõe será, então, mais aceitável. É o caso do jornalista que, ao apresentar sua opinião, invocando uma autoridade, deve procurar consolidá-la e dar-lhe o caráter de serenidade de uma testemunha válida. Nesse caso, o autor alerta para o fato de que o argumento de autoridade, como foi concebido, continua sendo um argumento e não se refere ao que é periférico à argumentação e se concentra no preâmbulo ou no epílogo. “Estes dois momentos não são realmente destinados a raciocinar, mas a “preparar o auditório”, utilizando, por exemplo, o prestígio real ou suposto do orador ou da autoridade convocada” (BRETON, 1999, p. 80). Partem daí, três tipos de raciocínio de autoridade que são apresentados distintamente: a autoridade pela competência, pela experiência, pelo testemunho, cada uma colocando, a seu modo, sua relação com a confiança.

A autoridade da competência pressupõe que haja previamente uma competência do fazer, seja em qual nível for e em que profissão ela se manifeste: do médico especialista em cirurgia cardiovascular, falando sobre doenças do coração; do economista, ao se manifestar sobre questões de orçamento familiar; do dirigente sindical, sobre os problemas da classe trabalhadora; ou de um jornalista político com muitos anos de atuação, opinando sobre fatos da política.

Não se pode negar que o *expert* pode também enganar, como bem lembra Breton (1999), e nem sempre está de acordo, inclusive no que se refere aos problemas mais complexos. Apesar de tudo, o homem competente possui aura que reforça suas opiniões, mesmos nos demais domínios, distantes de sua competência. Dessa perspectiva, o que é norma para os homens, vale também para as instituições. Importa ressaltar que, na argumentação, o que pode parecer um embate sobre dados estatísticos, por exemplo, muitas vezes trata-se de um duplo argumento: o dos dados estatísticos e o da pessoa que fala sobre as estatísticas, quando este recorre à sua autoridade com os números.

No que diz respeito à autoridade da experiência, ele é menos baseado em uma competência, suspeita de ser teórica, do que em uma prática efetiva no domínio em que o orador se exprime. Tratando-se de um jornalista com mais de 50 anos de atividade, que ocupou o mesmo espaço em jornal de referência por mais de 30 anos, sempre convivendo com as mais destacadas fontes do poder do país, com quem tinha a habilidade de manter-se próximo e de saber tirar informações relevantes, este é um fazer de experiência consolidada e que se configura também como testemunho da história.

Quanto à autoridade do testemunho, o fato de ter estado presente a uma manifestação, ou a um acontecimento confere uma autoridade segura, que fundamenta o argumento de testemunho. A diferença entre a experiência e o testemunho, sendo que os dois se servem de uma prática concreta, é que a experiência implica uma vivência, uma acumulação, enquanto que o testemunho é circunstancial, pontual, salvo nos casos em que o testemunho considerado é o da vida, quando novamente se confunde com a experiência.

É certo que o argumento de autoridade raramente funciona de maneira isolada. Ele se insere, segundo Breton (1999), em uma argumentação de conjunto e serve para preencher certos vazios, para construir “pontes” entre elementos do real. Isto tenderia a relativizar sua importância. Ocorre de, por vezes, atrás do argumento de autoridade se esconder verdadeiros pontos de vista, o que significa que a autoridade evocada foi a ponto de vista da autoridade enquanto formador de uma norma. “Esta norma, por sua vez, pode funcionar como opinião. Vê-se que, apesar de sua especificidade, o argumento de autoridade se situa em uma continuidade com os dois outros tipos de argumentos de enquadramento” (BRETON, 1999, p. 84).

No entender de Breton (1999), a argumentação deve visar a um público específico: o grupo dos políticos de um partido, o grupo da oposição, o grupo da situação, o grupo dos militares, o grupo dos sindicalistas. Assim, para estabelecer o contato de “espíritos” e conquistar a adesão do público, é mais provável que isso aconteça a partir de uma argumentação destinada especificamente àquele grupo, seja qual for o tipo de argumento que se adote para a persuasão. No caso dos argumentos de autoridade, a conjugação dos três operadores argumentativos – da competência, da experiência e do testemunho – oferece as condições ideais para a conquista de adesão à opinião proposta: quanto mais testemunho, mais experiência; e quanto mais experiência, mais competência, mais autoridade se conquista para o argumentativo.

### **3.3 Argumentação no Jornalismo**

Breton (1999) inscreve a argumentação no campo comunicacional ao aplicar uma grade analítica a três textos: um bilhete de Paul Lambert, publicado na página “Opiniões” da edição de 6 de novembro de 1995 do jornal *Le Figaro*, portanto, uma opinião de leitor; a transcrição de uma cena do filme “A lista de Schindler”, de Steven Spielberg, em que há um diálogo rico de situações argumentativas; e uma entrevista com Lester Brown, realizada por Jean-Claude Besset, veiculada no jornal *Le Monde*, em 27 de fevereiro de 1996, em que as respostas, as ideias e as opiniões do entrevistado é que são analisadas.

Teoricamente, a argumentação desperta grande interesse quando é relacionada à lógica, à comunicação e à persuasão. Trata-se de um saber em transformação e de uma sinuosa trajetória, desde a alvorada da civilização greco-romana, passando por um longo período de latência, até renascer na segunda metade do século passado. Por vinte e três séculos, a filosofia prestigiou, do legado aristotélico, somente o modo analítico de raciocinar, esquecendo-se da ideia de dialética como um saber pertinente, sujeito a regras próprias. Perelman e Tyteca (2005) defendem que não se argumenta contra a evidência, o que coloca a argumentação no campo do verossímil, do plausível, do provável, na medida em que este último escapa às certezas do cálculo.

Ainda que a argumentação tenha sido pensada como um componente dos sistemas lógico, retórico e dialético, o fim da Segunda Guerra marca a busca pela construção de um pensamento autônomo nesse campo. Os anos de 1950 foram, para Christian Plantin (2008, p. 8), estimulantes “pela vontade de encontrar uma noção de ‘discurso sensato’, por oposição aos discursos fanáticos dos totalitarismos”. Os novos estudos que surgiram nos anos de 1970 mostram perspectivas bem diferentes do que fora pensado desde Aristóteles até o final do século XIX quanto às bases da argumentação.

No entender de Plantin (2008), à medida que se atrelava à retórica, os estudos da argumentação se dirigiam para o lado oposto, pois a retórica retirada, do currículo das universidades, era a retórica jesuíta, não centrada na argumentação, mas na *praelectio*, algo como “a explicação de texto, a imitação e ampliação, uma forma de eloquência que não estava voltada para convencer pela prova e pelo debate, mas para subjugar pelo esplendor verbal” (PLANTIN, 2008, p. 15).

Sobre a nova retórica, Cunha (2010, p. 3) tem a mesma compreensão de Plantin e considera o subtítulo do Tratado da Argumentação uma ruptura de Perelman e Tyteca com a velha tradição aristotélica, que coloca sua obra “na direta sucessão da problemática grega sobre a retórica”. Cunha (2010, p. 4) considera as palavras dos autores como o prenúncio do que seria a crítica pós-moderna da razão. “Em vez da necessidade do encadeamento das ideias no raciocínio e da evidência com que estas se impõem ao espírito, o vocabulário privilegiado é outro e nele avultam termos como ‘verossímil’, ‘plausível’, ‘provável’”. A diferença entre a verossimilhança e a verdade é que a semelhança se dá apenas na instância “interlocutória” que é o auditório. Há, pois, que se obter uma “adesão” para a qual as “provas” são necessárias, porém, as provas não mais poderão se sustentar somente pela aproximação com a “probabilidade” ou com o “plausível”. “A verdade se impõe pela evidência, não resulta, por isso mesmo, de uma deliberação argumentada nem é por isso também *objeto* de um

consenso”, diz Cunha (2010, p. 4). E acrescenta que “deliberação” e “evidência” são expressões contraditórias, pois não se delibera quando a solução é necessária e não se argumenta quando há evidência.

As teorias da argumentação incidem sobre o mesmo objeto, “a operação ou o processo segundo o qual se fornecem razões para convencer um interlocutor, ou ainda as próprias unidades dessa operação ou desse processo, os argumentos” (BRETON; GAUTHIER, 2001, p. 14). Além dessa matéria, as teorias argumentativas divergem entre si sobre questões controversas, com destaque para o conceito de *argumento*, a sua ligação à retórica, à lógica e sua incidência com a ética. Em relação ao argumento, todas as teorias buscam uma concepção mais ou menos original, uma visão particular sobre ele, ainda que o apreendam de uma forma comum ou próxima. Um aspecto obscuro na reflexão acerca do conjunto das teorias da argumentação é sua relação com a retórica, provavelmente, pelo fato de algumas dessas teorias considerarem a argumentação como um sinônimo da retórica. “Noutras teorias, a noção de retórica está totalmente ausente a fim de, pelo menos em certos casos, não dar a pensar que a argumentação é redutível a técnicas de expressão” Breton e Gauthier (2001, p. 15). Deve-se elevar a existência de teorias argumentativas em que os dois termos se põem em uma relação variável.

Uma parte importante da ligação múltipla entre a argumentação e a retórica deve-se à evolução flutuante sofrida por esta última. Se, originalmente, a retórica é parte interessada ou, no mínimo, permanece intimamente ligada ao conteúdo da comunicação, torna-se, a seguir, na arte de bem falar ou numa técnica da eloquência que incide apenas na forma. Nos nossos dias, o termo ‘retórica’ adquiriu, além dos significados tradicionais, um sentido pejorativo: é bastante frequente qualificar-se um discurso de ‘retórica’ para anunciar o seu caráter superficial, artificial ou dissimulador (BRETON; GAUTHIER, 2001, p. 15).

Identificados alguns litígios entre as diversas teorias da argumentação, admite-se que os raciocínios podem servir a uma finalidade argumentativa, conforme a concepção de argumentação que têm os autores. “Em certas teorias”, esclarecem Breton e Gauthier (2001, p. 16), “o argumento é, de imediato, normativamente considerado: consiste numa ‘boa’ razão invocada para convencer”. O argumento é, portanto, uma oposição a ações de comunicação manipuladoras, embora exista teoria em que o argumento assume a neutralidade do ponto de vista axiológico: tanto a boa ação quanto a má ação, no sentido de persuadir, é tida como dependente da argumentação.

Perelman e Tyteca (2005, p. 20) chamam a atenção para o que os autores de comunicações ou memórias científicas pensam sobre o ato de relatar experiências,

imaginando que lhes basta “mencionar certos fatos, enunciar certo número de verdades, para suscitar infalivelmente o interesse de seus eventuais ouvintes ou leitores”. O autor lembra que, mesmo para aqueles em condições privilegiadas, “para que uma argumentação se desenvolva, é preciso, de fato, que aqueles a quem ela se destina lhe prestem alguma atenção”. Na relação entre o orador e seu auditório, o orador e seu público, é preciso que se tenha alguma qualidade argumentativa para tomar a palavra e ser ouvido.

Breton (1999) define a argumentação como uma ação própria do homem que tem por objetivo partilhar uma determinada opinião, utilizando-se de complexos procedimentos que absorvem toda a riqueza do comportamento humano, e cuja especificidade é acionar o raciocínio em uma situação de comunicação. O autor considera que a argumentação é a maneira de convencer, em alternativa ao uso da força física, sabendo-se ser possível obter-se do “outro” uma atitude contra a sua vontade, pelo uso de recursos coercitivos, a exemplo da propaganda que, ao longo de todo o século passado, utilizou-se de métodos sistemáticos para “coagir as massas”. Outros métodos são possíveis de assentir, convencer, partilhar determinadas opiniões sem se fazer violento. A sedução é uma técnica poderosa e eficaz para esse fim, seja ela expressa oralmente ou por meio de comunicação escrita, recorrendo-se a figuras de estilo, que tornam o discurso mais agradável. Há, ainda, meios de apresentar opiniões apelando apenas para a razão, deixando de lado os sentimentos. É o caso da demonstração, entendida como “[...] um conjunto de meios que permitem transformar uma afirmação ou um enunciado em ‘fato estabelecido’, que somente pode ser contestado por outro enunciado mais bem demonstrado” (BRETON, 1999, p. 10).

No jornalismo informativo, pressupõe-se que os fatos são apresentados de uma maneira racional, quando se trata do real factual. Para Muniz Sodré (2009, p. 15) “não se trata de manipulações deliberadas, nem de mentiras, mas de interpretações que podem muitas vezes lançar mão de recursos típicos da ficção literária, com vistas à criação de uma atmosfera semântica mais compreensível”. O autor entende que o jornalismo é um processo comunicativo mais complexo do que a simples informação noticiosa. E, embora mobilize diferentes tipos de discurso, a sua centralidade conceitual está apoiada na notícia. É a forma de captar e comunicar o fato uma estratégia que faz esquecer os procedimentos “retóricos” e “imaginativos” presentes na construção do acontecimento. Na maioria dos casos, no entender de Franklin Martins (2011, p. 21), não basta apenas informar, dar a notícia. É preciso que se qualifique, relacione-se a notícia com outros fatos, apresente suas causas e avalie suas consequências.

Na opinião jornalística, a demonstração se faz por meio de parecer sobre o real, mesmo que seja essa realidade apresentada, conforme a paisagem cultural de quem a interpreta. Martins (2011, p. 22) separa interpretação de opinião. Ainda que semelhantes, não são a mesma coisa: “A opinião, no fundo, apenas se alimenta do fato para reafirmar um ponto de vista prévio”. Quanto à interpretação, segundo o autor, é uma leitura **preliminar** do acontecimento, uma busca por juntar e relacionar os diversos fragmentos que emergem no momento da ocorrência. A opinião “fecha o foco em cima de uma explicação e quer passar certezas”, enquanto que a interpretação “busca abrir o leque de possibilidades e sugerir linhas de raciocínio”.

Para Breton (1999, p. 13), o ato de partilhar uma opinião urgencia a existência de um “emissor”, denominado de orador em sua definição; uma “mensagem” (opinião) colocada com vistas a convencer; e um “receptor”, que seria o “outro”, o destinatário da mensagem. “Argumentar se inscreve, então, no triângulo tradicional ‘emissor-mensagem-receptor’ que as ciências da comunicação estudam em todas suas formas [...]”, mas essa perspectiva linear, que privilegia a informação, não é suficiente para ser aplicada ao ato da argumentação. Breton (1999, p. 25) considera que definir o campo da argumentação implica em conceituar o que seja “argumentar” sob três perspectivas: primeiro, que argumentar é uma situação de comunicação que exige parceiros, uma mensagem e uma dinâmica próprias; segundo, que argumentar não é convencer a qualquer custo, o que supõe uma ruptura com a retórica, por não economizar meios para persuadir; terceiro, que propor uma opinião, oferecendo, ao “outro”, boas razões para sua adesão, é apoderar-se do racocínio no ato de argumentar.

O modelo argumentativo proposto por Breton (1999, p. 28-29) divide-se em vários níveis: a opinião do orador, o próprio orador, o argumento, o auditório e o contexto de recepção. O autor conceitua a “opinião” do orador como algo existente antes mesmo de colocada na forma de argumento: uma causa, uma tese, uma ideia, um ponto de vista; já o “orador” é aquele que dispõe de uma opinião e a partilha com um auditório; o “argumento” é a opinião, expressa na forma escrita ou oral, cujo objetivo é convencer<sup>6</sup> direta ou indiretamente pela palavra; o “auditório”<sup>7</sup>, pode ser uma pessoa, um público, ou um conjunto

---

<sup>6</sup> Esta pesquisa pretende relativizar o significado da expressão “convencer” como sendo algo possível em toda argumentação. Outros termos podem servir para expressar o sentido que se pretende dar ao ato de convencer: partilhar, assentir, oferecer um ponto de vista que consiga a adesão do leitor, são também adequados ao que se pretende demonstrar na construção desse quadro teórico.

<sup>7</sup> O termo “auditório”, utilizado por Breton, tendo em vista ser esta uma pesquisa documental, com estudo de caso, que tem por empírico os textos de Castello veiculados pelo Jornal do Brasil, terá o mesmo sentido de público, a quem a mensagem é dirigida. Embora a recepção esteja fora do campo de ação deste estudo, mesmo sendo um componente imprescindível ao processo comunicativo, é importante fazer-se esta observação à afirmação de Breton (1999, p. 67) sobre o objetivo primeiro de um argumento: modificar o contexto de

de públicos, mas há a possibilidade de ser o próprio orador em busca do autoconvencimento; e o “contexto de recepção”, ou o conjunto das opiniões, dos valores e julgamentos partilhados pelo auditório previamente existente ao ato da argumentação, e que tem o seu papel na recepção do argumento, na sua aceitação, na sua recusa ou na adesão variável que ele provoca.

---

recepção do auditório para introduzir aí uma nova opinião. Essa perspectiva implica considerar-se cada público como particular. Argumenta-se sempre para um público específico e é isto que, no fundo, faz da argumentação uma arte tão delicada. O argumento de Castello é dirigido a um público que entende de política ou que vivencia a política mais de perto, sem o quê, dificilmente entenderia do quê, especificamente, o jornalista estaria tratando em seu comentário.

## 4 OPINIÃO, VALORES E CIRCUNSTÂNCIAS

Este capítulo destina-se a explicar o método de análise da opinião de Carlos Castello Branco, construído no intuito de entender as estratégias discursivas que o jornalista adota na Coluna do Castello, quando manifesta seus juízos de valor acerca de eventos do período entre 1963 e 1969. A análise dar-se-á a partir de uma grade composta de cinco categorias, pensada para dissecar a *anatomia discursiva* dos comentários de Castello. A retórica, auxiliada pelas teorias da argumentação, constitui o arcabouço teórico-metodológico implicado a existência de um emissor, de uma opinião a ser partilhada e de um público, formando o tradicional triângulo emissor – mensagem – receptor.

### 4.1 A Natureza da Opinião

A opinião tem uma origem profunda, mais abaixo do mundo social, no mundo vivo, segundo Gabriel Tarde (1992), pois as opiniões não são as de seu autor, elas não são propriamente inventadas, mas simplesmente descobertas, trazidas à luz, como se em tudo elas estivessem lá, prontas a completar-se ou a realizar-se numa revelação que a objetiva, mas que não a inventa exatamente. As opiniões surgem das crenças e dos desejos que, nesse sentido, a “invenção” e a “imitação” criam, mas que virtualmente preexistem à ação.

Tarde deixa claro que as opiniões estão ali e que é preciso descobri-las, como se descobre um objeto que já está dado. Esta é precisamente a tarefa do inventor. Na introdução de “A opinião e as massas” Reynié (1992) defende que a invenção é algo que brota de um possível realizado entre mil, em meio aos diferentes possíveis, e que se reduza uma descoberta, a uma revelação de um dado que preexiste ao inventor e o ultrapassa. A invenção efetua-se no cérebro, como para fazer uma concessão à ideia individualista do destino excepcional, que não é nada mais que um lugar, aquele onde se produz esse encontro necessário entre diversos fluxos sociais que dará origem a uma opinião nova, inicialmente desconhecida de quase todos, depois convertida ela mesma em fluxo social (REYNIÉ, 1992).

Em o “Elogio a Helena”<sup>1</sup>, uma defesa retórica feita por Górgias, enaltecendo o poder da palavra, a virtude divina e a fatalidade da má sorte, as opiniões não são de Górgias. Ainda

---

<sup>1</sup> São muitas as versões sobre Helena. Ela inspirou Homero, excitou paixões, gerou polêmica entre os poderosos e fascinou os que se dedicavam a expressar a beleza feminina. Heródoto a cita, no início de sua “História” da guerra entre os gregos e os persas. Quanto ao elogio que Górgias faz em sua defesa, é um exemplo do fascínio que ela despertava. Uma das versões sobre Helena diz que ela teria sido raptada por Teseu, depois libertada e levada de volta para Esparta, por seus irmãos. Para evitar uma disputa entre os muitos pretendentes, seu pai, Tíndaro, fez com que todos jurassem respeitar a escolha da filha. Foi então que ela casou-se com Menelau, rei



que ele se apresente soberano com as palavras, que têm o poder de eliminar o medo, suprimir a tristeza, infundir a alegria e a compaixão, as opiniões não são as de Górgias, pois as opiniões não são as do seu autor. Não são deliberadamente inventadas. Elas são apenas descobertas, trazidas à luz, como se já estivessem lá, presentes, potencialmente construídas, prontas a completar-se ou a realizar-se numa revelação que as objetiva, mas que não as cria exatamente. O único aspecto relativo ao indivíduo Górgias é o encontro entre a ideia do elogio e o seu cérebro inteligente para, em seguida, manifestar-se no meio social.

Na teoria tardeana da opinião, não há interioridade do produtor. Este, ao descobrir uma ideia, simplesmente manifesta sua adequação a uma exterioridade, uma ‘Natureza’ que a excede largamente. O produtor é somente um dos meios de ancoragem e transporte da ideia, do seu interior ao conjunto da teia social, que se processa em um cérebro consciente da grande cadeia da Opinião, e que deve seu movimento ao vasto processo da Natureza, imanente a todas as coisas e, portanto, a todo homem.

A opinião é o conjunto dos juízos que contribui para formar o valor das coisas; e o valor é bem diferente, conforme seja, antes de tudo, uma questão de costume, questão de moda ou questão de raciocínio. No jornalismo, a opinião é construída a partir da relação jornalista/fonte, da qual as informações são representadas por valores que são dos indivíduos envolvidos no processo, mas não necessariamente são as opiniões deles próprios. São opiniões do mundo da vida, que preexistem à relação fonte/jornalista, portanto somente levadas ao conhecimento da teia social.

A imitação é um princípio constitutivo das comunidades humanas, uma coleção de seres, na medida em que estão se imitando entre si. A opinião ou o desejo de um torna-se progressivamente a opinião ou o desejo de um grande número, a opinião pública, que resulta das opiniões passadas de pessoa a pessoa, por grupos e mais intensamente, pela imprensa. É a imprensa periódica que permite um agregado superior e a propagação das opiniões.

O agregado de opiniões predominantes de uma comunidade constitui-se em juízo de valor (subjetivo) que advém de uma situação objetiva (um fato concreto) e se manifesta objetivamente. “A opinião pública manifesta-se e modifica-se coletivamente, sem ser

---

de Esparta, abandonando-o depois, para fugir com Páris, filho de Príamo, rei de Tróia, dando origem a uma guerra de dez anos entre espartanos e troianos. Em Homero, a vida de Helena é mais nobre: na “Ilíada” e na “Odisseia”, Helena é retratada como um personagem para além da exuberante beleza. Aparece como alguém que tem consciência da sua responsabilidade e até vislumbra o seu papel na história. “Helena é um personagem complexo que, além de possuir esse valor simbólico, também aparece como um sujeito com vida interior própria e poderes incomuns não só a outras mulheres em condições semelhantes, mas também a todas as outras personagens humanas das epopeias homéricas” (CREPALDI, 2013, p. 16).

necessariamente condicionada pela aproximação física dos indivíduos, e não implica o conhecimento do assunto sobre o qual se opina” (RABAÇA; BARBOSA, 2001, p. 526).

É de considerar-se que, pelas características de subjetividade da opinião, a carga de verdade que ela suporta é, com efeito, relativa. Kant (1991) entende que ter algo como verdadeiro implica um juízo com referência à convicção, que comporta três níveis: opinar, crer e saber. “Opinar” é da ordem do subjetivo, da verdade relativa. O autor considera que algo é verdadeiro porque é subjetivamente suficiente. E que se é subjetivamente suficiente, sendo ao mesmo tempo tomado como objetivamente insuficiente, então se denomina “crer”. Quando se considera algo verdadeiro, este algo, sendo tanto subjetivamente como objetivamente suficiente, tem-se o “saber”. É a suficiência subjetiva que gera a convicção para a própria pessoa e a suficiência objetiva é que faz surgir uma certeza para qualquer indivíduo.

Kant aconselha a não nos aventurarmos a “opinar” sem pelo menos “saber” algo mediante o qual o juízo tão somente problemático em si adquire uma conexão com a verdade. A opinião é baseada na experiência de saber algo sobre, não uma ficção arbitrária, ainda que seja permitido opinar em juízos derivados da razão pura. Kant (1991) justifica que, a partir do momento em que tais juízos não mais se fundamentam na experiência, devemos antes ter a priori tudo aquilo que é necessário à conexão, sem o que não se pode encontrar guia alguma que nos leve à verdade. Não é por menos que não podemos opinar na Matemática pura. Ou sabemos ou somos obrigados a nos abster de qualquer juízo. “Exatamente o mesmo ocorre com os princípios da moralidade: não podemos arriscar uma ação fundados na mera opinião de que algo é permitido, mas temos que sabê-lo” (KANT, 1991, p. 231).

Para Barthes (2001, p. 16), no campo da retórica, é preferível falar daquilo que esteja ao alcance do entendimento do público, ainda que não seja possível cientificamente, “[...] do que contar o que é possível realmente, se esse possível é rejeitado pela censura coletiva da opinião corrente”. Ele admite que seja tentador relacionar uma retórica de massa com a política aristotélica, mas defende a retórica do bom senso, uma política do meio termo, favorável a uma democracia equilibrada, “[...] centrada nas classes médias e encarregada de seduzir os antagonismos entre os ricos e os pobres, a maioria e a minoria; daí uma retórica do bom senso, voluntariamente submetida à psicologia do público” (KANT, 1991, p. 17).

Ao utilizar o conceito de *público* como uma coleção de seres que se imitam entre si, Tarde (1992) transforma a descoberta individual em fato social. O indivíduo tende a moldar seu comportamento conforme se comporta o grupo do qual ele participa e sua opinião obedece a princípios estabelecidos dentro do próprio grupo. O autor diferencia o termo

*público* daquele que representa os espectadores de um espetáculo ou a audiência de uma assembleia. Ele conceitua *público* como *multidão*, característica própria dos tempos modernos, surgida após a invenção da imprensa, ou seja, a multidão tem relação com o conceito de *massa*, exposta a uma ação de comunicação. Tarde (1992) também se refere à propagação de uma ideia como sendo a universalização dessa mesma ideia, sua imitação por outro indivíduo e pelo grande público. E defende que a imitação de um indivíduo por outro advém da sugestão: uma forma de hipnotismo que, segundo ele, é o estado social.

Uma abordagem sobre o individual e o coletivo, na perspectiva de consciência, em Durkheim (1979), pode ser produzida a partir dos conceitos de *elite*, *público* e *massa*, sob o ponto de vista de suas dimensões econômica e cultural. Não é fácil reconstituir a gênese do conceito de *massa*, mas é possível se fornecer algumas características: a massa é consequência de um processo de industrialização progressiva, da revolução dos transportes, do comércio, das comunicações e da difusão de valores abstratos de igualdade social. Na dimensão econômica, Cohn (1973) considera antagônicos os conceitos de *elite* e *massa*. O primeiro é a parcela minoritária de uma população, provida de poder econômico – renda – e de condições de segurança. O restante é a massa. “Na concepção clássica, de inspiração conservadora, a elite é concebida essencialmente como uma dominação legítima sobre uma maioria não-organizada” (COHN, 1973, p.29).

A noção de *público*, enquanto a reunião de pessoas em torno de um interesse comum, remete ao entendimento que se tem de opinião, quando cada sujeito é diretamente atingido pela mensagem. “A presença de uma questão, da discussão e de uma opinião coletiva é a massa de público”. Quanto à sua dimensão cultural, *elite*, *público* e *massa* se referem com maior frequência ao gosto estético social. Tais conceitos vão sofrer transformações em consequência da evolução dos modos de produção, dos novos aparatos tecnológicos e, principalmente, da revolução dos meios de comunicação, que possibilitam uma teoria da comunicação de massa, sendo operada dentro de uma teoria da psicologia social mutante e dos efeitos das mensagens numa sociedade de massa.

## 4.2 Análise Argumentativa da Opinião<sup>2</sup>

Os primeiros feixes de luz lançados no sentido de entender por que as notícias são como são foram de iniciativa do alemão Tobias Peucer, ainda em 1690, ao apresentar sua tese *De relationibus novellis*, à Universidade de Leipzig, na Alemanha. Seu estudo adquire relevância ao situar o papel dos jornais e por utilizar contribuições da retórica<sup>3</sup>, para tratar das circunstâncias de sujeito, objeto, tempo, causa, lugar e maneira, correspondentes aos elementos da notícia, que estão na raiz de teorias do jornalismo: o quê, quem, quando, onde, como e por quê.

A tese de Peucer é composta de 29 tópicos, faz uma relação entre Jornalismo e História e trata dos tipos de relatos utilizados pela cultura ocidental antiga, discute noções de autoria, de notícia, de verdade e de credibilidade, além de propor critérios de seleção e restrições ao que deve ou não ser publicado. *De relationibus novellis* reflete sobre a notificação de coisas diversas recentes, ocorridas em determinado lugar e leva em conta a sucessão de fatos e suas causas, limitando-se a uma simples exposição, “[...] a bem do reconhecimento dos fatos históricos mais importantes, ou até mesmo misturam coisas de temas diferentes, como acontece na vida diária ou como são propagadas pela voz pública” (PEUCER, 2004, p. 16).

O estudo do jornalismo é um campo científico de longa tradição, lembra Traquina (2005), apesar de alguns jornalistas ignorarem esse corpo teórico, preferindo valorizar a sua lógica de somente observar e escrever, convictos de que já sabem tudo sobre sua prática. Das poucas disciplinas levadas aos cursos universitários no século XIX, o campo jornalístico passou a ter uma presença mais agressiva no século XX em quase todo o mundo, inclusive,

---

<sup>2</sup> Parte desse método consta do artigo “Argumentação no jornalismo: um método de análise da opinião”, que apresentamos no 11º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor) na Universidade de Brasília, UnB, novembro de 2013. Após algumas reflexões acerca da proposta inicial, procedemos a um refinamento das categorias de análise definidas e conceituadas nesta tese.

<sup>3</sup> Peucer já possuía referentes teóricos da retórica, da filosofia, da história, da jurisprudência, da ética e da moral que podiam ser aplicados ao jornalismo emergente, alguns contemporâneos seus, e outros que remontavam à antiguidade grega e romana. No campo da retórica, o autor socorreu-se dos antigos filósofos e retóricos gregos e romanos, como Fábio Quintiliano e Cícero que, entre outros contributos para os estudos jornalísticos, há mais dois mil anos foram fixando para a posteridade a fórmula dos “elementa narrationis” para contar novidades, tantas vezes atribuída erroneamente aos americanos do século XIX. Peucer serviu-se também de outros textos clássicos, como os de Luciano de Samosata, autor do século II, que escreveu a obra “Como se deve escrever a História”, onde adota um tom positivista, prescrevendo que a historiografia deve se basear em fatos e não em interpretações (enquadramentos) que engrandecem ou denigam os fatos e muito menos em invenções, como muitas vezes sucedia. “Poderia até falar-se de Escola Alemã de pensamento comunicacional, que teria sido a primeira escola de pensamento comunicacional a surgir, mais de dois séculos antes da Escola de Chicago e de outras escolas alemãs, como a Escola de Frankfurt e a Escola da Periodística, também chamada Escola Publicística” (SOUSA, 2004, p. 34-35).

com cursos de Mestrado e Doutorado, a partir da década de 1980. Os resultados de décadas de pesquisas sobre os fenômenos jornalísticos não conseguem superar o dissenso entre os estudiosos, quanto a existir ou não conhecimento científico e reflexivo capaz de explicar por que as notícias são como são.

Para Sousa (2003), uma teoria unificada do jornalismo e da notícia fica incompleta se não lhe for agregada componente dos efeitos das notícias. O autor defende que a delimitação de duas grandes áreas do jornalismo, a da produção e a da circulação, está em responder: a) por que as notícias são como são? b) por que temos as notícias que temos? c) como circula a notícia? d) como é consumida a notícia? e) e quais são os efeitos da notícia? A resposta a estas indagações explica as notícias e os seus efeitos e prevê como qualquer notícia será construída e quais os efeitos genéricos que provocará (ainda que estes dependam de cada receptor). Uma teoria unificada da notícia resulta da interação simultânea histórica e presente de forças de distintas matrizes: pessoal, social, ideológica, cultural, do meio físico e dos dispositivos tecnológicos, “[...] tendo efeitos cognitivos, afetivos e comportamentais sobre as pessoas, o que por sua vez produz efeitos de mudança ou permanência e de formação de referências sobre as sociedades, as culturas e as civilizações” (SOUSA, 2003, p. 9-10).

Sobre as dimensões da notícia, Sousa (2003) define duas: uma tática, que se esgota na teoria dos gêneros jornalísticos, e outra estratégica, que vê a notícia como todo enunciado jornalístico. Esta última é a perspectiva que interessa ao esboço de um método que se propõe a identificar a forma e o conteúdo da opinião no jornalismo. Tomando a notícia, em sua dimensão estratégica, como todo enunciado jornalístico, e o texto opinativo um produto jornalístico, é razoável considerarmos uma *anatomia discursiva* da opinião e atribuir-lhe uma organicidade, identificando os distintos elementos que servem de base para que o enunciador possa organizar sua opinião acerca de determinado assunto.

No entender de Sodré (2009), o jornalismo é um processo comunicativo mais complexo do que a simples informação noticiosa e, embora mobilize diferentes tipos de discurso, a sua centralidade conceitual está apoiada na notícia. E defende que fatos são apresentados de uma maneira racional, quando se trata de noticiar o real factual, enquanto que na opinião jornalística, a demonstração se faz por meio de parecer sobre o real, mesmo que seja essa realidade apresentada conforme a paisagem cultural de quem a interpreta.

“As notícias não são um espelho das condições sociais, mas o relato de um aspecto que se impôs” (LIPPMANN, 2008, 291). Os eventos, ou são notícia, ou são reportados como assunto pessoal e opiniões convencionais. O interesse do leitor pelo que é publicado, ou despertar a atenção do leitor para o conteúdo jornalístico, resulta de uma série de

procedimentos: seleções sobre que itens e que posição devem ocupar no jornal, quanto espaço cada estória merece, que ênfase deve ter. Não se trata de somente apresentar as notícias na perspectiva estabelecida pelas práticas jornalísticas, é um problema de provocar o sentimento do leitor, de induzi-lo a sentir uma sensação de identificação pessoal com os eventos veiculados. “As notícias que não oferecem esta oportunidade para que alguém se apresente na luta que elas representam não podem apelar a uma ampla audiência” (LIPPMANN, 2008, 302). Há vezes em que uma situação é tão confusa nas páginas noticiosas que não permite ao leitor uma pista através da qual ele se engaje. Ele precisa de uma pista para melhor capturar as notícias, sejam elas verdades ou não.

A diferença entre o que seja a notícia e o que seja a verdade é que “[...] a função das notícias é sinalizar um evento, a função da verdade é trazer luz aos fatos escondidos, pô-los em relação um com o outro e fazer uma imagem da realidade com base na qual se possa atuar” (LIPPMANN, 2008, p. 304). As noções de verdade e de credibilidade sustentam a existência de um campo de saber jornalístico, sendo que a verdade está no efeito que produz, lembra Benetti (2007), postulando que algo narrado é algo verdadeiro: o da “designação”, uma forma de conferir autenticidade ao que é mostrado; da “reconstituição” do fato, como forma de se chegar à “verossimilhança”; e da “elucidação”, entendida como a explicação que possibilita determinar o porquê das coisas. A verdade e a credibilidade estruturam o gênero jornalístico e são instituídas por ele, em uma relação orgânica. “Os procedimentos que asseguram os efeitos de verdade são legítimos para o jornalismo, pois estão baseados em estratégias que buscam a confiabilidade, sob pena de ruptura do contrato de comunicação” (BENETTI, 2007, p. 12). Sob essa ótica, é importante distinguir a interpretação da opinião (ainda que semelhantes, não são a mesma coisa). A opinião somente se alimenta dos fatos para reafirmar um ponto de vista prévio, enquanto que a interpretação é uma leitura preliminar do fato, uma busca por juntar e relacionar os diversos fragmentos que emergem no momento do ocorrido. A opinião “[...] fecha o foco em cima de uma explicação e quer passar certezas”. A interpretação “[...] busca abrir o leque de possibilidades e sugerir linhas de raciocínio..” (MARTINS, 2011, p. 22).

O jornalismo, segundo Fraser Bond (*apud* MARQUES DE MELO, 2003), tem quatro razões fundamentais: informar, interpretar, orientar e entreter. O seu propósito primeiro é assegurar a informação, mantendo uma completa objetividade nas notícias, que é uma atribuição do jornalismo informativo; a necessidade de interpretar, orientar e entreter é visível nos formatos que expressam ideias e juízos críticos, que são

concernentes ao jornalismo opinativo, cuja intenção é influenciar o leitor, algo que é tentado pelos veículos de comunicação desde os primeiros tempos, por meio de seus editoriais, caricaturas e artigos assinados.

Há uma tendência de relacionar-se o jornalismo informativo com a objetividade e a objetividade com a realidade, o que nos leva a supor que a opinião representa a pura subjetividade. Para Vargas (1999), os jornais reservam mais espaço para a informação, identificada como jornalismo narrativo, deixando os textos argumentativos e/ou opinativos em segundo plano, como se o jornalismo de opinião não fosse jornalismo propriamente. Esta concepção afeta tanto o fazer jornalístico, quanto as pessoas que estão de fora da profissão. Afinal, lembra Gomis (1991, p. 52), “[...] a notícia nasce e cresce com o comentário”. “Na verdade, as pessoas que compram e leem jornais, segundo revelam sondagens de opinião, valorizam mais positivamente os jornais que publicam análises e artigos opinativos” (VARGAS, 1999, p. 22).

Beltrão (2006) tem o mesmo entendimento, ao considerar que o jornalismo é uma atividade humana das mais antigas e necessárias à sociedade, atribuindo ao fazer jornalístico, as funções de informar, orientar e entreter. A informação é o relato puro e simples dos acontecimentos do presente ou do passado, atuando em situações presentes; a orientação, o esforço de convencer pela interpretação dos fatos, provocando ação àqueles a quem se dirige a mensagem; o entretenimento, uma maneira de fugir das “preocupações quotidianas”. Jornalismo é, antes de tudo, informação de fatos atuais, que despertem o interesse do público, mas a informação produzida pelo jornalismo precisa ser devidamente interpretada, como forma de orientar a opinião pública (BELTRÃO, 2006, p. 29).

A orientação a que Beltrão se refere é entendida como uma maneira de educar a opinião pública, que seria uma das funções do jornalismo opinativo: editorial, artigo, crônica, opinião ilustrada e opinião do leitor. Beltrão foi o único pesquisador, no âmbito do jornalismo brasileiro, a se preocupar sistematicamente com a classificação dos gêneros jornalísticos, embora outros estudiosos tenham feito incursões no campo, sem, contudo, oferecer suporte taxionômico ou confrontar diretamente suas reflexões com a prática profissional.

No campo jornalístico, parece anacrônico se elaborar um raciocínio sobre modalidades de gêneros diante de um momento de crise estabelecida pelos múltiplos processos, ferramentas e plataformas em que a linguagem jornalística se materializa (HENN, 2011). Marques de Melo (2003), um dos pioneiros no trabalho de investigar os gêneros, no Brasil,

manifesta seu desalento<sup>4</sup> quando observa o quadro caótico que é traçado por pesquisadores que lidam com o tema. Ele caracteriza, em seus estudos, as modalidades opinativas, adotando como critério de conceituação, os usos consagrados pelas empresas de comunicação do país, a “legitimidade situacional”. O autor descreve as particularidades da mensagem segundo sua forma, conteúdo e temática, para prosseguir na análise das “relações socioculturais”, que ele considera ser a relação entre emissor/receptor; e no entendimento do campo político-econômico que trata das instituições jornalísticas, do estado, das corporações mercantis e dos movimentos sociais que permeiam a totalidade do jornalismo, com enorme poder de definição dos conteúdos da mídia. Entretanto, defende que a maneira de ordenar a reflexão seja a partir da noção de *gênero jornalístico*, já que, historicamente, a diferenciação entre o jornalismo informativo e o opinativo surge da necessidade de distinção entre os fatos e suas versões ou “[...] delimitar os textos que contenham opiniões explícitas” (MARQUES DE MELO, 2003, p. 42-43). Do ponto de vista da linguagem, entretanto, essas distinções são problemáticas, já que o fato é sempre uma construção semiótica que ganha materialidade através da narrativa (HENN, 2009).

Ao oferecer o seu ponto de vista acerca de determinado evento, o jornalista faz algo diferente daquilo que é informar. Ele argumenta, excluindo tudo o que depende de evidência imediata, os sentimentos, a religiosidade e os conhecimentos científicos. Breton (1999) alega que a argumentação está circunscrita ao espaço de discussão que se poderia qualificar de “espaço público leigo”: o espaço do mundo de representações partilhadas com todos os humanos, das metáforas nas quais se vive e que estruturam a visão das coisas e dos seres. Breton (1999, p. 43) entende que a argumentação cria e modifica os mundos: “Ela constitui sua dinâmica essencial, a máquina que dá forma à matéria-prima das crenças, das opiniões, dos valores”.

É no sentido de observar *juízos de valor* que nos propomos a olhar o jornalismo para além da histórica diferenciação entre as categorias jornalísticas, da distinção entre os fatos e as versões ou da classificação da notícia, por conter ou não opiniões explícitas. O intuito é debater acerca da forma e conteúdos da opinião sob a ótica da argumentação, que comporta

---

<sup>4</sup> Marques de Melo (2003) considera que o quadro é mais otimista em relação aos estudos europeus e latino-americanos, pois os norte-americanos pouca atenção têm dado às questões epistemológicas e taxionômicas do jornalismo, mostrando-se mais ocupados com suas tendências concretas. Como o autor relata, nos Estados Unidos, Willian Hachten se dedica a avaliar os tropeços vividos pelo jornalismo, mostrando o que é certo e o que é errado na imprensa. Bechelloni, na Itália, se questiona sobre a existência de indícios de um jornalismo na acepção política que a “cultura partidária” instituiu ou se estariam os italianos vivendo outro modelo de jornalismo ancorado na “cultura do cotidiano”. Com o *new journalism*, que fez desaparecerem as referências, quando em tudo está a opinião, não é de estranhar que o “comitê da objetividade” pretenda controlar o gênero opinativo.



uma lógica própria de construção discursiva e de interpretação, pois se insere no campo do verossímil, do provável e do plausível. Buscamos analisar a opinião enquanto prática discursiva de defesa do bom, do certo e do justo sem nos determos nos aspectos ideológicos, por mais que a ideologia teime em se manifestar por meio do ponto de vista pessoal de quem opina. A defesa do bom, do certo e do justo deve ser buscada como manifestação de desejo do enunciador e do interesse do público que se pretende atingir.

Adotamos como premissa que as teorias argumentativas incidem sobre o mesmo objeto: “[...] a operação ou o processo segundo o qual se fornecem razões para convencer um interlocutor, ou ainda, as próprias unidades dessa operação ou desse processo, os argumentos” (BRETON; GAUTHIER, 2001, p. 14). E, da mesma forma que o ato de argumentar impõe a aplicação de técnicas discursivas bem elaboradas, no sentido de obter do leitor a atenção e a aceitação do que lhe é proposto ou manter um contato de “espíritos” entre o enunciador e seu público, para “[...] provocar ou aumentar a adesão de um auditório às teses que se apresentam ao seu assentimento” (PERELMAN, 1993, p. 29).

Breton (1999) define a argumentação como uma ação própria do homem que tem por objetivo partilhar uma opinião, utilizando-se de complexos procedimentos que absorvem toda a riqueza do comportamento humano. Entender o campo da argumentação implica conceituar o que seja “argumentar”, sob três perspectivas: primeiro, que argumentar é uma situação de comunicação que exige parceiros, uma mensagem e uma dinâmica própria; segundo, que argumentar não é convencer a qualquer custo, o que supõe uma ruptura com a retórica clássica, por não economizar meios para persuadir; e, terceiro, que propor uma opinião, oferecendo, ao “outro”, boas razões para sua adesão, é apoderar-se do raciocínio quando da ação comunicativa.

O modelo argumentativo de Breton (1999) divide-se em vários níveis: a opinião do orador, o próprio orador, o argumento, o auditório e o contexto de recepção. A opinião de quem enuncia é algo existente antes mesmo de colocada na forma de argumento: uma causa, uma tese, um ponto de vista; o enunciador é aquele que dispõe de uma opinião para compartilhar com um auditório; o argumento é a opinião, expressa na forma escrita ou oral, cujo objetivo é convencer direta ou indiretamente pela palavra; o auditório pode ser uma pessoa, um público, ou um conjunto de públicos (é possível que o orador tente convencer a si próprio); e o contexto de recepção, o conjunto das opiniões, dos valores e julgamentos partilhados pelo auditório, previamente existente ao ato da argumentação, e que tem o seu papel na recepção do argumento: a aceitação, a recusa ou a adesão variável que ele provoca (BRETON, 1999, p. 28-29). Tanto a expressão argumentativa quanto sua leitura e

interpretação são construções retóricas, pois a leitura retórica significa deslindar como se dá essa construção, em que circunstâncias ela se faz, o que a preside, razão pela qual se pode colocar a argumentação dentro de um quadro da análise e teoria do discurso que, por sua vez, integra também um sistema de significação mais amplo. É a via do razoável, aliada a uma teoria da argumentação, que proporciona um uso prático da razão, permite lidar com valores, organizar preferências e orientar decisões, sem recorrer-se à lógica formal.

O método que propomos, doravante denominado *análise argumentativa da opinião*, tangencia os aspectos textuais constitutivos do discurso, para privilegiar os *juízos de valor* que o moldam e as *circunstâncias* em que é produzido. Trata-se de um procedimento que se presta a interpretar texto jornalístico opinativo e que consiste em identificar as premissas valorativas que são aceitas como ponto de partida de raciocínios, como estes se desenvolvem a partir de um conjunto de processos de ligação e de dissociação, e o ambiente social que os envolve. Tanto o ponto de partida quanto o desenvolvimento pressupõem acordo com a audiência, visto que a análise argumentativa volta-se para o que é presumidamente admitido pela recepção<sup>5</sup>. O intento da análise argumentativa é deslindar as crenças e os desejos do argumentador ao tentar estabelecer o contato dos “espíritos” para provocar o assentimento aos valores contidos na tese que propõe ao seu público sem desconsiderar, entretanto, as operações discursivas que entram em jogo nesse processo.

A noção de *juízos de valor* vem de Aristóteles e da tradição greco-latina da retórica e dos tópicos. Ainda sem uma lógica específica, Perelman (1993) retoma a noção de valores, na década de 1950, ao perceber que a distinção entre o essencial e o não essencial, entre o relevante e o não relevante, não poderia ser feita sem recorrer a tais juízos, algo considerado por ele, à época, arbitrário e logicamente indeterminado. A partir de então, passou a dedicar-se à tarefa de descobrir como racionar sobre valores e a buscar métodos racionalmente aceitáveis, que orientassem preferir o bem ao mal, a justiça à injustiça, a democracia à ditadura.

---

<sup>5</sup> O efeito da mensagem sobre a recepção não faz parte do esforço de pesquisa. Pretende-se uma análise centrada nos fatores que iniciam e guiam o ato da comunicação, ainda que as “conexões entre meios e sujeitos” tenham motivado pesquisas de toda ordem sobre os meios de comunicação desde a década de 1920. Registre-se o trabalho de Escosteguy e Jacks (2005) sobre as práticas de recepção midiática, no qual situam as diversas tendências internacionais, latino-americanas e brasileiras, voltadas aos estudos dos efeitos. Para as autoras, há uma renovação permanente que instiga a pesquisa na área a cada novo meio que é introduzido na sociedade. É o que justifica esses estudos perdurarem, embora existam evidências teóricas e empíricas de que possam estar historicamente datados. Trata-se de um movimento pendular que trata a comunicação de massa que, supõe-se, possui grande influência sobre a sociedade e a cultura. Há, entretanto, que relativizar o poder de tais efeitos (“teoria dos efeitos fortes” e “teoria dos efeitos fracos”), os quais acompanham uma mudança na noção de efeitos, de uma visão restrita – efeitos diretos e específicos – a uma visão mais ampla – efeitos indiretos e difusos. Muda também a noção de receptor que, de passivo, passa a ser visto como seletivo e ativo (ESCOSTEGUY; JACKS, 2005, p. 25).

Ao se lidar com aquilo que é preferível, aceitável e razoável (PERELMAN; TYTECA, 2005), os raciocínios servem a todo tipo de argumentação que visa ganhar a adesão dos “espíritos”. Esta é a técnica do discurso persuasivo que, postula-se, está na essência da opinião jornalística, considerada indispensável na discussão prévia a toda tomada de decisão. Tendo-se a argumentação como a capacidade de agir persuasivamente sobre um público, modificar as suas convicções ou as suas disposições, por meio de um discurso que pretenda ganhar adesão, em alternativa à imposição de uma vontade, pela constrição ou pela domesticação, ser a pessoa a cuja opinião se atribui algum valor é ser possuidor de uma qualidade não trivial.

É de Aristóteles (2013) a tese de que a persuasão é obtida graças ao caráter pessoal do enunciador, que se apresenta digno de crédito. Confia-se em pessoas de bem, de modo mais pleno e mais prontamente do que em outras pessoas. Isso é válido, não importa qual seja a questão e, mais válido ainda, quando a certeza é impossível e há divergência de opiniões. “A persuasão é obtida através do próprio discurso quando demonstramos a verdade, ou o que parece ser a verdade, graças à argumentação persuasiva apropriada ao caso em pauta” (ARISTÓTELES, 2013, p. 46).

Em relação aos acordos que podem servir de premissas à argumentação, Perelman e Tyteca (2005), elencam alguns tipos e os agrupam em duas categorias: uma relativa ao real<sup>6</sup>, que comporta os fatos, as verdades e as presunções, e outra relativa ao preferível – os valores, as hierarquias e os lugares do preferível –, estes últimos como sendo os objetos acerca dos quais se pretende a adesão de grupos particulares, de uma audiência específica, que é o que interessa diretamente ao método pretendido.

Os valores que sustentam os argumentos podem ser abstratos (o poder, a democracia, a justiça, a liberdade, a igualdade) ou concretos (o presidente, o parlamento, o governo, a nação) e estão vinculados a um ente vivo, a um grupo determinado, a um objeto em particular, quando examinado em sua unicidade. As hierarquias também podem ser concretas, como a

---

<sup>6</sup> Os objetos de acordo pertencentes ao real, que não atendem às perspectivas desta pesquisa, foram subdivididos por Perelman e Tyteca (2005, p. 75), que coloca, de um lado, os fatos e as verdades, e do outro, as presunções. Para o autor, na argumentação, a noção de fato é caracterizada pela ideia que se tem de certos gêneros de acordos a respeito de certos dados: os que se referem a uma realidade objetiva e designam, em última análise, “[...] o que é comum a vários entes pensantes e poderia ser comum a todos”. Isso sugere, segundo o autor, um acordo do auditório universal: “O modo de conceber esse auditório, as encarnações desse auditório que reconhecemos serão, portanto, determinantes para decidir o que, neste ou naquele caso, será considerado um fato e se caracteriza por uma adesão do auditório universal, adesão tal que seja inútil reforçá-la. [...] A adesão ao fato não será, para o indivíduo, senão uma reação subjetiva a algo que se impõe a todos”. Quanto às presunções, a adesão do auditório não é total, carecendo, em dado momento, do reforço de outros elementos.

superioridade dos homens sobre os animais, dos deuses sobre os homens, e abstratas, quando expressam a superioridade do justo sobre o útil, por exemplo.

Em relação às premissas de lugares, elas são de ordem mais geral e servem para reforçar a intensidade da adesão, relacionando-se com os valores e as hierarquias. Um exemplo de categorias relativas ao preferível são os lugares-comuns, que servem de “depósitos de argumentos”: o “lugar de quantidade”, que afirma ser uma coisa melhor que outra, por razões quantitativas; o “lugar da qualidade”, quando a virtude do número é contestada. Perelman (1993) também considera ser possível reduzir todos os lugares ao da quantidade ou da qualidade, ou mesmo reduzir todos os lugares aos de uma única espécie, no entanto, os lugares da ordem, do existente, da essência e da pessoa, merecem ser consagrados como ponto de partida da argumentação. Os lugares da ordem afirmam a superioridade do anterior sobre o posterior, ora da causa, dos princípios, ora do fim ou do propósito; os lugares do existente afirmam a superioridade do que existe, do que é atual, do que é real, sobre o possível, o eventual ou o impossível; os lugares da essência e da pessoa tratam do valor superior do indivíduo enquanto representante bem caracterizado dessa essência.

Percebe-se que aderir a valores é admitir que um objeto, um ser ou um ideal tem influência sobre a ação e sobre as disposições à ação que se pode alegar no processo argumentativo, sem se considerar, porém, que esse ponto de vista se imponha a todos. Recorre-se aos valores para “[...] motivar o ouvinte a fazer certas escolhas em vez de outras e, sobretudo, para justificar estas, de modo que se tornem aceitáveis e aprovadas por outrem [...]” (PERELMAN E TYTECA, 2005, p. 84-85). Entretanto, a audiência pode recusá-los, se as premissas forem unilaterais ou tendenciosas, o que implica a necessidade de acordo.

Os *juízos de valor*<sup>7</sup> configuram-se como opiniões aparentemente simples, mas que podem ser bem elaboradas, embora sejam somente impressões sobre uma realidade particular, pois derivam da subjetividade de determinados ideais, da vontade e da consciência de cada

---

<sup>7</sup> Para Weber (2001) a valoração é uma ação própria do homem: ele pondera e escolhe, entre os valores em questão, aqueles que estão de acordo com sua própria consciência e sua visão de vida. Em “Metodologia das Ciências Sociais” Weber refere-se à possibilidade de profissão de fé nesses juízos: sem dúvida, é verdade que exatamente aqueles elementos mais íntimos da ‘personalidade’, ou seja, os últimos e supremos juízos de valor, que determinam a nossa ação e conferem sentido e significado à nossa vida, são percebidos por nós como sendo objetivamente válidos. Há uma preocupação weberiana em caracterizar o juízo de valor como sendo do campo da crença, não tendo, portanto, possibilidade de validade objetiva. Para ele, “[...] seja como for, somente a partir do pressuposto da fé em valores tem sentido a intenção de defender certos valores publicamente. Porém emitir um juízo sobre a validade de tais valores é assunto da fé, [...], mas, certamente, não é tarefa de uma ciência empírica” (WEBER, 2001, p. 111). Em “As regras do método sociológico” Durkheim (2002) denomina os valores como “prenoções”, ideias formuladas no âmbito das práticas morais, das crenças políticas e religiosas, enfim, das práticas do sentimento. “É preciso que se liberte das falsas evidências que dominam o espírito do vulgo [...] ou que, se em algumas vezes houver a necessidade de servir-se delas, que seja com consciência do seu pouco valor” (DURKHEIM, 2002, p. 54-55).

indivíduo. Os valores também se apresentam conforme as circunstâncias de lugar, de modo e de tempo, algo idêntico ao contexto sociocultural, porém, fora do âmbito da unidade verbal.

Na análise da opinião, as *circunstâncias* em que o discurso é produzido estão relacionadas ao ambiente social situado no tempo e no espaço e que interfere no modo como o enunciador as interpreta e se dispõe a ser porta-voz da vida coletiva e da vida de cada um em particular. O uso de “circunstâncias” e não “contexto” (ainda que seja possível atribuir-lhes o mesmo sentido) deve-se à compreensão que alguns têm de que o contexto remete ao ambiente verbal. Não se pode negar que o discurso seja uma atividade condicionada pelo contexto e que o mesmo desempenhe uma função vital no funcionamento dos enunciados, tanto no que diz respeito à produção quanto à interpretação. A opção por “circunstâncias” parece mais adequada à montagem de um método que pretende analisar a opinião jornalística no período da ditadura, por conta das especificidades que envolvem o objeto da pesquisa, ou seja, analisar eventos menores inseridos em um acontecimento maior, que é o golpe militar de 1964.

Talvez seja necessário situar a noção de *circunstâncias* com a qual pretendemos trabalhar, para justificar a opção. O acontecimento é algo que apresenta “[...] um caráter [grifo nosso] inaugural, de tal forma que, ao produzir-se, ele não é apenas o início de um processo, mas marca também o fim de uma época e o começo de outra” (QUÉRÉ, 2005, p. 59). É algo que irrompe a normalidade das coisas, que pode ser ou não natural, mas, concernente a ele, uma série de eventos não naturais pode ser produzida. Uma característica que pode ser atribuída ao acontecimento é que ele é justificado pelo processo histórico em que se inscreve, enquanto que os eventos se caracterizam por aspectos momentâneos, dado que o evento está sempre num ponto da situação geral e refere-se a questões mais imediatas, conforme nos referimos no Capítulo 2.

O golpe de 1964 é um acontecimento que se deu em virtude de uma série de eventos anteriores, resultando em novos eventos que ele próprio disparou e que, somados, projetam outro acontecimento: a ditadura. A derrubada de João Goulart do poder é um exemplo de acontecimento; as ações ditatoriais subsequentes são os eventos, os pontos da situação que se instaura em decorrência do golpe e que se dão devido às circunstâncias de sujeito, de objeto, de tempo, de causa, de lugar, de modo, que é o que explica o evento.

Dito isso, a opinião de Castello é um ato de comunicação, mas é também um agir político em que o discurso circula em um ambiente de liberdade extremamente vigiada, onde, pressupõe-se que, quem opina cumpre um dever (de manifestar seu dizer) e, ao mesmo tempo, apropria-se de um direito (de dizer sobre as coisas) que deve ser exercido em defesa do bom,

do certo e do justo, quando manifesta pontos de vista acerca dos fatos que analisa. Sua engenharia discursiva é construída a partir das diversas fontes utilizadas na organização da opinião, o que significa, no entender de Braga (2000), que as várias falas, determinantes no discurso, vão gerar o seu lugar de singularidade, tendo como premissa que o momento de fala é um ato histórico, uma ação sobre algo com sua marca de singularidade.

Ao afirmar que a argumentação pressupõe o contato dos “espíritos” e que as instituições sociais e políticas têm o poder de favorecer ou impedir, Perelman (1993) alerta para o monopólio dos meios de comunicação que caracteriza os estados absolutistas e que em todos os meios existe a possibilidade de garantir ou de prevenir o contato dos espíritos. “A liberdade de palavra e de imprensa são conquistas importantes da democracia, mas, mesmo numa sociedade liberal, nem todos podem, em qualquer circunstância, tomar a palavra e fazer-se ouvir” (PERELMAN, 1993, p. 31).

Nesse sentido, a análise argumentativa extrapola a superfície textual, o que significa imergir em busca de recursos discursivos outros de que o enunciador se utiliza para expressar seus pontos de vista acerca de determinado evento. Pelas características do objeto de estudo e pelos objetivos pretendidos, o método considera a argumentação uma ação pelo discurso e investe na análise da opinião produzida, com fins de convencer a audiência, e que está circunscrita na relação entre o *ethos* do enunciador, a disposição do auditório em assentir à tese que lhe é proposta e o próprio discurso. “Quando utilizarmos os termos ‘discurso’, ‘orador’ e ‘auditório’, entenderemos com isso a argumentação, aquele que a apresenta e aqueles a quem ela se dirige” (PERELMAN; TYTECA, 2005, p. 7).

Na verdade, argumentar vai além de conceber-se um argumento, admitindo-se que toda riqueza da interpretação vem justamente do fato de haver várias interpretações possíveis, o que torna ainda mais complexo o processo de convencer alguém, que não seja por meio de argumentos minimamente razoáveis. Consiste na valoração das coisas em si e em relação a outras, dada a necessidade de se escolher em uma opinião os aspectos que a tornarão aceitável para um dado público. “A transformação de uma opinião em argumento em função de um auditório particular é precisamente o objeto da argumentação” (BRETON, 1999, p. 32).

A construção do método parte do princípio de que o comentário da Coluna do Castello possui uma *anatomia discursiva* própria, um todo em que suas partes podem ser identificadas e dissecadas enquanto recursos persuasivos, que contém uma lógica específica de racionar por meio de técnicas de ação em relação ao “outro”, de influenciar pela palavra e pela razão, em defesa do preferível, do aceitável e/ou do razoável. Tal concepção é sustentada pela afirmação de Perelman (1993), quando diz que os raciocínios são argumentações que visam ganhar a

adesão dos “espíritos” às teses que se apresentam ao seu assentimento. Desse modo, a análise da opinião implica a existência de um orador, de uma mensagem, constituída pela opinião a ser partilhada e de um público, formando o tradicional triângulo estudado em todas as suas formas, pelas ciências da comunicação.

A grade de análise que propomos é inspirada no esquema argumentativo<sup>8</sup> de Breton e comporta cinco categorias: a *tese proposta* (de que se pretende convencer), o *molde persuasivo* (como a opinião é organizada em relação aos públicos a quem se dirige e aos argumentos que utiliza para convencer), o *lugar de fala* (posição social que o enunciador assume e de onde ele expressa seu ponto de vista), o *plano discursivo* (movimentos de texto como recurso persuasivo em relação ao tema do comentário) e as *figuras de apoio* à argumentação (figuras retóricas explícitas e implícitas de auxílio à argumentação). As categorias foram definidas por força do objeto de pesquisa e esta é somente uma das possibilidades de composição de grade para analisar texto opinativo, podendo ser reestruturada, conforme o objetivo do estudo.

O método procura analisar as estratégias discursivas de Carlos Castello Branco: os juízos de valor que o jornalista utiliza para opinar sobre a ditadura imposta pelo golpe militar de 1964, observando-se os indícios de alinhamento e/ou de resistência ao regime, e as mutações e permanências na sua produção jornalística, no período do recorte. Presta-se, ainda, a verificar a hipótese de que Castello estabelece uma relação amistosa com suas fontes de informação, no campo do poder político civil e do poder militar, e que sua atuação, por mais de 30 anos no Jornal do Brasil, com quase oito mil colunas publicadas, assenta-lhe uma marca que permite esboçarmos a *anatomia discursiva* da sua opinião, a partir das cinco categorias de análise.

Os *juízos de valore* as *circunstâncias* poderão ser observados, na análise do *corpus*, a partir da identificação dos argumentos, nas suas diversas formas de expressão, e que compõem a categoria *molde persuasivo*. O *plano discursivo* também orienta a compreender as *circunstâncias* que moldam a opinião do jornalista, revelando suas intenções implícitas,

---

<sup>8</sup> Breton (1999) propõe um modelo de análise argumentativa que consiste em entender como o texto é construído, de modo a convencer a audiência de determinada opinião. Ele apresenta um roteiro a ser seguido e que comporta dez etapas: 1) identificar a opinião (de que se pretende convencer), 2) observar se o texto é realmente argumentativo, 3) saber qual a dinâmica argumentativa, 4) identificar os grandes argumentos utilizados, 5) a que família os argumentos pertencem, 6) qual o seu conteúdo, 7) a que públicos se dirigem, 8) os acordos prévios que servem de base, 9) o plano discursivo adotado, 10) e as figuras retóricas de apoio. A grade que se propõe incorpora a identificação da opinião (tese proposta), a dinâmica argumentativa (molde persuasivo), o plano discursivo e as figuras de apoio à argumentação. A estas quatro categorias acrescenta-se o “lugar de fala”, um conceito relevante, pensado no sentido de observar o posicionamento de Castello em relação ao regime militar, que é uma exigência específica do objeto de estudo.

apoiadas pelas *figuras de apoio*, enquanto recursos retóricos utilizados para reduzir o impacto da opinião, observando-se, prioritariamente, a ironia, o eufemismo e a metáfora. A categoria *lugar de fala* cumpre o papel de evidenciar se a postura de Castello é de alinhamento ou de resistência aos eventos políticos que comenta.

O procedimento analítico compreende em fazer-se relação entre as *teses propostas* em cada comentário, para que possamos compreender o conjunto das opiniões de Castello; na análise do *molde persuasivo*, far-se-á um estudo dos argumentos a que Castello recorre, destacando os valores que ele utiliza ao dirigir-se a seu público, tentando intervir no ambiente de recepção para encaixar sua opinião; também será feita uma comparação entre os diversos *lugares de fala* que ele assume, no intuito de identificar o seu posicionamento frente aos eventos que analisa: se ele orienta, aconselha, defende ou critica; o *plano discurso*, por sua vez, é uma interpretação mais livre, embora, sempre que possível, sejam tensionados com os outros conceitos; e as *figuras de apoio* serão analisadas no sentido de observarmos as mutações e as permanências no discurso de Castello: em que momentos ele opina com mais liberdade e quando recorre a formas implícitas na sua argumentação.

#### 4.2.1 Tese Proposta

A *tese proposta* é a categoria que apresenta a síntese da opinião sobre os eventos políticos analisados no comentário, sendo a opinião pertencente ao domínio do verossímil, quer trate de uma causa ou de uma ideia, e que existe antes mesmo de colocada em forma de argumento. Ela envolve o orador, aquele que argumenta, para si ou para os outros; aquele que, adepto de uma tese, se dispõe a manifestá-la na intenção de convencer uma pessoa ou um conjunto de pessoas. Aristóteles (2005, p. 39) é o primeiro a dizer que “[...] o discurso comporta três elementos: a pessoa que fala, o assunto de que se fala e a pessoa a quem se fala [...]”, afirmação que pode ser considerada ainda atual, considerando-se a natural evolução das teorias que se ocupam da comunicação como processo ao longo do tempo.

Entendemos ser o ato de opinar semelhante a argumentar para dar a entender o sentido das coisas a quem a opinião ou a argumentação se destina: é propagar um discurso com pontos de vista pessoais. A *tese proposta* é adequada às teorias da ação política que, na compreensão de Traquina (2005), vê os veículos noticiosos de forma instrumentalista, que atendem a certos interesses políticos. A versão de esquerda dessas teorias observa os veículos como instrumentos que ajudam a manter o sistema capitalista: o papel dos jornalistas é pouco relevante e estão a serviço das conveniências da elite. Na versão de direita, os veículos são



vistos como instrumentos que põem em causa o capitalismo e os jornalistas detêm o controle pessoal sobre o produto jornalístico, injetam suas preferências políticas no conteúdo noticioso e enquanto indivíduos possuem valores políticos coerentes e estáveis.

Tarde (1992) considera haver, na opinião, duas coisas que se misturam, mas que podem ser separadas: a opinião propriamente dita e o conjunto dos juízos, a vontade geral, o conjunto dos desejos. É a segunda acepção que interessa ao entendimento e às pretensões do método que queremos apresentar. O autor aconselha a não se confundir a *opinião* com outras duas parcelas do espírito social, que ao mesmo tempo a alimentam e a limitam, e que estão com ela em perpétua disputa de fronteiras: a tradição e a razão. A primeira é o resumo do que foi a opinião dos mortos, herança imposta aos salutaros preconceitos que são onerosos para os vivos; a segunda representa os juízos pessoais, relativamente racionais, embora insensatos, na maioria das vezes, quando vem de uma elite pensante que se isola e se retira da corrente popular, para tentar dirigi-la, aproveitando-se da tradição dos indivíduos de se submeterem a decisões de uma razão julgada superior. Dos três ramos do “espírito público”, a opinião é o último a se desenvolver, mas também é o mais apto a crescer. São três forças que diferem, tanto por natureza, quanto por suas causas e efeitos. “Elas contribuem conjuntamente, mas de forma muito desigual e variável, para formar o valor das coisas; e o valor é bem diferente conforme seja antes de tudo questão de costume, questão de moda ou questão de raciocínio” (TARDE, 1992, p. 80).

A credibilidade e a liberdade do enunciador, que Mosca (2007) associa à ideia de opinião, de pensar, de exprimir o pensamento e de contradizer o pensamento do outro, são as primeiras coisas a serem suprimidas enquanto faculdade de argumentar, em um regime totalitário, o que causa impasse, uma vez que convencer é fazer o outro aceitar o seu ponto de vista. A argumentação impositiva não é argumentação dialética, aquela que integra as ideias contraditórias, visto que argumentar consiste em levar em conta o espírito crítico do outro, reconhecendo a sua liberdade. “Sabe-se, todavia, que há formas de manipulação direta ou indireta, que não passam pelos passos da argumentação participativa, que só é eficaz quando o destinatário a aceita” (MOSCA, 2007, p. 297).

Nos regimes políticos totalitários, no interior dos quais vários setores da sociedade conservam seus valores, em um movimento de resistência ao que lhes tentam impor, a ideia de liberdade na construção do discurso é importante para o funcionamento eficaz da trilogia retórica: *logos*, *ethos* e *pathos*, que conjuga o ensinamento, a emoção e a persuasão, e considera a influência que as paixões possam ter no julgamento. Tendo-se a mídia como um instrumento importante na vida das pessoas, não de forma única, mas fermentando opiniões, é

impossível não reconhecer a sua influência. No jornalismo, mesmo que atrelado a interesses políticos, mercadológicos e corporativos, as opiniões se manifestam, por vezes, de modo velado. Mas sempre podem funcionar como a voz discordante da intenção de supressão das liberdades que lhes são de ofício.

Na *tese proposta*, o enunciador<sup>9</sup> manifesta sua opinião a partir de informações obtidas na relação fonte/jornalista, mas também conforme sua visão de vida, sua capacidade de perceber que o campo jornalístico é costumeiramente alvo das estratégias dos diversos agentes sociais, em particular, dos atores políticos, que teimam em adequar suas necessidades à agenda dos profissionais do jornalismo.

#### 4.2.2 Molde Persuasivo

O *molde persuasivo* é emprestado do modelo de “dinâmica argumentativa” de Breton (1999) e sustentado pelos estudos da nova retórica de Perelman e Tyteca (2005). Trata-se de uma categoria que tenta evidenciar como a argumentação é construída na intenção de convencer o público de determinada opinião. O objetivo é observar como o enunciador elabora sua tese em relação aos públicos a quem se dirige e aos *juízos de valor* que utiliza nos argumentos que visam convencer.

O esquema persuasivo é organizado no sentido de oferecer ao público boas razões para partilhar uma tese e comporta seis momentos: a) o autor mobiliza sua opinião, isolando-a do ambiente de recepção<sup>10</sup>, entendido aqui como o estado de espírito do conjunto da audiência ou do público e sempre será considerado como um ambiente que se presume existir, conforme seja o argumento e os valores que este defende. É o ponto de vista pessoal do enunciador que define o que é importante; b) identifica o público ou os públicos a quem a mensagem é dirigida; c) concebe o ambiente em que o argumento será recebido; d) expressa a opinião em

---

<sup>9</sup> O termo é aqui usado com o mesmo sentido de orador, argumentador, produtor de enunciado. O enunciado sendo da ordem do que é dito e a enunciação aos modos do dizer. Foucault (2008) entende que o enunciado seja uma unidade elementar do discurso, entretanto, não acredita que a condição de haver enunciado seja a presença de uma “proposicional definida”, nem que se possa falar de enunciado sempre que houver proposição. Também não é uma unidade do mesmo gênero da frase, proposição ou ato de linguagem. O enunciado é “[...] uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode definir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles ‘fazem sentido’ ou não, segundo que regras se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita)” (FOUCAULT, 2008, 98).

<sup>10</sup> A opinião é identificada pela categoria “tese proposta”, que apresenta a síntese da opinião manifestada no comentário. Na análise, quando da interpretação do molde persuasivo, este primeiro procedimento já estará contemplado na categoria anterior a ela, que é a tese proposta, sendo a sua proposição, pelo conteúdo e circunstâncias, capaz de orientar a identificação do público ou dos públicos a que ela se destina.

um ou mais argumentos; e) intervém no ambiente de recepção<sup>11</sup>, no intuito de reforçá-lo ou modificá-lo, colocando em evidência uma dimensão própria do contexto concebido; f) e liga a opinião proposta ao ambiente de recepção já modificado.

Perceber a presença orgânica de todos os elementos do *molde persuasivo* na opinião não é sempre uma tarefa fácil, ou mesmo possível, dado que não pretendemos que o enunciador tenha construído seu discurso em atenção a este modelo. O que pode ser observado é se o comentário possui as características pretendidas pela categoria analítica proposta. Breton (1999) aconselha que se faça uma distinção entre a análise que pode ser feita posteriormente a uma argumentação bem sucedida ou fracassada, e a possibilidade de prever uma argumentação. Ele defende que é mais fácil analisar o que aconteceu do que prever com certeza como as coisas se passarão, já que ninguém possui a chave da compreensão integral deste conhecimento. “No fundo é melhor assim: se um dia argumentar dependesse de um domínio perfeito, nós não seríamos mais completamente humanos” (BRETON, 1999, p. 60).

Para explicar o que o termo *argumento* significa, Breton (1999, p. 61) apresenta dois níveis de definição: o nível do conteúdo do argumento, das opiniões em si mesmas e o nível do molde argumentativo, que dá a sua forma à tese proposta. A literatura consagrada a estas questões atribui ao *argumento* o que é apenas uma parte dele: o molde argumentativo, atribuindo a ele nomes distintos. Fala-se em *argumento quase-lógico* ou argumento *ad hominem* ou ainda em argumento pelo exemplo. Cada um destes termos designa uma forma específica na qual uma opinião defendida pode ser de certa forma “encaixada”.

Dois operadores são importantes para a análise do *molde persuasivo*: o enquadramento do real, que é apoiado em valores e crenças, dita a ordem do mundo e propõe que a partilhemos, e o reenquadramento do real, que implica uma novidade, um deslocamento, um novo olhar sobre o mundo. O enquadramento do real permite que se construa o fundo no qual a tese proposta encontrará seu lugar por meio de um vínculo a ser estabelecido. Esse real de referência, que deve ser construído, é a condição para a aceitabilidade do que se deseja convencer.

A ordem do mundo é obtida de três maneiras, que formarão famílias de argumentos (PERELMAN, 1993, 2004; PERELMAN e TYTECA, 2005; BRETON, 1999): seja ao delegar o saber sobre esta ordem, seja ao dar-lhe um sentido, seja ao defini-la. O

---

<sup>11</sup> O conjunto das opiniões, dos valores, dos julgamentos que são partilhados por um público existe previamente ao ato da argumentação. Tais valores vão ter papel fundamental na aceitação ou na recusa da opinião, entendendo-se, com base em Bakhtin, que a palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido relacionado ao cotidiano. “É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida” (BAKHTIN, 1997, p. 95).

enquadramento do real se dá por meio de formas argumentativas que buscam elementos preexistentes na audiência, recorrendo a duas famílias de argumentos, os conservadores e os inovadores. Os argumentos conservadores apelam para a encenação de uma *ressonância* entre o que já é conhecido e o que é proposto, baseando-se, de certa maneira, no já adquirido, no previamente existente e na tradição. “Consiste em reativar circuitos antigos ao invés de fazer emergir novos circuitos, mesmo que a argumentação neste caso consista no estabelecimento de um novo circuito entre a tese e o já aceito” (BRETON, 1999, p. 76). Quanto aos argumentos inovadores, que procuram enquadrar o real, propõem uma nova definição deste real, uma nova representação, no interior da qual emerge um lugar de conforto para a tese proposta.

A primeira categoria de argumentos que tem por objetivo enquadrar o real, a fim de fazer surgir nele um lugar para a opinião proposta, é constituída pelos argumentos de autoridade. “O real descrito é o real aceitável porque a pessoa que o descreve tem a autoridade para fazê-lo. Esta autoridade deve ser evidentemente aceita pelo auditório, para que ele, por sua vez, aceite como verossímil o que lhe é proposto” (BRETON, 1999, p. 76). Há duas possibilidades neste caso: o enunciador enquadra o real a partir da sua própria autoridade, ou convoca uma autoridade exterior. É uma autoridade baseada em um saber ou em uma função exercida, que dá assim uma competência ampla e uma espécie de direito de intervir na construção do real. A essência da categoria analítica está, portanto, em observar-se se a opinião busca reforçar valores, em ressonância com o que é presumidamente a compreensão destes pela recepção, ou se recorre a valores outros para provocar a adesão dessa mesma recepção a um novo olhar sobre o mundo.

Para demonstrar como se dá o *molde persuasivo*, tomamos como modelo a “Carta ao Leitor” da edição de *Veja* de 26 de junho de 2013, intitulada “Sem medo do novo”, sobre as manifestações<sup>12</sup> que tomaram conta das ruas do Brasil, no mês de junho de 2013, protestando contra a corrupção na política, a má qualidade dos serviços públicos e o aumento das passagens de ônibus em diversas capitais do país. A intenção é observar como o *molde persuasivo* se comporta ao ser aplicado a textos jornalísticos mais recentes, como no caso da opinião de *Veja* sobre as manifestações de 2013.

---

<sup>12</sup> As manifestações ocorreram em junho de 2013, contra o aumento nas tarifas de ônibus, mas também contra a corrupção na política e a má qualidade dos serviços públicos no país. O governo brasileiro foi obrigado a anunciar uma série de medidas para atender às reivindicações dos manifestantes. O Congresso Nacional apressou-se em votar uma agenda de projetos, a chamada “agenda positiva”, tornando a corrupção um crime hediondo, arquivando a chamada PEC 37 e proibindo o voto secreto em votações para cassar o mandato de parlamentares, acusados de irregularidades. Em várias cidades brasileiras, os aumentos nos preços das passagens, que foram o motivo primeiro dos protestos, foram revogados.

### Sem medo do novo

As manifestações de rua da semana passada mostraram de modo inequívoco que estão quebrados os canais de comunicação de imensa porção da sociedade brasileira com as instituições que deveriam representá-la. Não era novidade para ninguém que o distante planeta Planalto, a Brasilha da Fantasia, vinha se tornando, governo após governo, uma entidade divorciada do Brasil real focada apenas na arrecadação da maior carga fiscal entre os países emergentes.

O susto maior foi descobrir nos cartazes e nas palavras de ordem gritadas nas manifestações que a insatisfação é muito mais profunda e generalizada do que qualquer um poderia prever. O choque realmente perturbador pegou em cheio os partidos de esquerda, e em especial o PT, que se consideravam donos das ruas. Não são. As ruas brasileiras hoje pertencem aos brasileiros que não se sentem representados por essas legendas e que fizeram questão de obrigar os militantes do PT, do PSOL e de outras agremiações a baixar suas bandeiras quando tentaram participar dos protestos.

Na quinta-feira passada, sindicalistas da CUT foram vigorosamente afastados de uma passeata no Rio de Janeiro quando, obedecendo a ordens do ex-presidente Lula, quiseram se passar por manifestantes. Na Avenida Paulista, o coração de São Paulo, a mesma rejeição foi dirigida a petistas tarefeiros que, obedientes ao chamamento da direção nacional, imaginaram poder se misturar aos demais, fingindo comungar da indignação geral com a corrupção, a impunidade e os gastos públicos de péssima qualidade. Foram violentamente lembrados de que estão no poder. São, portanto, alvo da indignação.

Os brasileiros que estão indo às ruas não admitem mais ser usados como massa de manobra por partidos e políticos profissionais. Alguns exibiram cartazes com dizeres anarquistas, como o que proclamava que “o povo unido não precisa de partido”. A primeira reação é lembrar a total inviabilidade de um modelo político em que o poder é exercido diretamente pelas ruas. Isso leva ao caos, e este à miséria moral e econômica. Mas, neste momento, o imperativo é ouvir as ruas e esperar que essa energia pura seja canalizada para a construção de instituições mais representativas dos anseios populares legítimos. O erro fatal agora é fechar os ouvidos. É temer o novo.

a) Opinião: a opinião de Veja é construída no sentido de partilhar com o leitor a tese de que as manifestações ocorridas nas ruas das principais cidades brasileiras mostram que foram quebrados “os canais de comunicação de imensa porção da sociedade brasileira com as instituições que deveriam representá-la”, o que levou centenas de milhares de pessoas a externar sua indignação contra o governo, visto como uma ”entidade divorciada do Brasil real”.

b) Públicos: ao dizer que “estão quebrados os canais de comunicação de imensa porção da sociedade brasileira com as instituições que deveriam representá-la”, o comentário identifica seu público como sendo o distante “planeta Planalto”, representando o poder central do país e personalizado pelo Partido dos Trabalhadores. São notadamente o governo e o Partido dos Trabalhadores quem a opinião pretende convencer. Tanto para o governo, quanto para o PT, a opinião funciona como um alerta no sentido de que ambos canalizem o sentimento das ruas para a construção de instituições mais representativas dos anseios

populares. Para o PT, especificamente, o recado é para que perceba que está no poder e, portanto, é também alvo das indignações<sup>13</sup>.

c) Ambiente de recepção<sup>14</sup>: o comentário presume o ambiente de recepção em que o argumento será recebido: um país onde o governo não mais atende aos anseios da população, um Brasil onde a corrupção e o sentimento de impunidade levaram a sociedade, principalmente os jovens, a protestar por mudança de postura do governo, das instituições públicas e dos partidos políticos. O ambiente é descrito pelo conteúdo das faixas e palavras de ordem usadas pelos manifestantes e que retratam o estado de insatisfação e revolta da sociedade.

d) Argumentos: em seguida, o comentário é ancorado em três argumentos: 1) quando expressa que “os partidos de esquerda, particularmente o PT, eram considerados os donos das ruas”, 2) que “as ruas agora pertencem aos brasileiros que não se sentem representados por essas legendas”, 3) e que “os brasileiros que estão indo às ruas não admitem mais ser usados como massa de manobra por partidos e políticos profissionais”. Nos três casos, os argumentos procuram alertar o governo e o Partido dos Trabalhadores sobre algo novo despertado na sociedade e evidenciado por uma mudança de atitude do povo brasileiro, ao ocupar as ruas para gritar sua revolta.

e) Intervenção no ambiente de recepção: a opinião intervém no ambiente de recepção utilizando-se de um argumento de enquadramento do real: os partidos de esquerda eram considerados os donos das ruas, um raciocínio possível de ser aceito pelo leitor, pois existe (ou pelo menos existia) uma compreensão de que cabe aos partidos de esquerda o papel de protestar. É um argumento de autoridade, considerando-se ser a *Veja* um veículo de referência, um “leitor do mundo”, que tem autoridade para expressar tal opinião. É também um argumento de testemunho pelo fato de a revista ter presenciado a movimentação nas ruas.

f) Ligação da opinião proposta ao ambiente de recepção: o segundo e o terceiro argumentos utilizam-se do reenquadramento do real para tentar modificar o ambiente de recepção: “as ruas brasileiras hoje pertencem aos brasileiros que não se sentem representados

---

<sup>13</sup> Ressalte-se que o exemplo em questão não nega a provável intenção da revista *Veja* de também procurar construir um discurso de convencimento para reforçar o contrato de leitura que tem com seus leitores, no sentido de acirrar uma opinião antigoverno.

<sup>14</sup> O ambiente de recepção [grifo nosso] não está ao redor do enunciado. Ele contém um sentido “parcialmente indeterminado que o destinatário precisaria apenas especificar”. Os estudos contemporâneos da linguagem concordam que todo ato de enunciação é assimétrico: “a pessoa que interpreta o enunciado reconstrói seu sentido a partir de indicações presentes no enunciado produzido, mas nada garante que o que ela reconstrói coincida com as representações do enunciator”. A compreensão de um enunciado prescinde de mobilização de saberes diversos, de hipóteses, de raciocínio, para construir um contexto que não seja um dado “preestabelecido” e “estável” (MAINGUENEAU, 2005, p. 20).

por essas legendas”, que foram obrigadas a baixar suas bandeiras, quando tentaram participar dos protestos e “os brasileiros que estão indo às ruas não admitem mais ser usados como massa de manobra por partidos e políticos profissionais”. São argumentos dedutivos, de ligação ou vínculo, e concluem que a ocupação das ruas, antes um espaço dos partidos de esquerda, pertence agora aos brasileiros que não precisam de partido e que não mais admitirem ser massa de manobra.

Os argumentos buscam convencer de que estão quebrados os canais de comunicação da sociedade brasileira com as instituições que deveriam representá-la, recado dirigido ao poder central do país, ao PT e aos outros partidos de esquerda. Percebemos que há uma transição entre a concepção anterior de que as ruas pertenciam às esquerdas e a nova realidade pretendida pela opinião de que as ruas agora pertencem aos brasileiros sem partido.

#### 4.2.3 Lugar de Fala

O *lugar de fala* é uma categoria valiosa para as intenções da análise argumentativa da opinião, pensada aqui no sentido observar desde onde fala o jornalista de referência, inserido em veículo de referência, que é o Jornal do Brasil, ao comentar eventos relacionados à ditadura militar, imposta pelo golpe de 1964. Por tratar-se de um conceito em construção, não definimos, *a priori*, nenhuma vertente como filiação teórica. Para esboçar-se a noção de *lugar de fala*, na perspectiva pretendida, tem-se por pressuposto que o enunciador organiza sua opinião conforme compreende o mundo e segundo a representação que faz do momento histórico que observa.

A fala, enquanto uso prático da língua, na concepção de Bakhtin (1997), é inseparável de seu conteúdo vivencial e só existe na forma concreta dos enunciados de um indivíduo, sendo o enunciado moldado à forma do dizer que pertence a um sujeito falante, que tem um destinatário, e esse é o seu índice constitutivo: o fato de se dirigir a alguém que até pode ser indeterminado, mas é presumido, e que influencia o enunciado.

Tome-se a fala como o discurso proferido desde determinado lugar, o lugar – espaço ocupado no meio social –, e o enunciado na simbiose do conceito *lugar de fala*, entendido por Braga (1997) como um lugar que preexiste, onde a fala se precissa e adquire sua singularidade. Sob a perspectiva das circunstâncias em que é produzida, a fala pode ser considerada como o lugar sociológico, o lugar político, o lugar ideológico de fala, em que o enunciador, ora alerta, ora aconselha, ora critica, observando coerentemente o seu papel social no momento de se manifestar.

O lugar do jornalista tem a ver com a cultura jornalística, com a função social do jornalismo. O lugar de fala está relacionado à função do comentarista político, que é expressar sua visão de mundo, na análise dos acontecimentos à sua volta, sabendo que quanto mais bem definido for o seu *lugar de fala*, tanto maiores serão as chances de obter acordo do público e melhor ainda será a sua condição de legitimar sua fala e convencer o público da opinião que expressa.

O jornalista assume o seu *lugar de fala*, mas o reconhecimento da fala pela audiência é conquistado: o prestígio de Castello foi institucionalizado pelo *Jornal do Brasil*, que lhe conferiu um lugar privilegiado de ¼ de página diário, no maior jornal do país à época. Ao ocupar este lugar, o jornalista carece ser reconhecido como pertencente a ele e ter autoridade de falar desse lugar, mas ao se dirigir aos leitores do *Jornal do Brasil*, o jornalista fala de um lugar que vai além do lugar de referência que o jornal ocupa. Fala de um lugar seu, conquistado e legitimado pelo seu *ethos*, e fala de um lugar que é o lugar da fonte de quem, por vezes, assume o discurso. Uma asserção é acompanhada de um pedido de atenção ou de crédito. Ser levado a sério depende do tipo de homem e da credibilidade que ele goze diante do público a que se dirige. “Mas o fato de que acreditemos no que dizem estes homens não significa que não possa levantar a questão de se eles têm ou não direito à nossa confiança, a cada asserção que se ouça deles” (TOULMIN, 2006, p. 15).

Nesse sentido, o conceito de lugar de fala é um procedimento teórico-metodológico, pensado para demonstrar que o enunciador fala de um lugar que não é só o lugar do jornal de referência. É algo mais: é o jornalista de referência, inscrito em um veículo de referência, portanto, um lugar com dupla autoridade, para dizer o que diz. É um lugar de autoridade de leitor das coisas do mundo político, investido também de autoridade de leitor do mundo, que é o lugar do JB. Castello pode falar, ora desde um lugar de acordo, ora desde um lugar de desacordo; ora desde um lugar de alinhamento, ora desde um lugar de oposição ao tema que aborda no seu comentário. O seu lugar de fala é o lugar do indivíduo social reconhecido, que adquire uma posição singular na relação com a fonte de informação e o destinatário do enunciado que organiza e desde onde ele consegue estabelecer uma relação importante com o centro do poder do país, mesmo com as restrições ao fazer jornalístico da época.

Amaral (2004) recorre à interface entre a sociologia, os estudos culturais e os estudos do discurso para elaborar o conceito de lugares de fala, considerando tanto o lugar de quem fala quanto o capital de que dispõe cada interlocutor e a visão prévia que tem o veículo de comunicação. O lugar de fala “[...] é a representação no texto das posições sociais e da posse de capital simbólico dos agentes e instituições sociais (no nosso caso, do leitor e do jornal) e



do conceito prévio que eles têm de si e do outro” (AMARAL, 2004, p. 45). E acrescenta que um jornal é resultado de uma complexa rede de vozes e perspectivas ou de diferentes lugares de fala. Quem fala enuncia uma sentença, se envolve em situações nas quais seu discurso possui um valor, além do fato de existir um mercado de sentidos no qual as falas desfrutam valores diferenciados, sendo que a fala, para ser considerada, deve ser legitimada.

Rodrigues (*apud* ALMEIDA, 1998) define *lugar de fala* como sendo o lugar que o enunciador ocupa numa cena, sob o fundo da qual os interlocutores estabelecem uma espécie de contrato implícito de troca simbólica de enunciados. Funciona como um contrato implícito para estabelecer as posições relativas dos enunciadores e conferir aos protagonistas da relação discursiva, respectivamente, o estatuto de locutor, “de falante autorizado a falar daquilo que fala e a falar do modo que fala, e o estatuto de ouvinte ou de leitor do discurso, isto é, de destinatário” (RODRIGUES *apud* ALMEIDA, 1998, p. 5).

Milton Pinto (2002) defende que cada texto pertence a um gênero de discurso ou a uma espécie de discurso, que essas categorias carecem da definição do que vem a ser “dispositivo de enunciação”, ou seja, “a explicitação dos diferentes *posicionamentos ideológicos* ou *posições enunciativas* ou ainda *lugares de fala*”. São as maneiras de se construir “[...] a representação de determinada prática social ou área de conhecimento propostas pelos sujeitos que aparecem nos textos e que são assumidas ou não pelos participantes do evento comunicativo em curso” (PINTO, 2002, p. 32-33).

Na condição de organizador de um dizer da fonte de informação, o enunciador constitui diversos lugares de fala e os diversos sentidos que estas falas produzem, inclusive, na relação entre silêncio e escrita, entre o discurso “dito” e o discurso “não dito”, como sugere Orlandi (2007, p. 39), quando faz referência ao silêncio como um elemento constitutivo do sentido, partindo da premissa de que o silêncio é a própria condição da produção de sentido. Assim, ele aparece como espaço “diferencial” da significação: “lugar” que permite à linguagem significar.

Os lugares, na concepção de Perelman e Tyteca (2005), quando se referem às premissas que servem de ponto de partida das argumentações, tratam da ordem, do existente, da essência e da pessoa. Os lugares da ordem buscam afirmar que há uma superioridade do anterior sobre o que vem depois, ora da causa, dos princípios, ora do fim ou do objetivo. “A superioridade dos princípios, das leis, sobre os fatos, sobre o concreto, que parecem ser a aplicação dos primeiros, é admitida no pensamento não-empirista. O que é causa é razão de ser dos efeitos e, por isso, lhes é superior” (PERELMAN e TYTECA, 2005, p. 105).

Para o autor, os lugares da essência e da pessoa não devem se vistos como “[...] a atitude metafísica que afirmaria a superioridade da essência sobre cada uma das suas encarnações [...]”, mas como a concessão de um “[...] valor superior aos indivíduos enquanto representantes bem caracterizados dessa essência” (PERELMAN e TYTECA, 2005, p. 106). Trata-se de uma comparação entre pessoas, aquela que encarna melhor um padrão, uma essência, uma função é valorizada por isso mesmo: o bom jornalista seria aquele que possui todas as qualidades atribuídas ao bom jornalista, que as pratica e que as preserva. Ser ético no jornalismo, por exemplo, pode ser fundado na superioridade do que melhor encarna a essência do jornalista ético. A fala do jornalista ético, bem informado, digno do papel que desempenha, extrai do lugar da essência todo o seu atrativo e todo o seu prestígio, da mesma forma que a fala do jornalista antiético, de má índole, absorve do lugar da essência o que há de mais nefasto nisso.

Em se tratando dos lugares de fala do jornalista enunciador, as circunstâncias podem produzir a sua singularidade, que dependem do seu *ethos* de enunciador e da relação que trava com as fontes, determinando um lugar político de fala. Ele assume um lugar singular de fala quando é interlocutor de fontes privilegiadas de informação e se estabelece pela engenharia que monta a partir dessa relação, o que significa dizer que as várias falas que são determinantes no seu enunciado vão gerar o seu lugar de singularidade, tendo como premissa que o momento de fala é um ato histórico, uma ação sobre algo, com sua marca de singularidade.

“Tomar a palavra é um ato social com todas as implicações: conflitos, reconhecimentos, relações de poder, constituição de identidade [...], pois todo falante ocupa um lugar na sociedade e isso faz parte da significação”. A estratégia discursiva deve prever “situar-se no lugar da audiência a partir de seu próprio lugar de orador”. O lugar de fala está relacionado ao plano social porque tomar a palavra é um ato social com todas as suas implicações (conflitos, reconhecimentos, relações de poder, constituição de identidades), ou seja, o “[...] lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz.” (ORLANDI, 2002, p. 39).

Entendemos o *lugar de fala* do jornalista de referência como o *lugar de leitor social, de salvaguarda das instituições democráticas e dos direitos da sociedade e de cada indivíduo que o reconhece como autoridade no que diz e lhe delega o direito de dizer*. Corresponde ao lugar social que ocupa e desde onde fala, enquanto comentarista político de referência em um

jornal de referência<sup>15</sup>, que é o *Jornal do Brasil*, cujo papel é defender o bem, o certo e o justo e combater o que não é bom, certo ou justo.

Castello é um organizador de enunciados, a partir da interlocução com suas fontes, da extrema esquerda à extrema direita do poder civil e militar e, como tal, está sujeito às circunstâncias em que sua opinião é produzida, a partir da relação com essas fontes, mas amparado pelo prestígio de um jornal da estatura do *Jornal do Brasil*, cabendo a ele saber interagir com seus interlocutores: suas fontes e seus leitores que – em boa parte – são também fontes. Da mesma forma cabe a ele dialogar com a direção do jornal enquanto empresa e, então, assumir seu lugar de fala e de sujeito no interior do processo comunicativo. Vemos que, pela complexidade do processo, o discurso se orienta pelo propósito, não só do enunciatador, mas se relaciona com uma instância e impõe uma atitude em relação ao seu interlocutor, além do fato de se dar em um momento social com o qual ele contribui ou, para o qual ele se caracteriza como uma possibilidade de ruptura.

#### 4.2.4 Plano Discursivo

O *plano discursivo* é uma categoria de análise inspirada nas duas primeiras, das quatro partes<sup>16</sup> da retórica, correspondente ao plano de texto escrito ou ao plano oratório<sup>17</sup>, no caso de discurso falado: a invenção, que é a organização interna do discurso em que o enunciatador busca argumentos e outros meios de persuasão relativos ao tema do discurso; e a disposição, que é a ordenação dos argumentos apresentados. A categoria se define, portanto, como as estratégias adotadas no sentido de construir um discurso capaz de despertar a atenção do leitor e auxiliar na aceitabilidade da tese proposta.

<sup>15</sup> Jornal de referência é um conceito em constante discussão, abordado em diferentes aspectos, e entendido aqui como veículo que adota os princípios éticos do processo produtivo da matéria-prima do jornalismo e se comporta conforme preceitua o campo jornalístico. São de referência os “[...] jornais que dispõem de prestígio no País, isentando-nos de uma avaliação de sua qualidade [...]. Entendemos como jornais de referência os que têm prestígio, são hegemônicos e representam posições sociais e simbólicas privilegiadas no campo jornalístico” (AMARAL, 2004, p. 51).

<sup>16</sup> A terceira fase da retórica, a elocução, que diz respeito à construção do discurso em si, onde se inserem as famosas figuras de estilo, será abordada no item seguinte. Trata-se das figuras de apoio, uma categoria de análise importante para a compreensão dos recursos que Castello utiliza para construir sua opinião em um período de liberdade vigiada que foi a ditadura. A ação, que é a proferição efetiva do discurso, com tudo o que ele carrega em termos de efeitos de voz, mímicas e gestos, não se inclui nas categorias aqui definidas (REBOUL, 2004, p. 01-02).

<sup>17</sup> O plano oratório clássico de Aristóteles (2005) compõe-se primeiramente de um exórdio (cuja meta é atrair a atenção do auditório), seguido por uma proposição (causa ou tese resumida do discurso), com sua divisão (anúncio do plano). O desenvolvimento tem como parte principal a confirmação (que prova a verdade apresentada na proposição), que pode ser precedida de uma narração (exposição dos fatos), e que é seguida pela refutação (rejeição dos argumentos contrários). A peroração (conclusão para arrebatá-lo auditório) complementa o todo.

Reconhecer um lugar de organizador de enunciados a Castello carece compreender que o enunciado se organiza a partir da relação fonte/jornalista, dada ao jornalista a missão de selecionar, analisar, interpretar as informações oferecidas pela fonte em forma de opinião a ser levada a determinado público. Castello adquire, portanto, uma posição privilegiada na relação com a fonte de informação e o destinatário do enunciado que organiza. Ocupa um lugar privilegiado no *Jornal do Brasil* (um quarto da página 04), desde onde ele consegue estabelecer uma interlocução importante com o centro do poder do país, apesar das restrições ao fazer jornalístico da época. José Pinto (2002, p. 34) explica que a emissão de um enunciado põe em cena um ou mais enunciadore, “[...] que são posições discursivas a quem se creditam as representações copresentes no enunciado, sem que se lhes possa atribuir palavras precisas, e com as quais o emissor se identifica ou não, conforme seus interesses pragmático-argumentativos”.

O fato de organizar enunciados, produzir discurso, ou de emitir opinião sobre determinado evento, dá ao organizador do discurso o poder de assumir, contextualizar e orientar esse dizer das coisas, segundo defende Charaudeau (2008, p. 170-171), quando realça que o discurso é “orientado” porque é concebido em função do “propósito” do locutor e porque ele se desenvolve “no tempo”. O discurso é construído em função de um fim que é chegar a algum lugar, mas que pode ser desviado durante seu percurso. O autor também considera que o discurso é “contextualizado”, intervindo no contexto, não uma mera moldura, um simples cenário. Não existe discurso que não seja contextualizado: não se pode atribuir um sentido a um enunciado fora de contexto. E como contribuição ao contexto e modificação deste quando da sua enunciação o discurso torna-se discurso “assumido”.

Para o mesmo Charaudeau (2008, p. 171), o discurso só é discurso quando “[...] relacionado a uma instância que, ao mesmo tempo, se põe como fonte dos pontos de referência pessoais, temporais, espaciais, e indica qual atitude adota em relação àquilo que diz e a seu interlocutor”. Cabe ao locutor modular o seu grau de adesão, atribuir responsabilidade a outro, comentar seu próprio dizer e escolher a temática a ser abordada. O locutor pode, inclusive, no caso da ironia, mostrar a seu interlocutor que apenas finge assumi-la.

Eliseo Verón (2004, p. 217) aconselha não separar o conceito de “enunciação” do par em que ele é um dos termos: enunciado/enunciação. O enunciado é da ordem do que é dito, a enunciação está relacionada, não ao que é dito, mas aos modos de dizer. “O que varia de uma frase para outra não é o dito, mas a relação do locutor com o que ele diz, as modalidades de seu dizer”. Para o autor, em um discurso, qualquer que seja sua natureza, as modalidades do dizer constroem e configuram o que ele chama de “dispositivo de enunciação” e que

comporta: a imagem de quem fala (o enunciador), a imagem daquele a quem o discurso é endereçado (o destinatário) e a relação entre os dois. No que diz respeito ao primeiro, Verón (2004, p. 217) considera que o termo “imagem” é metafórico; trata-se do lugar (ou dos lugares) que aquele que fala atribui a si mesmo. Essa imagem liga, assim, a relação daquele que fala ao que ele diz. Já a imagem do produtor de discurso não só constrói seu lugar ou seus lugares no que diz; fazendo isso, ele define igualmente seu destinatário.

Verón também sugere separar o que vem a ser o “emissor real” do “enunciador” e o “receptor real” do “destinatário”. Considera que o enunciador e o destinatário são entidades discursivas, sendo essa dupla distinção fundamental, ou seja, um mesmo emissor poderá, em discursos diferentes, construir enunciadores diferentes. Todo suporte de imprensa contém seu dispositivo de enunciação: “[...] este último pode ser coerente ou incoerente, estável ou instável, adaptado a seus leitores ou mais ou menos inadaptado. No caso da imprensa, denominaremos esse dispositivo de contrato de leitura” (VERÓN, 2004, p. 218).

Castello situa-se no centro de um processo, cabendo a ele (Castello) dialogar com vários interlocutores: suas fontes e seus leitores que – em boa parte –, são também fontes, dialogar com a direção do jornal enquanto empresa e, então, assumir seus lugares de fala e de sujeito no interior do processo comunicativo. Vê-se que, pela complexidade do processo, o discurso se orienta pelo propósito, não só do locutor, mas relaciona-se com uma instância e impõe uma atitude em relação ao seu interlocutor, além do fato de estar inserido em um contexto com o qual ele contribui ou, para o qual ele se caracteriza como uma possibilidade de ruptura no ato de enunciação.

A análise do *plano discursivo* dar-se-á a partir da observação dos movimentos discursivos do comentário, por ele construído, no intuito de manifestar sua opinião e seus argumentos, entendendo-se a opinião como o conjunto de enunciados organizados e hierarquizados, tecnicamente elaborado, para desempenhar um papel persuasivo relevante. Marques de Melo (2003) considera que o comentário jornalístico tem sua própria especificidade enquanto narrativa opinativa do cotidiano, gênero que mantém vínculo estreito com a atualidade, traduzindo os fatos em ocorrência. Vem acompanhado da própria notícia. Por isso, é difícil de ser realizado, exigindo muita argúcia no sentido de evitar prognósticos não confirmáveis. Para Marques de Melo (2003) o comentarista é um profissional de imprensa muito experiente e de grande tirocínio, que apura os fatos além da sua aparência. É um observador privilegiado, que tem condições para descobrir certas tramas que envolvem os acontecimento e oferecê-las à compreensão do seu leitor. Ao possuir farta bagagem, o

comentarista adquire respeito e credibilidade, tanto junto ao público, quanto entre os personagens do mundo da notícia.

Três tipos de argumentos, no sentido generalíssimo de instrumentos de persuadir, devem ser observados pelo enunciador que pretenda estabelecer contato com os “espíritos”, no momento de se expressar: o *ethos* e o *pathos*, que são de ordem afetiva, e o *logos*, que é racional. O primeiro é definido como o caráter moral que o orador deve parecer ter, mesmo que não o tenha de veras. O segundo é o conjunto de emoções, paixões e sentimentos que o orador deve suscitar no auditório com seu discurso. O *logos* diz respeito à argumentação propriamente dita do discurso. É o aspecto dialético da oratória (REBOUL, 2004, p. 48-49).

De certo, não se pretende que a produção discursiva do jornalista Carlos Castello Branco obedeça às características dos gêneros de discurso aristotélicos, mesmo que ele o tenha tomado por base na construção do seu estilo narrativo. Do ponto de vista prático, do dia-a-dia do jornalismo, atender a uma estrutura narrativa complexa como esta seria praticamente impossível, ainda mais que a Coluna do Castello era diária, com análise de temas do momento, o que impõe um ritmo alucinante: do contato com as fontes, da checagem das informações, da análise dos dados obtidos, da construção da narrativa. Entretanto, alguns aspectos do texto de Castello podem ter deixado pistas do seu modo de raciocinar na construção do discurso. Não se trata de futurologia ou de adivinhação. É como um exercício de se colocar à frente do computador (Castello usava uma *Remington*) e procurar deslindar a alma do argumentador e proceder a uma interpretação o mais próximo possível do que o autor pretendia dizer.

O *plano discursivo* tem o objetivo de identificar os recursos persuasivos por ele utilizados, em que circunstâncias os eventos ocorrem e como ele faz o encadeamento das ideias com vistas a convencer da sua opinião. A pretensão não é observar sistematicamente as fases da retórica como definidas por Aristóteles, entretanto, a aplicação do elemento analítico possibilitará compreender melhor as ideias que o enunciador deseja partilhar, notadamente, perceber como o jornalista enuncia no sentido de despertar a atenção do público, motivá-lo aceitar como verossímil o que lhe é proposto.

#### 4.2.5 Figuras de Apoio

Esta categoria corresponde à elocução, que diz respeito à construção do discurso em si, onde aparecem as famosas figuras de estilo, na acepção aristotélica, trazidas por Reboul (2004), em sua introdução à retórica. As *figuras de apoio* destinam-se a auxiliar na

identificação de particularidades, no modo de dizer de Castello, não enquadradas na sua maneira habitual de se expressar. Não se trata apenas do estilo em que a figura funciona como mero ornamento de variedade do enunciador. Também não é somente o uso de palavras estranhas para modos de expressão rebuscados. O interesse é pelas técnicas do discurso em que o emprego de figuras se explica pela necessidade persuasiva ou pela imposição circunstancial: elas estão lá para dizer alguma coisa e não somente como arte do bem dizer.

Existem diferentes maneiras de expressarmos o que temos em mente, de explicitar um ponto de vista, de buscar o assentimento de alguém pelo uso de recursos persuasivos. O dizer de Castello está consignado no modo de expressar sua opinião, nos movimentos de texto que ele faz para levar o leitor a perceber os valores que defende, por vezes, implícitos, perceptíveis discretamente nos recursos de fuga, nos sinais, nos detalhes. É o caso da simples ênfase de um verbo; o seu uso no futuro do pretérito do indicativo, que remete a uma imprecisão da informação, uma maneira de minimizar o comprometimento com os valores manifestados; a utilização de “aspas”, delegando a alguém a autoria das informações.

Os implícitos<sup>18</sup> de Castello mostram que ele trabalhava com fatos, versões e vieses. Pereira (2001), em seu livro sobre Castello, elogia a habilidade do amigo em escrever nas entrelinhas, modo de implícito recorrente nos regimes totalitários. Utilizava-se de códigos que somente poucos do mundo político conseguiam entender ou tentavam adivinhar. “Somente aos que pertenciam ao mundo político era dada a condição de perceber quem Castelinho tinha como fonte, mesmo sem citar nomes” (PEREIRA, 2001, p. 13).

Há figuras na argumentação, quando se detecta uma estrutura discernível, independente do conteúdo, uma forma e um emprego que se afastam do modo normal de expressar-se e, com isso, chamam a atenção. Uma figura é argumentativa, se, acarretando uma mudança de perspectiva, seu emprego parecer normal em relação à nova situação sugerida. “Se, em contrapartida, o discurso não acarretar a adesão do ouvinte a essa forma argumentativa, a figura será percebida como ornamento, como figura de estilo” (PERELMAN; TYTECA, 2005, p. 191), podendo até suscitar a admiração, somente no plano estético ou como testemunho da originalidade do orador.

Embora se ocupe em identificar, prioritariamente, o emprego da ironia, da metáfora e do eufemismo, a categoria não se destina somente a observar figuras de palavras ou de

---

<sup>18</sup> Orlandi (2007, p. 73-74) fala de “anti-implícito” para se referir ao silêncio no discurso, que ocorre pelo fato de que, ao se dizer algo se apagam necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada. A diferença entre o silêncio fundador e a política do silêncio é que a política do silêncio produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz, enquanto o silêncio fundador não estabelece nenhuma divisão: ele significa em (por) si mesmo. Determinado pelo caráter fundador do silêncio, o silêncio constitutivo pertence à própria ordem de produção do sentido e preside qualquer produção de linguagem.

sentidos, mas as figuras utilizadas para possibilitar a opinião de Castello em um período distinto que foi a ditadura militar. A argumentação é própria de regimes democráticos e, mesmo que teimem em afirmar que a democracia no Brasil sobrevivera aos primeiros anos do regime militar, sabemos que o país e, notadamente, a imprensa conviviam com uma liberdade extremamente vigiada, o que levou alguns jornais e um tanto de jornalistas a buscar artifícios discursivos.

O *Jornal do Brasil* se utilizou do recurso dos sinais no período mais crítico da ditadura, com o artifício da previsão do tempo se manifestando metaforicamente sobre a situação em que o país se encontrava. Não é surpresa que comentários políticos da época adotassem o uso de figuras para minimizar uma suposta contundência de seus posicionamentos acerca de determinados eventos políticos e sociais, como ocorreu no momento em que teve de se adequar ao que os atos institucionais previam de cerceamento da liberdade de expressão, fundamentalmente o AI 5, que praticamente calou a imprensa brasileira.

### 4.3 *Corpus da Pesquisa*

É uma tendência no jornalismo opinativo conceituar coluna de opinião como toda seção fixa, o que abrange o comentário, a crônica e a resenha. Marques de Melo (2003) elenca os tipos de seções originadas do jornalismo norte-americano: “coluna padrão”, “coluna miscelânea”, “coluna de mexericos”. A Coluna do Castello atende ao formato de “coluna padrão”, que analisa os bastidores da política para situar o leitor no mundo do poder, mostrando-o na sua intimidade. Do ponto de vista estrutural, ela difere do conceito de Marques de Melo, pois o pesquisador a descreve como “[...] uma colcha de retalhos, com unidades informativas e opinativas que se articulam. São pílulas, *flashes*, dicas” (MARQUES DE MELO, 2003, p. 141-142). Na verdade, a coluna contém “unidades informativas”, mas, no conjunto, é uma seção fixa, dotada de um comentário analítico, equivalente a um artigo, inserido em uma coluna padrão, e várias notas informativas como complemento<sup>19</sup>.

A opinião no jornalismo tem formas e espaços determinados: comentário, resenha, coluna, crônica, caricatura e, eventualmente, artigo. O comentário tem sua própria

---

<sup>19</sup> Marques de Melo (2003, p. 65) explica também a diferença entre “nota”, “notícia” e “reportagem”. A nota seria uma informação mais curta, por tratar-se de algo em processo. A notícia já seria o relato completo de um fato cotidiano que eclodiu no organismo social. A reportagem seria o relato ampliado desse “acontecimento” que, por conceito, já produziu algum tipo de afetação na sociedade. Trata-se, portanto, da natureza do processo e da do espaço destinado à informação.



especificidade enquanto estrutura narrativa do cotidiano. Na classificação dos gêneros jornalísticos de Marques de Melo (2003, p. 66), o comentário pressupõe uma autoria definida e explicitada, além de ser estruturado a partir de uma “angulação temporal” que exige continuidade e imediatismo. Este estudo considera comentário o texto introdutório da Coluna do Castello, já que atende à exigência de possuir local fixo no jornal e, quanto aos aspectos de continuidade e imediatismo, eles estão subordinados aos assuntos em pauta.

Trata-se de um gênero que mantém vinculação estreita com a atualidade, traduzindo os fatos que estão ocorrendo. O comentarista é um profissional de imprensa muito experiente e de grande tirocínio, que apura os fatos além da sua aparência. Ao possuir farta bagagem, o comentarista adquire respeito e credibilidade, tanto junto ao público, quanto entre os personagens do mundo da notícia. O comentarista não deve se comportar como julgador, tomar partido ou usar de proselitismo ou doutrinação. “É um analista que aprecia os fatos, estabelece conexões, sugere desdobramentos, mas procura manter, até onde possível, um distanciamento das ocorrências” (MARQUES DE MELO, 2003, p. 122).

Em 30 anos de *Jornal do Brasil*, o jornalista Carlos Castello Branco produziu quase oito mil comentários na Coluna do Castello<sup>20</sup> sobre os mais diversos temas da vida política nacional. Entre março de 1963 e dezembro de 1969, foram publicadas 1.701 colunas<sup>21</sup>, com algumas ausências, decorrentes das prisões que Castello sofrera durante o regime militar ou de problemas de saúde que o afastaram da redação. Desse universo discursivo, fizemos uma leitura transversal, no sentido de identificar os comentários voltados para assuntos do poder central do país e que caracterizassem o posicionamento do jornalista acerca daquele momento de que trata o período do recorte: março de 1963, um ano antes da derrubada do governo João Goulart, a dezembro de 1969, um ano após o Ato Institucional n. 5, tido como o segundo golpe, e que calou a imprensa, instituiu o terror, a censura e suprimiu os direitos e garantias da sociedade brasileira.

---

<sup>20</sup> Em 2 de janeiro de 1962, Castello publica sua primeira coluna na *Tribuna da Imprensa*, onde permanece até julho. Com a venda da *Tribuna* para Hélio Fernandes, a Coluna do Castello passa a ser publicada pelo *Jornal do Brasil*, onde o jornalista se mantém até sua morte, em 1993.

<sup>21</sup> É difícil precisar a quantidade de colunas que Castello produziu durante o tempo em que permaneceu no *Jornal do Brasil*, já que existem algumas lacunas na sua publicação. Em 1963, Castello publicou somente quatro colunas no mês de maio, entre os dias 28 e 31, e apenas seis colunas em outubro, entre os dias 1º e 6 do mês; não há registros de publicação nos meses de outubro a dezembro de 1964 e, em novembro, foram somente quatro, entre os dias 22 e 29. Também não há registro de publicação no mês de agosto de 1966 e, em outubro, foram apenas seis colunas, entre os dias 25 e 30. Apesar de algumas interrupções, oficialmente, em mais de 30 anos, a Coluna do Castello só deixou de ser publicada entre os dias 14 e 31 de dezembro de 1968, por conta da prisão do jornalista, em decorrência do AI 5. Sabe-se, entretanto, que Castello fora preso pelo menos três vezes e tinha problemas de saúde que, vez ou outra, levavam-no ao hospital. No período de 16 de setembro a 3 de novembro de 1969, a Coluna do Castello foi assinada pelo jornalista e advogado D’Alembert Jaccoud. Castello reassume em 4 de novembro, já com o general Médici no cargo de presidente da República.

Seguida à leitura transversal, fizemos a seleção de onze textos pelo critério de relevância histórica e política dos comentários acerca do golpe: os movimentos da oposição e dos militares contra o governo Goulart, em 1963, passando pela tomada do poder em março de 1964, as medidas autoritárias de sustentação à ditadura, o Ato Institucional n. 5 e os primeiros meses do general Emílio Garrastazu Médici no poder, um dos governos que mais prendeu e torturou nos 21 anos de ditadura militar no Brasil<sup>22</sup>.

Para a definição do *corpus*, procuramos observar se os comentários atendiam a uma perspectiva de análise argumentativa: conter uma opinião a ser partilhada; apropriar-se de juízos de valor na construção do comentário; possuir uma organização discursiva em que seja possível identificarmos uma relação entre argumentos e os públicos a que se destina a opinião; e adotar meios persuasivos, com o objetivo de convencer o leitor sobre determinado ponto de vista.

O *corpus* da pesquisa é constituído da opinião do jornalista Carlos Castello Branco acerca do golpe, dos seguidos atos<sup>23</sup> de autodefesa do regime, nos mandatos dos primeiros presidentes militares e que mostram a evolução dos eventos que marcaram o regime no período estudado, totalizando de onze comentários: “UDN espera golpe até o fim do mês” (10 de dezembro de 1963), “Goulart: golpe vai custar muito sangue” (1º de fevereiro de 1964), “Prontidão na UDN: defesa do regime” (13 de março de 1964), “Minas desencadeia luta contra Jango” (31 de março de 1964), “Congresso aceita mandato da revolução” (11 de abril de 1964), “Ato une militares e Castelo muda Governo” (28 de outubro de 1965), “Castelo adverte contra ditadura” (11 de fevereiro de 1966), “No poder, o outro lado da Revolução”

---

<sup>22</sup> Carlos Castello Branco não produz comentários, mas é importante registrar dois assassinatos emblemáticos praticados pela ditadura: no dia 4 de novembro de 1969, menos de uma semana da posse do general Médici no posto de presidente, o inimigo número um da ditadura, Carlos Marighela, sofre emboscada na capital paulista. Marighela foi morto a tiros, por agentes do DOPS, comandados pelo delegado Sérgio Fleury. Em 25 de outubro de 1975 (período que está fora do recorte da pesquisa), o jornalista Vladimir Herzog foi torturado e morto no DOI/CODI/II Exército. Mais tarde, o culto ecumênico pela morte de Vladimir Herzog se torna a primeira grande manifestação de protesto da sociedade civil contra a ditadura militar, reunindo milhares de pessoas dentro e fora da Catedral da Sé, em São Paulo.

<sup>23</sup> Castello não publica comentário sobre o Ato Institucional n. 3, que estendia a eleição indireta, já prevista para presidente e vice-presidente da República (já estabelecida pelo A 12), também para governador, que seriam escolhidos em votação nominal pelo voto da maioria simples das assembleias legislativas, e a quem caberia indicar o prefeito da capital do Estado. A eleição de presidente ocorreria no dia 3 de outubro daquele ano; a de governador, no dia 3 de setembro; e a de senadores, deputados federais e estaduais, no dia 15 de novembro. Os prefeitos das demais cidades eram escolhidos por eleição direta (ATO..., 1965). Quanto ao Ato Institucional n. 4, Castello faz uma referência burocrática no comentário do dia 2 de dezembro de 1966. O ato convoca, extraordinariamente, o Congresso Nacional para discutir, votar e promulgar o projeto de Constituição apresentado pelo presidente Humberto Castello Branco, no período de 12 de dezembro de 1966 a 24 de janeiro de 1967. No seu artigo 9º, o Ato é preventivo: diz que enquanto durasse a convocação do Congresso, o presidente poderia baixar atos complementares e decretos-lei sobre matéria de segurança nacional, até o término do mandato de Castello Branco, que era março de 1967. Em 15 de março, foi promulgada a Constituição (ATO..., 1966).

(18 de fevereiro de 1967), “Primeiras impressões sobre o ato de ontem” (14 de dezembro de 1968), “Políticos oferecem garantias à revolução” (1º de fevereiro de 1969), “Fim do processo revolucionário” (16 de dezembro de 1969).

O material que compõe o *corpus* foi coletado do sítio eletrônico<sup>24</sup> que a família de Carlos Castello Branco criou em sua memória, onde estão disponibilizados seus dados pessoais e profissionais. Em seguida à seleção, fizemos uma conferência de todo o conteúdo no acervo digital do *Jornal do Brasil*<sup>25</sup>, em que estão digitalizadas todas as edições do século passado, para ratificar os conteúdos das colunas, já que algumas não constavam do sítio do jornalista. Na transcrição dos comentários que constituem o *corpus*, optamos por atualizar a grafia dos textos, escritos conforme as regras de acentuação da Academia Brasileira de Letras de 1943, adequando-os ao acordo ortográfico vigente, sem acarretar em qualquer prejuízo ao conteúdo ou sentidos originais.

Os textos foram publicados no início da Coluna do Castello, geralmente, ocupando metade do espaço a ela destinado (¼ de página), em diagramação vertical, na página 4 do primeiro caderno do *Jornal do Brasil*, conforme o exemplo da Figura 01. Ressaltamos que, por questões de ordem metodológica, somente serão analisados os comentários que abordem acontecimentos políticos no âmbito do poder central do país. Ficarão de fora do esforço de pesquisa as notas que complementam a Coluna, pelo fato de trazerem informações de outra ordem, que não se destinam a partilhar uma opinião, não atendendo, portanto, a uma perspectiva de análise argumentativa.

As informações complementares à análise dos comentários, que constam das notas de rodapé, foram produzidas a partir de acervo microfilmado dos jornais *O Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo*, sob a guarda do arquivo da Biblioteca Nacional, além de outras informações obtidas por meio de acesso ao acervo digital do *Jornal do Brasil*. A intenção é situar os temas tratados por Castello em seus comentários e evidenciar em que circunstâncias se deram os eventos que o jornalista analisa, tendo em vista que a seleção do material empírico não ocorre em datas muito próximas, embora o conjunto dos comentários atenda perfeitamente aos objetivos da pesquisa. Optamos por não incorporar as informações ao conteúdo analítico, para evitar uma possível descaracterização da análise argumentativa da opinião.

---

<sup>24</sup> CARLOS CASTELLO BRANCO. [S.l.], 2009. Disponível em: <<http://www.carloscastellobranco.com.br/>>. Acesso em: 29 nov. 2009.

<sup>25</sup> JORNAL DO BRASIL. [Século XX]. [S.l.], 1963-1969. Disponível em: <[http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19920614&b\\_mode=2](http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19920614&b_mode=2)>. Acesso em: 01 mar. 2010.

Todos os textos são identificados por meio de um código, conforme a data de publicação, composto da sigla “Com” (caixa alta e baixa), abreviando o termo “comentário”, seguida de um número de dois dígitos, que é a indicação da posição do comentário no corpo da análise, mais um conjunto de quatro dígitos, para indicar dia e mês em que foi publicada, e um terceiro número de dois dígitos, para o ano da veiculação. Com03-1303/64 é um exemplo de código que identifica o Comentário 03, publicado no dia 13 de março de 1964.

Para melhor sistematizar a análise, os parágrafos dos comentários também foram numerados. A identificação é feita pela sigla “Par” (caixa alta e baixa), uma abreviação de “parágrafo”, seguida de um número de quatro dígitos, que identifica dia e mês da publicação, e um segundo número de dois dígitos para o ano em que foi publicado. Par1303/64, por exemplo, refere-se a um parágrafo constante do comentário da Coluna do Castello do dia 13 de março de 1964. Para situar o fragmento de texto no interior do comentário, utiliza-se a letra “p” (caixa baixa) acompanhada do número que corresponde à sua posição no comentário. O Par1303/64p2 é um exemplo de fragmento de texto que corresponde ao segundo parágrafo do comentário da Coluna, publicado no dia 13 de março de 1964.

## 5 ANÁLISE DA COLUNA DO CASTELLO

O método de análise argumentativa da opinião foi aplicado a um conjunto de onze comentários da Coluna do Castello, entre março de 1963 e dezembro de 1969, com o objetivo de identificar a postura de Carlos Castello Branco e como ele opina sobre os eventos do período do recorte da pesquisa. Na análise, cada categoria da grade que compõe o método será identificada separadamente e tensionada, sempre que necessário, por conceitos retirados do suporte teórico aplicado ao estudo e em diálogo com outros comentários. Para melhor compreensão acerca dos assuntos abordados pelo jornalista, são produzidas notas de rodapé com informações complementares ao conteúdo dos comentários.

### 5.1 “Golpe” de Goulart

Quadro 1– Com01-1012/63 – UDN espera golpe até o fim do mês<sup>1</sup>

<b>UDN espera golpe até o fim do mês</b>
<p>01. Os chefes parlamentares da Oposição permanecem em Brasília neste fim de ano na expectativa de que se confirmem informações e prognósticos de que o Presidente João Goulart tente conquistar uma margem maior de poder pessoal à custa das instituições, com o emprego da astúcia e, se preciso, da força. As informações que foram se acumulando na área oposicionista advertiam sobre preparativos, no Governo, de ações que visariam a apanhar desprevenida a Oposição precisamente no período de festas de fim de ano, em que há um natural relaxamento dos dispositivos de luta.</p> <p>02. Foram essas informações, de resto, que determinaram a convocação extraordinária do Congresso, a qual, não tendo sido compreendida inicialmente pelo PSD, é já hoje uma medida que vai sendo posta em prática com a colaboração dos pessedistas, finalmente convencidos de que algo de anormal existe nos bastidores da política oficial.</p> <p>03. Os chefes parlamentares da Oposição entendem que tudo quanto podem fazer, como prevenção, é a constante denúncia, a permanente advertência e a prudente ação política, pois não dispõem de</p>

<sup>1</sup> No comentário de 1º de janeiro de 1964, Castello faz a reconstituição do “Monólogo de Natal de um Presidente reformista”. É a descrição de uma cena protagonizada pelo presidente João Goulart, tendo um assessor como ouvinte, após a ceia de Natal, em um sítio no Rio de Janeiro: “Essa gente pensa que eu tenho medo. Medo de quê? Ninguém neste País sofreu mais pressões do que eu. A primeira manifestação agressiva de militares contra um homem público, aqui, foi contra mim. Eles redigiram um manifesto e me derrubaram do Ministério do Trabalho. Quando fui candidato à Vice-Presidência da República, o Ministro da Guerra falou pelo rádio no dia da eleição para dizer que não adiantava me elegerem. Não tomaria posse. Quando o Presidente renunciou, os três Ministros militares decidiram não me empossar. Foi preciso uma revolução, quase uma guerra civil, para que eu chegasse ao Poder. Agora é esse barulho todo porque quero fazer as reformas, porque vou fazer as reformas. Mas vou fazer mesmo. Não adianta. Não tenho medo. Não tenho medo nem de morrer. Hoje posso dizer que só tenho apego a esses dois meninos. Não vou mais conversar com políticos. Não adianta. São contra. Só converso com militares. [...] Vou fazer a reforma agrária, vou desapropriar essas terras das margens das estradas. Escolhi isso de propósito, sei a quem estou ferindo. Já enfrentei pressões muito piores e, apesar das aparências, nunca recuei. [...] Estou de mãos livres para fazer as reformas. Vou fazer. Se me apertarem muito, quem sabe? Eu renuncio. Não como o Jânio Quadros. Renuncio com as coisas preparadas. Com os militares conversados. Renuncio e vou para o Sul, esperar” (CASTELLO BRANCO, 1964, p. 4). Este “monólogo” que Castello diz poder ser, tanto fantasioso, quanto autêntico, evidencia bem a qualidade de suas fontes e o quanto ele era bem informado sobre o círculo do poder. Era a senha para que setores da oposição se armassem contra o presidente.

articulações militares em condições de, em qualquer oportunidade, assumir a iniciativa na provocação de acontecimentos, ainda que fosse defesa das instituições.

04. Entende a oposição que há hoje nas fileiras das Forças Armadas uma divisão que se estende de quartel a quartel, desaparecendo as condições para que pronunciamentos de cúpulas se imponham como realidade incontestável de poder. Se isso é uma restrição ao esforço de articular uma resistência, seria igualmente uma restrição a manobras que se baseassem no poder de grupos militares para golpear o regime. Por via das dúvidas, a tendência da oficialidade das três armas em favor da legalidade seria a maior, senão a única segurança contra ações antidemocráticas, restando à Oposição o papel de manter alertas quantos possam interferir e atuar no complexo processo político-militar em desenvolvimento.

05. Todos os atos do Sr. João Goulart são, assim, analisados na Oposição e em áreas que, embora governistas por princípio, estão de sobreaviso com relação a operações de surpresa, à luz dessas informações que cristalizaram a convicção de que todo o objetivo da política oficial do País hoje é a supressão das garantias democráticas.

Fonte: Castello Branco (10 dez. 1963).

### Tese proposta

O comentário se destina a partilhar um ponto de vista acerca do ambiente político tenso em Brasília, diante da iminência de golpe por parte do presidente João Goulart, que estaria planejando conquistar mais poder valendo-se da “astúcia” e mesmo do uso da “força”. Chama a atenção para a esperteza do presidente em aproveitar o período de final de ano, quando o clima festivo causa um relaxamento natural dos espíritos, apanhando a todos de surpresa. O título do comentário: “UDN espera golpe até o fim do mês” sintetiza a tese proposta, enfatizada pela convocação extraordinária do Congresso, como medida preventiva contra “algo de anormal” que estava sendo tramado nos bastidores oficiais por setores ligados ao presidente da República.

### Molde persuasivo

Pela assertiva do título, o comentário é dirigido ao presidente João Goulart, embora haja uma intenção de chegar a um público horizontal, sem determinar cor partidária ou segmento social, como um alerta à sociedade, sobre a suposta existência de um golpe em processo avançado de gestação, por parte do governo. É também um recado ao presidente quanto à oposição estar ciente de que ele prepara um golpe e, ao mesmo tempo, um alerta à oposição, para que se disponha a agir em defesa do regime.

O ambiente de recepção é presumidamente de grande movimentação política, tenso e de expectativa, tanto que os parlamentares permaneciam em Brasília, mesmo no final do ano,

atendendo a uma convocação da Mesa Diretora do Congresso<sup>2</sup>. O ponto de partida do raciocínio, que deve ser tese admitida por aquele a quem o orador se dirige, tendo em vista que a adaptação do discurso ao público é uma exigência da argumentação, é de que o presidente João Goulart estaria tentando “apanhar” a oposição desprevenida, por ocasião das festas de final de ano, quando seria mais difícil reagir a uma tentativa de golpe. É esta a intenção do jornalista quando diz, no título, que os opositoristas do governo esperavam um golpe até o fim do mês de dezembro, período em que é natural que haja um relaxamento dos dispositivos de luta (Par1012/63p1). Trata-se de argumento de enquadramento do real, utilizado para tentar convencer sobre o “golpe”, por parte do presidente.

O comentário estabelece uma ressonância com a oposição, a partir de argumentos de autoridade, ancorados na própria oposição, quando adverte que “tudo quanto podem fazer, como prevenção, é a constante denúncia, a permanente advertência e a prudente ação política, pois não dispõem de articulações militares em condições de, em qualquer oportunidade, assumir a iniciativa na provocação de acontecimentos, ainda que em defesa das instituições” (Par1012/63p3). E quando denuncia haver, nas Forças Armadas, divisão que se estende de quartel a quartel, fazendo desaparecer as condições para que manifestações de cúpulas se imponham como realidade incontestável de poder (Par1012/63p4).

A intervenção no ambiente de recepção ocorre no sentido de orientar a oposição a se prevenir e denunciar a intenção de golpe por parte do governo e para alertar o próprio presidente para não confiar no poder de articulação da cúpula militar. A divisão do poder militar poderia ser uma restrição tanto para um lado quanto para o outro. Em seguida, utiliza outro argumento de valor em defesa das instituições ao conclamar as forças armadas a agir em favor da legalidade como a “única segurança contra ações antidemocráticas, restando à Oposição o papel de manter alertas quantos possam interferir e atuar no complexo processo político-militar em desenvolvimento” (Par1012/63p4).

#### Lugar de fala

Castello fala de um lugar social preexistente ao seu ato argumentativo, dada a sua condição de analista político de referência, com espaço privilegiado em um jornal também de

---

<sup>2</sup> Em seu comentário de 8 de novembro, Castello fala da iniciativa de convocação extraordinária do Congresso Nacional para evitar medidas *ad referendum* do presidente da República. No dia 22 do mesmo mês, outro comentário do jornalista dá conta da preocupação dos líderes udenistas que supunham um “[...] ambiente subversivo e, ao mesmo tempo, indicam estarem de posse de informações de natureza militar bastante sintomática de uma situação de anormalidade iminente” (CASTELLO BRANCO, 1963, p. 4).

referência, que o investe de um considerável prestígio, antes mesmo de proferir sua opinião. Nesse sentido, o comentário de Castello será sempre marcado por um duplo argumento de autoridade implícito: o texto tem valor porque é o Jornal do Brasil que publica e tem valor por ser a opinião de um dos mais bem informados jornalistas do país. É esta singularidade que marca a sua opinião, quando se manifesta sobre a desconfiança da oposição com o provável golpe que estaria sendo preparado pelo presidente João Goulart. O jornalista ocupa o lugar de mediador entre oposição e governo, alertando o primeiro quanto à tentativa do presidente da República de conquistar mais poder, pela astúcia, e até pelo recurso da força, para alcançar seus objetivos; e advertindo o segundo, no sentido de que deve procurar observar a divisão das Forças Armadas, “que se estende de quartel a quartel”, o que restringiria qualquer tentativa de golpe ao regime com o apoio dos militares. Castello se coloca também no lugar de conselheiro, ao sugerir que a oposição se mantivesse alerta para que pudesse “interferir e atuar no complexo processo político-militar em desenvolvimento”.

O comentário corrobora a noção de lugar de fala como sendo um lugar que preexiste, de onde a fala se processa e adquire sua singularidade, considerada sob a perspectiva das circunstâncias em que se produz. A fala de Castello é um ato histórico, uma ação sobre algo com uma marca da sua singularidade e representação, no texto, da posição social de jornalista de referência que ocupa. Braga (2000) considera que a fala produz uma resposta e o lugar em que esta resposta faz sentido. A argumentação de Castello será sempre tomada a partir de dupla autoridade: a do JB, como jornal a quem cabe o direito de dizer, pela referência que é, e a do jornalista, a quem é atribuído um lugar de referência. E ocorre de duas maneiras: quando ele mesmo atribui valores às coisas ou quando recorre a um especialista para dizer e se apropria de sua informação para afirmar sua opinião. José Pinto (2002, p. 34) explica que a emissão de um enunciado põe em cena um ou mais enunciadores, “que são posições discursivas a quem se creditam as representações copresentes no enunciado, sem que se lhes possa atribuir palavras precisas, e com as quais o emissor se identifica ou não, conforme seus interesses pragmático-argumentativos”.

#### Plano discursivo

O plano discursivo é, a partir do título, convencer que o presidente da República busca, a qualquer custo, golpear o regime, algo que estaria muito próximo de acontecer. Sem citar fontes específicas, o jornalista, por mais de uma vez, faz referência aos “líderes parlamentares” da oposição, dando a entender que expressa o pensamento de personalidades



políticas de prestígio que permaneciam em Brasília, receosos de uma manobra golpista de Goulart, motivo pelo qual se deu a convocação extraordinária do Congresso. O Par1012/63p2 é construído com o objetivo de revelar que a apreensão em relação aos movimentos do presidente iria além dos setores oposicionistas. Castello relata que o PSD, “finalmente”, se convencera de que algo de “anormal” emergiria dos bastidores da política oficial, referindo-se a João Goulart.

Castello aproveita para aconselhar, no Par1012/63p3, a oposição a se prevenir contra o presidente, mantendo “constante denúncia” e “permanente advertência” sobre a possibilidade de golpe, além de prudência nas ações políticas, já que faltaria a ela, oposição, poder de fogo junto aos militares, para uma iniciativa de contragolpe ao ímpeto de Goulart, ainda que sob o argumento de defesa das instituições.

No Par1012/63p4, o jornalista recorre mais uma vez ao discurso indireto, amparado nas fontes da oposição, para dizer que cabe a ela, oposição, “o papel de manter alertas quantos possam interferir e atuar no complexo processo político-militar em desenvolvimento”. Trata-se de uma tese de Castello que pode ser entendida tanto como conselho à oposição, para “interferir” e “atuar” antes de Goulart, quanto como uma ênfase ao golpe em curso. Nesse sentido, o comentário relata que tanto os opositores quanto os “governistas por princípio” (Par1012/63p5) estariam de sobreaviso em relação às “operações de surpresa” de Goulart, já que havia a convicção cristalina de que seu objetivo seria a “supressão das garantias democráticas”.

#### Figuras de apoio

Apesar de grafar a palavra “golpe” já no título do comentário, Castello recorre a eufemismos, ao expor sua opinião sobre o golpe pretendido, segundo ele, pelo presidente João Goulart. O jornalista não economiza figuras de indeterminação da fonte e fala pela oposição sem especificar nomes: “Os chefes parlamentares da Oposição”, “Os chefes parlamentares da Oposição entendem”, “Entende a oposição” e da imprecisão do fato (expectativa de que se confirmem informações): “As informações que foram se acumulando”, “Foram essas informações”. Tais recursos, entretanto, não reduzem a contundência da opinião do jornalista, que se utiliza de outras figuras na construção do quadro elocutório do seu comentário.

O termo “golpe” é eufemisticamente substituído por “ações que visariam a apanhar desprevenida a Oposição” (Par1012/63p1), por “algo de anormal nos bastidores da política oficial” (Par1012/63p2), por “ações antidemocráticas” e “processo político-militar” (Par-

1012/63p4) e por “supressão das garantias democráticas” (Par1012/63p5). Ainda que recorra a eufemismos, percebe-se que Castello se expressa com certa liberdade, posicionando-se, de certo modo, contra a postura do presidente, a quem não poupa críticas, saindo praticamente em defesa da oposição, a quem sugere prudência ao tratar de decisões políticas contra o governo de Goulart.

## 5.2 “Golpe” da Oposição

Quadro 2 – Com02-0102/64 – Goulart: golpe vai custar muito sangue

### **Goulart: golpe vai custar muito sangue**

01. O Presidente João Goulart encara a ofensiva da UDN, a partir da denúncia da guerra revolucionária, como manifestação de desespero de uma elite tradicionalmente comprometida com as técnicas do golpe de Estado. Referindo-se especificamente às sucessivas declarações do Sr. Bilac Pinto, em recentes conversas, disse o Sr. João Goulart que o Presidente da UDN vem se revelando um perigoso leitor de Sherlock Holmes, mas que deverá ficar advertido de que qualquer tentativa de derrubar o Governo pela força “vai custar muito sangue”.

02. O Sr. João Goulart insiste em que, de 1945 para cá, os únicos golpistas na vida brasileira têm sido os udenistas e que há sinal de perigo sempre que eles começam a denunciar golpes e a falar em golpes. Isso revelaria que eles estão caindo novamente em tentação. O Governo, no entanto, estaria preparado militarmente para esmagá-los de Norte a Sul do País, tão logo ponham a cabeça de fora.

03. O Presidente da República alega ter constituído um sólido dispositivo militar, de caráter legalista e defensivo, o qual, pela primeira vez, é apoiado por uma nova força organizada, a que o Presidente dá o nome de “V Exército”. Esse “V Exército” é o poder sindical. O Sr. João Goulart declara-se decidido a manter-se na estrita legalidade, embora inconformado com as estruturas econômicas, sociais e políticas do País. Citou o Presidente as pressões dos grupos da esquerda radical, lembrando suas dificuldades com o Sr. Leonel Brizola, com quem manteve recentemente longa e extenuante conversa que se prolongou até o amanhecer. Isso para demonstrar que não se dispõe a endossar aventuras nem a estimular qualquer manifestação antilegalista. Seu propósito seria o de identificar-se cada vez mais com a legalidade.

04. Isso não o impedirá, contudo, de prosseguir no esforço pelas reformas. No Executivo estudam-se as possibilidades legais de ação própria, que lhe assegurem os meios de contornar ou de enfrentar as resistências do Legislativo à execução da política reformista do Governo. Pretenderia estender sua ação, do plano da reforma agrária, para o da reforma bancária, administrativa etc.

05. Entende o Presidente que o poder político no Brasil ainda é muito fraco, a tal ponto que dificilmente se sustenta sem a cooperação do poder econômico. A falta de forças do comando político se evidenciaria até mesmo dentro do Governo, pois a máquina econômica do Estado frequentemente se revela mais poderosa do que o Presidente da República. A propósito queixou-se o Presidente de que, enquanto se elogia ou promove o Presidente do Banco do Brasil ou o Ministro da Fazenda, não se hesita em atacar o Presidente da República.

06. Isso seria o sintoma de uma alarmante crise de estruturas que não pode continuar. Sem estar disposto a embarcar em aventuras, não poderá contudo acumpliciar-se com essa situação.

07. Insistiu em que está forte dentro da lei, com o apoio dos “cinco exércitos”, contra os quais nada pode a oposição “sherlockiana”. Acredita o Presidente que só chegou ao fim do ano como Presidente por absoluta falta de meios da oposição para derrubá-lo.

Fonte: Castello Branco (01 fev. 1964).

## Tese Proposta

Castello manifesta a opinião de que o presidente João Goulart estaria preparado para o embate com a oposição, caso este se aventurasse na tentativa de derrubá-lo do poder por meio de um golpe e que, para isso, teria o apoio do setor sindical e do poder militar. O jornalista não assume que a oposição estivesse tentando um golpe, mas se apropria de declarações do presidente, no sentido de barrar as intenções de golpe dos setores conservadores, “uma elite tradicionalmente comprometida com as técnicas do golpe de estado”, contra quem Jango ameaça com resistência armada, o que custaria muito derramamento de sangue.

Esta é uma tese oposta à que Castello propõe no Com01-1012/63, quando se refere à iminência de golpe por parte de João Goulart, inclusive, afirmando que o presidente planejava conquistar mais poder, valendo-se da “astúcia” e do uso da “força”. A opinião ratifica a informação do jornalista Elio Gaspari (2002) de que havia dois golpes em marcha: um para manter o presidente Goulart no poder e outro para colocá-lo para fora. O presidente poderia amparar-se nas forças militares e nas bases sindicais que faziam pressão sobre o Congresso, para aprovar as reformas que Goulart pretendia e a mudança nas regras do jogo da sucessão.

## Molde persuasivo

Ao opinar sobre o perigo que há em a oposição falar de golpe, o que colocava o presidente em alerta, Castello escolhe os setores oposicionistas, o poder militar e o próprio governo como os públicos principais a quem sua mensagem se destina. Pela relevância do assunto abordado, entretanto, pode-se considerar que a argumentação pode ser entendida por um público mais abrangente. Afinal, trata-se de uma discussão sobre um eventual golpe contra o presidente da República.

O ambiente de recepção é ainda idêntico ao clima de tensão do final de 1963, diante da expectativa de golpe, desta vez, por parte da oposição ao governo. Castello recorre a três argumentos para tentar convencer o público da sua tese, apoiado na autoridade do presidente: enquadra o real, afirmando que “os únicos golpistas na vida brasileira têm sido os udenistas e que há sinal de perigo sempre que eles começam a denunciar golpes e a falar em golpes. Isso revelaria que eles estão caindo novamente em tentação” (Par0102/64p2). Mas diz que o governo estaria “preparado militarmente para esmagá-los de Norte a Sul do País, tão logo ponham a cabeça de fora” (Par0102/64p2). Em seguida, diz que o presidente teria um “sólido dispositivo militar, de caráter legalista e defensivo, o qual, pela primeira vez, é apoiado por

uma nova força organizada, a que o Presidente dá o nome de ‘V Exército’, porém estaria decidido a manter-se na estrita legalidade” (Par0102/64p3).

Castello intervém no ambiente de recepção com um argumento de enquadramento do real e que busca uma ressonância com a oposição, lembrando que é ela, o golpista de plantão; que o fato de os oposicionistas estarem falando em golpe é sinal de que estariam tentados a praticá-lo, caindo na tentação de derrubar o presidente. Em seguida, Castello utiliza o argumento da força, referindo-se ao apoio militar que teria Goulart para barrar as intenções dos setores oposicionistas; e o argumento da legalidade, ao alegar que, embora contasse com o apoio das forças armadas e dos setores sindicais, João Goulart estaria decidido a manter-se na estrita legalidade. Este terceiro argumento é uma tentativa de intervir no ambiente de recepção, buscando reenquadrar o real: mesmo com o suposto apoio oficial, o presidente, ao contrário da cultura do golpe no Brasil, estaria disposto a manter-se dentro na legalidade em respeito às instituições.

#### Lugar de fala

Castello procura se colocar na condição de salvaguarda do regime e de interlocutor do governo quando diz que, “em recentes conversas”, o presidente teria comentado que o líder da UDN se mostrava um perigoso leitor de Sherlock Holmes e exposto claramente que a oposição é golpista. Ainda que atribua o termo ao presidente da República, o jornalista alerta para o risco da luta armada e faz uma advertência à oposição, diante do que Jango considerava significar “muito sangue”, caso o golpe viesse a se confirmar. Por tratar-se de uma resposta do presidente aos adversários, Castello se mostra também preocupado com a possibilidade de golpe, ao lembrar que “os únicos golpistas na vida brasileira têm sido os udenistas e que há sinal de perigo sempre que eles começam a denunciar golpes e a falar em golpes. Isso revelaria que eles estão caindo novamente em tentação” (Par0102/64p2).

#### Plano discursivo

A estratégia de sintetizar o conteúdo do comentário no título é mantida por Castello, que monta um discurso com movimentos claros de que possui informações privilegiadas desde dentro do governo. O comentário elucida, no sentido de apontar para a gravidade do momento político brasileiro, que traz uma informação emblemática da situação, quando

Castello diz que o governo estaria preparado “militarmente” para esmagar, de norte a sul, os que tentassem colocar a “cabeça de fora” para impor um golpe ao país.

O comentário é um reconhecimento do próprio Castello de que, por algum tempo, acreditou na possibilidade de um golpe a partir de setores do governo, algo que ele demonstrou em dezembro de 1963. Esta postura é muito clara no Par0102/64p2, que é enfático, ao afirmar, apropriando-se de uma declaração do presidente da República, que há uma elite tradicional acostumada com as técnicas de golpe de estado e que é sinal de perigo sempre que os udenistas começam a denunciar golpes e a falar em golpes.

Castello faz quatro grandes movimentos no texto para construir sua opinião: logo no início, ele afirma que o golpe custará muito sangue, após referir-se a “sucessivas declarações” do presidente da UDN, senador Bilac Pinto, sobre um golpe de estado. O segundo movimento é um contraponto entre as intenções de um e do outro lado da disputa, conforme fora construído no molde persuasivo: fala de golpe como uma prática da elite tradicional para argumentar que Goulart estaria preparado para “esmagá-los”; diz que o presidente teria um forte dispositivo de resistência, mas que se manteria dentro da legalidade, ainda que contasse com apoio das forças armadas e dos sindicatos. E o terceiro movimento é no sentido de alertar para a falta de comando dentro de um governo que só se mantém no poder por falta de meios da oposição para derrubá-lo. Este último se apresenta como um desafio à oposição ou como uma certeza de que Goulart estaria forte o suficiente para barrar qualquer tentativa de golpe contra o regime.

#### Figuras de apoio

Castello se utiliza de figuras de linguagem, mais para reforçar a ideia de golpe e do perigo iminente do que como recurso eufemístico. Percebe-se isso, por exemplo, quando ele recorre a uma expressão popular – cabeça de fora – no sentido de degola, caso ocorresse. Mais enfático ainda é o termo “V Exército”, em referência à força dos movimentos sindicais, que, pela primeira vez, estaria ao lado do governo contra uma elite conservadora. As forças representadas pelo poder militar e pelos setores organizados da sociedade compensariam o pouco poder político de Goulart junto ao Congresso Nacional.

O uso de aspas, comum na argumentação de Castello, não tem função de reduzir o eventual impacto das informações. No caso do presente comentário, a função é dar-lhe ênfase. Percebe-se que a estratégia de ligar o título ao centro nevrálgico da opinião, utilizando as

aspas na afirmação mais forte do comentário, que é dizer que o golpe “vai custar muito sangue”, tem essa intenção.

Os udenistas estão caindo novamente em “tentação” é outra passagem do comentário que evidencia a recorrência a expressões populares para tratar de um tema tão caro para o país. Castello inicia e encera seu ponto de vista fazendo referência ao astuto investigador Sherlock Holmes e chega a ironizar um provável embate entre a “oposição ‘sherlockiana’” – que já vinha investindo na derrubada do governo – e os “cinco exércitos” do presidente.

### 5.3 O Estopim do Golpe

Quadro 3– Com03-1303/64 – Prontidão na UDN: defesa do regime

<b>Prontidão na UDN: defesa do regime</b>
<p>01. BRASÍLIA (Sucursal) – Os principais chefes da Oposição, Srs. Bilac Pinto, Pedro Aleixo e Aduino Cardoso, permaneceram em Brasília, numa disposição de "vigília cívica" ante a expectativa de graves acontecimentos relacionados com o comício de hoje no Rio. A grande maioria dos deputados e senadores saiu da Capital tão logo concluída a batalha parlamentar pela renovação das Mesas do Congresso. Aqueles dirigentes políticos, no entanto, consideraram que as horas de inquietação e sobressalto em que vive o País não lhes permitem abandonar as posições de onde poderão atuar sem perda de tempo ante qualquer emergência<sup>3</sup>.</p> <p>02. Do PSD, ficou o líder Martins Rodrigues, entregue ao estudo tranquilo de textos legislativos.</p> <p>03. Os demais parlamentares remanescentes na Capital da República estavam visivelmente atingidos pela onda de rumores sobre a iminência de acontecimentos excepcionais. Muitos deles tratavam de tirar dinheiro dos bancos, num movimento que contaminou o funcionalismo, e os que não residem permanentemente em Brasília organizaram sua retirada para as próximas horas.</p> <p>04. A Oposição extrai, obviamente, seus motivos de inquietação dos movimentos do Governo e do Presidente João Goulart e nega qualquer procedência a rumores de que se poderia efetivar nas próximas horas uma reação militar oposicionista.</p> <p>05. Entende o comando da UDN que o Presidente João Goulart deverá agir, em função dos interesses continuístas que lhe atribui, numa faixa entre 13 de março e 19 de abril, ou seja, uma semana antes da Convenção Nacional do PSD e uma semana depois da Convenção Nacional da UDN. Essas duas reuniões, consolidando a política sucessória e lançando nas ruas as candidaturas presidenciais, se refletiriam sobre o poder político do Chefe do Governo, reduzindo-lhe a agressividade e a conseqüente capacidade de atingir as instituições democráticas. A Oposição permanece na disposição de, pelo menos nesse interregno, não dar ao Presidente da República pretexto de uma nova ação do tipo do “retorno aos quadros constitucionais vigentes” de 1955.</p> <p>06. Os principais líderes oposicionistas reuniram-se ontem num almoço com o Senador Afonso Arinos, que parece lhes ter feito, na oportunidade, revelações de certa gravidade. Participou do encontro o Senador João Agripino, e os dois representantes dissidentes da UDN no Senado declararam-se, na ocasião, perfeitamente integrados com o fundamental da linha udenista, principalmente no que se refere à necessidade de uma vigilância ativa para defesa das instituições.</p>

Fonte: Castello Branco (13 mar. 1964).

<sup>3</sup> O presidente da UDN, Bilac Pinto, já havia se manifestado sobre o país estar envolvido em um processo de “guerra revolucionária” patrocinado por Goulart e pelo Partido Comunista. No entender do líder udenista, o presidente da República sempre se beneficiou do apoio dos “comunistas” na sua carreira política, sem se dar conta de estar sendo usado para uma ação revolucionária, de tomada de poder, para a implantação de um regime comunista no Brasil. Bilac declarou, ainda em novembro de 1963, em nome da oposição, que as ações de Goulart revelavam seu comprometimento com uma “guerra revolucionária” (PINTO, 1964).

## Tese proposta

A opinião de Castello é que o comício da Central do Brasil<sup>4</sup> se desenhava como um acontecimento que implicaria risco às instituições democráticas no país, o que causara preocupação nos setores oposicionistas a ponto de ligarem o sinal de alerta quanto aos movimentos políticos de Goulart. É disso que Castello quer convencer, a partir do título do comentário, chamando a atenção para a “vigília cívica” da oposição em relação ao presidente, que poderia sair fortalecido do comício com realização prevista para aquele dia (13 de março) de 1964.

## Molde persuasivo

O comentário é dirigido ao presidente e seus apoiadores. Castello se manifesta, ora alertando para o possível comportamento do presidente durante o comício, ora advertindo-o sobre o que pensa a oposição e como ela se prepara para os desdobramentos da concentração popular. Mas é também dirigido à oposição quando, no Par-1303/64p5, Castello lembra que os poderes de Goulart poderiam ser reduzidos com o lançamento de candidaturas presidenciais. É um texto de alcance restrito, embora se deva considerar que a opinião não chega a um ambiente de recepção totalmente virgem. Há sempre a possibilidade de extensão de alcance, para além do círculo do poder, dos mais letrados, dos mais ilustres, mas seus públicos são explicitamente os setores do governo e os da oposição.

As circunstâncias em que Castello ancora sua argumentação são um momento de incerteza e instabilidade política, inquietante, do ponto de vista da oposição, dada a desconfiança que recai sobre as intenções do presidente. No todo, o comentário evidencia o uso de argumentos de autoridade, quando Castello invoca a confiança do leitor ao expressar a opinião, ou quanto convoca uma fonte, valendo-se do artifício das aspas, para legitimar suas

---

<sup>4</sup> O comício da Central ou o comício das reformas, como ficou conhecido, foi tema da Coluna do Castello durante nove dias, entre 03 a 14 de março. No dia seguinte, Castello não comenta o assunto. Publica uma pequena nota, no final da Coluna, intitulada “a vigilância denuncia”, em que fala de Bilac Pinto, Pedro Aleixo e Adauto Cardoso. Diz que os três teriam chegado juntos ao Congresso e passado à imprensa a informação de que o presidente da UDN, Bilac Pinto, soubera da alta patente da Marinha de Guerra que seiscentos marinheiros à paisana teriam se deslocado para a área do comício com a missão de provocar distúrbios e atribuírem a culpa ao governador da Guanabara. Castello se refere a este episódio, um dia depois de o presidente João Goulart discursar para cem mil pessoas, defendendo reformas na Constituição, privatização de refinarias de petróleo e desapropriação de terras. E Leonel Brizola levanta a bandeira do poder dos trabalhadores e soldados de patente graduada. O comício teria se transformado em acontecimento importante, do ponto de vista das posições adotadas pelos militares a partir de então. O Jornal do Brasil dedicou quase toda a primeira página e mais cinco páginas internas ao comício, inclusive publicando, na íntegra, o discurso do presidente João Goulart.

afirmações, tornando verossímil o que diz, por ser ele quem diz, ou por ser um político de competência reconhecida que chancela o que é dito.

O jornalista utiliza-se, em seguida, de dois grandes argumentos antagônicos entre si: de que Goulart estaria agindo com a intenção de se manter na presidência, contrariando a Constituição e de que as instituições democráticas precisavam ser resguardadas, papel delegado ao parlamento, assumido, no caso, pelos partidos contrários ao governo. Ainda que antagônicos, os dois argumentos estão enquadrados na categoria de “valores comuns” que constituem a base da cultura de determinada sociedade. Os “interesses continuístas” do presidente Goulart ferem a Constituição, portanto, dizem respeito ao valor de legalidade. Quanto ao argumento de “defesa das instituições”, o valor que se apresenta é o de liberdade, o que coloca os dois argumentos na categoria de argumento de vínculo de direito. A dinâmica que Castello adota, ao argumentar, é confrontar os dois argumentos: as intenções de continuidade do presidente representam o mal; e a “defesa das instituições” representa o bem e um direito que precisa ser garantido.

#### Lugar de fala

Ao falar em nome das lideranças da oposição, Castello assume um lugar social de fiscal das instituições democráticas, preocupado com os acontecimentos inesperados que se insinuam a partir da realização do comício do dia 13 de março. O jornalista se coloca entre a oposição e o governo, ainda que se aproxime mais dos setores oposicionistas, alertando o governo da preocupação de líderes partidários com o quadro de “inquietação” e “sobressalto”, contra o qual estariam prontos para adotar o contra-ataque como medida de emergência. Castello fala como conselheiro do governo, ao alertar o presidente da reação oposicionista e como interlocutor da oposição, ao afirmar que o comando da UDN desconfia de “interesses continuístas” nas ações do presidente João Goulart. O jornalista monta sua engenharia argumentativa a partir de informações de fontes dos setores da oposição, o que permite considerar que ele incorpora as mesmas inquietações das lideranças udenistas em vigiar os passos do presidente.

#### Plano discursivo

O plano de Castello é evidenciar a união das oposições contra as prováveis intenções de Goulart em continuar na presidência, sendo que, a partir do comício, poderia desencadear-



se um processo, sem volta, da necessidade de sua permanência no poder, a fim de promover as reformas de base que vinha sugerindo. Sua estratégia é percebida já no Par-1303/64p1, quando chama a atenção para o risco que corre o governo com as pretensões de Goulart: diz que “os principais chefes da Oposição” estariam atentos aos acontecimentos envolvendo a pessoa do presidente.

No Par-1303/64p3, refere-se à “onda de rumores” que teria atingido os demais parlamentares que permaneciam na capital, ao ponto de muitos deles programarem sacar dinheiro de suas contas bancárias. Ao longo do texto, Castello imprime robustez ao comentário, enfocando as percepções dos setores contrários à postura adotada por Goulart, dispostos a não permitir que o presidente retrocedesse a 1955 (Par-1303/64p5), aludindo à ação contra os udenistas que queriam impedir a posse do então presidente eleito Juscelino Kubitschek e do vice João Goulart, mas que foi garantida pelo “Movimento 11 de Novembro”.

O Par-1303/64p6 ratifica o plano que Castello tem em mente: passar a ideia de que a oposição se mostra disposta a defender os preceitos constitucionais. E relata uma reunião, no dia anterior, do senador Afonso Arinos – reconhecido pela competência em lidar com questões legalistas -, com os principais líderes oposicionistas, inclusive, com dois dissidentes da UDN, em que todos estariam de acordo com a posição da UDN quanto à necessidade de manter o estado de “prontidão”. Aqueles dirigentes políticos, no entanto, consideraram que as horas de inquietação e sobressalto em que vive o País não lhes permitiam abandonar as posições desde onde poderiam atuar sem perda de tempo, ante qualquer emergência.

No Par1303/64p6, Castello fala de uma reunião sintomática em que conversaram o Senador Afonso Arinos, o Senador João Agripino, e os dois representantes dissidentes da UDN no Senado, em que se declararam perfeitamente integrados com o fundamental da linha udenista, principalmente no que se refere à necessidade de uma vigilância ativa em defesa das instituições.

#### Figuras de apoio

O comentário se organiza em torno da figura de estilo “vigília cívica”, que serve de suporte para o título construído, com vistas a evidenciar o estado de alerta da UDN em “defesa do regime”. A figura cumpre a função de suavizar o que deveria ser dito: a oposição vigiava de perto os passos do presidente João Goulart, que procurava apoio popular, se fazendo presente a grandes concentrações, como o seria o Comício da Central, gerando

suspeita de tentativa de golpe, traduzida, no texto, como “graves acontecimentos” ou “acontecimentos excepcionais”. No Par-1303/64p2, Castello é enigmático, ao afirmar que José Martins Rodrigues, líder do partido de maior bancada no Congresso, o PSD (Partido Social Democrático), teria permanecido em Brasília dedicado somente à leitura de textos legislativos. Se considerarmos ser aquele um momento de incertezas para a oposição e, mais ainda, para a situação, ao usar a expressão “estudo tranquilo”, Castello permite que a interpretemos como ironia, pois o parlamentar citado é advogado e professor, especialista em questões de ordem constitucional, um tema não trivial para aqueles dias de “inquietação”.

Por duas vezes, Castello usa “rumores” para opinar sobre as informações que circulavam no centro do poder. Uma mesma figura para dois momentos distintos. No primeiro período do Par-1303/64p3, ele refere-se a uma “onda de rumores” acerca de acontecimentos que se dariam de maneira excepcional. Trata-se da imprevisibilidade dos desdobramentos que poderiam ocorrer após a realização do comício, caso o presidente João Goulart, sendo bem sucedido, saísse fortalecido pelo apoio popular. No segundo momento, uma consequência do primeiro (Par-1303/64p4), Castello diz que são os movimentos de Goulart que deixam a oposição inquieta e, ao afirmar que a oposição “nega” qualquer reação militar, o jornalista deixa implícita a possibilidade de que isso ocorra. Seria como alguém perguntar sobre se a oposição estaria preparada para uma reação e a resposta ser ironicamente negativa. A figura “onda de rumores” substitui o termo “informação”, amortecendo a força do texto e mantendo a opinião no nível da verossimilhança.

No Par-1303/64p5, Castello recorre à figura “interesses continuístas”, para apoiar sua argumentação e suavizar o sentido do texto. Na realidade, o presidente fora eleito vice de Jânio Quadros que, ao renunciar, deu lugar a João Goulart, em um processo tumultuado, envolvendo ampla negociação para que sua posse fosse garantida, com o Brasil já no regime parlamentarista. Goulart tomou posse e restabeleceu o presidencialismo através de plebiscito. Os movimentos de Goulart estavam sendo vigiados pela oposição porque ele só poderia manter-se no poder por meio de mudança na Constituição, ou através de golpe. No Par-1303/64p6 quando afirma que Afonso Arinos “parece”, na reunião com as lideranças de partidos, ter feito revelações de “certa” gravidade, novamente Castello suaviza a força do texto e deixa indícios de que a situação é realmente grave e, eufemisticamente, concorda com a disposição das lideranças oposicionistas em reagir a qualquer emergência.

## 5.4 O Golpe de Fato

Quadro 4– Com04-3103/64 – Minas desencadeia luta contra Jango

### Minas desencadeia luta contra Jango

01. BRASÍLIA (Sucursal) – O manifesto<sup>5</sup> do Governador Magalhães Pinto, recebido com euforia pela Oposição e com desafogo pelo PSD, ao qual se ofereceu um novo polo de poder, repercutiu ontem na Câmara dos Deputados como o episódio decisivo da mobilização de forças para conter o Presidente João Goulart. Líderes udenistas, invocando como sintoma a união de Minas em torno do seu Governador, assinalada pela presença do Sr. José Maria Alkmim no Secretariado e engrandecida pela presença do Sr. Milton Campos no elenco de auxiliares do Sr. Magalhães Pinto, prognosticavam um desfecho da situação nacional para as próximas 24 horas, segundo o Sr. Herbert Levi, ou para as próximas 72 horas, segundo o Sr. Arnaldo Cerdeira.

02. A dramática decisão do Governador mineiro, que se sabe precedida de entendimentos com o Governador de São Paulo e com o Governador do Paraná – o Sr. Nei Braga esteve ontem em Belo Horizonte – estaria respaldada na unidade dos dispositivos militares, inclusive federais, em suas respectivas áreas e dentro dos mesmos objetivos.

03. O ambiente em Brasília impregnou-se de nervosismo desde o momento em que, em seguida às notícias sobre a decisão de Minas, o Sr. Ranieri Mazzilli trancou-se em seu gabinete para atender a um telefonema interurbano e em seguida partia para São Paulo, depois de tomar providências relativas à segurança da sua família. O Sr. Martins Rodrigues, líder do PSD, manifestou a convicção de que estávamos vivendo as últimas horas do impasse.

04. Sabe-se que o Governador Magalhães Pinto, antes de divulgar seu manifesto, guarneceu as fronteiras do estado e assegurou-se da identificação da guarnição federal com os pontos-de-vista que exprimiu.

05. Com a relativa segurança dessas horas de crise, informa-se igualmente que o Presidente João Goulart estaria em face de um ultimato dos comandos militares com referência à punição dos subalternos da Marinha prestigiados pelo Governo na recente crise naval. O General Jair Dantas Ribeiro, cujo estado de saúde desafiaria os prognósticos sombrios com que foi pintado nas esferas oficiais, estaria pronto para reassumir a qualquer momento o Ministério da Guerra e com a decisão de restaurar o respeito à disciplina e à hierarquia ameaçadas pelos últimos acontecimentos.

06. Diante desse conjunto de fatos e rumores, muitos políticos não hesitavam em prever uma renúncia do Presidente nas próximas horas, como recurso tático para desencadear uma resistência. Até o fim da tarde, no entanto, o Palácio do Planalto confirmava a decisão do Sr. João Goulart de comparecer à concentração de dez mil sargentos, aos quais convocaria para a campanha das reformas. O Sr. Ryff informava também que o Presidente recebera com tranquilidade o manifesto de Minas.

07. O Sr. Juscelino Kubitschek, estimulado por civis e militares a fazer um pronunciamento sobre a situação, teria aconselhado moderação ao Presidente no seu contato com os sargentos. O Sr. Juscelino, aliás, não pôde atender ao apelo que lhe dirigiu o General Jair Dantas Ribeiro para obter do Congresso a votação da anistia para os rebeldes de Brasília, pois o clima na Câmara era ontem inteiramente infenso a concessões ao Governo Federal e à sua política.

<sup>5</sup> No manifesto, o governador de Minas declara que a “Constituição brasileira caracterizou as Forças Armadas como instituições nacionais, na base da disciplina e da hierarquia, para a finalidade de defenderem a pátria e garantirem os poderes constituídos, a ordem e a lei. Se, por influência de inspirações estranhas e propósitos subversivos, são comprometidas a hierarquia e a disciplina sem as quais elas não sobrevivem, têm as Forças Armadas não só o direito como também o dever de pugnar pela sua própria integridade, pois de outra maneira não cumprirão o pesado e glorioso destino que a Constituição lhes assinala. Por isso atendemos ao apelo da Marinha brasileira e lhe damos, neste momento delicado, a nossa solidariedade que, sobretudo, exprime, estamos certos, a solidariedade do povo mineiro nos seus anseios de ordem, de progresso e de paz. [...] A nossa posição continua a ser pelas reformas, sem as quais o povo não conhecerá o bem-estar e não conseguirá superar a estagnação e o atraso. Não podemos permitir, entretanto, que as reformas sejam usadas como pretexto para ameaças à paz pública e, através da inquietação e da desordem, um processo de erosão do regime democrático” (MAGALHÃES, 1964, p. 02).

08. O ex-Presidente da República, envolvido pela participação do PSD no movimento de inconformismo comandado pelo Governador Magalhães Pinto, dificilmente poderia prestar, a esta altura, qualquer serviço ao Sr. João Goulart.

Fonte: Castello Branco (31 mar. 1964).

### Tese proposta

Castello tem a intenção de convencer que o manifesto de Magalhães Pinto fora decisivo para consolidar o golpe contra João Goulart, algo da expectativa da oposição e aceito pelo PSD, que seria apresentado com o maior cargo público do país, na pessoa do deputado Ranieri Mazzilli<sup>6</sup>, com a queda de Jango. A decisão de Minas, segundo Castello, estava respaldada pelos governadores de São Paulo e do Paraná, além de apoiada pelos setores militares insatisfeitos<sup>7</sup>, o que desencadearia uma “mobilização” de forças significativas, todas levadas pelo mesmo sentimento de “conter” o presidente. A opinião do jornalista revela-se como uma postura no mínimo cautelosa em relação à intenção da elite tradicional de derrubar o presidente do poder. Castello sequer fala em tentativa de golpe, como ocorre nos comentários de 10 de dezembro de 1963 (UDN espera golpe até o fim do mês) e de 01 de fevereiro de 1964 (Goulart: golpe vai custar muito sangue).

### Molde persuasivo

A opinião de Castello, nesse caso específico, insere-se imediatamente no ambiente de recepção – eufórico, por um lado, tenso pelo outro – relatando o sentimento de união de diversos setores da sociedade, notadamente, o político: governadores, parlamentares de vários partidos, personalidades da República, numa ofensiva clara contra o presidente. O título já indica tratar-se de uma opinião que pretende ser destinada a um público horizontal e que expressa claramente que aquele seria um caminho sem volta.

---

<sup>6</sup> O deputado federal Ranieri Mazzilli (PSD), o primeiro na linha sucessória, por ser presidente da Câmara, assumiria interinamente a presidência da República, em 02 de abril, com a consolidação do golpe. Mazzilli tornou-se presidente, mas o poder é exercido pelo “Comando Supremo da Revolução”, uma junta composta pelo general Artur da Costa e Silva, o almirante Augusto Rademaker Grünewald e o brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo.

<sup>7</sup> Os chefes das Forças Armadas divulgaram outros manifestos contra o presidente João Goulart. No dia 1º de abril, o general Amauri Krueel, comandante do II Exército, também divulga manifesto de apoio ao golpe: “O II Exército, sob meu comando, coeso e disciplinado, unido em torno de seu chefe, acaba de assumir atitude de grave responsabilidade com o objetivo de salvar a pátria em perigo, livrando-a do jugo vermelho. [...] A atitude assumida pelo II Exército está consubstanciada na reafirmação dos princípios democráticos prescritos pela Constituição vigente. Inteiramente despida de qualquer caráter político-partidário, visa exclusivamente neutralizar a ação comunista que se infiltrou em alguns órgãos governamentais e principalmente nas direções sindicais, com o único propósito de assalto ao poder” (KRUEEL..., 1964, p. 2).

É um comentário que foge à lógica da utilização de juízo de valores, mas que foi mantido no *corpus* da pesquisa por sua importância histórica e por ser considerado o dispositivo que ensejou a derrubada do presidente da República. Um argumento, entretanto, merece ser citado (Par3103/64p6): Castello se apropria da autoridade de fontes, não reveladas, para argumentar que o presidente poderia renunciar “como recurso tático para desencadear uma resistência”, a mesma estratégia que fora pensada por Jânio quando da sua renúncia em 1961.

#### Lugar de fala

Castello se coloca no lugar de um observador distante em relação ao manifesto de Minas contra o presidente, já partir do título, quando prefere usar o termo “luta”, omitindo tratar-se de golpe, algo que vinha claramente sendo preparado há algum tempo. Antes ele falava em golpe, de um lado e do outro, mas com o golpe em andamento, prefere falar de “luta” contra Jango, quando o melhor termo seria a tentativa de golpe, pelo menos, contra o governo de Goulart. É de certa forma coerente, já que ele queria o golpe.

Outra possibilidade de interpretação seria a de que Castello acreditava que o presidente resistiria ao golpe, conforme ele próprio teria afirmado anteriormente (Par-3103/64p1), de modo que se tal fato ocorresse, iria custar muito sangue. De todo modo, o jornalista não assume que a ação mineira se configurava como o golpe que estava em curso. O título “Minas desencadeia luta contra Goulart” poderia perfeitamente ser substituído por “Minas comanda golpe contra Goulart”. A substituição de golpe por “luta” sugere ligeiramente que Castello esquece o lugar de salvaguarda das instituições democráticas, não se colocando contra o “movimento” deflagrado contra o governo, como se percebe em comentários anteriormente publicados.

A opinião foge à característica argumentativa própria de Castello, quando não traz um lugar de fala bem definido, ao contrário do que ocorre com o comentário Com01-1012/63, quando o jornalista se coloca como mediador entre oposição e governo, alertando, advertindo e aconselhando um e outro, e no comentário Com02-0102/64, quando se posiciona como interlocutor do governo. Castello prefere resguardar-se, ao dizer, apenas, que o movimento tinha o objetivo de “conter” o presidente, embora, ao assumir que o movimento tivesse essa intenção, deixe implícita a necessidade da contenção.

## Plano discursivo

O plano discursivo de Castello evidencia o nível de informação que tinha sobre os movimentos de setores contrários a João Goulart, naquele momento. Isso é evidente nos Par3103/64p3 e Par3103/64p4, em que relata o telefonema “interurbano” recebido pelo presidente da Câmara, deputado Ranieri Mazzilli, “trancado em seu gabinete”, partindo, em seguida, de Brasília, com destino a São Paulo, não sem antes cuidar da segurança de sua família. É um indício tão forte quanto sintomático a precaução do governador Magalhães Pinto em garantir o apoio dos militares “identificados” com seu manifesto antes de levá-lo a público.

Nos três primeiros parágrafos, Castello cuida de mostrar o poder de fogo do movimento, ao relacionar os atores envolvidos na mobilização contra o presidente: os governadores de Minas Gerais, São Paulo e do Paraná, José Maria Alkmim e Milton Campos (membros recentes da equipe de Magalhães Pinto), Herbert Levi<sup>8</sup>, Arnaldo Cerdeira, Ranieri Mazzilli, Martins Rodrigues, o que representava grande parte do poder político do país, apoiado pela cúpula militar. Enquanto isso, João Goulart se ocupava em tentar resolver o episódio da punição aos subalternos da Marinha a quem apoiou na crise naval instalada nas hostes militares. Uma operação envolvendo tantas lideranças políticas somente poderia ser colocada em prática após muita discussão e planejamento estratégico, dado o ambiente de tensão vivido pelo país, com tanta especulação em torno de golpe. Castello revela a certeza dos líderes da UDN de ser aquele o momento de “desfecho” da situação nacional e faz referência ao líder do PSD, Martins Rodrigues, um especialista em assuntos legislativos, que teria manifestado a convicção de estar “vivendo as últimas horas do impasse”.

Em duas passagens do texto, Castello evidencia bem o que estava acontecendo: quando informa sobre o telefonema de Ranieri Mazzilli, um interurbano, às portas fechadas e, em seguida, afirma que o presidente da Câmara teria deixado Brasília, após cuidar de detalhes da segurança de sua família (Par3103/64p3) e quando relata que o general Jair Dantas desafiaria os “prognósticos sombrios” das esferas oficiais, quanto ao seu estado de saúde e que ocuparia o Ministério da Guerra em um momento tão delicado (Par3103/64p5). No primeiro caso, Castello deixa indícios de onde veio o telefonema e, no segundo, deixa

---

<sup>8</sup> O deputado Herbert Levi, em nome da liderança da oposição, fizera pronunciamento no dia anterior, na Câmara Federal, denunciando que o movimento rebelde dos marinheiros seria parte do plano de João Goulart para manter-se no poder. Denuncia o presidente por estar levando o país ao comunismo, discurso recorrente na imprensa e nos bastidores políticos. Levi conclamou a todos, independentemente de partido, a se unirem em defesa da Constituição, ameaçada pelo governo, segundo ele, sendo que a “cortina de fumaça das reformas de base” não mais se justificava (LEVI..., 1964, p. 2).

implícito que o rei estava morto. No segundo, ele põe em dúvida a mudança no Ministério da Guerra.

O Par3103/64p6 é emblemático da opção do discurso de Castello. Ele separa os “fatos” dos “rumores”. Fatos: a mobilização dos líderes udenistas, o apoio de governadores importantes e o apoio da cúpula militar. Os rumores dão conta de coisas menores, importantes, é certo, porém menores: a decisão do presidente em torno da sua presença ou não na concentração dos sargentos e mudança no Ministério da Guerra, que não se comparam a um golpe de estado.

Castello também procura evidenciar a fragilidade do presidente, ao opinar sobre a crise de hierarquia na Marinha e a doença do ministro da Guerra, general Jair Dantas Ribeiro, que se encontrava hospitalizado. Ao presidente, restaria a renúncia como alternativa de desencadear uma resistência popular, diante do quadro que se apresentava, com a união das forças políticas, o poder militar e a imprensa contra seu governo<sup>9</sup>. Mesmo o ex-presidente Juscelino Kubitschek (Par3103/64p8), que poderia estar ao lado de Goulart, no entender de Castello, ficara impedido de apoiá-lo, por conta do envolvimento do PSD no movimento de inconformismo contra o presidente. A informação burocrática do seu secretário de Imprensa de que o presidente teria recebido com tranquilidade o manifesto de Minas era um sintoma de que o governo estava quase no chão.

#### Figuras de apoio

Mesmo com certa cautela no modo de se manifestar, Castello não recorre a figuras de apoio à sua argumentação, ainda que tenha deixado implícito o quanto aquele momento se apresentava decisivo para a vida nacional. O mais prudente é interpretar que Castello esboça

<sup>9</sup> Em 01 de abril de 1964, o JB referiu-se ao ainda presidente João Goulart como “fora da lei” expressão que deu título ao editorial da edição daquele dia em que o jornal faz uma apologia do golpe militar: “Desde ontem que se instalou no País a verdadeira legalidade: aquela que através das armas do movimento mineiro de libertação, procura imediatamente restabelecer a legalidade que o caudilho não quis preservar, violando-a no que de mais fundamental ela tem: a disciplina e a hierarquia militares. [...] Os verdadeiros brasileiros já fizeram sua escolha. Estão restabelecendo a legalidade democrática, reformista, sim, mas expurgada do objetivo de comunização do Brasil.” (FORA..., 1964, p. 06). A partir do comício da Central, em 13 de março de 1964 a imprensa, principalmente o Jornal do Brasil, o Diário de Notícias, o Correio da Manhã, intensificaram a campanha contra o governo Goulart. O editorial de primeira página do JB, em 29 de março de 1964, conclamando o Exército a manter a legalidade e o estado de direito e colocava o presidente da República na ilegalidade, fora lido nos quartéis. “As fotografias dos sediciosos em festa formam o retrato do corpo inteiro da ilegalidade. Das situações de ilegalidade que precedem revoluções como a de 1917 na Rússia. [...] Sim: pregamos a resistência. O Jornal do Brasil e o país querem que sejam restabelecidas a legalidade e o estado de direito. Mas isso só será possível quando existirem Forças Armadas. Quando o germe da divisão for eliminado das Forças Armadas, quando as ideologias não tiverem nelas ingresso para explorar certas reivindicações que podem ser justas, mas que jamais deverão ser defendidas pelo caminho da sedição e da indisciplina” (EDITORIAL..., 1964, p. 1).

um pouco de ironia, ao optar pela estrutura argumentativa de discurso, fazendo relação entre o poder de fogo da oposição e a fragilidade do presidente que se ocupa de questões menores, como decidir participar ou não da concentração dos sargentos, enquanto o país dava sinais de estar em chamas.

## 5.5 Golpe Aceito

Quadro 5– Com05-1104/64 – Congresso aceita o mandato da revolução

### Congresso aceita o mandato da revolução

01. BRASÍLIA (Sucursal) – A Câmara dos Deputados consumou ontem à tarde o ato mais constrangedor que lhe coube praticar no decurso da revolução: a convocação de suplentes para preencher as vagas abertas com a cassação de mandatos pelo comando militar.
02. Não faltou da parte dos deputados solidários com a revolução a coragem de se afirmarem ostensivamente favoráveis à depuração, mas havia, na face de cada um deles, um ríctus de dúvida desfechado por algum desvão da consciência.
03. A preocupação dos dirigentes da UDN esgotava-se em assinalar divergências substanciais entre o golpe de novembro de 1937 e a ação revolucionária de abril de 1964. O Ato Institucional fere alguns capítulos da Constituição e suspende direitos e garantias, mas preserva em substância as liberdades consagradas na Carta Magna e assegura a permanência do Congresso Nacional.
04. A verdade, porém, como decorre do próprio preâmbulo do Ato outorgado pelos comandantes-em-chefe da revolução, é que os mandatos legislativos desvincularam-se da sua origem popular e passaram a ser uma concessão da revolução. Os deputados que permanecem no exercício da representação tornaram-se mandatários de uma revolução que apenas inicia as reformas que pretende fazer, como se depreende das disposições do Ato Institucional relativas à iniciativa e tramitação de emendas constitucionais. Sua atuação, daqui por diante, deverá ser conseqüente com a nova situação criada e por eles admitida. As condições do pacto em que se assentava o mandato se alteraram substancialmente. Seus compromissos passaram a ser, sem sombra de dúvida, com o processo revolucionário em marcha.
05. É possível que o encaminhamento das coisas se tenha dado numa ordem natural e mais conseqüente com os propósitos da revolução, o que não tem impedido que se assinale uma divergência entre as proclamações iniciais do movimento e os métodos que se adotaram em seguida à vitória.
06. A vigorosa afirmação dos fins revolucionários parece ter surpreendido muitos dos que a eles aderiram no pressuposto de métodos tradicionais de composição, nas horas de crise, entre o poder civil e o poder militar.
07. De qualquer forma, o novo Congresso praticará hoje o primeiro ato decisivo do novo regime: a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República. Perdura a expectativa geral de que, uma vez escolhido e empossado um Chefe de Governo, a autoridade revolucionária coincidirá com a autoridade que emana das leis vigentes no País, com repercussão saudável no sentido da recuperação da ordem e da tranquilidade abaladas pelos acontecimentos rotineiros de uma revolução.
08. O Congresso procederá de acordo com os imperativos do Ato Institucional, que é uma lei substantiva, mas na forma da lei processual recentemente votada. Havia entendimentos entre civis e militares no sentido de que prevalecesse, consentidamente, o escrutínio secreto, condenado pelo Ato Institucional, mas tido geralmente como uma conquista da democracia brasileira.
09. A eleição do General Humberto Castelo Branco está tranquilamente assegurada. O Marechal Dutra saiu do páreo e os partidários do General Amauri Krueel esmoreceram em face da evolução dos acontecimentos. Com voto secreto ou com voto a descoberto, o Chefe do Estado-Maior será sufragado pela esmagadora maioria do Congresso.

Fonte: Castello Branco (11 abr. 1964).



## Tese proposta

A opinião se propõe a convencer da decepção do Congresso em ter que convocar parlamentares suplentes para as vagas abertas com a cassação de deputados, por força do Ato Institucional n. 01, decretado pelos militares, nove dias depois de derrubarem o governo João Goulart. Para disfarçar o constrangimento, alguns membros da UDN passaram a fazer comparações entre o golpe de Getúlio, em 1937<sup>10</sup>, e a “ação revolucionária”, de março de 1964, tentando amenizar o impacto da situação, quando não, obrigaram-se a ser favoráveis ao golpe militar, ainda que tomados pela flagrante dúvida em relação à postura adotada pelo novo regime e por um inevitável “desvão de consciência” por acatarem, quase de surpresa, a cassação de colegas parlamentares<sup>11</sup>.

## Molde persuasivo

O comentário é dirigido à classe política, que se permitiu a violência de cumprir um ato ditatorial, que cassou colegas de Congresso Nacional, em atendimento a ordens do novo regime. O ambiente de recepção é ainda de repercussão dos eventos que ensejaram o golpe, portanto, de apreensão quanto ao que poderia acontecer a partir da consolidação do novo regime, como Castello enfatiza no Par1104/64p02, ao dizer que, mesmo com o consentimento de parte dos parlamentares solidários à “revolução”, o sentimento que havia era de dúvida. A decepção do Congresso se deve ao fato de o Ato Institucional n. 01 ferir a Constituição e suspender direitos e garantias individuais, ainda que tenha preservado, em “substância”, segundo Castello, as liberdades consagradas pela Carta Magna.

Este é um comentário em que Castello se utiliza de vários argumentos de autoridade, expressando, claramente sua opinião sobre o AI – 1. Cinco deles são mais destacados: 1) o Ato Institucional fere alguns capítulos da Constituição ao suspender direitos e garantias

---

<sup>10</sup> Em 1937, surgiu uma falsa denúncia de que existiam comunistas tramando para tomar o poder, então sob o comando de Getúlio Vargas. O então presidente aproveitou-se da denúncia, forjada pelo capitão Olímpio Mourão Filho, para colocar em prática sua intenção de manter-se no poder, prometendo caçar e repreender os envolvidos com o “comunismo”, o que foi possível pela insatisfação dos militares com a suposta subversão que se esboçava no território brasileiro. Mourão Filho, que participou diretamente do Golpe de novembro de 1937, seria também o iniciador do Golpe Militar de 1964, saindo com suas tropas de Juiz de Fora em direção ao Rio de Janeiro para derrubar o governo de João Goulart. O golpe permitiu a ditadura Vargas, eliminando as eleições já marcadas para 1938, estabelecendo uma nova Constituição para o Brasil e inaugurando o Estado Novo, que perdurou até 1945.

<sup>11</sup> Na sessão do dia 10 de abril de 1964 registrou-se a cassação de 39 parlamentares, principalmente do PTB, ligados ao ex-presidente Jânio Quadros e João Goulart e líderes sindicais, a exemplo do cabo Anselmo dos Santos, ex-presidente da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais.

(Par1104/64p3); 2) os mandatos legislativos desvincularam-se da sua origem popular e passaram a ser uma concessão da revolução; 3) os deputados que permanecem no exercício da representação tornaram-se mandatários de uma revolução que apenas inicia as reformas que pretende fazer; 4) sua atuação, daqui por diante, deverá ser consequente com a nova situação criada e por eles admitida; 5) seus compromissos passaram a ser, sem sombra de dúvida, com o processo revolucionário em marcha (Par1104/64p4).

Castello procura enquadrar o real com um primeiro argumento de autoridade, baseado em um saber e respaldado pela função por ele exercida ao afirmar que o Ato Institucional fere alguns capítulos da Constituição ao suspender direitos e garantias, embora tenha mantido o Congresso em funcionamento. É com esta opinião que ele intervém no ambiente de recepção que, presumidamente, tem o mandato parlamentar como uma representação conquistada pelo voto popular.

Em seguida, o comentário traz um conjunto de argumentos que tentam convencer que a realidade é outra. Os mandatos dos deputados e senadores foram desvinculados da sua origem que é a sociedade. Os que continuaram no mandato o estão porque obedecem ao regime. Sua atuação será subordinada ao que os militares definirem, já que os compromissos destes, a partir de então, seriam com os militares.

Castello ainda se utiliza de outro argumento, dando conta da mudança de atitude do poder militar, que se justificava pela garantia de manutenção das instituições democráticas e, passados alguns dias, trai a confiança dos que acreditaram nas intenções do golpe. “A vigorosa afirmação dos fins revolucionários parece ter surpreendido muitos dos que a eles aderiram no pressuposto de métodos tradicionais de composição, nas horas de crise, entre o poder civil e o poder militar” (Par1104/64p6).

Os argumentos buscam tentar reenquadrar o real, no sentido de convencer a recepção de que há uma retomada de mundo, um novo modo de ser político, e quem não se adequar ao regime estará de fora desse mundo. É o que sintetiza a tese proposta pelo jornalista de que o Congresso, ao permitir a cassação de mandato de colegas parlamentares, estava praticando o ato mais “constrangedor que lhe coube praticar” até então.

#### Lugar de fala

Castello dá indício de que começa a perceber que o golpe militar estava tomando um caminho fora do previsto pela imprensa, por ele mesmo Castello, e por setores da sociedade que o apoiaram. Embora atribuindo ao Congresso à aceitação do golpe, do “mandato da

revolução”, o jornalista confessa-se constrangido por ter que conviver com a cassação de mandatos parlamentares. A decepção está no Par1104/64p06, em que Castello revela o estado de espírito dos que acreditavam que o golpe ensejaria em outra coisa: “A vigorosa afirmação dos fins revolucionários parece ter surpreendido muitos dos que a eles aderiram no pressuposto de métodos tradicionais de composição, nas horas de crise, entre o poder civil e o poder militar.” Há uma evidente mudança entre as intenções iniciais do golpe, que seria de restabelecer a “ordem” no país, e o método adotado após a consolidação do poder militar. É isso que Castello deixa transparecer na sua postura de análise das consequências do AI – 01, que observa com reserva, desconfiado e tentando abrir os olhos do Congresso para a mudança de rumos adotada pelo novo regime.

### Plano discursivo

O plano de Castello é abrir os olhos do Congresso para o rumo que o novo regime está tomando, com a decretação do Ato Institucional n. 01<sup>12</sup>. Ele inicia o comentário falando do constrangimento que fora imposto pelo novo regime, pegando a classe política de surpresa, sem ter como reagir e sendo obrigada a cassar mandatos de colegas parlamentares. E mesmo os que continuavam com os mandatos, este seria desempenhado mediante consentimento do poder militar, ou seja, a classe política sofrera também um duro golpe pelas próprias mãos, o que Castello dá sinais de somente naquele momento entender.

Castello mantém a prática de preservar suas fontes. Embora faça referência à Câmara dos Deputados e a lideranças da UDN, que certamente lhe serviram de fonte, ele as preserva. E mantém, ainda, o otimismo, ao afirmar que o ato, embora ferindo os princípios constitucionais, preservava a substância da Carta Magna, assegurando a permanência do Congresso Nacional. Mas o próprio Castello reconhece, em seguida, que os políticos que mantiveram seus mandatos o exerceriam por conta do regime, seriam mandatários da “revolução” que eles apoiaram, e não tinham mais como se posicionar contra.

---

<sup>12</sup> O Ato Institucional n. 1 foi decretado em 09 de abril de 1964, dando poderes aos militares de cassar mandatos, suprimir direitos civis, como o da vitaliciedade e estabilidade, e estabelecendo eleição indireta para a escolha do presidente e vice-presidente da República, o que ocorreu dois dias depois, com a eleição, pelo Congresso, do general Humberto Castello Branco, que tomou posse em 15 de abril. O ato, assinado pelo general Costa e Silva, brigadeiro Correia de Melo e almirante Augusto Rademacker, também estabelecia a data de escolha do sucessor de Castello Branco para outubro de 1965. O texto do Ato Institucional n. 01 diz que a medida visa “assegurar ao novo governo a ser instituído, os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa Pátria. A revolução vitoriosa necessita de se institucionalizar e se apressa pela sua institucionalização a limitar os plenos poderes de que efetivamente dispõe” (ESTADOS..., 1964).

No Par1104/64p5, Castello lembra que as intenções iniciais dos militares eram outras, que há “uma divergência entre as proclamações iniciais do movimento e os métodos que se adotaram em seguida à vitória”. E que todos estavam surpresos com a mudança de postura do regime em relação à composição política. Os que o apoiaram esperavam que a composição política se desse de maneira tradicional, entre o poder civil e o poder militar.

O comentário tem dois movimentos: primeiro, o jornalista se detém no constrangimento do Congresso em ser obrigado a aceitar as imposições do regime militar; depois, volta-se para a eleição do presidente e vice da República, pela via indireta, conforme o ato determina. Castello encerra o comentário, fazendo um prognóstico do que seria a eleição naquele dia no Congresso, com a vitória certa do general Humberto Castelo Branco para a presidência da República, o que fora amplamente negociado para evitar qualquer tipo de surpresa<sup>13</sup>.

#### Figuras de apoio

O comentário não traz figuras de palavras ou de sentido. É um texto direto, com argumentos claros, ainda que o jornalista recorra ao seu habitual estilo eufemístico, como observado no Par1104/64p5, em que Castello poderia ser mais franco e dizer que os militares estavam traindo o Congresso e enganando os que acreditavam em uma composição política “convencional”. No Par1104/64p6: “A vigorosa afirmação dos fins revolucionários parece ter surpreendido muitos dos que a eles aderiram no pressuposto de métodos tradicionais de composição, nas horas de crise, entre o poder civil e o poder militar”, pode ser entendida como traição, em linguagem mais direta.

### 5.6 AI-2: o Segundo Golpe

Quadro 6 – Com06-2810/65 – Ato une militares e Castelo muda governo

<b>Ato une militares e Castelo muda Governo</b>
01. BRASÍLIA (Sucursal) – Como era esperado, veio o Ato Institucional. Completo. Isso pressupõe obviamente uma férrea união militar, somando todos os grupos de origem revolucionária, brandos e duros, em torno da afirmação do poder incontestável da Revolução. O Marechal Castelo Branco, que

<sup>13</sup> O general Humberto Castelo Branco foi eleito presidente com 361 votos (98,63%), uma “esmagadora maioria do Congresso”, como previu Castello. O vice, José Maria Alckmin, aliado de Magalhães Pinto no golpe que derrubou João Goulart, recebeu 256 votos no Colégio Eleitoral. Foram registradas 72 abstenções e 37 parlamentares deixaram de comparecer. O Ato Institucional n. 1, estabelecendo eleição indireta, decretado no dia anterior à votação, foi também a primeira ação de expurgo dos militares contra o Congresso.

procurou alcançar os objetivos por persuasão, trocou suas táticas pelas dos radicais, munindo-se dos instrumentos do poder absoluto para atingir as metas que não obteve da colaboração dos políticos.

02. As metas definidas pela Revolução, como indispensáveis a assegurar sua autodefesa e sua continuidade no tempo, eram notadamente as seguintes: reforma do Poder Judiciário, para quebrar a estrutura do Supremo Tribunal, transferências do julgamento dos cassados para a órbita da Justiça Militar, com a supressão do foro especial, e eleição indireta para Presidente da República. A essas se acrescentaram metas secundárias que eram aqui e ali definidas por setores revolucionários e terminaram encampadas pelo Ato global que, apesar de exaustivo, não esgota o elenco de medidas revolucionárias reivindicadas ou por reivindicar.

03. As medidas de segurança, que formalmente complementam o Ato Institucional n. 2, visando a armar o Governo para impor as metas legislativas, foram, no entanto, de tal ordem que, de assessorias, transformaram-se no principal, de vez que são elas – e não propriamente os fins visados – que passaram a configurar a natureza de um ditado legal que atribui poderes incontrastáveis ao dispositivo revolucionário encarnado na pessoa do Chefe de Estado. A tática contaminou a estratégia e o que era objetivo estratégico transformou-se em simples meio tático de levar a Revolução do poder irrestrito.

04. O Presidente da República tem afirmado aos seus correligionários aquilo que ontem constituiu matéria de declaração oficial do Ministro da Justiça: O Governo, munido de todos os poderes, não pretende usá-los senão na medida do necessário. Essa é uma declaração de boa vontade, que não corresponde, todavia, à dinâmica do processo revolucionário. O Presidente da República resistiu durante meses seguidos a editar um novo Ato Institucional e terminou por fazê-lo, assinando o mais drástico de todos.

05. É claro que não está, portanto, condicionado às suas intenções o exercício de poderes que será convocado a empregar toda vez que a Revolução se sentir atingida ou ferida na afirmação dos seus objetivos. O Presidente procurará seguir a sua mesma política de temporização e de salvação do processo democrático, mas já agora investido de poderes a cujo apelo dificilmente resistirá no encaminhamento de soluções para as crises emergentes.

Fonte: Castello Branco (28 out. 1965).

### Tese proposta

Castello opina para afirmar o que era previsível: todos os militares, brandos e duros, unidos por força do Ato Institucional n. 214, reafirmam a autodefesa e a intenção de perpetuação do regime militar<sup>15</sup>. O jornalista deixa explícito que o marechal Castello Branco procurou alcançar os objetivos por persuasão, mas cedeu à pressão dos mais radicais,

<sup>14</sup> Diz o Ato, em seu artigo 14, que “ficam suspensas as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade, bem como a de exercício em funções por tempo certo”. O parágrafo único disciplina essas garantias: “Ouvido o Conselho de Segurança Nacional, os titulares dessas garantias poderão ser demitidos, removidos ou dispensados, ou, ainda, com os vencimentos e as vantagens proporcionais ao tempo de serviço, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, desde que demonstrem incompatibilidade com os objetivos da Revolução”. O artigo 15 é a afirmação de que o poder estaria centrado na pessoa do presidente: “No interesse de preservar e consolidar a Revolução, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 (dez) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais” (ESTADOS..., 1965).

<sup>15</sup> O que pregaram os governadores de Minas e da Guanabara foi feito em grande parte pelo Ato Institucional n. 2. Ambos acusavam o Governo de não querer assumir a responsabilidade na prática de atos revolucionários. Essa responsabilidade foi assumida. Ambos alegavam que os corruptos e subversivos, à sombra de uma política de temporização, estavam voltando. Contra as duas classes foram dadas as medidas de contenção exigidas pelos grupos mais radicais. O Sr. Magalhães Pinto pregava a extinção dos Partidos, como medida inerente ao processo revolucionário. Os Partidos foram extintos. E, finalmente, o Sr. Carlos Lacerda notabilizou-se em certa época de sua vida pela pregação de um regime de emergência de prazo limitado (CASTELLO BRANCO, 1965, p.4).

mutando de tática e munindo-se dos instrumentos do poder absoluto, já que não conseguira atingir os objetivos desejados, com apoio da classe política, que era de reformar o Poder Judiciário, para quebrar a estrutura do Supremo Tribunal, transferir o julgamento de cassados para a alçada militar, com a supressão do foro especial, e eleição indireta para Presidente da República.

### Molde persuasivo

A opinião de Castello tem a intenção de chegar a um público horizontal, embora possa ser entendida como um alerta para a oposição e um recado para a situação, como é comum na sua prática, alertar e orientar, dependendo das circunstâncias em que opina. A união dos militares era esperada e os setores políticos conservadores até defendiam medidas mais radicais contra os “corruptos” e “subversivos”, que estariam voltando. O comentário não deixa muito claro o ambiente de recepção, mas, pelas circunstâncias em que ocorre, pressupõe-se que o ambiente é de surpresa, preocupação, talvez, por parte de uns e de euforia, por parte de outros, visto que o presidente fora investido de “poder absoluto”.

Os quatro principais argumentos de que Castello se utiliza para expressar sua opinião mostram que o jornalista sentiu-se desconfortável diante da medida adotada pelo presidente da República: 1) o presidente trocara suas táticas pelas dos radicais, munindo-se dos instrumentos do poder absoluto para atingir as metas que não obteve da colaboração dos políticos; 2) a tática contaminou a estratégia e o que era objetivo estratégico transformou-se em simples meio tático de levar a Revolução do poder irrestrito; 3) o Governo, munido de todos os poderes, não pretende usá-los senão na medida do necessário; 4) o uso dos poderes irrestritos toda vez que a Revolução se sentisse atingida ou ferida na afirmação dos seus objetivos não estaria condicionado às intenções do presidente.

A indecisão de Castello indetermina o foco da sua defesa ou sobre o que realmente deseja convencer. A lógica aponta para um molde persuasivo a partir da tese de que os militares estavam todos unidos por conta do Ato Institucional e que tudo se encaminhava para a manutenção do regime, por meio de medidas autoritárias. A dúvida entre criticar o presidente, que assinou o Ato, e tentar isentá-lo, colocando a responsabilidade nos políticos, prejudicou a dinâmica da argumentação. Ainda assim, Castello procura ocupar uma posição no comentário, assumindo-se que essa tentativa de isenção do presidente possa servir de alerta para que não adote tais medidas.

O jornalista usa o argumento de que Castello Branco, por não ter conseguido a colaboração dos políticos para alcançar suas metas, estaria mudando de estratégia, deixando de lado a tática da persuasão e recorrendo a medidas mais radicais, para assegurar-se de poder irrestritos e reafirmar os propósitos da “revolução” (Par2810/65p1). Este é um argumento de autoridade que enquadra o real do ponto de vista do público que Castello deseja convencer.

Em seguida, mesmo reconhecendo que o Ato pretendia a autodefesa do regime e sua perpetuação no tempo, Castello assume a defesa do presidente, recorrendo ao argumento de que, mesmo com os todos os poderes, Castelo Branco somente os usaria em situação de emergência (Par1810/65p4). Reconhece, entretanto, que a boa intenção do presidente estaria condicionada às circunstâncias políticas. Caso a “Revolução” se sentisse atingida ou ameaçada, o governo recorreria ao que dita o Ato Institucional n. 2.

#### Lugar de fala

Castello não assume uma posição de crítico em relação ao Ato Institucional n. 2<sup>16</sup>, mas se mostra ainda otimista, preservando a pessoa do presidente quando diz que Castelo Branco continuaria a contemporizar suas ações junto aos radicais da ditadura. Ainda que munido dos poderes conferidos pelo AI – 2, ele “não pretende usá-los senão na medida do necessário”. Esta postura pode ser interpretada como uma declaração de boa fé de Castello para com o presidente que, segundo ele (Castello) teria resistido por meses a decretar o Ato Institucional,

---

<sup>16</sup> Sobre o Ato Institucional n. 2 o Jornal do Brasil estampa, na primeira página, que os principais jornais da América Latina, Europa e Estados Unidos condenaram o governo brasileiro em promulgar o ato, apontando para o presidente Castello Branco como o chefe de uma ditadura militar. O New York Times diz que “o governo revolucionário está destruindo as instituições democráticas essenciais à recuperação econômica do Brasil”. O presidente teria cedido à linha dura do regime, que até então “vinha resistindo aos elementos da linha dura do Exército e do mundo dos negócios, há muito preparados para destruir a incipiente democracia brasileira”. Jornais que se manifestaram em seus editoriais sobre o ato: *Le Figaro*, *Le Monde*, *Combat*, *La Croix*, da França; *Daily Telegraph*, *Times*, *The Guardian*, *Daily Express*, *Daily Mail*, da Inglaterra; *El Mundo*, *Cronica*, *La Razón*, da Argentina; *El Vespertino*, *El Espacio*, da Colômbia; *Novedades*, do México; *La Republica*, da Venezuela; *La Republica*, do Peru. O jornal *Washington Daily News* defendeu o ato, dizendo que o Brasil precisava de disciplina, mas reconheceu que o ato fazia do Brasil uma ditadura militar (GOVERNO..., 1965, p. 1). Embora o ministro da Guerra, general Costa e Silva, tenha afirmado que não haveria intervenção nos estados, em coletiva à imprensa (com 50 correspondentes de jornais estrangeiros), o ministro da Justiça, Juraci Magalhães, afirmou que o governo não estava blefando, que o ato “foi feito para ser aplicado” (COSTA, 1965, p. 3). Na edição de 29 de outubro de 1965, Castello publica comentário em que aborda uma provável composição de blocos parlamentares, sem se referir aos efeitos do ato. Limita-se a dizer que “os velhos líderes gostariam de restabelecer as antigas siglas, mas todos estavam na expectativa de que isso venha a ser proibido, no desdobramento do Ato n. 2. Não há atitudes ideológicas definidas, apenas três posições básicas: apoio ao Governo, independência e prudente oposição” (CASTELLO BRANCO, 1965, p. 4). Mesmo com o Ato Institucional n. 2, era possível que novos partidos fossem criados, mas havia restrições. O grupo teria que contar com 20 senadores e 120 deputados federais, o que significava, na prática, que somente duas agremiações partidárias poderiam ser efetivamente criadas. Entre 1966 e 1979, o Brasil conviveu com o bipartidarismo: a Aliança Renovadora Nacional – ARENA, partido de sustentação do regime militar, e o Movimento Democrático Brasileiro - MDB.

o segundo golpe contra a democracia brasileira. Na coluna do dia 18 de fevereiro de 1967, Castello vai assumir que o AI 2 fora um golpe de Estado, portanto, o segundo golpe dos militares e dos setores conservadores, contra a nação brasileira.

O comentário mostra que o jornalista ainda acreditava nas boas intenções do presidente e as ações ditatoriais serviriam para inibir atitudes subversivas contra a “revolução”, o que é claramente evidenciado no Par2810/65p5: “O Presidente procurará seguir a sua mesma política de temporização e de salvação do processo democrático, mas já agora investido de poderes a cujo apelo dificilmente resistirá no encaminhamento de soluções para as crises emergentes”. O lugar ocupado por Castello é um lugar reticente, entre a defesa do presidente e o reconhecimento de que o Ato Institucional n. 2 anunciava a manutenção do regime por muito tempo.

#### Plano discursivo

A começar pelo título, Castello mostra que sua intenção não é criticar o Ato Institucional, mas que o seu teor teria unido os militares mais temporizadores e os da linha dura. Ele inicia dizendo que o ato já era esperado, que era completo, que o presidente teria procurado persuadir os setores políticos sobre as ações necessárias às conveniências do poder militar, para dizer em seguida que Castelo Branco fora obrigado a aceitar a “tática” dos radicais.

No Par2810/54p2, o jornalista se limita a produzir um enunciado burocrático e incorpora o termo “indispensáveis”, para se referir à sua autodefesa e sua continuidade no tempo, antes de argumentar que o ato impõe reforma no Poder Judiciário para quebrar a estrutura do Supremo, acaba com o foro privilegiado nos julgamentos e torna indireta a eleição para escolha do presidente e vice-presidente.

Castello inicia o Par2810/65p3 se referindo a “medidas de segurança”, para dizer que o AI – 2 é uma delegação de poderes irrestritos ao presidente da República, para impor “metas legislativas”, como se fosse nobre a intenção do ato. E afirma, no Par2810/65p4, que Castelo Branco estaria manifestando aos seus auxiliares que não usaria os poderes de que fora investido. Por fim, Castello deixa a entender que, se porventura as restrições constantes do ato fossem colocadas em prática, não seria por vontade dele, presidente, mas por imposição de outros setores do regime militar: “É claro que não está, portanto, condicionado às suas intenções o exercício de poderes que será convocado a empregar toda vez que a Revolução se



sentir atingida ou ferida na afirmação dos seus objetivos” (Par2810/65p5). (Revela, pois, o fato...)

### Figuras de apoio

O comentário não possui figuras retóricas para apoiar a argumentação de Castello, embora algumas expressões possam servir como ênfase àquilo que o jornalista deseja expressar. É o caso de “instrumentos de poder absoluto” (Par2810/65p1), “autodefesa e sua continuidade no tempo” (Par2810/65p2), “poder irrestrito” (Par2810/65p3), “o mais drástico de todos” (Par2810/65p4). São expressões fortes, emblemáticas, que poderiam conotar uma postura mais crítica de Castello. Entretanto, no conjunto do comentário, como mostra o seu “plano discursivo”, há uma intenção, ainda, de preservar a pessoa do presidente. Por outro lado, Castello é mais direto, sem subterfúgio quanto a dizer que o Ato investe os militares de poderes irrevogáveis.

## 5.7 Alerta Contra a Ditadura

Quadro 7– Com07-1102/66 – Castello adverte contra ditadura

### Castello adverte contra ditadura

01. BRASÍLIA (Sucursal) – Na carta que dirigiu aos Ministros militares e que foi distribuída, em circular, aos comandos das Forças Armadas em todo o País, o Presidente Castello Branco adverte para os perigos de uma ditadura militar ao afirmar que o País não pode expor-se a um regime que o condenaria perante a opinião democrática do mundo e importaria na perda do crédito externo e no cancelamento de financiamentos essenciais ao desenvolvimento nacional.
02. O documento teve por propósito fixar a orientação do Presidente no encaminhamento da sucessão presidencial da República e foi redigido pessoalmente pelo Marechal Castello Branco. Vários itens da carta têm transpirado e foram divulgados esparsamente nos jornais. Com base em fontes idôneas, conseguimos uma versão articulada do documento, com a indicação de seus itens principais e de vários elementos circunstanciais.
03. Inicialmente, o Marechal Castello Branco insiste na afirmação de que não aceitará, em hipótese alguma, continuar no Governo além do prazo final do seu mandato. Aprecia em seguida o lançamento da candidatura do General Costa e Silva, para acentuar ter sido a mesma apresentada pelo Deputado Anísio Rocha, adversário do Governo em cujos ataques não têm faltado sequer agravos pessoais ao Presidente da República. Alude, em seguida, a declarações do Deputado Coronel Costa Cavalcanti, a quem, por sua responsabilidade militar, desejou ouvir na ocasião, não o conseguindo, no entanto, por ter o parlamentar viajado para o Recife.
04. Na mesma ordem de considerações alude o Presidente aos "maus militares" que se dedicam a intrigas contra figuras exponenciais do Governo, notadamente o Ministro Juraci Magalhães, cuja dedicação e cujos serviços exalta, e o Ministro Cordeiro de Farias. Embora sem citar nomes, o Presidente repele igualmente os ataques que têm sido dirigidos ao General Golbery (fala apenas no "pessoal do SNI") e Ernesto Geisel ("os membros da minha Casa Militar").
05. Na parte essencial do documento, o Presidente Castello Branco fixa os seguintes pontos a propósito da sucessão presidencial:

- 1) Não admite imposição militar;
  - 2) Reconhece, contudo, a existência de uma "contingência militar" que condiciona as soluções e a formulação de uma política sucessória;
  - 3) Essa contingência militar não deve abrir caminho a uma ditadura, pois o País não pode expor-se a um regime que o condenaria perante a opinião democrática do mundo, com reflexo imediato na perda do crédito externo e no cancelamento de financiamentos essenciais ao nosso desenvolvimento econômico;
  - 4) Considera legítima a candidatura do General Costa e Silva, mas entende que ela terá de enquadrar-se dentro dos seguintes elementos: a) Submeter-se à discussão e aprovação na ARENA, que é o órgão próprio para as decisões políticas; b) Encarnar o ideal da continuidade revolucionária; c) Unir as Forças Armadas; d) Comprometer-se a seguir a política externa e a política econômico-financeira do atual Governo, expressão essencial da política revolucionária; e) Submeter-se ao roteiro legal, inclusive no que se refere à desincompatibilização no prazo estabelecido.
06. A propósito da desincompatibilização, alude o Presidente ao que aconteceu em 1960, quando se instalou, num dos andares do Ministério da Guerra, um escritório político-eleitoral onde se discutiam e decidiam até mesmo promoções e remoções de oficiais das Forças Armadas, gerando um estado de descontentamento que está na raiz dos acontecimentos posteriores. A carta do Presidente Castelo Branco tem encontrado ampla repercussão nos diversos escalões militares que, sucessivamente, vão tomando conhecimento do seu teor.

Fonte: Castello Branco (11 fev. 1966).

### Tese Proposta

Castello apresenta a tese de que o presidente Humberto Castelo Branco estaria preocupado com uma ditadura militar, caso continuasse no poder, ou admitisse imposição dos militares na escolha do seu sucessor. Ele não pretenderia ficar um dia a mais na presidência, ao término do seu mandato. A opinião do jornalista é apoiada em uma carta de intenções, escrita pelo próprio Castelo Branco, onde apresenta as orientações que devem ser observadas na escolha do candidato a presidente, preocupado com a possibilidade de o país perder o prestígio internacional, o que acarretaria em perda de crédito e em cancelamento de financiamentos de países estrangeiros, essenciais para o desenvolvimento nacional. Na carta, o presidente diz que o país não pode “expor-se a um regime que o condenaria perante a opinião democrática do mundo” (Par1810/65p1).

### Molde persuasivo

Este é um comentário que, apesar de Castello querer convencer que o presidente estaria preocupado com uma “ditadura”, de ser possível identificar-se a que público se destina e de conter uma série de argumentos de autoridade, argumentos de que Castello se apropria para construir sua opinião, ele não atende ao molde persuasivo que se pretende na análise. Faz parte do *corpus* da pesquisa, pelo fato de tratar-se da intenção do presidente Castelo Branco,

quando alerta para os perigos de uma ditadura. Pela relevância do comentário, que contém a expressão “ditadura militar”, termo que Castello usa pela primeira vez em sua coluna, ainda que seja de autoria do próprio presidente, merece ser destacado e fazer parte do esforço da pesquisa, ficando a cargo da categoria “plano discursivo” detalhar as estratégias de Castello na organização da sua opinião.

#### Lugar de fala

Castello tende a compartilhar da advertência do presidente quanto aos perigos de uma ditadura, o que condenaria o Brasil perante os países democráticos e que são parceiros do desenvolvimento econômico do país, o que implicaria “na perda do crédito externo e no cancelamento de financiamentos essenciais ao desenvolvimento nacional”. O jornalista fala de um lugar de interlocutor de Castelo Branco ao argumentar sobre o temor do governo, embora esteja ele (o governo) mais preocupado com a perda de investimentos de outros países no Brasil, do que com a possibilidade de os militares escancararem a ditadura.

Este temor aparece em dois momentos do comentário: no Par1102/66p1, que se refere à perda de crédito externo, e no cancelamento de remessas ao Brasil, e que se repete no Par1102/66p5, quando trata de uma contingência militar capaz de garantir uma política sucessória, mas que tal contingência não deveria abrir caminho para uma ditadura e colocar em risco os “financiamentos essenciais” ao desenvolvimento do país.

#### Plano discursivo

A intenção de Castello está expressa no Par1102/66p3, com a ênfase que dá ao desejo do presidente de não continuar no cargo além do prazo que lhe é de direito e na tentativa de apresentar o presidente como alguém aberto ao diálogo, que aceita, inclusive, candidaturas de opositores do governo, como a proposta pelo deputado Anísio Rocha, que teria feito ataques pessoais à pessoa de Castelo Branco.

O texto é organizado de maneira burocrática, amistosa, sem opinião manifesta do jornalista, atentando somente a aspectos formais da carta do presidente: não admitir imposição de militares, embora reconhecendo legítima a pretensão do general Costa e Silva. Este teria que passar pelo crivo político do partido político do governo, a Arena, manter o “ideal da continuidade revolucionária”, “unir as Forças Armadas” e comprometer-se com a política externa e econômica. Trata-se de um enquadramento a quem pretendesse disputar as eleições,

as condições apresentadas pelo presidente para que a sucessão possa transcorrer sem riscos de o país pender para uma ditadura, sobre as quais Castello não faz uma análise mais acurada.

No item “e”, (Par1102/66p4) o “elemento” apresentado é de que o pretendente teria que enquadrar-se no “roteiro legal” para a disputa eleitoral e passar pelo crivo da ARENA<sup>17</sup>, que era o fórum de decisão política. É também um ponto controverso, já que o legal, para o regime, é a obediência ao que dispõe o Ato Institucional n. 2, que dá ao presidente plenos poderes para legislar sobre tudo, também sem qualquer posicionamento de Castello a respeito.

No Congresso Nacional, a reação à carta do presidente fora bem diferente. Na sessão do dia 11 de fevereiro de 1966, o deputado Mario Piva, do PMDB da Bahia, faz um pronunciamento no plenário da Câmara, criticando a carta do presidente. Diz que é “inacreditável que o documento, uma advertência a respeito dos perigos da ditadura, parta de quem, usando poderes discricionários, está semeando os campos de um regime de exceção, indiferente ao veneno dos seus frutos”. O deputado também alerta, dizendo que a confissão do presidente Castelo Branco era mais séria do que parecia: ao advertir os militares para o perigo de uma ditadura, deixava implícito que “pretendia utilizar os atos institucionais e o processo revolucionário para instalar, definitivamente, um regime de exceção, sem a capa da democracia” (PIVA..., 1966, p. 3).

#### Figuras de apoio

Ao contrário de comentários anteriores, quando Castello recorria ao uso de aspas para minimizar impactos ou para não assumir a responsabilidade pela informação, aqui ele se utiliza das aspas para enfatizar expressões da carta do presidente, ao mesmo tempo em que revela nomes que foram omitidos por Castello Branco. É o que se observa no Par1102/66p4, quando se refere a “maus militares” (termo da carta) que estariam fazendo intrigas contra figuras importantes do governo e explicita o nome do ministro Juraci Magalhães; aos ataques que o “pessoal do SNI” (termo da carta) estaria sofrendo e assume se tratar do general Golbery do Couto e Silva, idealizador e dirigente do Serviço de Segurança Nacional; e aos “membros da minha Casa Militar” (termos da carta) e diz ser crítica ao general Ernesto Geisel. No todo, o comentário não recorre a figuras ou artifícios para construir sua argumentação.

---

<sup>17</sup> A ARENA, Aliança Renovadora Nacional, foi criada em abril de 1966, para dar sustentação ao regime militar, em decorrência do Ato Institucional n. 2 e do Ato Complementar n. 4, que extinguiram os 13 partidos políticos existentes no Brasil à época. Os opositores ao regime estavam abrigados no MDB, Movimento Democrático Brasileiro, criado logo após o AI 2, no final do ano de 1965.

## 5.8 A “linha Dura” no Poder

Quadro 8– Com08-1802/67 – No poder, o outro lado da “revolução”

### No Poder, o outro lado da Revolução

01. BRASÍLIA (Sucursal) – O Ministério do Marechal Costa e Silva está caracterizado pelo selo do revisionismo. De um lado são os técnicos moderadamente revisionistas em matéria econômico-financeira e administrativa; de outro, são os políticos militares e civis que, não tendo tido sua oportunidade na Revolução do Marechal Castelo Branco, se constituíram, no correr dos tempos, numa espécie de outro lado da Revolução, que agora ascende ao Poder.

02. Esse lado do avesso, que se torna agora o lado direito, já não terá o mesmo programa que assinalou sua divergência com o castelismo. O Marechal Castelo Branco esgotou o anseio repressivo da linha dura e do radicalismo revolucionário, recorrendo sistematicamente, a partir do golpe de estado de outubro de 1965, às técnicas do expurgo de pessoas e da renovação de leis e processos, para ajustar o sistema de governo ao que seria o ideal de um Estado autoritário, que repontava no horizonte das aspirações radicais.

03. A mensagem da linha dura foi traduzida em providências que se armaram quase que em rotina burocrática, sem que jamais o Presidente abrisse mão de uma processualística destinada a imprimir aos seus atos a aparência de se apoiarem em critérios rigorosos e legais.

04. Os expurgos terão dado, a esta altura, a medida do seu valor como técnica de moralização da vida pública e de contenção da ação subversiva. São cada vez menos numerosos os que acreditam na sua eficácia, enquanto o grupo revolucionário abandonado pelo Marechal Castelo Branco e reagrupado em torno do seu sucessor, desde o momento em que o Marechal Costa e Silva desencadeou a luta pelo Poder, foi reconstituindo sua motivação política na própria necessidade de contradizer em qualquer circunstância a política do atual Presidente.

05. Esse processo de renovação dos motivos sofreu a influência de um fator inesperado, qual seja a decisão do Sr. Carlos Lacerda de avançar da oposição ao Marechal Castelo Branco, fundada no sentimento de frustração revolucionária, até uma aliança com os grupos antirrevolucionários. Chefe espiritual e guia político da linha dura, o Sr. Lacerda terminou por lhe afetar os fundamentos da atitude sectária, abalando pelo menos a convicção dos que punham a esperança de salvar o Brasil numa espécie de expedição punitiva generalizada contra subversivos e corruptos. Os principais acusados de corrupção e subversão são hoje os aliados do Sr. Carlos Lacerda, que inclui a campanha da anistia entre os itens do programa da frente ampla.

06. É claro que o Governo Costa e Silva e o grupo militar mais fechado não têm compromissos com o Sr. Lacerda, cujas posições não podem ainda ser identificadas com as de qualquer ala ou grupo expressivo do Governo em formação. Terão elas produzido, contudo, notável efeito psicológico sobre o comportamento político que tendia, já, a abandonar preconceitos da primeira hora em troca de motivos mais reais de atuação.

07. De qualquer forma, não se pode dizer que o radicalismo revolucionário esteja hoje incluído nas metas do Marechal Costa e Silva e seu grupo, levados pelo processo dialético a um estado de espírito bastante diferente daquele que continua a mover a mão do Marechal Castelo Branco na assinatura de decretos de suspensão de direitos políticos. O próximo Presidente estará antes comprometido com as técnicas da descompressão política, da liberalização, da normalização democrática, que foram inicialmente, enfrentando então a resistência dos que hoje seguem o Marechal Costa e Silva, as que configuravam o ideal de Governo do Marechal Castelo Branco.

08. Tendo cumprido o programa da linha dura, ainda que através de métodos próprios, o Marechal Castelo Branco poderá ter, no seu sucessor, o verdadeiro executor de uma política que, por alguns meses, pensou que poderia ser a sua própria na Presidência da República. O Marechal Castelo assimilou e praticou o programa da linha dura, que por sua vez terá assimilado por contradição o espírito e a tendência da primeira fase do seu Governo, a que dará sequência sem o formalismo tão do gosto da administração expirante.

Fonte: Castello Branco (18 fev. 1967).

## Tese proposta

A opinião de Castello é de que o poder mudará de cara com a chegada da “linha dura”, os políticos e militares mais radicais que foram mantidos à margem quanto às práticas do regime, ao poder. É o “lado avesso”, o “outro lado da revolução” que tentava imprimir um ritmo diferente às ações do governo. Castello quer dizer, com isso, que o presidente Humberto Castelo Branco tem sido mais brando e temporizador, barrando o anseio repressivo dos mais radicais que agora ascendem ao poder com intenções revisionistas, que sempre foram contra os métodos do presidente Castelo Branco, e que devem aprimorar as técnicas do expurgo e radicalizar nas leis e processos de repressão aos que acreditam ser o sistema de regime militar.

## Molde persuasivo

O comentário é, a princípio, dirigido aos militares e simpatizantes da “linha dura” do poder e reverbera como a confirmação da advertência do presidente Castelo Branco sobre os perigos de uma ditadura, relatada por Castello no Com071102/66. A opinião vai encontrar um ambiente de recepção de incerteza ainda maior por parte daqueles que temem ações mais drásticas, com a ascensão dos radicais ao poder, que até então tiveram suas pretensões negadas pelo atual governo, mas de motivação em relação àqueles que resistiam aos métodos adotados por Castelo Branco.

O molde persuasivo se dá em dois momentos: primeiro, o comentário enquadra o real por meio de um argumento de dissociação das noções de valores, em que o anterior, por uma questão de princípio do enunciador, é considerado como o preferível, ante o que está por vir: “Esse lado do avesso, que se torna agora o lado direito, já não terá o mesmo programa que assinalou sua divergência com o castelismo” (Par1802/67p2), considerando-se que os militares da “linha dura”, ou muitos deles, não acreditavam que a técnica do expurgo de pessoas fosse a ideal aos propósitos do regime.

O comentário tenta intervir no ambiente de recepção, construindo um real em transformação, com a chegada, ao poder, dos radicais do regime militar. Para isso, utiliza o argumento de que a técnica dos expurgos, a esta altura, já teria cumprido a sua função de “moralização da vida pública e de contenção da ação subversiva” (Par1802/67p4). Um terceiro argumento reforça os dois primeiros, quando Castello diz que, “desde o momento em que o Marechal Costa e Silva desencadeou a luta pelo Poder, foi reconstituindo sua motivação

política na própria necessidade de contradizer em qualquer circunstância a política do atual Presidente” (Par1802/67p4). São argumentos de dissociação que reforçam a tese proposta e que tentam convencer da união dos militares para a adoção de uma nova postura do regime.

No segundo momento, Castello busca encaixar sua argumentação àquilo que considera como o preferível de acontecer: que “o radicalismo revolucionário” não poderia estar incluído nas metas do marechal Costa e Silva e seu grupo (Par1802/67p7), e que sua missão primeira seria a de resolver os entraves políticos do país, atuando em lado oposto ao que pensam seus seguidores, para favorecer a descompressão, a “liberalização” e a “normalização democrática”, iniciadas por Castelo Branco (Par1802/67p7). Estes dois últimos argumentos buscam dissociar as noções de valores da essência e da pessoa. E apontam na direção do próprio Costa e Silva e da classe política como um todo, no intuito de persuadi-lo a conter sua intenção de radicalizar o regime. O primeiro objetivo de um argumento é modificar o ambiente de recepção para introduzir aí uma opinião. “Esta definição implica observar cada auditório como particular. Argumenta-se sempre para um auditório específico e é isto que, no fundo, faz da argumentação uma arte tão delicada” (BRETON, 1999, p. 67).

#### Lugar de fala

Em quase três anos de ditadura militar, este é o comentário em que Castello mais claramente expressa sua opinião, ao falar desde um lugar mais crítico com o regime, separando os bons dos maus militares, com frases mais ácidas em relação ao comportamento daqueles que passarão a ocupar o governo. Em relação ao comentário Com07-1102/66, Castello é mais assertivo na sua argumentação, começando a se colocar contra os militares, inclusive, reconhecendo que o Ato Institucional n. 2, de outubro de 1965, fora um golpe, algo que ele sequer considerou no comentário Com06-2810/65. É a primeira vez que Castello fala em golpe depois da derrubada do presidente Goulart.

O comentário marca uma mudança de postura de Castello, que vinha mantendo uma postura amistosa para com o regime, não se indispondo com o governo Castelo Branco. Quando se refere ao marechal Costa e Silva como o “lado avesso” do regime, e a seu grupo como radical da “revolução”, o jornalista dá a impressão de que dará outro tratamento aos militares e que, em sua coluna, assumirá um lugar mais crítico em relação ao poder militar com a mudança de governo.

Castello mantém, entretanto, a intenção de salvaguardar o que ainda restava de liberdades democráticas, ao argumentar que o futuro presidente teria, antes de tudo, que se

comprometer com “as técnicas da descompressão política, da liberalização, da normalização democrática, que foram inicialmente, enfrentando então a resistência dos que hoje seguem o marechal Costa e Silva, as que configuravam o ideal de Governo do marechal Castelo Branco” (Par1802/67p7).

### Plano discursivo

A estratégia de Castello é evidenciar que o regime tem dois lados: um mais contemporizador, que barrou o ímpeto repressivo dos militares mais radicais, mas que estava deixando o poder; e outro, que não teve como impor sua vontade ao presidente Castello Branco, e que estava chegando ao governo com intenções revisionistas, tanto em relação às questões econômicas quanto políticas, por não acreditar na eficácia das ações adotadas até então.

O plano é explicitado a partir do título, que faz referência à “linha dura” do regime no poder e confirmado em todo o curso do comentário. No Par1802/67p2, quando o jornalista se refere ao fato de o presidente Castelo Branco ter contido os radicais, com medidas de expurgo de pessoas, algo que Castello aceita como “ideal” para um regime autoritário, numa clara manifestação de apoio à política do regime.

Castello avalia que o governo do marechal Costa e Silva será bem diferente do estilo de Castelo Branco, como explicita no Par1802/67p4, quando diz que são poucos os que ainda acreditam na eficácia da técnica do expurgo para conter qualquer ação subversiva. “Desde o momento em que o marechal Costa e Silva desencadeou a luta pelo poder, foi reconstituindo sua motivação política na própria necessidade de contradizer em qualquer circunstância a política do atual Presidente”.

O comentário também mostra que o futuro governo estaria atento a possíveis investidas opositoras de políticos que, a exemplo de Carlos Lacerda, pudessem se colocar contra o regime, como fez Lacerda<sup>18</sup>, contra Castelo Branco. O jornalista aproveita para sugerir ao futuro governo que ele não deveria ter o “radicalismo revolucionário” como meta, que seu compromisso deveria ser com “as técnicas da descompressão política, da liberalização, da normalização democrática, que foram inicialmente, enfrentando então a

---

<sup>18</sup> Carlos Lacerda participou da Frente Ampla, um movimento de resistência ao regime, em novembro de 1966, juntando-se a seus antigos adversários: Juscelino Kubistchek e João Goulart. Em dezembro de 1968, fez parte da primeira lista de políticos cassados pelo AI 5.



resistência dos que hoje seguem o Marechal Costa e Silva, as que configuravam o ideal de Governo do Marechal Castelo Branco” (Par1802/67p7).

A estratégia de Castello é ser crítico e apelar para o bom senso do futuro governo para que não radicalize, esclarecendo que o presidente Castello Branco sempre procurou atender aos anseios da “linha dura” do regime, mas, controlando-o ao seu modo. E aponta para uma mudança clara de sua postura em relação ao regime, com a saída do marechal Castelo Branco do poder.

### Figuras de apoio

Castello mantém a tendência de abandonar as figuras de apoio, o que confirma que sua argumentação é cada vez mais direta, mais crítica, de certo modo, contra as pretensões dos militares em consolidarem uma ditadura que já existe de fato, mas que resguarda alguns princípios legais. Um eufemismo, entretanto, pode ser percebido, quando o jornalista usa a expressão “reversionismo” para caracterizar o futuro governo de Costa e Silva, em vez de “revanchismo”, que seria mais adequado. Mesmo com o arrefecimento do Par1802/67p7, quando diz que “o radicalismo revolucionário” poderia não estar nos planos do futuro presidente e seu grupo, o teor do comentário deixa evidente que a intenção do “lado avesso” do poder seria mesmo ir à desforra, já que a linha dura do regime sempre defendeu que a salvação do Brasil estava em punir indiscriminadamente os subversivos e corruptos (Par1802/67p5).

## 5.9 AI-5: o Terceiro Golpe

Quadro 9– Com09-1412/68 – Primeiras impressões sobre o ato de ontem<sup>19</sup>

### Primeiras impressões sobre o Ato de ontem

01. BRASÍLIA (Sucursal) – Ao Ato Institucional de ontem não deverá seguir-se nenhum outro ato institucional. Ele é completo e não deixou de fora, aparentemente, nada em matéria de previsão de

<sup>19</sup> Castello conta que, naquele dia 13, embora exausto e na expectativa de que o pior pudesse acontecer, estava em casa na companhia de amigos, comemorando o aniversário de sua esposa, Élvia Lordello Castelo Branco. O que estava por vir fora confirmado com o anúncio da decretação do Ato n. 5, feito pela TV. Castello se dirige a Hélvia e alerta: “Olha, eu vou ser preso ao amanhecer, mas eu estou muito cansado, eu vou me deitar e você vai se despedindo dessa gente aí”. Ele foi deitar-se, enquanto a esposa se despedia dos convidados e acomodava os parentes hospedados em sua residência. “Quando deu 6 horas da manhã tocaram a campainha na porta, era evidentemente, a polícia. Eram dois investigadores do DOPS. A empregada viu aquilo e em pânico foi lá no quarto, e disse que a polícia estava na porta. Eu fui lá, mandei eles entrarem, mandei servir café e disse: Tomem café que eu vou me aprontar. Eu voltei lá pra dentro e dormi por mais 10 minutos” (ESTADOS..., 1968).

poderes discricionários expressos. A experiência do Governo Castelo Branco, que teve de editar atos desse tipo por quatro vezes, terá aproveitado ao redator do novo édito.

02. Ele cobre perfeitamente as previsões dos deputados mais íntimos do processo revolucionário, que antecipavam uma peça destinada a munir o Governo dos instrumentos para fazer tudo o que por timidez ou por compromisso democrático deixou de fazer, nos dias quentes da revolução de março, o Presidente Castelo Branco.

03. O Congresso, posto em recesso por tempo indeterminado, está praticamente fechado e tudo indica que se cumprirão as profecias de um expurgo no Poder Judiciário. A possibilidade, mantida pelo Presidente, de convocar o Congresso sem compromisso de data indica que somente para resolver uma crise eventual ele o fará. Mais provavelmente, contudo, Câmara e Senado somente voltarão a se reunir para constituir o Colégio Eleitoral que, no tempo próprio ou no momento designado pela revolução, formalizará a escolha do sucessor do Presidente Costa e Silva.

04. Os partidos não foram expressamente suprimidos, mas perderam a função. A Arena está praticamente dissolvida, pois nos considerandos do Ato se afirma que ela falhou na sua missão de defender no Congresso o movimento revolucionário. O Governo dissociou-se do seu Partido, e o despediu, sem agradecer os serviços, antes pelo contrário.

05. Uma consequência, que não estava inicialmente prevista, desse novo Ato Institucional será a intervenção federal nos Estados, na forma que se estabeleceu. Somente na tarde de ontem circularam informações relativas à disposição do Governo revolucionário de afastar governadores que são dados como comprometidos no processo contrarrevolucionário. Tudo indica que algumas intervenções estão em vias de ser consumadas.

06. A imprensa aparentemente foi poupada. Na realidade, deverá o tema ser tratado num ato complementar, tal como antecipavam ontem deputados do esquema situacionista. O Ato também autoriza o Governo a confiscar bens adquiridos ilícitamente, numa ameaça que vem cobrir antigas decepções dos militares encarregados de IPMs.

07. A medida estancou todas as fontes políticas de resistência ao Governo, não deixando nenhuma válvula. A Oposição não terá a menor possibilidade de produzir-se, a não ser que seja respeitada, e até quando o for, a liberdade de imprensa. Mesmo assim os políticos estão de tal modo contidos que seu acesso aos jornais importará num risco certo para cada um deles. As instituições criadas pela Constituição de 1967 podem retornar um dia. No momento, elas estão suspensas, apesar de ter sido mantida formalmente a Constituição. A Câmara, em tudo isso, só teve um consolo, o de cair lutando, manifestando-se na plenitude da sua soberania. A festa do Congresso não durou porém mais de vinte e quatro horas.

08. Quanto à execução do Ato, é agora uma questão de tempo. O Presidente Castelo Branco usou parcimoniosamente de seus poderes discricionários. O Presidente Costa e Silva tem a imagem de homem moderado e de sentimentos humanitários. Resta saber se terá condições de exercer com a mesma moderação do seu antecessor os tremendos poderes de que se investiu após tanta hesitação.

Fonte: Castello Branco (14 dez. 1968).

## Tese proposta

Castello manifesta a opinião de que o Ato Institucional n. 5<sup>20</sup> é o mais completo em matéria de dotar o governo de poderes ditatoriais para fazer o que for preciso para estancar

<sup>20</sup> O AI 5, decretado no governo de Arthur da Costa e Silva, autorizava o presidente da República a fechar o Congresso Nacional e os poderes legislativos nos estados e municípios, autorizando o Executivo a legislar em todas as matérias previstas nas constituições estaduais e leis orgânicas dos municípios. Também autorizava, em nome da preservação da “Revolução”, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos, pelo prazo de 10 anos, e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais. Diz também, em seu Artigo 6º, parágrafo 1º: “O Presidente da República poderá, mediante decreto, demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade quaisquer titulares das garantias referidas neste artigo, assim como empregado de autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista, e demitir, transferir para a reserva ou reformar militares

todas as resistências ao regime e garantir ao governo as ações necessárias à manutenção do país sob a completa tutela dos militares: supressão de direitos constitucionais, fechamento do Congresso, extinção (ainda que não expressa) dos partidos políticos, medidas de expurgo do Poder Judiciário e intervenção federal nos estados. Era uma decisão esperada, já que os quatro atos institucionais anteriores, decretados pelo governo de Castelo Branco, não foram suficientes para que o poder militar mantivesse o total controle do país.

### Molde persuasivo

Pela complexidade da medida, Castello se mostra cauteloso, sem deixar claro a que público se dirige especificamente, já que o Ato Institucional n. 5 tem consequências sobre toda a sociedade brasileira. Esse é também um comentário burocrático, que se dedica mais a detalhar os pontos principais do AI 5 do que a expressar propriamente uma opinião acurada sobre a medida. A abrangência do Ato deixa presumir que a opinião é destinada a um público horizontal, embora possa despertar maior interesse na classe política e na imprensa. A abrangência do Ato permite conceber que sua recepção se dará em um ambiente de extrema inquietação.

O comentário enquadra o real por meio de um argumento de associação de noções de valores, ao afirmar que o Ato Institucional n. 5 atribuía poderes irrestritos ao regime militar, que poderia fazer tudo que bem pretendesse. Era algo que, segundo Castello, não fora feito pelo ex-presidente Humberto Castelo Branco, quando estava no poder, nos dias mais quentes do golpe de 1964, e que Costa e Silva passa a contar formalmente: “uma peça destinada a munir o governo dos instrumentos para fazer de tudo” que o regime necessite para se manter no poder (Par1412/68p2). É com este argumento que o comentário intervém no ambiente de recepção.

Em seguida, o comentário expressa outros argumentos de ligação que corroboram o “fazer tudo” que o Ato permite: o Congresso foi fechado por tempo indeterminado, cumprindo “as profecias de um expurgo no Poder Judiciário” (Par1412/68p3); “os partidos políticos, embora não tenham sido formalmente extintos, perderam sua função (Par1412/68p4); e a provável “intervenção federal nos Estados, afastando os governadores

---

ou membros das polícias militares, assegurados, quando for o caso, os vencimentos e vantagens proporcionais ao tempo de serviço”. E o mais emblemático sintoma de aplicação da famigerada doutrina de segurança nacional, em seu Artigo 11º, garante que ações de repressão decorrentes do AI 5 ficaram isentas de “qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com este Ato institucional e seus Atos Complementares, bem como os respectivos efeitos”.

tidos como comprometidos no processo contrarrevolucionário”. Os argumentos são construídos para anunciar que um real novo se apresenta.

É isso que faz o argumento do Par1412/68p7, que se refere ao estancamento de todas as “fontes políticas de resistência ao Governo, não deixando nenhuma válvula” e que funciona como uma ligação com o ambiente de recepção a ser convencido de uma nova realidade, o que é a tese que o comentário propõe: de que o Ato é completo, não deixando de fora praticamente nada em matéria de poderes discricionários, ficando a imprensa, até quando for permitido pelo regime, a última alternativa para a oposição e os mecanismos democráticos possam se produzir.

### Lugar de fala

Castello fala desde um lugar de analista político preocupado com as consequências do AI5, temeroso com o que pudesse acontecer com a liberdade de expressão, embora ciente de que ela também seria atingida, ao afirmar que a imprensa fora poupada só “aparentemente”. É um comentário que mostra prudência por parte de Castello, a exemplo do que ele expressa no Par1412/68p07: “As instituições criadas pela Constituição de 1967 podem retornar um dia. No momento, elas estão suspensas, apesar de ter sido mantida formalmente a Constituição”, ou seja, fere a Constituição, ainda que tenha mantido, na letra, alguns de seus princípios.

Em certos momentos, Castello expressa certo ar de indignação, embora tente manter-se amistoso na análise que faz do AI 5, sem expressar grandes pontos de vista pessoais, talvez, para minimizar a força e o poder do ato, na esperança de que as coisas aconteçam, de fato, com moderação. Ele se coloca no lugar de um opositor passivo, tentando alertar tanto os parlamentares para a gravidade do ato, quanto sensibilizar o governo a não usar suas prerrogativas.

Castello tenta manter distância do comentário, quando se refere à liberdade de expressão, abordada muito rapidamente no Par1412/68p06, embora soubesse que haveria um ato complementar para disciplinar o assunto. E no Par1412/68p07, diz que a imprensa seria a única válvula de escape da oposição e que, para isso, precisaria ser mantida livre<sup>21</sup>. É quando Castello assume o lugar de interlocutor das instituições políticas, enquanto profissional de

---

<sup>21</sup> Castello e Otacílio Lopes foram os primeiros presos do AI 5. Castello voltaria a se ausentar do Jornal do Brasil entre os dias 16 de setembro e 03 de novembro de 1969. Nesse período a Coluna do Castello passa a ser assinada pelo jornalista e advogado D’Alembert Jaccoud. Castello reassume a Coluna em 04 de novembro do mesmo ano, já com o Marechal Emílio Garrastazu Médici no cargo de presidente da República.

imprensa, mesmo certo de que esse lugar poderia ser tomado e que os políticos não teriam coragem e tampouco correriam o risco de se opor ao poder militar.

Há, em dois momentos, certo ar de melancolia no comentário de Castello: no Par1412/68p01, quando ele diz que o Ato é único e que a partir dali nada mais precisaria ser feito em termos de atribuir poderes ditatoriais ao regime. Era perverso ao extremo nesse sentido. O outro momento é quando Castello fala do último suspiro do Congresso, que segundo ele, “caiu lutando”, mas não tinha mais forças para manifestar-se soberano. Tinha se deixado calar pelo regime.

### Plano discursivo

A estratégia de Castello é clara, no sentido de manifestar uma opinião cautelosa, relativizando os pontos cruciais do ato institucional, a exemplo do título, onde diz que são apenas as “primeiras impressões”, embora ressalte que o ato é completo: o “recesso” do Congresso, o “expurgo do Poder Judiciário, a extinção branda dos partidos, a intervenção nos estados, o confisco de bens, considerados ilícitos e o iminente fim da liberdade de imprensa”<sup>22</sup>. Castello constrói um movimento progressivo das informações de maneira a sintetizar a essência do Ato Institucional, um instrumento arbitrário que delega plenos poderes para que os militares possam realizar “tudo” que for necessário para manter o regime.

No Par1412/68p02, Castello revela que conhecia o teor do ato e que sabia da sua gravidade, mas mostra-se ainda otimista quando sugere que o presidente Castelo Branco teria agido por “timidez ou por compromisso democrático”, não recorrendo a tais instrumentos, mesmo nos momentos mais “quentes”, que foi o pós-golpe de 1964. Com isso, Castello faz um apelo aos militares, no sentido de agirem com moderação, quando da aplicação dos dispositivos do AI 5. O apelo é reforçado no Par1412/68p08, quando Castello sugere que o presidente faça uso parcimonioso de seus poderes, imputando-lhe a imagem de “homem moderado” e de “sentimentos humanitários”, mesmo sabendo que o general Costa e Silva tornara-se figura central da linha dura do regime.

A estratégia cautelosa pode ser identificada, também, no Par 1412/68p03, onde Castello não fecha questão quanto ao fechamento do Congresso e ao expurgo do Poder Judiciário: se limita a dizer que é um recesso por tempo indeterminado, só voltando a reabrir

---

<sup>22</sup> Os jornais foram muito discretos ao comentar sobre o AI5. O espaço destinado a assuntos políticos do Jornal do Brasil foi ocupado pelos Classificados. Na página de opinião, o JB divulgou duas fotos no lugar do editorial. Uma, era bem sugestiva: o cavaleiro Néelson Pessoa em um salto com seu cavalo e a legenda dizendo que ele lograra êxito invulgar ao saltar com brilho os obstáculos que se lhe antepõem.

quando da provável convocação do Colégio Eleitoral que irá escolher o sucessor de Costa e Silva. E no Par1412/68p04, onde, ao invés de ser mais enfático sobre a extinção dos partidos, Castello diz que eles apenas perderam sua função, não estando “expressamente suprimidos”, ainda que afirme ter sido o partido do governo, a Arena, dissolvido sem qualquer explicação ou agradecimento pelos serviços prestados ao poder militar. O mais coerente seria concluir que, se o Congresso foi fechado, os partidos perdem a razão de existir. Sem Congresso, sem partidos, o Judiciário e os estados sob intervenção, o Ato Institucional não deixa nada de fora em matéria de poderes ditatoriais.

Em alguns momentos do comentário, Castello mostra um pouco de indignação, é mais crítico em relação à medida dos militares, quando diz que o AI 5 “estancou todas as fontes políticas de resistência ao Governo, não deixando nenhuma válvula” (Par1412/68p07). Uma alternativa da oposição seria recorrer à imprensa para se manifestar, caso a liberdade de imprensa fosse mantida. Castello é também reticente, já que há uma contenção dos políticos diante da aceitação costumeira dos atos do regime, porque seria improvável que alguém recorresse aos jornais. Restou aos políticos, sem qualquer ressonância, manifestar-se no plenário da Câmara e aguardar a execução do Ato Institucional, com os partidos extintos e com o Congresso fechado.

Castello encerra o comentário, fazendo uma relação entre o presidente Costa e Silva e seu antecessor, argumentando que Humberto Castelo Branco teria sido parcimonioso com os atos institucionais e apelando para o espírito humano de Costa e Silva, para que agisse da mesma maneira. Como Castello mesmo disse: seria uma questão de tempo para se verificar que não haveria moderação por parte do general com tanto poder de que foi investido.

#### Figuras de apoio

Está bem evidente a cautela com que Castello se manifesta sobre o AI 5, no comentário. Ele continua usando a expressão “poderes discricionários” quando em linguagem mais direta poderia dizer poderes ditatoriais, já que se trata de um instrumento que oferece poderes ilimitados, sem qualquer discricção, aos militares, portanto, mantendo sua prática eufemística de opinar sobre a ditadura, a que insiste em referir-se como “revolução” de março.

Castello não faz uso de aspas para atribuir a outro a informação, nem recorre a frases de efeito, mas mantém o eufemismo na sua análise. No Par1412/68p03, ele fala em “profecias” que estariam sendo cumpridas, com a “possibilidade” de expurgo do Poder

Judiciário. E recorre ao “tudo indica” (Par1412/68p05), ao comentar sobre a intervenção nos estados para afastar os governadores que o regime considera de oposição, ou “comprometidos no processo contrarrevolucionário”, nas palavras de Castello.

A decretação do Ato Institucional n. 05 não deixou espaço para frases de efeito. É possível que Castello tenha se sentido impotente e, contido, cuidou de fazer um relato o mais discreto possível. Mesmo com todos os eufemismos, com toda a cautela, Castello fora preso no dia seguinte à decretação do AI 5, considerado o segundo golpe, mas, na verdade já era pelo menos o quinto golpe dos militares contra a sociedade brasileira.

### 5.10 O Brasil Acuado

Quadro 10– Com10-0102/69 – Políticos oferecem garantias à “revolução”

#### **Políticos oferecem garantias à Revolução**

01. BRASÍLIA (Sucursal) – Uma primeira lufada de otimismo agitava ontem os dirigentes políticos que, em Brasília, se constituíram na vanguarda de negociações com vistas a conquistar um palmo de terreno em que se manter. Eles já não se comparavam a formigas que vão cavando seu caminho em meio a terreno áspero e sujeito a erosões. Ontem, eles já se supunham nautas, navegando em mar de sargaços, mas navegando. É claro que pode sobrevir o naufrágio, mas já não temem ser soterrados. E a mudança de panorama excita a imaginação a ponto de admitirem, para um futuro remoto, uma nova metamorfose que lhes dê a condição de cosmonautas.

02. Mas vamos aos fatos. Enfim, fatos. Os contatos na área revolucionária progrediram e ficou claro, nos últimos realizados, que se admite a conversa, o estudo do problema para a solução do interesse comum: a restauração das instituições civis com o respeito à Revolução. A abertura de diálogo é considerada como um passo essencial dado no caminho da recomposição.

03. Não se trata desde já de reorganizar os Partidos e suspender o recesso do Congresso, nem sequer se colocou objetivamente o assunto. O estudo ainda é o das preliminares, o dos pressupostos, resolvidos os quais se poderá pensar numa nova etapa, que estará sempre condicionada ao progresso da tarefa revolucionária na sua área específica. A mudança que ocorreu foi que, desestimulados nas primeiras investidas, encontraram os políticos afinal receptividade para situar as questões e oferecer sua contribuição ao debate.

04. Do que se sabe até aqui, as garantias que se colocarão para o movimento revolucionário são de duas ordens. A primeira delas, assegurar que as medidas e os atos praticados pela Revolução serão "intangíveis politicamente." Para que se entenda melhor: assim como esses atos e essas medidas são insusceptíveis de apreciação pelo Poder Judiciário, tornar-se-iam insusceptíveis de apreciação pelo poder político. O Congresso os aceitará como são, na sua realidade, sem pretender contestá-los ou modificar os seus efeitos.

05. A segunda garantia seria a de que o Governo apoiado pela Revolução não correrá mais riscos de ser derrotado na Câmara e no Senado. Adotar-se-ia uma estrita lei de fidelidade partidária, prevista exclusão do parlamentar que faltar à palavra de ordem do Governo e do Partido, com a consequente perda do mandato.

06. No terreno da fidelidade, a bancada governista adotaria inclusive o princípio do voto do líder, segundo o qual o líder, quando o considerar oportuno, votará por toda a bancada, excluindo, portanto, sua manifestação a tomada de votos individuais.

07. Ambas as garantias representam um substancial sacrifício do poder político, dos Partidos e do Congresso, mas sacrifício que se tem como inevitável na medida que se admite que se deve pagar qualquer preço para a restauração de instituições civis. É claro que os avanços nesse sentido partem da

bancada governista, das lideranças ligadas ao sistema triunfante, mas à Oposição nada se reservará a não ser uma aceitação incondicional ou a renúncia.

08. As pessoas envolvidas na abertura de conversações advertem, todavia, que tudo está ainda nas preliminares. Não se pode pensar em termos de data e deve-se excluir totalmente a hipótese da reabertura do Congresso a 1º de março, e cabe observar que a reorganização do Partido está na dependência da suspensão do recesso parlamentar.

Fonte: Castello Branco (01 fev. 1969).

### Tese proposta

O que Castello procura convencer é de que há um fio de esperança por parte de alguns líderes políticos frente à possibilidade de se restaurarem as instituições civis, mesmo com obediência aos militares, dados os prováveis avanços nas negociações entre membros da bancada governista e os militares. É uma possibilidade de diálogo a partir das garantias oferecidas pelos parlamentares de que os atos do governo seriam considerados “intangíveis” e que os militares não correriam riscos de derrota a qualquer proposta apresentada, caso o Congresso seja reaberto. O comentário é melancólico e, embora trate de otimismo, traz implícito um enunciador marcado pelo dissabor da dúvida.

### Molde persuasivo

A opinião manifesta um apelo aos dirigentes políticos que buscavam avançar nas negociações, para possibilitar a sobrevivência das agremiações partidárias e dos menores resquícios que fosse de princípios democráticos. O ambiente em que o comentário é recebido é de dúvidas, de incertezas, sentimentos já costumeiros, desde que os militares tomaram o poder, mas também de expectativa quanto a uma possível mudança de rumo da vida política e social brasileira. Se como estava era ruim, pior ainda se nada fosse feito. Havia, no entanto, muito otimismo em relação à “vanguarda” que se montou no meio político quando alguns dirigentes começaram a se movimentar no sentido de dialogar com o poder militar pelo relaxamento do regime ditatorial.

O comentário enquadra o real para intervir no ambiente de recepção com o argumento de que há possibilidade de restauração das instituições civis do país, algo que estaria sendo negociado e que seria provável acontecer, ainda que sujeito ao que o regime determinasse (Par0102/69p2). Um conjunto de argumentos de ligação é utilizado para reafirmar as condições em que o acordo se daria: “assegurar que as medidas e os atos praticados pela Revolução serão intangíveis politicamente” (Par0102/69p4); “O Congresso os aceitará como



são, na sua realidade, sem pretender contestá-los ou modificar os seus efeitos” (Par0102/69p4); seria adotada uma “estrita lei de fidelidade partidária, prevista exclusão do parlamentar que faltar à palavra de ordem do Governo e do Partido, com a consequente perda do mandato” (Par0102/69p5); e que “a bancada governista adotaria inclusive o princípio do voto do líder, segundo o qual o líder, quando o considerar oportuno, votará por toda a bancada, excluindo, portanto, sua manifestação à tomada de votos individuais” (Par0102/69p6).

Castello estabelece uma ligação do ambiente de recepção, tentando convencer sobre necessidade de reabertura dos canais de diálogo para restaurar as instituições, utilizando o argumento do sacrifício, que seria oferecer todas aquelas garantias. Seria sacrifício para o poder político, para os partidos e para o Congresso, mas que era inevitável à medida que se admite ser preciso pagar qualquer preço para a restauração de instituições civis.

#### Lugar de fala

Quando Castello opta por dizer, no título, que os políticos oferecem garantias ao poder militar, ele assume um lugar de interlocutor do poder civil, em oposição a falar pelo poder militar, o que seria afirmar que os militares estariam impondo condições. É uma estratégia de comunicar-se, tanto com um lado, quanto com o outro, levando seu otimismo a que o diálogo possa ser restabelecido. É como se estivesse dizendo que pior é não tentar nada, manter-se quieto, passivo, enquanto os militares agem sem qualquer pressão. Castello também se coloca como interlocutor do regime, quando diz que “não se trata desde já de reorganizar os Partidos e suspender o recesso do Congresso, nem sequer se colocou objetivamente o assunto. O estudo ainda é o das preliminares, o dos pressupostos, resolvidos os quais se poderá pensar numa nova etapa, que estará sempre condicionada ao progresso da tarefa revolucionária na sua área específica” (Par0102/69p03).

Ao argumentar sobre a restauração das instituições democráticas, Castello se coloca como defensor de um interesse maior, o bem comum, que é o retorno de parte do processo democrático no âmbito da República. No Par0102/69p4, Castello diz que as garantias que se colocarão para o movimento revolucionário são de duas ordens. A primeira delas, assegurar que as medidas e os atos praticados pela Revolução serão “intangíveis politicamente.” Para que se entenda melhor: assim como esses atos e essas medidas são insusceptíveis de apreciação pelo Poder Judiciário, tornar-se-iam insusceptíveis de apreciação pelo poder político. “O Congresso os aceitará como são, na sua realidade, sem pretender contestá-los ou

modificar os seus efeitos”. Lugar de quem sabe o que diz e que está autorizado a dizer o que diz.

#### Plano discursivo

Castello fala de um otimismo que surge no horizonte, dias após a decretação do Ato Institucional n. 5, que barrou todas as expectativas de que os militares pretendessem deixar o poder ou que pudessem provocar o processo de abertura clamado por todos há algum tempo. Apega-se à esperança de que há um fato novo: a restauração das instituições democráticas, ainda que em respeito ou mantendo-se os militares no governo.

O plano de Castello é não se manter afastado da análise que faz. Não faz referência direta a nenhuma fonte, como é habitual no seu comentário, reduz significativamente o uso de aspas para atribuir as informações a fontes que preservava ou que, deliberadamente, citava para dar legitimidade à informação e, mesmo com a tentativa de chamar a atenção para o título, somente no Par0102/69p4 é que ele revela as garantias que os congressistas fazem ao poder militar.

Para a abertura do diálogo, o Congresso, na verdade, não está oferecendo garantias e, sim, aceitando as imposições do poder militar para poder se fazer existir e participar do debate sobre o retorno das instituições civis. Ao usar a expressão “vanguarda de negociações”, Castello admite uma dificuldade de diálogo, tanto que, quando essa possibilidade real se abre, o otimismo já toma conta das pessoas envolvidas. Os partidos querem, a qualquer custo, manter o diálogo para poderem ter um “palmo” de terreno para negociar. O sinal de abertura do diálogo acende a esperança de sobrevivência do poder político, que defende o retorno do processo democrático, com a abertura do Congresso e as garantias constitucionais da República.

Há algo de perigoso nessa possibilidade de diálogo, que é admitir o voto indireto dos líderes de bancada, excluindo a manifestação individual dos representantes legais que são os parlamentares eleitos, aos atos propostos pelo regime (Par0102/69p06). Outra garantia dada ao regime foi de assegurar a intangibilidade das medidas e os atos praticados pela “Revolução”, uma demonstração de que o preço a ser pago seria alto.

Castello continua a se referir ao poder militar como o sistema “triumfante”, contra quem a oposição nada tem a fazer. No Par0102/69p07, ele deixa claro que o “sacrifício” inevitável de aceitar as condições do sistema é a única chance de se avançar nas negociações, já que a iniciativa tem sido da base governista, cabendo à oposição aceitá-las

incondicionalmente. É uma postura que pode parecer de resignação, mas que resulta em acomodação quando diz que a oposição nada poderá fazer.

No final (Par0102/69p08), Castello faz o desfecho do comentário, afirmando, categoricamente, que tudo ainda é muito preliminar: que é mais um sentimento de esperança mesmo, do que qualquer garantia de que o poder militar vai manter o processo de diálogo com os políticos contrários ao regime. Não há previsão de data para a reabertura do Congresso e o seu fechamento significa que não há como reorganizar o poder político em curto tempo.

### Figuras de apoio

Castello, como poucas vezes faz, utiliza-se de metáfora para construir seu discurso, numa demonstração de que há realmente uma preocupação de implicitar sua opinião depois do AI 5. Ele usa a metáfora da formiga (Par0112/69p1) para dizer que o Congresso está preso, sem movimento, tateando em terreno áspero, sem capacidade de movimentar-se e caso o faça pode ser soterrado. Da mesma forma que usa a metáfora do navegante em embarcações que, a qualquer momento, podem ser aprisionadas por sargaços, mas, mesmo assim não desistem de lutar. Ou de retornar à condição de condutor de seu destino, em uma nova metamorfose que possa ocorrer, mesmo que seja em um futuro distante.

Com isso, Castello admite, pela primeira vez, que a ditadura está longe do fim, motivo, talvez, de tanta melancolia. O comentário chega como uma crítica, tanto ao poder militar, quanto ao poder político que não mostrou altivez.

Castello se utiliza da metáfora do mar de sargaços, sendo que sargaços é alga marinha comum em regiões tropicais. No litoral do Brasil, existem várias espécies de sargaço. O sargaço costuma crescer grudado em rochas ou espalhado pelo oceano. São muitas as colônias de sargaços que boiam nas águas mornas do Atlântico, graças às suas vesículas flutuadoras, que funcionam como pequenos balões cheios de ar. Existem várias narrativas deixadas por navegadores europeus sobre embarcações aprisionadas no célebre Mar dos Sargaços, região no norte do Caribe, que tem uma grande concentração dessas plantas flutuando na superfície do oceano.

### 5.11 O Pior Estava Por Vir

Quadro 11– Com11-1612/69 – Fim do processo revolucionário

<b>Fim do processo revolucionário</b>
---------------------------------------

01. BRASÍLIA (Sucursal) – Apesar da linguagem diferente, dizem no fundo a mesma coisa o Presidente Médici e o Senador Josafá Marinho, quando o primeiro fala em volta à plena democracia e o segundo afirma que sem liberdade o Congresso não se reencontrará.
02. Ambos querem a cessação do processo revolucionário, que não convive com o regime de liberdades públicas que é o regime democrático. Foi o Senador Milton Campos, com a precisão de sempre, quem distinguiu entre revolução e processo revolucionário para afirmar que a primeira não sobreviverá, em seu espírito, se o segundo não se extinguir. Tendo a Revolução como compromisso e como conteúdo a restauração da plena democracia e sua consolidação, é preciso que ela deixe de existir como método de trabalho para que exista como essência.
03. Não há contradição no Presidente Médici quando ele diz que não deixará cair no chão a bandeira do movimento de março de 1964, ou seja, da Revolução, depois de ter afirmado que sua meta é restaurar a democracia. Na linha da mais perfeita coerência ele deverá em quatro anos extinguir o processo revolucionário para que a Revolução esteja vitoriosa nos seus propósitos. Fora disso não há salvação nem para a Revolução nem para a democracia.
04. As dificuldades para pôr um termo ao processo revolucionário são visíveis. A própria persistência delas, ao longo de cinco anos e meio, assinalados por dois surtos que interromperam esforços para retomada da normalidade institucional, revela que não será sem grande emprego de sua autoridade que o Presidente da República conseguirá modificar as mentalidades elas próprias afetadas pela longa prática dos métodos de ação arbitrária.
05. Episódios recentes traduzem a evidência de uma dura resistência à política oficial, mas o Presidente Médici tem se demonstrado com a dose de experiência e com a inspiração adequada para superar os focos de radicalismo revolucionário.
06. No que se refere ao Congresso, os responsáveis pela Revolução já terão percebido a esta altura dos acontecimentos que as normas de restrição, de disciplinamento ou de contenção do Poder Legislativo têm sua duração condicionada à duração do processo revolucionário. Isso não quer dizer que as medidas ditadas, através de uma reforma constitucional, para corrigir distorções da vida parlamentar sejam inócuas ou descabidas. Pelo contrário, a maioria delas se fundamentou em diagnóstico preciso de abusos e oferece terapêutica exata. A imposição delas, através de documento que estará submetido à apreciação e à capacidade de reformulação do Congresso, como é a Constituição e como será qualquer lei, mostra desde logo a falibilidade do processo revolucionário para regular o que é ou deve ser permanente.
07. A Revolução dispunha na sua maioria parlamentar de instrumento solene e próprio para introduzir modificações na Constituição e no regimento das Casas Legislativas através das quais se pusesse fim a privilégios e se liquidassem práticas abusivas que causam danos ao país e em especial ao prestígio do Congresso. Impostas, como o foram, na base do castigo moral, elas se tornam o alvo da reação do brio parlamentar. Instituição política por excelência, o Congresso será sempre cioso da sua autonomia para não ter como pacíficas normas que lhe foram enfiadas goela abaixo num momento em que ele tinha de aceitar tudo para sobreviver.
08. O movimento revolucionário terá para permanecer nas suas inspirações, de aliar-se a uma maioria política que lhe dará, por meios idôneos, execução aos princípios e às normas que seus chefes desejam ver implantados no país. Fora disso, e na medida em que se preveja, se proponha ou se promova a volta a instituições democráticas, a um estado de direito, todas as reformas, moralizadoras ou não, serão tão precárias quanto o é o próprio processo revolucionário, ainda que dure 14 anos como dura na Argentina.

Fonte: Castello Branco (16 dez. 1969).

Tese proposta

Castello opina no sentido de convencer que o presidente Médici estaria comprometido com o retorno do país à democracia, apoiado nas afirmações do próprio presidente, que falara

em democracia plena; do senador Josafá Marinho, quando diz ser somente pela liberdade de suas ações que o Congresso<sup>23</sup> se reencontrará e, principalmente, pela pregação de Milton Campos, afirmando que o fim do regime é uma forma de salvar o “espírito” do golpe de março de 1964. As palavras do presidente da República e de dois especialistas do Direito, um da Bahia e outro de Minas Gerais (desde onde Milton Campos participou ativamente das articulações da derrubada de João Goulart) resultaram no otimismo de Castello em considerar que a “revolução” estaria no fim e que o país voltaria a respirar ares de liberdade.

### Molde persuasivo

Este é um comentário em que a opinião do jornalista Carlos Castello Branco é claramente uma tentativa de chegar a um público mais amplo, embora seja uma narrativa de características mais voltadas para uma recepção específica, que é a classe política. É uma manifestação de desejo do fim da ditadura, de volta à plena democracia, e que as circunstâncias apontam para essa necessidade. O ambiente de recepção é de expectativa que isso ocorra, considerando-se as declarações feitas pelo próprio presidente Médici e pelo senador Milton Campos, enfatizando a necessidade do retorno do país ao regime democrático.

O comentário é ancorado em quatro argumentos principais: “Foi o Senador Milton Campos, com a precisão de sempre, quem distinguiu entre revolução e processo revolucionário para afirmar que a primeira não sobreviverá, em seu espírito, se o segundo não se extinguir” (Par1612/69p2); “As dificuldades para pôr um termo ao processo revolucionário são visíveis. A própria persistência deles, ao longo de cinco anos e meio, assinalados por dois surtos que interromperam esforços para retomada da normalidade institucional, revela que não será sem grande emprego de sua autoridade que o Presidente da República conseguirá modificar as mentalidades elas próprias afetadas pela longa prática dos métodos de ação arbitrária” (Par1612/69p4); “No que se refere ao Congresso, os responsáveis pela Revolução já terão percebido a esta altura dos acontecimentos que as normas de restrição, de disciplinamento ou de contenção do Poder Legislativo têm sua duração condicionada à duração do processo revolucionário” (Par1612/69p6); “O movimento revolucionário terá para

---

<sup>23</sup> A reabertura do Congresso, fechado desde o Ato Institucional n. 5, de 13 de dezembro de 1968, teria sido iniciativa do general Médici, como uma condição para que assumisse o cargo de presidente. Decretado em virtude da doença do marechal Costa e Silva, AI 16, de 14 de outubro de 1969, teve como função declarar vago o cargo de presidente e vice-presidente da República e convocar a Câmara dos Deputados e o Senado Federal para que, em sessão conjunta, escolhessem o novo presidente. A eleição foi marcada para o dia 25 de outubro de 1969, quando o general Emílio Garrastazu Médici foi escolhido presidente, tendo como vice o almirante Augusto Rademaker. Durante a doença de Costa e Silva, e enquanto durou o processo eleitoral, o país foi comandado pela Junta Governativa Provisória, composta pelos ministros militares.

permanecer nas suas inspirações, de aliar-se a uma maioria política que lhe dará, por meios idôneos, execução aos princípios e às normas que seus chefes desejam ver implantados no país” (Par1612/69p28).

O comentário interfere no ambiente de recepção por meio de um argumento de autoridade, atribuído ao senador Milton Campos, com o qual Castello tenta enquadrar o real de referência, que é o fim do regime e o retorno dos direitos civis, embora reconheça as dificuldades de cessar o “processo revolucionário”, o que só seria possível a partir da mudança de mentalidade dos próprios militares. Em seguida, Castello se utiliza de outro argumento para convencer da necessidade de retorno à democracia, ao afirmar que o regime, para manter suas “inspirações”, teria de aliar-se à classe política, como forma de respaldar as medidas a serem adotadas pelo regime.

#### Lugar de fala

Castello assume o lugar de representante dos anseios do setor político e da sociedade, inconformados com o regime militar que já dura quase seis anos, e começam a expressar a insatisfação com atos de resistência contra os militares, o que força a imprensa, o Jornal do Brasil, inclusive, a se manifestar mais criticamente em relação aos atos do poder militar. Nesse momento da situação política brasileira, o lugar de Castello é o de interlocutor da sociedade e defensor do retorno da democracia e das instituições representativas. É um lugar que não é negociável, como deve ser o lugar da imprensa e do jornalista analítico das coisas da política. Castello já vinha assumindo este lugar em comentários anteriores. Ele, como toda a imprensa, passou a ser mais crítico em relação ao regime, reverberando o clamor das ruas, mas, ao mesmo tempo defende os militares.

#### Plano discursivo

O comentário de Castello revela otimismo em relação ao retorno das instituições democráticas do país, mesmo que mais pareça um apelo ao poder militar, no sentido de reverter o regime ditatorial que já durava quase seis anos. Castello ancora seu ponto de vista na autoridade de três fontes, todas, segundo ele, a favor da retomada do processo democrático. Ele se manifesta por meio do senador Milton Campos, para dizer que, se os militares desejam a restauração da democracia, precisam cessar com os atos ditatoriais, os métodos de manutenção do regime, para que sua essência seja preservada (Par1612/69p02). Para Castello,

a essência da “revolução” era garantir o funcionamento das instituições contra a “ameaça comunista”, quando da derrubada de Goulart.

Castello se põe como crítico do regime, e defende o fim da ditadura: propor “a cessação do processo revolucionário, que não convive com o regime de liberdades públicas que é o regime democrático” (Par1612/69p02), foi o mais longe que chegou, por meio de sua coluna, desde o golpe. Há também certo exagero de crédito aos militares, quando Castello diz que não há contradição entre as palavras do presidente Médici, ao afirmar que sua meta seria a restauração do processo democrático, tendo dito, antes, que “não deixaria cair no chão a bandeira do movimento de março de 1964”. O comentário revela um dos raros casos em que Castello erra no diagnóstico do fato político: “Na linha da mais perfeita coerência, ele [Médici] deverá em quatro anos extinguir o processo revolucionário para que a Revolução esteja vitoriosa nos seus propósitos. Fora isso não há salvação nem para a Revolução nem para a democracia”. Médici foi o responsável pelo prolongamento do mais negro período da vida brasileira, confirmando o que dissera antes sobre não deixar cair a bandeira do movimento de 64 (Par1612/69p03).

O conjunto do comentário pode ser interpretado como uma carta de boas intenções do presidente Médici. Entre o elogio e a crítica, Castello elabora algumas expressões sobre o caráter do presidente que evidenciam o seu otimismo em relação ao processo de abertura: diz que Médici estaria na linha da mais “perfeita coerência” extinguir o processo revolucionário (Par1612/69p03) e que possuía a dose certa de “experiência” e teria a “inspiração adequada” para superar os focos da resistência radical (Par1612/69p05). Reconhece, entretanto (Par1612/69p04), as dificuldades que o presidente teria para restabelecer a democracia, o que somente poderia ocorrer com a mudança de mentalidade dos próprios militares, que exageraram na adoção de “métodos de ação arbitrária” (outra expressão mais radical de Castello), e que eles próprios foram afetados internamente por tais medidas, criando focos de radicalismo entre eles. No Par1612/69p05, Castello tenta lembrar ao governo que existe uma insatisfação no meio social brasileiro, o que obrigaria o governo a enfrentar resistência<sup>24</sup>, caso adotasse novas medidas arbitrárias.

---

<sup>24</sup> O ano de 1969 é marcado por transformações e movimentos de resistência em todo o país. As consequências do Ato Institucional n. 5 foram devastadoras: a tortura, a censura e o terror, promovidos por um governo que tudo podia, eram combatidos por uma esquerda que tentava, de alguma forma, enfrentar os desmandos da ditadura. O sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, o primeiro caso no mundo, foi um marco no movimento de esquerda no Brasil. A intenção era trocar a liberdade do embaixador por 15 presos políticos, o que de fato aconteceu, depois de exaustivas negociações com o regime. Já havia uma clara mudança de postura da imprensa: o Congresso Nacional encerrou, no dia 30 de novembro, os 40 dias de funcionamento da legislatura de 1969, depois de dez meses de recesso imposto pelo AI5, mesmo dia em que três milhões de brasileiros foram às urnas eleger administradores em 965 municípios de dez estados e três

É de certa maneira incisivo quando diz que o regime teria que aliar-se a uma maioria política para manter suas aspirações, por meios idôneos, e executar os princípios e as normas que os chefes militares desejam implantar no país. E encerra o comentário profetizando, no Par1412/68p08 que, “na medida em que se preveja, se proponha ou se promova a volta a instituições democráticas, a um estado de direito, todas as reformas, moralizadoras ou não, serão tão precárias quanto o é o próprio processo revolucionário, ainda que dure 14 anos como dura na Argentina”. Foram 15 anos, um mês e um dia de ditadura, até 15 de janeiro de 1985, quando Tancredo Neves elegeu-se presidente da República pelo voto de um Colégio Eleitoral<sup>25</sup>.

### Figuras de apoio

As figuras retóricas tendem a desaparecer, senão por efeito estético, quando é permitida a livre manifestação de pensamento, ou quando se impõe uma postura mais crítica, em detrimento do tipo de represália que possa acontecer. Castello não recorre às costumeiras frases de efeito ou figuras de implícito de ideias centrais do texto. Com isso, percebe-se um comentário mais contundente, talvez, por conta de movimentos outros que começam a surgir no meio social e em outros veículos de comunicação, com visão mais crítica em relação ao regime, o que possibilita uma reação maior, inclusive de Castello contra o sistema político e os militares. A imprensa tem uma postura mais crítica em relação ao regime, o que permite a Castello a abandonar as figuras de apoio ao seu discurso que passa a ser mais direto.

---

territórios. Os dois fatos foram tema do editorial “Quarenta dias”, do Jornal do Brasil, no dia 02 de dezembro daquele ano. Diz o editorial que o “longo recesso de dez meses não lesou no Congresso, através do ressentimento, a determinação democrática que é patrimônio brasileiro e da qual deputados e senadores são agentes. A vicissitude aguçou o senso de responsabilidade, o Congresso superou as mágoas e injustiças, para mostrar como a democracia é superior a todas as formas de suspeita e pessimismo. Só ela pode fazer o milagre da reabilitação política cuja trilha gloriosa seguimos de novo” (QUARENTA..., 1969, p. 6). É um comentário de conteúdo muito diferente do que o JB publicara na edição de 1º de abril de 1964, por ocasião do golpe, quando se referia ao presidente João Goulart como “fora da lei”.

<sup>25</sup> O presidente Médici ficou no poder até 15 de março de 1974, sendo substituído pelo general Ernesto Geisel, que iniciou, de fato, o processo de abertura, seguido pelo general João Baptista Figueiredo, o último presidente da ditadura. O Brasil foi às ruas pelas diretas em 1988. Só que o processo de escolha do presidente ainda seria pelo Colégio Eleitoral, com a eleição do mineiro Tancredo Neves, o primeiro civil depois de 21 anos de ditadura. Por motivos de doença, Tancredo não chegou a assumir o cargo, falecendo em 21 de abril de 1985, dia em que o maranhense José Sarney assume o poder, para consolidar o processo de redemocratização do país. Em 15 de novembro de 1989, os brasileiros vão às urnas escolher o presidente e vice pelo voto direto, depois de 29 anos, sendo eleito presidente o candidato do Partido da Renovação Nacional (PRN), Fernando Collor de Melo.



## 6 CONCLUSÃO

Esta tese procurou analisar a produção discursiva de Carlos Castello Branco, observando o seu posicionamento, enquanto jornalista, em relação a um período obscuro da vida brasileira, compreendido entre 1963 e 1969. O estudo nos permite concluir que foi um período realmente conturbado, tendo em vista a resistência ao nome de João Goulart, que tinha por direito assumir o governo com a renúncia de Jânio Quadros. Goulart é alçado ao posto de presidente após a mudança emergencial do regime, para o parlamentarismo, e passa a ter seus passos vigiados, tanto pela oposição, quanto por alguns segmentos do poder militar. Com a volta do presidencialismo, João Goulart retoma a força do cargo e tenta articular apoio para as reformas de base que pretendia para o país. A rejeição se intensifica e ele é derrubado do poder.

O golpe militar de 1964 foi um acontecimento “desestabilizador”, que quebrou a lógica das instituições legais do país e afetou a vida de todos os brasileiros. Foi o golpe da elite conservadora, dos militares e do capital estrangeiro contra um governo que empunhou a bandeira das reformas. Um governo que conquistou o apoio dos trabalhadores, mas foi vencido pelo centro do poder civil e militar, pelo poderio americano, pelos empresários e pela imprensa. Os jornais tradicionais e grande parte dos jornalistas se colocaram contra João Goulart e apoiaram os primeiros anos dos militares no poder, entre eles, o jornalista Carlos Castello Branco. O exemplo mais emblemático da postura da imprensa, nesse período, são os editoriais do jornal Correio da Manhã, o “Basta” e o “Fora”, publicados antes da efetivação do golpe.

A pesquisa também buscou mostrar o longo caminho percorrido pela retórica, desde quando era somente uma técnica de persuasão, em que a fala do argumentador era dirigida presencialmente nas assembleias dos antigos tribunais gregos, até converter-se na arte do discurso sensato e ser inscrita no campo do jornalismo opinativo. É no jornalismo que a retórica torna-se a opinião tatuada no papel e serve de instrumento de análise dos comentários do jornalista Carlos Castello Branco, ao opinar sobre o golpe, as sucessivas ações do regime instalado, a decretação do Ato Institucional n.5 e os primeiros meses do governo Médici.

O estudo empreendido confirma que a Coluna do Castello é um espaço político ocupado por um jornalista que fazia política, que convence pela informação privilegiada e que conquistou o lugar singular que lhe é atribuído, pela habilidade de conviver com os poderes sem se indispor, mas que dizia sem ser subserviente. Castello distingue-se por saber utilizar códigos que somente a quem pertencia ao mundo da política era dado o privilégio de perceber

quem “Castelinho” tinha como fonte. A condição de jornalista de referência dá ao texto de Castello a marca do duplo argumento de autoridade: por ser ele, Castello, que diz o que diz, e por dizer desde o lugar do veículo de referência que era o Jornal do Brasil.

O *lugar de fala* de Castello era o lugar de salvaguarda das instituições democráticas e dos direitos da sociedade que o reconhece como autoridade no que diz e lhe delega o direito de dizer, condição que assume ao colocar-se como mediador entre a fonte e o leitor a quem se dirige, entre as oposições e os governos, alertando, advertido, aconselhando, apoiando e criticando ações do poder. Castello alerta a oposição sobre os movimentos políticos de João Goulart; alerta o presidente sobre as avaliações que a oposição fazia do seu governo; aconselha os militares a garantir os princípios da legalidade; apoia os mesmo militares nos primeiros anos do regime, quando é otimista em relação a ele; e critica quando percebe que a “revolução” na qual acreditou tinha feições de ditadura.

O *plano discursivo* de Castello é estrategicamente construído a partir do título, que sintetiza a tese defendida por ele em cada comentário. Ele se revela enfático, no título, porém, o corpo do texto apresenta nuances de eufemismo que lhe tiram a força. É um recurso retórico (não necessariamente figuras de estilo ou de linguagem) que o jornalista utiliza para poder opinar sobre atos ditatoriais, visto que sua narrativa não é acessível a um público universal. Castello diz no título, mas suaviza no corpo do comentário. Jamais assumiu o termo ditadura em seus comentários, fazendo-o somente uma vez no curso do recorte da pesquisa, mas com a autoridade delegada ao presidente da República, Humberto Castelo Branco. Quando, por exemplo, os militares derrubaram Jango, Castello não usou o termo golpe, mas “revolução” para designar a tomada do poder, ainda que tentasse retomar o espírito crítico no final do governo Castelo Branco.

O jornalista usa outras estratégias: a preservação da fonte na construção discursiva, a cautela com que assume a fala do interlocutor - nas raras vezes em que revela nome de fontes nos comentários - e a preferência pelo uso de aspas para enfatizar afirmações controversas, delegando a terceiros a autoria da informação. Quando lida com informações “quentes” e não pode revelar a fonte, utiliza expressões do tipo: “fontes ligadas ao governo”, “chegaram informações à liderança da oposição”, “atenções e apreensões nos meios políticos”, “portavozes do governo”, “agitações amplamente registradas”. Apesar da cautela é possível identificarmos a precisão com que comenta os eventos políticos, inclusive, antecipando-se a eles. Podemos apontar como marca constante no discurso de Castello, o artifício da imprecisão dos fatos, que se dá pelo uso do verbo no futuro do pretérito do indicativo. É também uma maneira de minimizar o impacto e o seu comprometimento com a informação.

As *teses propostas* por Castello, antes do golpe militar de 1964, refletem a opinião de um jornalista confortável no exercício da sua função, crítico em relação aos eventos engendrados no poder central do país, tanto do Executivo quanto do Legislativo, até que as suspeitas de golpe passam a permear o lastro da cobertura jornalística no campo político. Comentava mais livremente sobre um possível golpe, de um lado e do outro, era mais severo com o governo do que era com a oposição. No comentário “UDN espera golpe até o fim do mês”, se coloca contra João Goulart, quando defende a tese de que o presidente estaria usando meios obscuros para manter-se no poder, inclusive, astuciosamente, e que poderia recorrer à força para conseguir seu objetivo.

A oposição, representada pela UDN, se prevenia contra o “golpe” de Goulart, mas também articulava uma ofensiva contra o presidente. Nesse embate, Castello opina no sentido de mostrar para a oposição que Goulart reagiria às pressões. No comentário “Goulart: golpe vai custar muito sangue”, o jornalista apresenta a tese, apoiado em declarações do presidente, que a prática de golpe de estado era historicamente atribuída aos membros da UDN. Há, até então, um equilíbrio das opiniões de Castello sobre um lado e outro do poder. E existe a preocupação do jornalista em se colocar na defesa dos princípios constitucionais e da democracia.

Castello começa a marcar posição a partir do agendamento do comício da Central do Brasil, quando passa tratar o evento como algo extraordinário, demonstrando preocupação com os movimentos políticos do presidente, que consegue cada vez mais apoio popular para as reformas. É quando apresenta a tese da “vigília cívica” dos passos de Goulart, defendida pela oposição e teor do comentário “Prontidão na UDN: defesa do regime”. Passa a valorizar as informações dos líderes da oposição, que acusam o presidente de agir com fins claros de golpe de estado. Castello dá munição à UDN, colocando o risco de golpe em pauta, enquanto a oposição conspirava nos bastidores.

É o próprio Castello que se apresenta ao lado dos militares, quando publica o capítulo “Da conspiração à revolução”, no livro “Idos de março e a queda em abril”, organizado por Alberto Dines. O jornalista conta que, quando Brizola ameaçou procurar outros caminhos para a crise, caso não aprovasse as reformas de base defendidas pelo presidente João Goulart, no Congresso Nacional, “iniciava-se entre nós a pregação ostensiva da revolução”. Em todo o texto, o jornalista demonstra um profundo conhecimento dos detalhes da conspiração que ensejou no golpe militar de 1964 e revela que “não se tratava de resistir, mas de intervir no processo, para liquidar uma situação tida como intolerável”.

O desfecho da conspiração é o manifesto do governador de Minas, Magalhães Pinto, uma assinatura formal de compromisso com a derrubada de Goulart, já com todas as decisões tomadas e o apoio dos estados de São Paulo e do Paraná. Embora cauteloso, o jornalista reitera a intenção geral da oposição de conter o presidente, mas silencia sobre as consequências que teria o manifesto mineiro. A Coluna do Castello não circula no dia 1º de abril de 1964. No espaço do lado esquerdo da página 4 do JB é publicado o “Cronômetro da crise”, com informações sobre o desenrolar do golpe desde as primeiras horas.

Com o golpe consolidado, Castello tenta retomar sua postura crítica, seu lugar de observador social, na argumentação que constrói sobre a cassação de mandatos de parlamentares contrários ao regime. A reação do jornalista acerca do ato de cassação é a de alguém que defende a legalidade e as instituições, embora não se coloque contra os militares. Após a eleição de Castelo Branco, a Coluna do Castello torna-se o fórum das discussões dos atos políticos do “movimento vitorioso”, do “poder revolucionário”, da “revolução” termo incorporado à narrativa de todos os veículos da imprensa brasileira. Tudo se daria em nome da “revolução”.

Mesmo o Ato Institucional n. 2, que joga a Constituição no lixo, suspendendo os direitos políticos legítimos de parlamentares e cidadãos comuns, foi analisado na sua essência, criticado ou, minimamente, questionado pelos analistas políticos dos veículos tradicionais. Castello se limita a dizer que era o ato esperado por todos. O jornalista, entretanto, se mostra cético em relação ao regime quando aproveita a deixa do presidente Castelo Branco para levantar a tese da “ditadura militar”. Na sua condição de analista ele recorre a um argumento de autoridade proferido por Castelo Branco, presidente da República e militar, para alertar sobre uma provável ditadura que estaria tomando corpo nas bases do regime. Trata-se de uma tomada de decisão de Castello, que, mesmo apoiando o governo, passa a desconfiar de seus propósitos.

Os indícios de insatisfação com o regime são percebidos com a chegada de Costa e Silva ao poder. Se, no governo Castelo Branco (de postura branda, segundo Castello), as desconfianças começavam a pairar, com a ascensão dos militares da “linha dura”, o jornalista adota outra atitude. No comentário “No poder, o outro lado da Revolução”, Castello manifesta uma opinião que induz a entender a advertência feita por Castelo Branco, como premonição de uma ditadura militar que tomava cada vez mais corpo.

Três anos de regime militar é o tempo que Castello leva para abandonar a postura amistosa, posicionando-se como crítico dos militares, inclusive, lembrando que o Ato Institucional n. 2, de outubro de 1965, fora um golpe, algo que ele não considerou à época.

Foi a primeira vez que Castello usou o termo golpe depois da derrubada do presidente Goulart. O comentário “No poder, o outro lado da Revolução” marca, portanto, a mudança de atitude de Castello, que considera o marechal Costa e Silva como sendo o “lado avesso” do regime e o seu grupo a ala radical da “revolução”.

Com a “linha dura” no comando, Castello tenta, na medida do possível, se manter na trincheira em defesa do bom, do certo e do justo, até a decretação do Ato Institucional n. 5, editado para estancar todas as resistências ao regime. A imprensa é calada, e as “previsões” passam a ser sempre de “tempo fechado”, com nebulosidade intensa e sujeito a chuvas e trovoadas. O AI 5 coloca uma mordaca em toda a imprensa e Castello recua com ela. Depois muda de estratégia com o sinal de abertura política dado pelos militares, chegando, às vezes, a produzir comentário como uma espécie de súplica para que os militares devolvessem ao país as suas instituições democráticas.

Após o AI 5 percebemos um Castello melancólico impotente, que recorre a técnicas do implícito para manifestar sua insatisfação e tentando manter o otimismo com o Brasil. Seus comentários são tomados pelo dissabor da dúvida. A opinião de Castello soa quase como pedido de socorro e um incentivo aos dirigentes políticos para que buscassem avançar nas negociações que iriam garantir a sobrevivência das agremiações partidárias e do menor resquício que fosse de princípio democrático.

Os comentários analisados nos levam a confirmar as hipóteses formuladas: o jornalista mantém um diálogo amistoso com o regime, acreditando que o golpe fora dado do lado certo e apoiando as ações do governo Castelo Branco, até perceber que a intenção dos militares não se limitava a barrar as ideias (estas sim, revolucionárias) do então presidente João Goulart. Com a chegada de Costa e Silva ao poder, Castello passa a ser, até onde lhe era permitido, uma voz contra os militares da “linha dura”. Observamos que neste período há modulações de diálogo que asseguram a Castello passar praticamente incólume pelo regime e uma “aparência de objetividade” no modelo jornalístico que engendra para analisar os eventos produzidos na ditadura.

Castello assume o lugar de interlocutor de uma sociedade inconformada com o regime, seis anos depois, quando a insatisfação com os militares no poder toma as ruas. A imprensa se refaz do susto, o Jornal do Brasil, inclusive, que passa a adotar uma linha mais crítica. Nesse momento da situação política brasileira, o lugar de Castello é um lugar não mais negociável, como de fato deve ser o lugar da imprensa e do jornalista analítico das coisas da política.

Quanto aos aspectos teórico-metodológicos da pesquisa, podemos concluir que a argumentação se insere perfeitamente no campo do jornalismo opinativo, visto que o

comentário de Castello é nitidamente identificado com o discurso persuasivo que objetiva a adesão do leitor às teses que se apresentam ao seu assentimento e por dirigir-se a uma audiência específica, embora, por vezes, o jornalista procure atingir um público universal. A análise argumentativa da opinião possibilita constatar que a Coluna do Castello possui uma *anatomia discursiva* capaz de acomodar um formato de opinião, a partir das categorias da análise: a *tese proposta*, que procurou observar de que Castello pretendia convencer; o *molde persuasivo*, pensado no sentido de analisar o comentário em relação aos públicos e aos argumentos utilizados; o *lugar de fala*, que é posição social ocupada pelo enunciador de onde ele expressa sua opinião; o *plano discursivo*, que identificou a organização interna do texto como recurso persuasivo; e as *figuras de apoio*, que foram usadas como artifício do implícito para que Castello melhor pudesse opinar sobre a ditadura.

Observamos que a opinião de Castello possibilita que se identifique o público ou os públicos a quem ele pretende dirigir sua mensagem, sugere o estado de espírito da audiência e que argumentos devem ser apresentados à sua adesão. O *molde persuasivo*, em particular, nos permite afirmar que a opinião é um todo em que suas partes podem ser analisadas separadamente enquanto recursos persuasivos e que contém uma lógica específica de racionar por meio de técnicas de agir em relação ao “outro”, de influenciar pela palavra. Se isso é verdade, é possível que vislumbremos uma estrutura da opinião, um modelo de construção do texto opinativo, a partir das categorias de análise que apresentamos. A estrutura da opinião consistiria, portanto, em uma argumentação baseada na elaboração de raciocínios que privilegiam *juízos de valor*, conforme as circunstâncias e segundo a visão de mundo do público pretendido.

Entre os operadores argumentativos trabalhados na tese, o argumento de reenquadramento do real pode ajudar a recuperar o prestígio e a força do jornalismo opinativo, contribuindo com a formação de uma opinião pública mais consciente, pautando valores que venham a provocar uma mudança de atitude da sociedade, em defesa do bom, do certo e do justo, o que não está na ordem do dia da imprensa brasileira. Supomos que a imprensa pagou o preço pelas decisões que tomou em relação aos militares, amargando um longo período de censura, pressão psicológica, perseguição, prisões, torturas e assassinatos. A construção de um novo olhar sobre as coisas do mundo, privilegiando-se os valores bons é uma porta que se abre para a prática de um jornalismo opinativo capaz de intervir no ambiente de recepção, de incutir valores de justiça, de bem social e atitudes positivas transformadoras.

Pelas características do objeto de pesquisa e por força do método adotado, não nos foi possível estabelecer uma relação entre a produção discursiva de Castello e de outros

jornalistas que atuaram nesse período, lacuna que se apresenta como perspectiva de estudos futuros. Também a escassez de estudos com enfoque na argumentação inserida no campo do jornalismo dificulta que sejam feitas conexões com outras perspectivas de análise. A pesquisa nos parece relevante, porém, por adotar a argumentação como teoria e método de análise de texto opinativo, o que, talvez, venha a motivar a produção de outros trabalhos na mesma direção.

Vislumbramos, por fim, ser possível adotarmos os conhecimentos produzidos ao longo do percurso da retórica, renovada com a Teoria da Argumentação de Chim Perelman, como conteúdo de discussão em salas de aula dos cursos de Graduação e mesmo dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, visto que é crível a riqueza da retórica para o entendimento da opinião jornalística nas diversas plataformas midiáticas.

## REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Carlos. Coisas da Política. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, p. 6, 14 mar. 1964. Disponível em:  
<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19640314&printsec=frontpage&hl=pt-BR>. Acesso em: 14 jan. 2014.
- \_\_\_\_\_. Coisas da Política. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, p. 6, 11 abr. 1964. Disponível em:  
<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19640411&printsec=frontpage&hl=pt-BR>. Acesso em : 14 jan. 2014.
- ABREU, Alzira Alves. Introdução. *In: 1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004.
- ABREU, Carmem. Comissão nacional da verdade, jornalismo e a disputa pela memória. *In: SBPJOR. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO*, 11., Brasília, 2013. **Anais eletrônicos...** Brasília: UnB, 2013. Disponível em:  
 <<http://soac.bce.unb.br/index.php/ENPJor/XIENPJOR/paper/view/2665/518>>. Acesso em: 13 fev. 2014.
- ALMEIDA, Jorge. Lugar de fala, polissemia e paráfrase nos discursos de FHC e Lula sobre o Plano Real. *In: CONGRESSO DA ASSOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE INVESTIGADORES DE LA COMUNICACIÓN*, 1999, Recife. **Anais eletrônicos...**, Disponível em : < [www.eca.usp.br/associa/alaic/Congreso1999/11gt/Jorge%20Almeida.rtf](http://www.eca.usp.br/associa/alaic/Congreso1999/11gt/Jorge%20Almeida.rtf)>. Acesso em 29 jul. 2011.
- AMADO, João. Os militares e o golpe de 1964. **Observatório da imprensa**, Rio de Janeiro, ed. 427, 03 abr. 2007. Disponível em:  
 <[http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/os\\_jornalistas\\_e\\_o\\_golpe\\_de\\_1964](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/os_jornalistas_e_o_golpe_de_1964)>. Acesso: 13 jan. 2014.
- AMARAL, Anselmo F. **Brizola e a legalidade**. Porto Alegre: Intermédio, 1986.
- AMARAL, Márcia Franz. **Lugares de fala do leitor no Diário Gaúcho**. Porto Alegre, 2004. 272 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- ARISTÓTELES. **Retórica**. 1. ed. São Paulo: EDIPRO, 2013.
- \_\_\_\_\_. **Arte retórica e arte política**. 16. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005. (Coleção: Clássicos de bolso).
- ATO Institucional garante armas para a democracia. **O Globo**. Rio de Janeiro, p. 1, 11 abr. 1964. Documento em microfilme.
- BADIOU, Alain. **O ser e o evento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.



BANDEIRA, Moniz. **A renúncia de Jânio Quadros e a crise pré 64**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

BARTHES, Roland. **A aventura semiológica**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BELTRÃO, Luiz. **Teoria e prática do jornalismo**. Adamantina, SP: Omnia, 2006.

BENETTI, Marcia. O jornalismo como acontecimento. *In*: SBPJOR. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 7., São Paulo, 2009. **Anais eletrônicos...** São Paulo: USP, 2009. Disponível em: <[http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjour/arquivos/marcia\\_benetti.pdf](http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjour/arquivos/marcia_benetti.pdf)>. Acesso em: 21 maio 2012.

\_\_\_\_\_. O jornalismo como gênero discursivo. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 5., 2007, Sergipe. **Anais eletrônicos...** Brasília: SBPJor, 2007. Disponível em: <[http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjour/arquivos/coordenada\\_6\\_.marcia\\_benetti.pdf](http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjour/arquivos/coordenada_6_.marcia_benetti.pdf)>. Acesso em: 12 mar. 2012.

BERGER, Christa. Jornalismo e Memória e Ditadura. *In*: SOPCOM, 6.; CONGRESSO IBÉRICO, 4., 2009, Lisboa. **Anais...** Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2009. Disponível em: <[http://conferencias.ulusofona.pt/index.php/sopcom\\_iberico/sopcom\\_iberico09/paper/viewFile/395/390](http://conferencias.ulusofona.pt/index.php/sopcom_iberico/sopcom_iberico09/paper/viewFile/395/390)>. Acesso em: 02 out. 2013.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas, SP: Papiрус, 2003.

BRAGA, José Luiz. ‘Lugar de fala’ como conceito metodológico no estudo de produtos culturais e outras falas. *In*: FAUSTO NETO, Antonio; PINTO, Milton (Org.). **Mídia e cultura**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1997. p. 105-120.

\_\_\_\_\_. “Lugar de Fala” como conceito metodológico no estudo de produtos culturais. *In*: MALDONADO, Alberto Efendy; FAUSTO NETO, Antonio; COGO, Denise (Org.). **Mídia e processos socioculturais**. São Leopoldo: Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS, 2000. p. 159-184.

BRANCO, Lucídio C. **Da memória de um repórter**. Porto Alegre, RS: AGE, 2002.

BRETON, Philippe. **A argumentação na comunicação**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

\_\_\_\_\_; GAUTHIER, Gilles. **História das teorias da argumentação**. Lisboa: Editorial Bizâncio, 2001.

CARTA do leitor. Sem medo do novo. **Veja**, São Paulo, ed. 2327, ano 46, n. 26, 26 jun. 2013.

CARLOSCASTELLOBRANCO. [S.l.], 2009. Disponível em: <<http://www.carloscastellobranco.com.br/>>. Acesso em: 29 nov. 2009.

CASTELLO BRANCO, Carlos. **A renúncia de Jânio: um depoimento**. 4. ed. Rio de Janeiro: Revan, 1996.

\_\_\_\_\_. Da conspiração à revolução. In: DINES, Alberto (Org.) **Os idos de março e a queda em abril**. Rio de Janeiro: José Álvaro: 1964.

\_\_\_\_\_. **Congresso não entrará em recesso: precaução**. [S.l.], 8 nov. 1963. Disponível em: <[http://www.carloscastellobranco.com.br/sec\\_coluna\\_view.php?id=4525](http://www.carloscastellobranco.com.br/sec_coluna_view.php?id=4525)>. Acesso em: 7 jun. 2012.

\_\_\_\_\_. **Acredita a oposição que o golpe está em marcha**. [S.l.], 22 nov. 1963. Disponível em: <[http://www.carloscastellobranco.com.br/sec\\_coluna\\_view.php?id=4599](http://www.carloscastellobranco.com.br/sec_coluna_view.php?id=4599)>. Acesso em: 12 jun. 2011.

\_\_\_\_\_. **UDN espera golpe até o fim do mês**. [S.l.], 10 dez. 1963. Disponível em: <[http://www.carloscastellobranco.com.br/sec\\_coluna\\_view.php?id=4579](http://www.carloscastellobranco.com.br/sec_coluna_view.php?id=4579)>. Acesso em: 18 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. **Monólogo de Natal de um presidente reformista**. [S. l.], 1 jan. 1964, p. 4. Disponível em: [http://www.carloscastellobranco.com.br/sec\\_coluna\\_view.php?id=5709](http://www.carloscastellobranco.com.br/sec_coluna_view.php?id=5709). Acesso em: 14 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. **Goulart: golpe vai custar muito sangue**. [S.l.], 01 fev. 1964. Disponível em: <[http://www.carloscastellobranco.com.br/sec\\_coluna\\_view.php?id=5735](http://www.carloscastellobranco.com.br/sec_coluna_view.php?id=5735)>. Acesso em: 18 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. **Prontidão na UDN: defesa do regime**. [S.l.], 13 mar. 1964. Disponível em: <[http://www.carloscastellobranco.com.br/sec\\_coluna\\_view.php?id=5756](http://www.carloscastellobranco.com.br/sec_coluna_view.php?id=5756)>. Acesso em: 18 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. **Brizola: agitação atingirá quartéis**. [S.l.], 23 mar. 1964. Disponível em: <[http://www.carloscastellobranco.com.br/sec\\_coluna\\_view.php?id=5763](http://www.carloscastellobranco.com.br/sec_coluna_view.php?id=5763)>. Acesso em: 25 mar. 2011.

\_\_\_\_\_. Minas desencadeia luta contra Jango. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 4, 31 mar. 1964. Disponível em: <<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19640331&printsec=frontpage&hl=pt-BR>>. Acesso em: 18 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. **Congresso aceita mandato da revolução**. [S.l.], 11 abr. 1964. Disponível em: <[http://www.carloscastellobranco.com.br/sec\\_coluna\\_view.php?id=5779](http://www.carloscastellobranco.com.br/sec_coluna_view.php?id=5779)>. Acesso em: 18 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. **Ato une militares e Castelo muda Governo**. [S.l.], 28 out. 1965. Disponível em: <[http://www.carloscastellobranco.com.br/sec\\_coluna\\_view.php?id=5656](http://www.carloscastellobranco.com.br/sec_coluna_view.php?id=5656)>. Acesso em: 18 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. **O que pregavam foi feito**. [S. l.] 28 out. 1965, p. 4. Disponível em: <[http://www.carloscastellobranco.com.br/sec\\_coluna\\_view.php?id=5656](http://www.carloscastellobranco.com.br/sec_coluna_view.php?id=5656)>. Acesso em: 10 out. 2012.

\_\_\_\_\_. Blocos são tentativa para fugir ao caos. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, p. 4, 29 out. 1965. Disponível em:

<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19651029&printsec=frontpage&hl=pt-BR>. 12 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. **Castelo adverte contra ditadura**. [S.l.], 11 fev. 1966. Disponível em: <[http://www.carloscastellobranco.com.br/sec\\_coluna\\_view.php?id=6186](http://www.carloscastellobranco.com.br/sec_coluna_view.php?id=6186)>. Acesso em: 18 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. **No poder, o outro lado da Revolução**. [S.l.], 18 fev. 1967. Disponível em: <[http://www.carloscastellobranco.com.br/sec\\_coluna\\_view.php?id=6444](http://www.carloscastellobranco.com.br/sec_coluna_view.php?id=6444)>. Acesso em: 18 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. **Primeiras impressões sobre o ato de ontem**. [S.l.], 14 dez. 1968. Disponível em: <[http://www.carloscastellobranco.com.br/sec\\_coluna\\_view.php?id=6950](http://www.carloscastellobranco.com.br/sec_coluna_view.php?id=6950)>. Acesso em: 18 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. **AI 5 dia 13/12/1968**. [S.l.]. Disponível em: <[http://www.carloscastellobranco.com.br/sec\\_avulsos\\_view.php?id=78](http://www.carloscastellobranco.com.br/sec_avulsos_view.php?id=78)>. Acesso em 25 jan. 2012.

\_\_\_\_\_. **Políticos oferecem garantias à revolução**. [S.l.], 01 fev. 1969. Disponível em: <[http://www.carloscastellobranco.com.br/sec\\_coluna\\_view.php?id=6980](http://www.carloscastellobranco.com.br/sec_coluna_view.php?id=6980)>. Acesso em: 18 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. **Fim do processo revolucionário**. [S.l.], 16 dez. 1969. Disponível em: <[http://www.carloscastellobranco.com.br/sec\\_coluna\\_view.php?id=7195](http://www.carloscastellobranco.com.br/sec_coluna_view.php?id=7195)>. Acesso em: 18 nov. 2012.

CASTRO, Pedro Jorge (Org.). **Carlos Castello Branco: o jornalista do Brasil**. Brasília: SENAC, 2006.

CHAGAS, Carlos. Apresentação. *In*: CASTRO, Pedro Jorge. **O jornalista do Brasil**. Brasília: SENAC, 2006. P. 09-13.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise de discurso**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

COHN, Gabriel. **Sociologia da Comunicação: Teoria e Ideologia**. São Paulo: Pioneira, 1973.

COMÍCIO da provocação. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 3, 13 mar. 1964. Documento em microfilme.

CONQUISTA Nacional. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, p. 3, 12 abr. 1964. Documento em microfilme.

COSTA e Silva diz que não haverá intervenção nos estados. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, p. 3, 29 out. 1965. Disponível em:

<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19651029&printsec=frontpage&hl=pt-BR>. 12 jan. 2014.

CREPALDI, Clara Lacerda. **Helena de Eurípedes**: estudo e tradução. 2013. 126 f. Dissertação (Mestrado em Letras Clássicas) -- Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2013.

CUNHA, Paulo José. Cidadão atarracado. **Jornal Repórter**, Teresina, jun.1995. p. 21.

CUNHA, Tito Cardoso. **A nova retórica de Perelman**. Covilhã, 2010. Disponível em: <[http://www.lusosofia.net/textos/cunha\\_tito\\_nova\\_retorica\\_perelman.pdf](http://www.lusosofia.net/textos/cunha_tito_nova_retorica_perelman.pdf)>. Acesso em: 01 jul. 2012. (Coleção: Artigos Lusosofia).

\_\_\_\_\_. Acontecimento e biografia. **Trajectos Revista de Comunicação**, n. 6, p. 105-108 Primavera, 2005.

DANTAS, Daniel. **Argumentação como elemento discursivo na mídia digital**: um estudo sobre o blog “Fatos e Dados”. 2012. 214 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) -- Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2012.

DANTAS, Pedro. Subversão garantida. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 3, 6 mar. 1964. Documento em microfilme.

\_\_\_\_\_. Os infiltrados. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, p. 3, 14 mar. 1964. Documento em microfilme.

DeFLEUR, Melvin L.; BALL-ROKEACH, Sandra. **Teorias da comunicação de massa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

DELEUZE, Gilles. **Lógica do sentido**. 5 ed. São Paulo, Perspectiva, 2009.

DEMOCRATAS dominam toda a nação. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, p. 1, 2 abr. 1964. Documento em microfilme.

DESMANDOS. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 3, 31 mar. 1964. Documento em microfilme.

DINES, Alberto. (org.) **Os idos de março e a queda em abril**. Rio de Janeiro: José Álvaro: 1964.

\_\_\_\_\_. Jornalismo de autor. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 35, 24 jun. 2000. Suplemento Ideias.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

\_\_\_\_\_. **Educação e Sociologia**. 11º ed. São Paulo, Melhoramentos, 1979.

EDITADO o Ato 5. **O Globo**. Rio de Janeiro, p. 1, 14 dez. 1968. Documento em microfilme.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina; JACKS, Nilda. **Comunicação e recepção**. São Paulo: Hacker Editores, 2005.

ESTADOS Unidos do Brasil. Constituição (1946). Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de setembro de 1946). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm)>. Acesso em: 29 jun. 2012.

ESTADOS Unidos do Brasil. Ato Institucional (1964). Ato Institucional n. 1 (9 de abril de 1964). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-01-64.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm)>. Acesso em: 8 de maio 2013.

ESTADOS Unidos do Brasil. Ato Institucional (1964). Ato Institucional n. 2 (27 de outubro de 1964). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-02-65.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm)>. Acesso em: 8 de maio 2013.

ESTADOS Unidos do Brasil. Ato Institucional (1964). Ato Institucional n. 4 (7 de fevereiro de 1966). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-04-66.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-04-66.htm)>. Acesso em: 8 de maio 2013.

ESTADOS Unidos do Brasil. Ato Institucional (1964). Ato Institucional n. 5 (13 de dezembro de 1968). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-05-68.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm)>. Acesso em: 8 de maio 2013.

EXÉRCITO de prontidão no país: comício na GB. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. 1, 13 mar. 1964. Documento em microfilme.

FAUSTO NETO, Antonio. A midiáticação jornalística do dinheiro apreendido: das fotos furtadas à fita leitora. **La Trama de la Comunicación**, Rosário, v. 12, p. 3-17, 2007.

FERREIRA, Edgardo Pires. **Os Castello Branco**. São Paulo: Linear B Gráfica e Editora, 2008.

FORA da lei. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, p. 6, 1 abr. 1964. Disponível em: <<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19640401&printsec=frontpage&hl=pt-BR>>. Acesso em 18 jan. 2014.

FORA da lei. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 3, 13 mar. 1964. Documento em microfilme.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FREITAS, Jânio. **Na ditadura, foi um jornalista quem primeiro usou o termo “terrorista”, e não os militares**. Niterói, 21 set. 2005. Entrevista concedida a Malu Muniz e Marcello Salles. Disponível em: <<http://www.fazendomedia.com/novas/politica210905a.htm>>. Acesso em: 22 jan. 2013.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. v. 1. (Coleção As Ilusões Armadas).

GOMIS, Lorenzo. **Teoria del periodismo**. Barcelona, Espanha: Paidós, 1991.

GOVERNO e novo Ato condenados no exterior. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, p. 1, 29 out. 1965. Disponível em:

<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19651029&printsec=frontpage&hl=pt-BR>. 12 jan. 2014.

HABERMANS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HENN, R. C. O acontecimento em sua dimensão semiótica. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 7., 2009, São Paulo. **Anais eletrônicos...**, São Paulo: SBPjor, 2009. Disponível em: <[http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjor/arquivos/ronaldo\\_henn.pdf](http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjor/arquivos/ronaldo_henn.pdf) >. Acesso em: 14 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. Jornalismo em rede: crise do acontecimento. *In*: CONGRESSO MUNDIAL DE COMUNICAÇÃO IBERO-AMERICANA, 1.; CONFIBERCOM 2011 - SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO EM TERMPOS DE DIVERSIDADE CULTURAL. **Anais...**, São Paulo: Confibercom, 2011.

INICIADO o processo de encampação das refinarias e assinado o decreto da Supra. **O Globo**. Rio de Janeiro, p. 1, 14 mar. 1964. Documento em microfilme.

INSTITUIÇÕES em frangalhos. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, p. 1, 14 dez. 1968. Documento em microfilme.

JORNAL DO BRASIL. [Século XX]. [S.l.], 1963-1969. Disponível em: <[http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19920614&b\\_mode=2](http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19920614&b_mode=2)>. Acesso em: 01 mar. 2010.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Os pensadores).

KRAMER, Dora. Colunista evita comparações. **O Tempo**, Belo Horizonte, p. A5, 16 dez. 2007.

KRUEL ergue II Exército contra comunismo. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, p. 2, 31 mar. 1964. Disponível em:

<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19640331&printsec=frontpage&hl=pt-BR>. Acesso em 12 jan. 2014.

LEAL, Daiane Rufino. **Carlos Castello Branco: o comentarista paradigmático da imprensa brasileira**. 2011. 265 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) -- Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, SP, 2011.

LEVI vê na revolta dos marinheiros plano de Goulart para continuar. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, p. 2, 31 mar. 1964. Disponível em: <<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19640331&printsec=frontpage&hl=pt-BR>>. Acesso em: 12 jan. 2014.

LIPPMANN, Walter. **Opinião pública**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MAGALHÃES exige que a disciplina militar seja mantida. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, p. 2, 31 mar. 1964. Disponível em: <http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19640331&printsec=frontpage&hl=pt-BR>. Acesso em: 12 jan. 2014.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MARQUES DE MELO, José. **A opinião no jornalismo brasileiro: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. 3. ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MARTINS, Franklin. **Jornalismo político**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MEYER, Michel. **A retórica**. São Paulo: Ática, 2007.

MOREL, Edmar. **O golpe começou em Washington**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

MOSCA, L. L. S. O espaço tensivo da controvérsia: uma abordagem discursivo-argumentativa. **Filologia e Linguística Portuguesa**, São Paulo, v. 2, p. 293-310, 2007.

\_\_\_\_\_. A atualidade da Retórica e seus estudos: encontros e desencontros. *In*: CONGRESSO VIRTUAL DA UNIVERSIDADE DE LISBOA, 1., 2006, Lisboa. **Anais eletrônicos...**, Lisboa: DLR (Departamento de Literaturas Românicas), 2005. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/pdf/linei002.pdf>>. Acesso em: 02 out. 2011.

NA ilegalidade. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, p. 1, 29 mar. 1964. Disponível em: <http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19640330&printsec=frontpage&hl=pt-BR>. Acesso em: 12 jan. 2014.

NORA, Pierre. 1974. O regresso do acontecimento. *In*: LEGOFF, J. **Fazer história**. São Paulo: Bertrand.

O DIA que durou 21 anos. Escrito por: Flávio Nogueira. Direção: Sandra de Andrade. Co-Produção: TV Brasil. 1 post (1h 18 min. 46 s). 2005. Postado em dezembro de 2001. Disponível em: <[http://www.youtube.com/results?search\\_query=%27O+Dia+que+Durou+21+anos%27++++completo](http://www.youtube.com/results?search_query=%27O+Dia+que+Durou+21+anos%27++++completo)>. Acesso em: 14 jul. 2012.

O GEN. Castelo é o presidente. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, p. 1, 11 abr. 1964. Documento em microfilme.

O PRESIDENTE fora da lei. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, p. 3, 13 mar. 1964. Documento em microfilme.

O PRESIDENTE. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 6, 11 abril. 1964. Disponível em: <<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19640411&printsec=frontpage&hl=pt-BR>>. Acesso em 18 jan. 2014.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: Princípios e procedimentos**. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2002.

\_\_\_\_\_. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos**. 6. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2007.

OS inegáveis. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 6, 14, mar. 1964. Disponível em: <<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19640314&printsec=frontpage&hl=pt-BR>>. Acesso em 18 jan. 2014.

PEREIRA, Francelino. **Castelinho: o reinventor do jornalismo político no Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2001.

\_\_\_\_\_. Ex-governador lembra do colega de faculdade. **O Tempo**, Belo Horizonte, p. A5, 16 dez. 2007.

PERELMAN, Chaïm. **O império retórico: retórica e argumentação**. 1. ed. Porto, Portugal: Edições Asa, 1993.

\_\_\_\_\_. **Retóricas**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

\_\_\_\_\_; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: nova retórica**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PEUCER, Tobias. Os relatos jornalísticos. Tradução de Paulo da Rocha Dias. **Estudos em jornalismo e mídia**, Lisboa, v. 1, n. 2, p. 01-29, 2º Semestre, 2004. Título original: *De relationibus novellis*.

PINTO, Bilac. **Guerra revolucionária**. Guanabara: Companhia Forense, 1964.

PINTO, Milton José. **Comunicação & Discurso**. 2. ed. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

PIVA critica atuação do Governo para sucessão. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, p. 3, 12 fev. 1966. Disponível em: <http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19660212&printsec=frontpage&hl=pt-BR>. Acesso em: 12 jan, 2014.

PLANTIN, Christian. **A argumentação: história, teorias, perspectivas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

QUADROS, Jânio. **Carta renúncia**. [S.l.], 25 ago. 1961. Disponível em: <<http://www.averdadesufocada.com/index.php/politica-interna-notcias-103/5700-2508-carta-de-renncia-de-jnio-quadros>>. Acesso em: 02 ago. 2011.



QUARENTA dias. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, p. 6, 2 dez. 1969. Disponível em: <<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19691202&printsec=frontpage&hl=pt-BR>>. Acesso em 18 jan. 2014.

QUÉRÉ, Louis. Entre o fato e o sentido: a dualidade do acontecimento. **Trajectos Revista de Comunicação**, n. 6, p. 59-76, Primavera, 2005.

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo Guimarães. **Dicionário de comunicação**. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RÊGO, Ana Regina. Carlos Castello Branco e a opinião no jornalismo brasileiro. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA HISTÓRIA DA MÍDIA, 5., São Paulo, 2007. **Anais eletrônicos...**, São Paulo, 2007. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/5o-encontro-2007-1/Carlos%20Castello%20Branco%20e%20a%20opinio%20no%20jornalismo%20brasileiro.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2012.

RESSURGE a democracia. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 5, 31 mar. 1964. Documento em microfilme.

REYNIÉ, Dominique. Introdução. *In*: TARDE, Gabriel. **A opinião e as massas**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 01-23.

RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. *In*: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993. p. 01-23.

ROSA, Susel Oliveira. Imprensa alternativa versus ditadura em Porto Alegre. **Revista eletrônica de crítica e teoria literárias**. Porto Alegre, v. 1. n. 1. jul/dez. 2005. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/NauLiteraria/article/viewFile/4850/2768>. Acesso em: 23 jan. 2014.

SILVA, Hélio. **História da República Brasileira**. São Paulo: Três, 1975. v. 17: a renúncia – 1961.

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato: noções para uma teoria do acontecimento**. Petrópolis: Vozes, 2009.

SOUSA, Jorge Pedro. Por que as notícias são como são? Construindo uma teoria da notícia. **Pauta Geral**, Lisboa, ano 10, n. 5, p. 23-45, 2003.

\_\_\_\_\_. Tobias Peucer: progenitor da Teoria do Jornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Lisboa, v. 1, n. 2, p. 01-13, 2004. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-tobias-peucer.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2011.

TARDE, Gabriel. **A opinião e as massas**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

TAVARES, Zózimo. **Carlos Castello Branco, o repórter do Brasil**. [S.l.], 25 jun. 2010. Disponível em: <[http://www.carloscastellobranco.com.br/sec\\_avulsos\\_view.php?id=118](http://www.carloscastellobranco.com.br/sec_avulsos_view.php?id=118)>. Acesso em: 28 jun. 2012.

TEMER, Ana Carolina. Reflexões sobre a tipologia do material jornalístico: o jornalismo e as notícias. **INTERCOM** – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 49-70, jan./jun. 2007.

TOULMIN, Stephen E. **Os usos do argumento**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. 3. ed. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2005.

VARGAS, Natividad Abril. **Periodismo de opinión**. Madrid, Espanha: Editotial Sintesis, 1999.

VERÓN, Eliseo. **Fragmentos de um tecido**. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2004.

WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 2001.

ZARVOS, Adriana. **Assis Chateaubriand, Samuel Wainer, Afonso Arinos**. [S.l.], 1986. Entrevista com Carlos Castello Branco. Disponível em: <[http://www.carloscastellobranco.com.br/sec\\_avulsos.php?type=3](http://www.carloscastellobranco.com.br/sec_avulsos.php?type=3)>. Acesso em: 10 nov. 2011.